



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXX — Nº 40

SEXTA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 1975

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 47, DE 1975 (CN)

Da Comissão Mista à Proposta de Emenda Constitucional n.º 6, de 1975, que "dá nova redação ao art. 36 da Constituição".

Relator: Deputado Parente Frota

De autoria do ilustre Senador José Esteves, com apolamento de vinte e nove Senhores Senadores, a Proposta de Emenda Constitucional n.º 6, de 1975, "dá nova redação ao art. 36 da Constituição Federal" visando às seguintes alterações:

a) no "caput", acrescentar o de Governador do Distrito Federal ao elenco dos cargos cujo exercício não resulta na perda do mandato parlamentar;

b) no § 1.º, pelo seu desdobramento, incluir, entre os permissivos para a convocação do suplente, a "hipótese de afastamento do titular, em licença para tratamento de saúde", por período superior a 90 (noventa) dias.

Numa pesquisa histórica, encontraremos grande número de referências ao assunto contido na alteração proposta.

3. Eis as indicações encontradas, a respeito dos dois propósitos da Proposta sob exame, na evolução do Direito Constitucional, em nosso País:

a) Constituição do Império

"Art. 29. Os Senadores e Deputados poderão ser nomeados para os cargos de Ministros de Estado, ou Conselheiro de Estado, com a diferença de que os Senadores continuarão a ter assento no Senado, e o Deputado deixa vago o seu lugar na Câmara e se procede à nova eleição, na qual pode ser reeleito e acumular as duas funções."

"Art. 30. Também acumulam as duas funções, se já exerciam qualquer dos mencionados cargos, quando foram eleitos."

"Art. 31. Não se pode ser ao mesmo tempo membro de ambas as Câmaras."

"Art. 32. O exercício de qualquer emprego, à exceção do de Conselheiro de Estado e Minis-

tro de Estado, cessa interinamente, enquanto durarem as funções de Deputado ou Senador."

b) Constituição de 1891

"Art. 25. O mandato legislativo é incompatível com o exercício de qualquer outra função durante as sessões."

"Art. 50. Os Ministros de Estado não poderão acumular o exercício de outro emprego ou função pública, nem ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da União, Deputado ou Senador. Parágrafo único. O Deputado ou Senador que aceitar o cargo de Ministro de Estado, perderá o mandato e proceder-se-á imediatamente a nova eleição, na qual não poderá ser votado."

c) Constituição de 1934

"Art. 62. Os membros da Câmara dos Deputados, nomeados Ministros de Estado, não perdem o mandato, sendo substituídos, enquanto exerçam o cargo, pelos respectivos suplentes."

d) Constituição de 1937

"Art. 44. Aos membros do Parlamento Nacional é vedado:

a)

b) aceitar ou exercer cargo, comissão ou emprego público remunerado, salvo missão diplomática de caráter extraordinário;

c)

d) ocupar cargo público de que seja demissível "ad nutum."

e) Constituição de 1946

"Art. 51. O Deputado ou Senador investido na função de Ministro de Estado, Interventor Federal ou Secretário de Estado não perde o mandato."

"Art. 52. No caso do artigo anterior e no de licença, conforme estabelecer o regimento interno (grifamos) ou de vaga de Deputado ou Senador, será convocado o respectivo suplente." Parágrafo único. Não havendo suplente para

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 100,00
Ano	Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

preencher a vaga, o Presidente da Câmara interessada comunicará o fato ao Tribunal Superior Eleitoral para providenciar a eleição, salvo se faltarem menos de nove meses para o termo do período. O Deputado ou Senador eleito para a vaga exercerá o mandato pelo tempo restante."

f) Constituição de 1967

O art. 37 do Projeto, depois transformado no art. 38 da Constituição, sem receber qualquer emenda de conteúdo durante a tramitação no Congresso Nacional, declarava:

"Art. 38. Não perde o mandato o Deputado ou Senador investido na função de Ministro de Estado, Interventor Federal, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital.

§ 1.º No caso previsto neste artigo, ou de licença por mais de quatro meses ou de vaga, será convocado o respectivo suplente; se não houver suplente, o fato será comunicado ao Tribunal Superior Eleitoral, quando faltar mais de nove meses para o término do mandato. O Congressista licenciado nos termos deste parágrafo não poderá reassumir o exercício do mandato antes de terminado o prazo de licença.

§ 2.º Com licença de sua Câmara, poderá o Deputado ou Senador desempenhar missões temporárias de caráter diplomático ou cultural."

Pela Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, esse artigo, com o n.º 36, ficou com a seguinte redação:

"Art. 36. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido na função de Ministro de Estado.

§ 1.º Dar-se-á a convocação de suplente apenas no caso de vaga em virtude de morte, renúncia, ou investidura na função de Ministro de Estado. Não havendo suplente, só será feita a eleição do substituto em caso de vaga, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato."

Foi, porém, conservada a redação do § 2.º Mas, pela Emenda Constitucional n.º 3, publi-

cada a 16 de junho de 1972, o art. 36 passou a ter a seguinte redação:

"Art. 36. Não perde o mandato o Deputado ou Senador investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital.

§ 1.º Somente se convocará suplente no caso de vaga ou nos de investidura em função prevista neste artigo. Não havendo suplente e tratando-se de vaga, far-se-á eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato."

4. Quanto ao exercício de funções administrativas, pelo parlamentar, sem perda do mandato, verifica-se, pelo exame desses textos constitucionais, que apenas as Constituições de 1891 e 1937 — em seis Constituições e durante quarenta e oito anos, em cento e cinquenta anos de vida constitucional — vedavam aos parlamentares a convocação para cargos de Ministros de Estado ou quaisquer outros de que fossem demissíveis "ad nutum".

Assim, a mais longa tradição constitucional abrigou o princípio da convocação do parlamentar para o Ministério, preservado o seu mandato popular.

5. A Constituição de 1946 é que ampliou a incidência de tal permissivo, preservando, também, o mandato parlamentar, no caso de exercer, o Deputado ou Senador, os cargos de Interventor Federal ou Secretário de Estado, voltando a regulamentar a convocação do suplente, mas confiando ao Regimento Interno da Câmara interessada a disciplina da licença e das vagas.

Já a Constituição de 1967, inicialmente, acresceu as funções de Secretário de Estado ou Prefeito de Capital àquele permissivo, enquanto a Emenda Constitucional n.º 1 de 1969 restringia a licença apenas ao exercício da função de Ministro de Estado, restabelecido o quadro anterior, no particular, como vimos, pela Emenda Constitucional n.º 3, de 1972.

6. No que tange à disciplina da convocação de suplentes, a partir da Constituição de 1934, considerada questão de economia interna do Congresso, configurava matéria de Regimento Interno. Assim, a Constituição de 1946 dizia claramente, no art. 52, "conforme estabelecer o Regimento Interno". A matéria foi parcialmente elevada à disciplina constitu-

cional direta pelo § 1.º do art. 38 da Constituição de 1967, que previu a convocação do suplente "no caso de licença por mais de quatro meses", prazo estrito, superior àqueles previstos nos Regimentos da Câmara e do Senado, que, no entanto, podiam definir os casos diversos de "vaga". Entretanto, a Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, deixou claro os três casos de convocação:

- a) vaga em virtude de morte;
- b) renúncia ou
- c) investidura na função de Ministro de Estado.

A partir da Emenda n.º 3, de 1972, a convocação do suplente se procede no caso de qualquer vaga, procedendo-se porém, a nova eleição se o mandato for cassado com base no Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, "ex vi" do art. 182 da Constituição, com a redação que lhe emprestou a Emenda Constitucional n.º 1, de 1969.

7. No que tange à alteração do "caput", a Proposta de Emenda Constitucional sob exame apenas amplia o texto do art. 36 em vigor, incorporada a Emenda Constitucional n.º 3, de 1974, acrescentando a função de Governador do Distrito Federal às que possam ser exercidas por parlamentares sem perda de mandato, com a conseqüente convocação de suplente.

Neste passo, nada temos a objetar-lhe, quanto ao mérito, desde que a função de Governador de Brasília, de nomeação do Presidente da República está no mesmo grau de importância dos cargos atualmente mencionados no artigo que se pretende alterar.

8. O segundo objetivo da Proposta sob exame, ao aduzir, por desdobramento — em nome da técnica legislativa — mais um parágrafo ao art. 36, visa à convocação do suplente "na hipótese de afastamento do titular, em licença para tratamento de saúde por período superior a 90 (noventa) dias".

9. Alega o autor da proposta que a redação original do art. 37, § 1.º, da Constituição de 1967 previa a convocação do suplente no caso de licença por mais de quatro meses do titular, sem qualquer restrição. E propõe, na restauração do "status quo ante", que se restrinja a convocação ao caso de licença para tratamento de saúde por período superior a noventa dias.

Seria, assim, um restabelecimento atenuado daquela situação que provocou o corretivo da Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, quando a opinião pública, convenientemente trabalhada pela imprensa, durante dois anos, mostrava o abuso das licenças parlamentares, por pressão dos próprios suplentes, provocando a oneração crescente do Orçamento das Casas Legislativas, obtido, por esse meio, evitar-se, ainda, o processo judicial de alguns deles.

Naquele curto período, o Congresso Nacional se viu objeto de críticas contundentes, de difícil contestação, claramente comprovado o abuso das licenças.

Parece-nos altamente inconveniente o restabelecimento, por essa via, de prescrição passível de abuso e, por isso mesmo, capaz de tornar-se prejudicial não apenas ao funcionamento das Casas do Parlamento — onde suplentes não podem compor, em caráter efetivo, as Comissões — mas também vulnerando o Congresso a críticas desprimorosas.

10. Foi apresentada perante a Comissão nos termos regimentais, uma emenda à proposta, incluindo o cargo de Governador de Território à alteração do "caput" do art. 36, sem contudo propor alterações dos seus parágrafos.

11. Na forma já exposta no nosso parecer, somos no mérito, contra a aprovação da Proposta ora analisada no que tange à redação dos parágrafos ao art. 36, sendo no entanto, favorável à alteração do "caput" do mesmo artigo.

No entanto, tendo em vista o disposto no art. 76 do Regimento Comum estabelecendo que o parecer da Comissão deva ser conclusivo, não lhe sendo portanto facultada a apresentação de qualquer proposição acessória, vemo-nos na contingência da aprovação da emenda substitutiva apresentada por iniciativa do Deputado Jairo Magalhães, considerando conseqüentemente prejudicada a redação original da Emenda Constitucional n.º 6/75.

Sala das Comissões, em 7 de maio de 1975. — Jairo Brum, Presidente; Parente Frota, Relator; Paulo Studart — Renato Franco — Murilo Rezende — José Sally — Nelson Marchezan — Octacílio Almeida — Mattos Leão — Virgílio Távora — Altevir Leal — Saldanha Derzi — Otair Becker — Itálvio Coelho — Ruy Santos — Geraldo Guedes.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 56ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE MAIO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MAURÍCIO LEITE — Homenagem ao jornal *O Norte* do Estado da Paraíba, no transcurso do 67º aniversário de sua fundação.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Aplicação do Plano de Classificação de Cargos no Tribunal Superior do Trabalho. Concurso público realizado no TST para admissão de funcionários sem publicação de edital de âmbito nacional.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Correspondências recebidas de manifestações contrárias à aprovação da proposta de emenda à Constituição que institui o divórcio no País.

SENADOR BENJAMIM FARAH — Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 3/75, constante da Ordem do Dia da presente sessão, face a posição da ARENA fechando questão contra aquela proposição.

DEPUTADO NUNES LEAL — Estabelecimento do seguro agrícola.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Apelo ao Governo Federal para que determine a elaboração de um programa específico, de um pólo do POLAMAZÔNIA para Miracema do Norte, Pedro Afonso e Porto Nacional—GO.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Posição de S. Exª contrária à implantação do divórcio no País, tendo em vista noticiário da imprensa local dando S. Exª como favorável àquela medida.

DEPUTADO IVAHIR GARCIA — Congratulando-se com o Governador Paulo Egydio Martins por haver determinado a expansão do porto de São Sebastião—SP.

DEPUTADO WALTER SILVA — Inauguração do novo edifício da Federação do Comércio de Brasília. Necessidade da criação de representação legislativa para Brasília.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Administração implantada no novo Estado do Rio de Janeiro. Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, sob o título — No Estado do Rio, dificuldades ainda superam vantagens.

DEPUTADA LYGIA LESSA BASTOS — Dia Mundial da Cruz Vermelha.

DEPUTADO VIANA NETO — Diretrizes apresentadas pelo Sr. Roberto Santos para sua ação governamental à frente do Executivo baiano.

DEPUTADO HERBERT LEVY — Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/75, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO MONSENHOR FERREIRA LIMA — Solidariedade ao Episcopado da Hungria pelo falecimento do Cardeal Mindszenty.

DEPUTADO ERNESTO VALENTE — 48º aniversário da VARIG.

DEPUTADO JACOB CAROLO — Instalação de agência do INPS no município de Fernandópolis—SP.

DEPUTADO PACHECO CHAVES — Desvirtuamento das finalidades do BNH.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Aniversário de emancipação política do município de Silva Jardim—RJ.

SENADOR BENEDITO FERREIRA — Ordens do Dia do Exército, Marinha e Aeronáutica, alusivas ao 30º aniversário da vitória dos aliados sobre o nazi-fascismo.

DEPUTADO JOSÉ CAMARGO — Conquista pelo pugilista brasileiro Miguel de Oliveira do título mundial da categoria médio-ligeiros.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Problemática da organização administrativa e judiciária no Território de Rondônia.

DEPUTADO NAVARRO VIEIRA — Homenagem de pesar pelo falecimento da Sra. Amélia de Sá.

DEPUTADO EDGAR MARTINS — Morosidade na apreciação dos processos pelas Câmaras de Julgamento de Recursos do INPS, no município de São Carlos—SP.

DEPUTADO COTTA BARBOSA — Apelo ao Governo do Estado de Minas Gerais, por providências necessárias à imediata vacinação preventiva contra a meningite das populações situadas na Zona da Mata daquele Estado.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Estudo feito pelo Conselho Diretor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e a opinião do Rev. Antônio de Souza Lima, da Primeira Igreja Presbiteriana de Nilópolis—RJ, referente à instituição do divórcio no País.

DEPUTADO A.H. CUNHA BUENO — Necrológio do Sr. Roberto Selmi-Dei.

DEPUTADO BRAGA RAMOS — Manifestação contrária à instituição do divórcio na legislação brasileira.

1.2.2 — Comunicação da Liderança da ARENA no Senado

— Substituição de membro na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 7/75.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/75, que altera os arts. 101 e 102 da Constituição.

1.3.2 — Questão de Ordem

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Sobre o processo adotado pela Presidência nas votações de propostas de emenda à Constituição, computando em conjunto os votos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Contraditando a questão de ordem levantada pelo Deputado Jorge Arbage.

O SR. PRESIDENTE — Não acolhimento da questão de ordem suscitada, pelas razões que expende.

1.3.3 — Votação da matéria da Ordem do Dia

— Rejeitada, tendo feito declaração de voto os Srs. Deputados Airon Rios, Ney Lopes, Ernesto Valente, A.H. Cunha Bueno e Lygia Lessa Bastos. Ao Arquivo.

1.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.5 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 57ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE MAIO DE 1975

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discurso do Expediente

SENADOR BENJAMIM FARAH — Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3/75, de sua autoria, face declarações atribuídas ao Sr. Presidente da República publicadas na Imprensa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4 e 5, de 1975, que modificam a redação do § 1º do art. 175 da Constituição, que dispõe sobre a indissolubilidade do casamento.

2.3.1 — Leitura de requerimento

Nº 1/75-CN, subscrito pelo Sr. Deputado Alípio de Carvalho, solicitando preferência para votação da Emenda nº 2 — Substitutiva. **Aprovado.**

2.3.2 — Votação de Emenda nº 2 — Substitutiva

Usam da palavra, no encaminhamento de sua votação, os Srs. Congressistas Rubem Dourado, José Alves, Marcos Freire, Mauro Benevides, João Menezes, Geraldo Freire, Benedito Ferreira, Airon Rios, Petrólio Portella e Ulysses Guimarães.

Considerada rejeitada por não haver alcançado o quorum constitucional necessário à sua aprovação.

2.3.3 — Votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/75.

Usam da palavra, no encaminhamento de sua votação, os Srs. Congressistas Vasconcelos Torres, Lysâneas Maciel, Osires Teixeira, Cid Furtado, José Machado, Padre Nobre, Lázaro Barboza, Franco Montoro e Nelson Carneiro.

2.3.4 — Leitura de requerimento

Nº 2/75, subscrito pelo Sr. Nelson Carneiro e outros Srs. Senadores, solicitando que a votação da matéria se realize por escrutínio secreto.

2.3.5 — Questão de ordem referente ao processo de votação

2.3.6 — Fala da Presidência sobre o processo de votação de propostas de emenda à Constituição.

Considerada rejeitada a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1975, por não haver alcançado o quorum constitucional indispensável à sua aprovação.

2.3.7 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se na próxima semana, destinada à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1975.

2.3.8 — Declaração de voto enviada à Mesa

2.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 56ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE MAIO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Ro-

cha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rochá — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Petrónio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Monsenhor Ferreira Lima — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Thales Ramalho — MDB; Valério Rodrigues — ARENA.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Baccelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Cêlio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekêl Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysâneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

A. H. Cunha Bueno — ARENA; Adalberto Camargo — MDB; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

GoIás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves —

ARENA: Getúlio Dias — MDB: Harry Sauer — MDB: Jairo Brum — MDB: João Gilberto — MDB: Jorge Uequed — MDB: José Mandelli — MDB: Lauro Leitão — ARENA: Lauro Rodrigues — MDB: Lidovino Fanton — MDB: Magnus Guimarães — MDB: Mário Mondino — ARENA: Nadyr Rossetti — MDB: Nelson Marchezan — ARENA: Nunes Leal — ARENA: Odacir Klein — MDB: Rosa Flores — MDB: Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 347 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Maurício Leite.

O SR. MAURÍCIO LEITE (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no dia de ontem, 7 de maio de 1975, na Paraíba, completou 67 anos o jornal *O Norte*, dos Diários e Emissoras Associados. Não abusarei da paciência dos nobres colegas para repassar as páginas amareladas dos 67 anos de existência do vibrante matutino, evocando grandes figuras que estiveram à sua frente.

Já dizia um grande jornalista brasileiro: "A força que irradia um jornal e que através dele se exerce comunica à palavra escrita desde a luz que madruga na liberdade até as sombras que levam à tirania. O jornal transforma o fato em notícia, isto é, lhe dá a cor da interpretação e o movimento da curiosidade. Invade, cada dia, no hábito irresistível de todos nós, o espírito das causas e a esperança dos homens".

Sem dúvida, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o jornal é um veículo de conversa com o povo, de diálogo com cada um dos setores representativos da opinião pública. Só desse colóquio direto, que nos propicia colher informações em fontes de todas as áreas, bem como verificar as reações à notícia publicada e à opinião enunciada, é que pode nascer o legítimo jornal, eco da voz dos sentimentos, do julgamento da mídia da opinião pública, retrato minuciosamente trabalhado da verdade.

O Jornal *O Norte*, na Paraíba, enquadra-se perfeitamente dentro da missão jornalística da imprensa brasileira e universal. As notáveis campanhas que tem encetado, desde a sua fundação, asseguram-lhe uma presença das mais atuantes na vida pública do Estado, numa participação marcada pela cor da realidade moral e cívica que honra a história paraibana.

Foram seus fundadores, em 7 de maio de 1908, os irmãos Orris e Oscar Soares. A partir daí, viveu momentos saturados de destino. Viveu o lugar comum dos que lutam pela liberdade e chegou a ser fechado.

Em 1953, pelas mãos de Assis Chateaubriand, esse clarão de genialidade que iluminou a história da imprensa brasileira, *O Norte*, foi incorporado aos Diários e Emissoras Associados. Continuou a ser o intérprete fiel da opinião pública paraibana. Grandes nomes, desde a sua fundação, estiveram à sua frente, inclusive o atual Governador do Estado, Sr. Ivan Bichara Sobreira.

Em 11 de agosto de 1973, numa iniciativa de audácia, com o apoio de João Calmon e Nereu Bastos, o jornal é modernizado, adotando-se o sistema *offset*, um dos mais adiantados do País.

Aqui, Sr. Presidente, quero ressaltar, por justiça, o trabalho desenvolvido pelo atual Diretor Executivo da empresa naquele Estado, Sr. Marconi Gois, inteligente, dinâmico e com grande espírito pú-

blico, responsável direto pelo avanço dado pelo jornal *O Norte*, hoje um dos mais bem aparelhados do Nordeste. Em verdade, Marconi Gois e sua equipe fizeram do futuro o presente.

Nesta oportunidade, pois, quero me congratular com todos aqueles que fazem o grande jornal paraibano, seus diretores, seus redatores, seus operários, enfim, a dinâmica equipe associada que, vencendo os dissabores, removendo os obstáculos, realizou um ideal — o grande ideal de fazer de *O Norte*, aos 67 anos, um intérprete admirável da opinião pública paraibana e brasileira.

Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas, volto a esta tribuna para me reportar a assunto já abordado por mim e pelo meu nobre colega Deputado Walter Silva. Trata-se da aplicação do Plano de Classificação de Cargos no Tribunal Superior do Trabalho.

Gostaria muito de não me ser preciso reprisar solicitação de providências, pois, em se tratando de uma Corte, deveria ela ser o espelho da justiça, mesmo por que daria exemplo para que todas as regiões sob sua subordinação seguissem a sua orientação, evitando o vergonhoso caso de oligarquia da 7ª Região, em virtude de abuso de autoridade, tão divulgado pela imprensa.

Acontece que o Plano de Classificação de Cargos foi implantado com a expressa finalidade de alicerçar os apadrinhados. Quanto aos desprovidos de padrinhos, foram vítimas de toda sorte de injustiças e, pelo que vejo, terá que ser mantido o "narcisismo" da administração anterior, sendo ratificado a aplicação do Plano, à base de prevaricação.

Não compreendo como a Corregedoria desse Tribunal possa fazer "correição" nas regiões, quando o atual ocupante do cargo, através do Ato nº 205/74, publicado no *Diário da Justiça*, de 17 de junho de 1974, página nº 4.188, nomeou sua própria filha. Uma autoridade não pode, nem deve nunca fugir à responsabilidade do cargo; caso contrário, não poderá fazer valer a autoridade delegada ao cargo.

Reportando-me à fusão dos Símbolos PJ-5 com PJ-6, da qual resultou a preterição de funcionários com mais de 30 anos de efetivo exercício, desejo tornar bem claro: "direitos adquiridos jamais deixaram de ser respeitados", em caráter de "âmbito universal".

A 7ª Região, não tendo recebido bons exemplos da mais alta Corte trabalhista, colocou em prática o programa papel carbono.

Quanto ao Concurso Público tão falado nesse Tribunal, quero tornar público e notório o seguinte: "este concurso é fraudulento e caduco".

Eis aqui a sua falta de lisura:

Edital nº 2

Comunicação de inscrições abertas para Concurso Público, cargos da classe inicial da carreira de oficial judiciário. Publicação no *Diário Oficial da União* (seção I — Parte I) data: 12 de outubro de 1966. Edital nº 2. Lista de aprovação das inscrições para o aludido concurso: Publicação no *Diário Oficial da Guanabara* (Parte III), data: 9 de novembro de 1966, páginas nºs 15.480/81. *Diário Oficial da Guanabara* (parte III) página 15.481, dia, local e horário da realização do concurso: 9-11-1966. Lista de aprovação de classificação do concurso, publicada no *Diário Oficial da Guanabara* (Parte III), data: 15 de dezembro de 1966, página nº 17.814.

Portanto, a publicação foi intencionalmente à base de má-fé, evitando que os candidatos de outros Estados da Federação, ficassem a par do concurso.

Assim sendo, não teve caráter de "âmbito nacional"; e em se tratando de um órgão federal, não pode haver "dubiedade" de publicação. Todo brasileiro tem direito a concorrer, desde que comprovada a sua habilitação e goze de seus direitos políticos. Portanto, não pode deixar de haver honestidade nos editais de publicação.

O concurso acima mencionado não é "válido", dado ao deslize do critério de publicação dos Editais. Toda publicação relacionada com o aludido concurso, teria a obrigatoriedade de ser feita no **Diário Oficial da União**, em se tratando de um órgão federal.

Depois de feita a triagem e a aprovação dos apadrinhados, o Tribunal aprovou a caducidade do concurso, através da Resolução Administrativa nº 15/72, Tribunal Pleno — publicação no **Diário da Justiça** de 16 de março de 1972, página nº 1.329.

Quanto à aprovação do Projeto de Lei nº 1.417, de 1973, Mensagem nº 229/73 — alterando o Quadro da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, foi totalmente modificada, dando margem a serem prejudicados funcionários antigos, com a diminuição dos Cargos de Técnicos, aprovados, para que pudesse ser aplicado o célebre "empreguismo", dando origem a uma avalanche de nomeações.

Concito o Congresso a ficar alerta com as mensagens do TST, exigindo cumprimento com absoluta fidelidade.

Quanto à elaboração do Ato nº 126, e a maldosa introdução de alguns itens, com a expressa finalidade de impor a obrigatoriedade de funcionários com mais de 30 anos de efetivo exercício façam um Curso de Nível Universitário, para que tenham acesso a "progressão", a lei não diz isto. Tal obrigatoriedade é para os que ingressarem após a aplicação do Plano. É lamentável que se esqueçam que todos ingressaram no Tribunal através de concursos, obedecendo às normas da época, sem lhes ser feito tal exigência. É lamentável também que, depois de uma longa jornada e comprovação de capacidade de trabalho, o órgão que deveria reconhecer o mérito dos funcionários, lhes faça tal exigência.

Mas teria de ser feito assim pois os filhos de Ministros e Diretores, que ingressaram no Quadro do Tribunal Superior do Trabalho, contratados pelo regime CLT, por transformação, através de "provinhas internas", feitas em caráter estritamente reservado, passaram a Técnicos Judiciários "A". Foi colocada uma pedra no caminho dos outros, para que pudesse ficar assegurada a progressão dos felizardos. Estes, sim, deveriam fazer "concurso público". É preciso acabar com o "protecionismo" e a "oligarquia" nos Tribunais.

Não compreendo como um órgão com o Quadro tão pequeno comporte tantas "irregularidades", estabelecendo uma discriminação odiosa, para com seus funcionários antigos, incompatível com a política do Governo Federal.

Quando um funcionário peticiona com o devido respeito às autoridades, reivindicando algum direito líquido e certo, é transformado o processo num "crime político". Entretanto, aos empistolados é dispensada toda sorte de proteção, através de gritantes irregularidades.

Concito o Presidente da República, o Ministro da Justiça e os órgãos de segurança, para verificarem a "artimanha" do Concurso "fraudulento e caduco", oriundo do desrespeito a "direitos adquiridos" para anulá-lo e restabelecer o direito de funcionários preteridos injustamente seus direitos, evitando, assim, ser o Tribunal obrigado a cumprir "sentença", através de uma Ação Ordinária e, ao mesmo tempo, o vexame de uma lição tão corriqueira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, nos últimos dias venho recebendo numerosa correspondência relacionada com a emenda constitucional que será votada dentro de momentos. São correspondências de bispos, de lojas maçônicas, de sacerdotes, de vereadores, de presidentes de comunidades e outros. Há dias, recebi longo abaixo-assinado de damas porto-alegrenses, e ontem chegou-me às mãos inciso telegrama de Chapada, assinado pelo Vigário, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, pelo Presidente da Comunidade e por outras pessoas. Em toda essa correspondência me solicitam que

vote contra a emenda divorcista. Até hoje só recebi uma carta em que me pediu para votar a favor da emenda. Trata-se, aliás, de correspondência de um ilustre companheiro.

Observa-se, pelo exposto, que a despeito da desbragada propaganda que vem sendo feita, a família reage energeticamente contra a emenda. É o cristianismo, em sua genuína e ampla expressão, arraigado na *celula mater* da sociedade, que repugna a inovação que iria corroer os próprios alicerces da Nação, com a dissolução da família.

Ninguém ignora que a emenda beneficiaria muitos casais que estão separados. Mas ninguém de bom senso será capaz de negar também que, ao lado de outros males, a mesma emenda, se aprovada, contribuiria para aumentar ainda mais a legião de menores abandonados, estes milhares e milhares de infelizes que, por culpa da própria sociedade, em grande parte seguem a estrada larga do crime e atulham as nossas cadeias. Um mal não pode e não deve ser combatido com outro mal ainda maior.

País que não tem sua segurança alicerçada na estabilidade da família é país em decadência. A história é rica em exemplos. E entre muitos outros que poderíamos facilmente citar aí estão os Estados Unidos da América do Norte. O Império Romano levou 300 anos para ruir, e o colosso norte-americano pode ruir até em meia dúzia de anos. A sua influência está se apagando em todos os continentes e, para felicidade nossa, também na América Latina. A vida interna dos norte-americanos, além de dividida em grupos, está em franco declínio, como tive oportunidade de observar pessoalmente.

Por isto, sem influências e sem pressões de quem quer que seja, tudo indica que a família brasileira mais uma vez sairá vitoriosa desta prova. E o Brasil, com sua segurança alicerçada na estabilidade da família, continuará rasgando caminho rumo à realização do seu grande destino.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vai hoje o Congresso apreciar a Emenda nº 3 de 1975, que propõe a redução do tempo de serviço para aposentadoria dos servidores de 35 anos para 30 e, das funcionárias, de 30 para 25 anos. Quando o Congresso examinou esta emenda, mostrou tendência favorável à sua aprovação. Entretanto, estou lendo nos jornais que houve um trabalho para que a nobre representação da Aliança Renovadora Nacional fechasse questão contra esta emenda. É realmente uma situação constrangedora para aquela representação. Tenho certeza de que os arenistas gostariam de votar a favor da emenda. E qual o argumento que trazem contra ela? Inoportunidade, inconveniência, concorrência do servidor público que se vai aposentar com os que trabalham nas empresas particulares. Alguém disse por aí, Sr. Presidente — e é um homem de responsabilidade — que o Sr. Presidente da República ficou irritado com esta emenda. Essa pessoa, que teve audiência com o Sr. Presidente da República, não deveria dizer isso de S. Ex^a, que é um homem sereno e equilibrado, preparado para a alta missão de presidir os destinos do Brasil. S. Ex^a tem enfrentado tantos problemas difíceis e nunca se irritou, vai-se irritar com uma emenda tão simples e justa, tão pequena?

Quero fazer justiça ao Sr. Presidente da República. Não acredito nessa irritação. E, digo mais, estranho que notícia destas seja veiculada à imprensa por alguém de muita responsabilidade. Mas não é o assunto do momento. Essa pessoa, naturalmente, deveria ter levado ao Sr. Presidente da República este quadro pequeno do IBGE, que aqui está, do Censo de 1970, quando a população era de 92.341.356 habitantes. Faixa etária de 50 a 54 anos — 2.903.998 habitantes, ou seja, 3,14%; de 55 a 59 anos — 2.268.449 habitantes, ou seja, 2,46%; de 60 a 64 anos — 1.779.541 habitantes, ou seja, 1,93%; de 65 a 69 anos — 1.215.037 habitantes, ou seja, 1,32%; acima de 70 anos — 1.714.439, ou seja, 1,86%.

No Brasil, Sr. Presidente, apenas 10,71% da população atingem 50 anos; 7,57% atingem 55 anos; 5,11% atingem 60 anos; 3,18%

atingem 65 anos e 1,86% passa dos 70 anos. Ora, sabendo que a aposentadoria se dá entre 50 e 60 anos — raramente acima de 60 anos, pergunto: quantos aposentados chegariam a gozar essa aposentadoria?

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O tempo de V. Ex.^a está terminado.

O SR. BENJAMIM FARAH — Uma insignificância, que está na casa dos 5%. Esses 5%, geralmente doentes, debilitados, é que irão fazer concorrência aos jovens nas fábricas ou nas outras empresas? Quem afirma isso não acredita no Brasil ou está negando o surto de desenvolvimento tantas vezes proclamado pelos órgãos oficiais.

Sr. Presidente, não estou defendendo castas; defendo classes representativas que tanto ajudam o Brasil. Aqueles que querem votar com os funcionários não estarão ajudando grupos econômicos, não estarão fazendo nenhum favor, não estarão concedendo nenhum benefício, mas sim ajudando aqueles que ajudam o Brasil a conquistar o seu grande destino. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nunes Leal.

O SR. NUNES LEAL (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em nossa recente visita ao Rio Grande do Sul, estivemos na região denominada Grande Santa Rosa, onde presentemente se procede à colheita do soja.

A cidade de Santa Rosa, centro e pólo de um conjunto de municípios, quase todos desmembrados de sua área primitiva, representa hoje função destacada na economia do Rio Grande, notadamente no setor agrícola, embora também já se constitua em importante base industrial.

Dispondo de um grupo empreendedor de indústrias e agricultores, com suas lavouras mecanizadas e tecnicamente trabalhadas, Santa Rosa forma entre as regiões de maior produção e melhor produtividade no Estado, especialmente quanto ao trigo e soja.

Um ano agrícola favorável resultou numa produtividade superior à média das que vinham sendo obtidas, o que em parte compensa os preços ainda não devidamente satisfatórios.

Entretanto, quando lá estivemos semana passada, as chuvas contínuas e permanentes ameaçavam a colheita, com mais de 50% da safra ainda nas lavouras. O ambiente geral era de expectativa e ansiedade, demonstrando que a lavoura, apesar de todo o desenvolvimento técnico, continua sendo uma fábrica sem telhado, sujeita aos azares do sol e das chuvas nas ocasiões necessárias. Felizmente o tempo melhorou e a colheita se processa aceleradamente, com prejuízos reduzidos.

Fazemos estas considerações para ressaltar a necessidade e a conveniência de que seja criado um sistema capaz de cobrir os riscos da agricultura quanto a esses inesperados mas não raros acidentes do tempo, capaz de frustrar a mais promissora das expectativas.

Os investimentos na agricultura, para produção em grande escala como se requer, são muito elevados, sem qualquer garantia em caso de insucesso resultante de condições alheias à responsabilidade do produtor.

Quando se preconiza a criação de órgãos de informação que orientem quanto às colheitas em nosso e em outros países, tendo em vista as oscilações dos preços de mercado, damos a essas medidas um valor relativo, pois não há como prever as variações de tempo numa extensão que assegure uma avaliação correta do que se irá produzir e colher. Bastaria uma semana mais de chuvas seguidas e grande percentagem da atual safra de soja do Rio Grande estaria irremediavelmente prejudicada.

Em 1973 tivemos um triste exemplo dessa incerteza. Todas as previsões eram de que se colheria de 1.600.000 a 1.700.000 toneladas de trigo. Bastou um mês de chuvas continuadas, em épocas impróprias, para que essa safra fosse reduzida a 600.000 toneladas. Sabemos que o problema é de difícil solução e pessoalmente não

temos fórmula mágica que o possa resolver. O sistema de seguro, que se vem tentando e já se utiliza para determinados tipos de acidentes como granizo nas culturas de arroz, apresenta dificuldades de aplicação e sobretudo de avaliação, para safras volumosas, quando se amplia a gama de acidentes a segurar.

Mas a questão existe e tem de ser solucionada, sendo um desafio à inteligência dos nossos dirigentes e de todos aqueles responsáveis diretamente ou indiretamente pelo desenvolvimento de nosso setor agrícola. As formas viáveis de seguro, os riscos a serem cobertos, a verificação e constatação dos acidentes, com suas causas e consequências, são de difícil enquadramento num sistema que seja viável pela dificuldade de aplicação e não crie suspeita pela possibilidade de fraude. Lembramos a forma de garantia do seguro pelo estabelecimento por nos parecer aquela que se utiliza em outros empreendimentos, embora reconhecendo sua dificuldade.

O que não pode prosseguir indefinidamente é que, ano após ano, safra após safra, continuemos a rezar para chover, e fazer promessas para vir o sol. A agricultura terá de ser um empreendimento como todos os outros, com riscos calculados e não inteiramente subordinada aos azares de tempo bom ou tempo ruim. Sem estabilidade, sem garantia, a agricultura não crescerá como desejamos e como dela necessitam as cada vez mais numerosas populações famintas do mundo.

Fica o desafio aos técnicos, aos responsáveis pelo nosso desenvolvimento agrícola, e aos que poderão concorrer com sua experiência e sua colaboração nesse problema de vital importância para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a programação estabelecida pelo Governo Federal para as áreas da Amazônia e Centro-Oeste, nos chamados pólos — POLAMAZÔNIA e POLOCENTRO — sem dúvida alegria a população da área do Centro-Oeste e do Norte, mas não chega a satisfazer os anseios de progresso e de integração dos habitantes da grande área.

Infelizmente, a programação, parece-me, foi feita sem maior consulta às autoridades da área e também sem levar em consideração o pioneirismo de alguns núcleos urbanos, principalmente aqueles que se colocam às margens dos grandes rios da Amazônia e que se constituem nas cidades mais importantes, nos portos mais importantes da Amazônia e da faixa Norte-Centro-Oeste do Brasil. Em Goiás, O POLOCENTRO cria determinados problemas de difícil solução em futuro próximo, isso porque, embora beneficiando determinados municípios e pólos naturais de irradiação de progresso, deixa muitos outros a descoberto, sem maior assistência. No tocante ao POLAMAZÔNIA, o mesmo ocorre.

Assim, formulo veemente apelo ao Sr. Ministro do Interior e ao eminente Presidente Geisel no sentido de que determinem, com a possível urgência, a elaboração de um programa específico, de um pólo do POLAMAZÔNIA para Miracema do Norte, Pedro Afonso e Porto Nacional, esquecidos da atenção do Governo Federal nessa programação, que recebemos com alegria, mas com ressalvas, já que existem lacunas, que reconhecemos naturais em documento, infelizmente, feito às pressas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a partir do momento em que o Congresso Nacional recebeu a proposta de emenda constitucional, de autoria do eminente Senador Nelson Carneiro, que pretende inserir na Constituição da República o instituto do divórcio, tomamos posição contrária à medida, e nesse sentido fizemos cerca de quatro

pronunciamentos, já publicados no *Diário do Congresso Nacional*. O último deles, feito ontem, quando trazida à discussão do Plenário a referida matéria.

Hoje, Sr. Presidente, surpreendi-me ao ver no *Jornal de Brasília* meu nome figurando entre aqueles que, nesta Casa, se propuseram a defender a emenda divorcista. Por isso, venho à tribuna corrigir aquilo que, acredito, tenha sido um equívoco do jornalista credenciado nesta Casa. Não querendo perder o direito de minha luta — desde os primeiros instantes fui contrário àquela emenda — e não pretendendo usurpar o mérito daqueles que a combatem, faço este registro da tribuna do Congresso Nacional para a necessária ressalva de direito.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ivahir Garcia.

O SR. IVAHIR GARCIA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, assomo a mais alta tribuna livre da Nação para felicitar efusivamente o Governador Paulo Egydio Martins, por ter determinado a expansão do porto de São Sebastião, providência anunciada dia 4 transato pelo Secretário de Transportes do Estado e divulgada na última página do conceituado matutino *O Estado de S. Paulo*, edição de 6 do fluente, sob o título "S. Sebastião vai operar com container a partir de julho".

Trata-se de medida de imenso alcance econômico e social, eis que, a um só tempo, irá servir como corredor de exportação para a enorme produção da desenvolvida indústria pesada, automobilística e de manufaturados do Vale do Paraíba e dar condições de trabalho à mão-de-obra ociosa existente nos Municípios do litoral norte do Estado.

Confesso, Srs. Senadores e Srs. Deputados, que inotidito é o meu júbilo em saber que a expansão e o aproveitamento efetivo do porto de São Sebastião terá, como anunciou o Secretário Thomaz Magalhães, "a sua primeira etapa concluída em julho próximo, com a operação permanente de dois guindastes, movimentando, mensalmente, mil containers; a segunda fase será fazer de São Sebastião um grande porto de containers e, a terceira, transformá-lo também num atracadouro para graneis", porque há muitos anos venho reivindicando a concretização das providências agora tornadas realidade pelo proficiente Governador Paulo Egydio Martins, conforme prova o discurso por mim proferido da tribuna da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, publicado no *Diário Oficial* de 3 de julho de 1971, do teor seguinte:

"Acabo de receber um ofício da Câmara Municipal de São Sebastião, de nº 107-71, em que o nobre vereador Antônio Borges, Presidente da edilidade, comunica-me a entrada naquela Câmara Municipal de um requerimento do nobre Vereador Gil Pacini, congratulando-se com uma entrevista por mim concedida ao jornal "Nós", que circula no Vale do Paraíba, em que defendi, como sempre fiz, a melhor utilização do porto de São Sebastião. A propósito, desejo ler, para que fique consignado nos Anais da Casa, uma excelente reportagem, de autoria do solerte repórter Stipp Jr., publicada na edição de domingo, dia 27 do fluente, no jornal *O Estado de S. Paulo* é, na verdade, um dos grandes estudiosos dos assuntos pertinentes ao litoral norte do Estado de São Paulo. Assim sendo, melhor do que ninguém, retrata, com muita fidelidade, a situação melancólica em que se encontra o porto de São Sebastião, que precisa e deve ser melhor utilizado, mesmo porque é o terceiro ancoradouro natural do mundo e precisa ser melhor aproveitado, no sentido de facilitar a importação e exportação de produtos, aumentando a arrecadação do nosso Estado e do País. Diz esse ilustre correspondente, lamentando que o porto de São Sebastião não tivesse sido incluído entre os cinco que serão reaparelhados pelo Ministério dos Transportes, exatamente o seguinte: (Lê)

"Litoral norte pode perder o porto
STIPP JUNIOR

Da Regional do Vale do Paraíba

Um porto moderno no Rio Grande do Sul; mais um porto para a Guanabara; ampliação do porto de Santos. E São Sebastião? — É a pergunta que se faz nesse município do litoral norte, onde todos estranham a não inclusão do terceiro maior ancoradouro natural do mundo no plano nacional de desenvolvimento dos portos. Com isso perderá toda a região do Vale do Paraíba, ora em pleno processo de industrialização.

A se confirmar essa medida, o Governo Federal estaria relegando a plano secundário a maior reserva natural que o País possui em matéria de ancoradouros. O assunto começa a preocupar a região paulista do Vale do Paraíba, mobilizando desde já autoridades e representantes de entidades de classe. Lembram que as atuais deficiências do porto de Santos continuarão mesmo com as anunciadas obras de ampliação e melhoramentos por que passará. É que a maioria dos municípios do Interior do Estado depende do porto santista para as suas importações e exportações, enquanto o de São Sebastião permanece inaproveitado sem poder atender — como deveria — as necessidades do Vale do Paraíba, do Sul de Minas e da região industrial de Campinas, incluindo Americana, Santa Bárbara d'Oeste, Piracicaba e outras. A rodovia Campinas—Via Dutra, com entroncamento à altura de Jacareí—São José dos Campos, está com pouco mais de 10 quilômetros para ser concluída. Da Via Dutra a São Sebastião, esse porto ficaria a apenas 90 quilômetros de São José dos Campos.

Com a exclusão, ainda não confirmada, do porto de São Sebastião do plano portuário nacional, as indústrias do Vale do Paraíba teriam que optar pelo cais do Rio ou de Santos. Seus produtos sofreriam, então, substancial aumento no frete terrestre e no custo operacional (embarque, armazenamento, desembarque), além de arcar com tarifas mais elevadas. No caso de Santos, o congestionamento de navios, a demora na liberação de cargas e o atraso nos embarques deverão persistir, por serem características naturais e permanentes dos mais importantes ancoradouros do mundo."

A CONCESSÃO

A faixa litorânea de influência do Vale do Paraíba tem uma extensão de 300 quilômetros e distância variável de 70 a 90 quilômetros entre o oceano Atlântico e suas principais cidades industriais. O governo do Estado de São Paulo é concessionário do porto de São Sebastião até o ano de 1994 e é quem fica com a renda arrecadada com o reduzido movimento de embarcações, enquanto as obras de melhorias ali introduzidas têm sido feitas pelo governo federal, "mediante retorno do dinheiro que o próprio porto arrecadou, salvo raras exceções", como lembram fontes da cidade.

O prefeito de São Sebastião, Mansueto Pierotti, em recente contato com o governador, expôs a gravidade da situação naquela área do litoral norte e no Vale do Paraíba. Falou, na ocasião, das "graves consequências socio-econômicas que a inatividade do porto de São Sebastião traria para toda aquela região". Assim se expressou o prefeito: "Em verdade, a expectativa do governo federal é também no sentido de que o governo estadual preste a sua contribuição ao porto de São Sebastião, para que este não venha a ser reduzido a porto simplesmente petrolífero. É certo que passadas administrações estaduais não seguiram o governo federal na concessão

de verbas. A administração deste porto está estruturada no próprio governo do Estado, seu concessionário.

É indispensável, pois, para a sobrevivência de nossos serviços portuários, que o governo de São Paulo contribua decisivamente. São Sebastião precisa de V. Exª e roga que interfira junto ao governo federal no sentido de ser mantido o porto. E mais: espera que V. Exª determine urgentes estudos visando à contribuição de seu ilustre e honrado governo para o melhor funcionamento e rendimento dos serviços portuários locais, dando a conhecer essa disposição ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis".

CÂMARA, TAMBÉM

A Câmara Municipal de São Sebastião, pelo seu representante na convenção de municípios realizada recentemente no Guarujá, também se manifestou sobre o problema do porto. Lembrou que os maiores navios do mundo, os superpetroleiros, lá manobram com facilidade e descarregam o precioso "ouro negro" no "pier" que, avançando pelo canal a dentro, numa extensão de 1.200 metros, alcança a profundidade natural de 20 metros suficiente para os maiores calados. Há necessidade de dinamizar o porto de São Sebastião. O Estado e a Nação não podem se alhear da situação estratégica e naturalmente magnífica do ancoradouro, não podem conscientemente relegar ao esquecimento o que a natureza prodigamente nos presenteou.

Ressaltou que aquele porto inerece programa especial de um governo. "Há condições de retorno compensador do capital ali empregado. São Sebastião está aí oferecendo o seu magnífico ancoradouro, à espera de que lhe dêem condições para operar lado a lado com Santos. Um não suprimirá o outro. Ambos são necessários para São Paulo e para o Brasil. Propomos que este apelo chegue também ao governo federal para que em esforço conjugado de poderes nós, os paulistas, e nós, os brasileiros, tenhamos, no aproveitamento do Porto de São Sebastião, mais um fator de progresso do Estado e da Nação, mais uma causa eficiente de bem-estar para a comunidade nacional", concluiu a Câmara local.

RECEBE GRANDES NAVIOS

Os serviços de dragagem junto à parte externa do cais concluídos em abril último, deixaram o porto de São Sebastião em condições para receber os novos tipos de navios com até 25 pés de calado (em maré mínima, o ancoradouro está a 8 metros e 20, e o canal alcança 22 a 45 metros de profundidade). Em 2 anos (69 e 70), o porto conseguiu ampliar o seu conjunto de máquinas, com verba federal proporcionada pela taxa de melhoramentos dos portos. Assim, as 7 empilhadeiras que possuía foram aumentadas para 15, os 4 guindastes sobre rodas de 4,5 toneladas passaram para 6, obtendo ainda 1 guindaste sobre rodas para 16 toneladas, novo e ainda não utilizado "por falta de serviço". Conta ainda 1 guindaste sobre rodas de 11 toneladas, duas carretas novas para 15 toneladas, 2 caminhões Mercedes-Benz novos para 7 toneladas cada um, 2 pick-up Chevrolet C-14 (com baixa quilometragem) e 5 sugadores com grande capacidade.

Dispõe também de um armazém construído recentemente (ainda não usado) com 1.400 metros quadrados, elevando para 3 o número de armazéns num total de 2.800 m² de área construída; outro grande armazém de 2 mil m² desapropriado pelo Governo estadual, com maquinaria moderna para ensacamento de café. As vias de acesso dentro da área desapropriada se acham totalmente pavimentadas.

E O ESTUDO?

O Governo do Estado, concessionário do porto, destinou nos últimos 2 anos uma grande verba para que uma empresa de projetos elaborasse um estudo de desenvolvimento do porto. Entretanto, nada se sabe ainda a respeito do andamento desse estudo.

Na administração Abreu Sodré, o Governo estadual concedeu verba de 543 mil cruzeiros para reparos nas estruturas do cais (serviço de **cement-gun**). Entretanto, apenas parte desse dinheiro foi destinada realmente para o porto. Uma outra verba foi destinada para o encoramento e dragagem interna onde hoje a Christian Nielsen está construindo um cais particular (ficará para o porto depois que ela terminar a construção do **pier** da PETROBRÁS). Esse cais particular serve de apoio às obras de construção do novo terminal da PETROBRÁS, sob a responsabilidade daquela firma construtora.

COMISSÃO

O estudo entregue recentemente ao Governador Laudo Natel por uma comissão especial de Vereadores de São Sebastião, propondo a transformação do porto em autarquia, apresenta, também, uma série de argumentos em defesa daquela medida. Segundo o relatório, as condições são amplamente favoráveis a um melhor aproveitamento do porto que, somado ao de Santos, "poderia proporcionar maior atendimento à indústria e ao comércio do Estado, principalmente do Vale do Paraíba". Para comprovar a excelência do ancoradouro, o estudo aponta o terminal marítimo ali construído pela PETROBRÁS e que se acha em pleno funcionamento."

Éra o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter Silva.

O SR. WALTER SILVA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no último dia 29 de abril foi realizada, nesta Capital, a festa da cumieira do Edifício da Federação do Comércio de Brasília, com a presença, entre outras altas autoridades do Distrito Federal e do País, do Sr. Ministro Severo Gomes, da Indústria e do Comércio.

Trata-se de marco importante na vida da cidade, que este ano comemora os seus 15 anos de existência como Capital da República, a afirmar a pujança do seu comércio e dos que aqui exercitam o seu honroso mister, presididos por seu magnífico timoneiro, o Presidente Newton Egydio Rossi, verdadeiro "Condottieri" dos tempos modernos e dos que mourejam no Planalto Central e que para aqui vieram como pioneiros. Rico de títulos que o credenciam para o exercício de funções administrativas e de Governo, nesta cidade, seja pela escolha dos que detêm o Poder, seja por eleições diretas, o povo aprendeu a admirar e a respeitar Egydio Rossi como um cidadão de Plutarco.

Requeiro, Sr. Presidente, a transcrição, nos Anais, e como complemento de meu pronunciamento que se destina a evocar o evento, do **curriculum vitae** de Newton Egydio Rossi, Presidente da Federação do Comércio de Brasília, a quem coube presidir aquela solenidade com palavras remarcadas de emoção pelo dever cumprido, consciente de estar dando à cidade e aos seus dirigidos um prédio de magníficas proporções para abrigar agora e sempre os destinos daquela entidade. Faço-o para provar que aqui militam homens ilustres, dignos, honrados, capazes e que hoje, 15 anos depois, já estão a merecer melhor tratamento e maior atenção dos que detêm o Poder em nosso País, pela capacidade de realização e de condução. É chegado já o momento de Brasília ser dona de seus próprios destinos, de eleger uma Câmara de Representantes, de eleger o seu Prefeito, ou

Governador, de ser dirigida, afinal, pelos que aqui lutam pelo seu engrandecimento, conhecem os seus problemas e já deram prova de saber edificar a grandeza do seu povo.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
DEPUTADO WALTER SILVA.**

"CURRICULUM VITAE"

Dados de Qualificação Pessoal

Nome: Newton Egydio Rossi
Filiação: Benedito Rossi (falecido) e Maria do Carmo Pereira Rossi
Data de Nascimento: 29-9-1926
Naturalidade: Ouro Fino — Minas Gerais
Endereço Residencial: CH O — Lote 8 — SHIS — Lago Brasília — DF — Fone: 43-4204
Endereço Profissional: SIA — Trecho 1 — Lotes 1050 a 1080 — Fone: 43-0266
Carteira de Identidade: DFSP — Nº 59.219-DF
Título de Eleitor: Nº 006612 — 20ª Zona Eleitoral — Brasília
CPF: 000227561 — 91
Carteira Profissional: nº 7656 — Série 659
Carteira de Reservista: Nº 199.160 — 1/8º R.A.M. — 75, 4º R.M.
Estado Civil: Casado
Nome do Cônjuge: Ninon Teixeira Rossi
Número de Filhos: 3 (três)
Ano em que chegou a Brasília: janeiro de 1960.

Integração na Categoria Econômica

— Diretor-Presidente da COFERBRÁS S/A
Endereço: SIA — Trecho 1 — Lotes 1050/1080
— Diretor-Presidente da CIBRAL S/A
Endereço: Ed. José Severo, sala 310 — SCS
— Associado do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Brasília — Matrícula nº 01
— Sócio quotista da Livraria Legenda Ltda.
Endereço: Galeria do Hotel Nacional, loja 59
Associado do Sindicato dos Lojistas do Comércio — Matrícula nº 21
— Juiz da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal.

Cursos Realizados

— Cursos primário e secundário nos Grupo Escolar Monseñor José Paulino e Colégio São José, ambos de Pouso Alegre, Minas Gerais;
— Literatura e Jornalismo, em Belo Horizonte, Minas Gerais;
— Extensão Cultural, na Universidade de Brasília, "Pietro Ubaldi e a Ciência Moderna";
— Curso de Extensão Cultural sobre "Problemas Brasileiros" no "Centro Universitário de Brasília";
— Certificado de participação e aprovação no "Curso de Liderança de Reuniões e Debates", promovido pela ESSO Brasileira de Petróleo S/A, realizado em Brasília de 7 a 11 de maio de 1973;
— Certificado de comparecimento e participação nas Conferências sobre a Obra de Pietro Ubaldi, no "Encontro em Brasília V", realizadas no Setor de Difusão Cultural, de 9 a 13 de março de 1970;

Instituições Culturais

— Membro vitalício da Academia Belorizontina de Letras, Cadeira nº 9 — Patrono Carlos Versiani Veloso; (Eleito em 1961);
— Membro da ARCADIA de Pouso Alegre — Cadeira nº 12;

— Patrono Fagundes Varela — 1959;
— Diploma de Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana, Reg. nº 196 — 1968 — Academia Internacional de Ciências Humanísticas, Reg. nº 24 — 1967 — Academia Internacional de Letras Três Fronteiras, Reg. nº 67 — 1967 — Academia de Trovadores da Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul, Reg. nº 158 — 1967;
— Vice-Presidente do Conservatório Schubert de Belo Horizonte — 1956;
— Reeleito sucessivamente em 1957 à 1962;
— Pertence ao Grupo que no Brasil estuda e divulga a Obra Científica e Filosófica de Pietro Ubaldi;
— Diretor Executivo, eleito, da I Festa de Arte e Cultura de Brasília;
— Presidente da Comissão de Construção do Teatro da Fundação Brasileira de Teatro em Brasília;
— Diploma de Membro Correspondente da Academia de Letras de Uruguaiana, Reg. nº 233 — 1958;
— Diploma de Sócio Correspondente, registrado sob o nº 194, do "Clube de Poesia de Uruguaiana" — 1967;
— Diploma de Sócio Correspondente da "Associação Uruguaianense de Escritores e Editores" — Reg. nº 196;
— Diploma de Membro Correspondente, Reg. nº 209, da Academia de Letras da Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul;

Condecorações

— Agraciado com o Diploma e a Medalha Cruz de Mérito pela Cruz Vermelha Brasileira — 1966;
— Condecorado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal com a Ordem do Mérito Marechal José Pessoa no Grau do Comendador — 1968;
— Diploma de Honra do Mérito, conferido pela União Brasileira de Trovadores, Sessão de Presidente Wenceslau — S.P. — 1969;
— Ordem do Mérito de Brasília em Grau de Comendador, conferida pelo Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, em 1973;
— Ordem do Mérito do Trabalho em Grau Oficial, conferida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em 1973;
— 1º Sócio Benemérito da Associação Comercial do Distrito Federal, em 1970;
— Sócio Benemérito da Casa do Pequeno Polegar — DF — 1971;
— Diploma de Honra ao Mérito conferido pela Comissão Diretoria do I ENCEPRON — 1972;
— Agraciado com o Título de Comendador da Ordem do Mérito Civil da Espanha, pelo Excelentíssimo Chefe de Estado Espanhol — 1974;
— Agraciado pelo Ministério da Aeronáutica com Diploma e Medalhão Comemorativos do Centenário de Nascimento de Alberto Santos Dumont — 20-7-73;
— Sócio Benemérito da Casa de Ismael "Entidade Filantrópica".

Cargos Públicos

— Tesoureiro do I.A.P.C. — Rio de Janeiro—GB — 1956;
— Representante do Governo Federal no Conselho de Administração do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes do Rio de Janeiro—GB — 1960-1961;
— Reconduzido a Junta de Recursos Fiscais como Juiz Efetivo em 1967;
— Juiz da Junta de Recursos Fiscais, escolhido em Lista Triplíce pelo Governador de Brasília em 1970;
— Pelo mesmo Processo foi reconduzido em 1973, Juiz da Junta de Recursos Fiscais, mandato de 3 (três) anos;

- Membro e Diretor Tesoureiro da "Liga da Defesa Nacional", Diretório de Brasília;
- Jurado na 6ª Sessão Judiciária da 1ª Vara Criminal de Brasília — 1962;
- Membro da Comissão da Reforma do Código Tributário do Distrito Federal, por nomeação do Prefeito de Brasília, em 1-4-1967;
- Vice-Presidente da Junta de Recursos Fiscais do DF — 1967;
- Vice-Presidente da Junta de Recursos Fiscais do DF — 1968;
- Presidente (em exercício) da Junta de Recursos Fiscais do DF, durante todo o mês de julho de 1967;
- Presidente (em exercício) da Junta de Recursos Fiscais do DF, de 5 a 12 de agosto de 1968.

Trabalhos Realizados

- (Publicação de livros, teses, artigos, conferências e palestras);
- "História de Pouso Alegre" — Edições ACAICA — Belo Horizonte — 1951;
- "Fagundes Varela, Sua Vida, Sua Obra" — Conferência proferida na U.P.C. — em Belo Horizonte — 1953;
- "Ouro Fino e Sua História" — Editora ACAICA — Belo Horizonte — Minas Gerais — dezembro — 1951;
- "A Poesia no Dia das Mães" — Conferência proferida na Sociedade dos ex-alunos do Colégio La Sale — Machado — MG — 1953.
- "Trovas do Caminho" — Livro de trovas publicado em 1955 pelas Edições Mantiqueira — premiado em Portugal em 1957 — 1º Lugar.
- Discurso de posse na "Arcádia" de Pouso Alegre — Cadeira nº 12.
- Discurso de posse na Academia Belorizontina de Letras — Cadeira nº 9; estudo sobre a Vida e Obra dos escritores Carlos Versiani Veloso e Brito Machado, respectivamente, patrono e antecessor.
- Colaborações diversas em vários Jornais e Revistas do País.
- Conferência sobre Pietro Ubaldi, no V Encontro em Brasília — 1970.
- Conferência sobre "O Corretor de Imóveis no Progresso do País", no VII Congresso Nacional dos Corretores de Imóveis de Brasília — 1972.
- Palestra no Rotary Clube de Brasília; Tema: "Evolução Empresarial e sua Função no Desenvolvimento da Cidade" — 1973.
- Livros em Preparo: "Lendas e Tradições de Pouso Alegre" — "Alma da Rua" (Poesia) — "Dicionário de Trovas" e "O Empresário em Brasília".

Atividades Profissionais

- Relator dos Diários Associados e Rádio Guarany de Belo Horizonte — MG — 1948.
- Diretor e Redator da Revista de Cultura "Acaiaça" — Belo Horizonte — 1949 — 1952.
- Redator e Auxiliar de Direção da Rádio Inconfidência de Belo Horizonte — 1952 — 1954.
- Diretor da Revista Literária Florilégio — 1949
- Rádio Amador filiado à Labre, desde 1947 — prefixo PY4-WT.
- Orador Oficial do Clube dos Rádio Amadores de Araxá — 1947.
- Diretor da Revista Pampulha — Belo Horizonte — 1953.
- Diretor da Rádio Diamantinense — ZYV-33-Diamantina — MG, 1954 - 1956.

- Diretor e Redator Chefe do Jornal "O Nordeste" — Diamantina-MG — 1954.
- Fundador e Diretor da firma: CIBRAL S/A — Brasília-DF.
- Delegado em Brasília da Câmara Oficial Espanhola de Comércio.
- Diretor da Sucursal da Revista "Manchete" em Brasília, Goiás e Mato Grosso — 1971 - 1974.
- Distribuidor em Brasília de Aços para Construção — COFERRAZ.
- Membro do Conselho Fiscal de "INDAIÁ — Águas Minerais S/A" — 1973.
- Membro do Conselho Fiscal da DISBRAVE — 1974.
- Diretor-Presidente da COFERBRÁS S/A — 1973 - 1975.

Instituições Culturais, Assistenciais e Sociais

- Vice-Presidente da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pouso Alegre — 1952.
- Pertenceu ao "Rotary Club" de Diamantina — 1954 - 1956.
- Diretor Tesoureiro — 1955 — reeleito em 1956 e Presidente (1957) reeleito em 1958, da "Casa Transitória, instituição de reajustamento social — Belo Horizonte — MG.
- Diretor Secretário e Membro do Conselho Deliberativo do Iate Clube de Brasília — 1961 - 1965.
- Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade de Defesa Contra a Leprosia do Distrito Federal — 1967 - 1968.
- Eleito para o Conselho Deliberativo do Iate Clube de Brasília — 1969.
- Diretor Tesoureiro da Liga da Defesa Nacional — Brasília — 1971.
- Presidente do Conselho Fiscal do Iate Clube de Brasília — 1971 - 1973.
- Eleito Membro do Conselho Fiscal da Casa do Pequeno Polegar — 1973.
- Reeleito Membro do Conselho Fiscal do Iate Clube de Brasília — 1973.
- Componente da Grande Comissão Nacional, Promotora do "1º ENCEPRON" — 1972.
- Presidente, em exercício, do I ENCEPRON — 1º Encontro Nacional das Classes Empresariais para Estudos Sobre o Problema do Menor, promovido pela Associação Comercial do Distrito Federal — de 9 a 14 de outubro de 1972.
- Delegado Eleitor da CNC representando a Categoria Econômica para integrar o Conselho Curador do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

Atividades Sindicais e Associativas

- Sócio Fundador e 1º Diretor de Relações Públicas do Clube dos Diretores Lojistas de Brasília — 1963.
- Presidente da Associação dos Lojistas de Brasília — 1965 - 1967.
- Sócio Fundador da Associação Comercial do Distrito Federal — 1962.
- Diretor Secretário da Associação Comercial do Distrito Federal (1962), — Membro do Conselho Superior da Associação Comercial do Distrito Federal (1966) — Vice-Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal — 1968 - 1971.
- Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal (em exercício) — 1968.
- Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio — 1970 - 1973.
- Diretor Tesoureiro da Confederação Nacional do Comércio — 1971 - 1974.
- Participante do XII Congresso Nacional de Bancos — Brasília-DF — 1971, como convidado observador.

— Delegado Eleitor da Confederação Nacional do Comércio na eleição do Representante da Atividade Econômica no Conselho Curador do FGTS em 1972 — Idem em 1973, realizado no Ministério do Trabalho.

— Delegado da Confederação Nacional do Comércio na I Reunião Mista Brasil-Venezuela de Cooperação Econômica e Técnica realizada em maio de 1971 no Palácio do Itamarati, em Brasília.

— Observador da Confederação Nacional do Comércio na Conferência Interamericana Sobre Aplicação de Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina — Palácio do Itamarati — maio de 1972.

— Delegado da Região Centro-Oeste na "III Conferência Nacional das Classes Produtoras", de 20 a 27 de março de 1972.

— Membro da Delegação Brasileira no XXIV Congresso da Câmara de Comércio Internacional — realizado na Guanabara-Brasil, de 19 a 26 de maio de 1973.

— Presidente da Federação do Comércio de Brasília (Fundador) 1971-1974.

— Reeleito Presidente da Federação do Comércio de Brasília, mandato de 1974-1977.

— Membro do Sindicato dos Representantes Comerciais de Brasília, 1973 — Sócio nº 71.

— Membro do Conselho Regional dos Representantes Comerciais de Brasília, Reg. nº 1.311, 1972.

— Reeleito Diretor Tesoureiro da Confederação Nacional do Comércio em 19-11-74, mandato de 1974-1977.

— Designado pelo Tribunal Regional Eleitoral do DF, Presidente da 9ª Junta Eleitoral do Estado da Guanabara em Brasília no Pleito de 15-11-74.

Missões Oficiais ao Exterior

— Delegado Representante da Confederação Nacional do Comércio na V Assembléia Ibero, Americana e Filipina de Comércio e Cooperação Técnica — Buenos Aires — Argentina, 1971, quando foi eleito pelos representantes dos 22 países participantes, 1º-Vice-Presidente da V Assembléia Ibero, Americana e Filipina.

— Membro da Delegação Brasileira, por ato do Presidente da República, para representar o Brasil, como Delegado da Confederação Nacional do Comércio na II Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru, em Lima-Peru — agosto de 1971.

— Membro da Delegação Brasileira, por ato do Presidente da República, para representar o Brasil, como Delegado da Confederação Nacional do Comércio na II Reunião da Comissão Mista Brasil-Venezuela, realizada em Caracas em outubro de 1971.

— Delegado Representante da Confederação Nacional do Comércio, na VI Assembléia Ibero, Americana e Filipina realizada em Sevilha-Espanha, onde, por sua proposição, foi escolhido o Br 1 para sede da VII Assembléia, 1972.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — V. Exª será atendido. Concedo a palavra ao nobre Deputado Braga Ramos. (Pausa.) Ausente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, enquanto os Ministros da Justiça e do Planejamento anunciam a adoção de uma série de medidas em favor do novo Estado do Rio de Janeiro, inclusive, a execução de projetos isolados de saúde, saneamento básico e infra-estrutura urbana, não se pode negar que a nova Unidade Federativa ainda não se beneficiou da decantada ação administrativa dos técnicos do atual Governo fluminense.

A metodologia usada pela selecionadíssima equipe de auxiliares do Almirante Floriano Faria Lima ainda não suplantou os obstáculos que alimentam o notório vácuo administrativo.

Essa a dura verdade que não pode ser contestada. O O Estado de S. Paulo, em sua edição do dia 4 do corrente, analisou em profundidade a problemática administrativa do novo Estado do Rio, cuja reportagem passo a ler para que conste dos Anais do Congresso Nacional:

"NO ESTADO DO RIO, DIFICULDADES AINDA SUPERAM VANTAGENS

As vantagens esperadas pelo Governo Federal com a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara são conhecidas: surgiu uma nova unidade federada, com 9 milhões de habitantes, que é o segundo Estado brasileiro, o segundo em produção industrial, o segundo em número de veículos, o terceiro em produção de energia elétrica, e o mais poderoso como atração turística.

As dificuldades da fusão e da instalação da região metropolitana do Grande Rio, contudo, começam a aparecer e são tão grandes que talvez superem as vantagens.

O custeio da fusão é o problema maior. A política de pessoal é outro item delicado, pois as diferenças de capacitação e vencimentos são enormes entre o funcionalismo dos Estados extintos, e talvez seja necessário um terceiro quadro de pessoal, ao qual terão acesso os que forem aprovados em testes ou aperfeiçoados em cursos especializados.

Dívidas

O plano de diretrizes para a implantação da fusão estabelece que a ação do Poder Executivo se baseará no planejamento como método de Governo. Foram previstas dificuldades de custeio normais mas não houve uma previsão da dívida deixada pelos dois Estados. Até agora, o Governo do novo Estado do Rio ainda não sabe, exatamente, o que deve. Na primeira vez que falou à imprensa, Faria Lima disse que "em números redondos" a dívida era de um bilhão e 560 milhões de cruzeiros.

Uma semana depois, voltou a falar para retificar o que disse. Informou que, sem contar a dívida da administração indireta, o total se elevava a 2 bilhões e 200 milhões de cruzeiros. Sabe-se, porém, que o débito deixado pelos Estados extintos já alcança mais de 4 bilhões de cruzeiros, embora essa quantia não tenha sido confirmada oficialmente. Pressionado pelos empreiteiros e fornecedores do Estado, que chegaram, inclusive, a ameaçar paralisar obras e sustar o fornecimento de materiais, Faria Lima recorreu ao Governo Federal, que autorizou um auxílio de 100 milhões de cruzeiros importância suficiente, apenas para pagar 1/3 do débito. Praticamente, em termos de ação baseada em planejamento, o Governo do novo Estado está parado. Já que só pretende executar planos e projetos com a necessária cobertura financeira e conhecimento da dívida. Projetos de "pê no chão" e não de "prateleira", como dizem os técnicos. Mas enquanto não conhece a dívida total — ainda recentemente uma reunião do Conselho de Desenvolvimento foi adiada por falta desta informação — as estimativas do programa estão sendo todas reformuladas diante da elevada dívida.

Contradições

Os funcionários públicos do novo Estado, especialmente, os do antigo Estado do Rio, no emaranhado de decretos e leis, têm uma esperança: o conflito existente entre o Decreto nº 1, e a Lei Complementar nº 20. Esta manda aproveitar no quadro permanente do Estado do Rio de Ja-

neiro (novo) os funcionários públicos estáveis do antigo Estado, o que foi completamente anulado pelo Decreto nº 1, que os remeteu ao quadro suplementar nº 3, dificultando o acesso aos demais quadros, quando teriam e têm direito líquido e certo de estarem no primeiro escalão funcional. Alguns juristas fluminenses entendem que os funcionários podem recorrer à Justiça e tentar apostilar o que determina a Lei Complementar nº 20, garantindo, assim, o acesso ao quadro permanente, caso a administração estadual não queira reconhecer este direito. O certo é que existem numerosas contradições que precisam ser corrigidas como, por exemplo, o caso de funções iguais e salários diferentes. Não houve fusão em termos de pessoal. Existe uma tabela de pagamento para o funcionalismo do antigo Estado do Rio e outra para os da extinta Guanabara.

Dualidade

Além da dualidade no sistema de tratamento para o pessoal do novo Estado, nas mesmas condições permanecem os Serviços das Loterias e da Imprensa Oficial. Continuam operando as duas loterias estaduais — Joteg e Loterj — uma funcionando às terças e outras às 6^{as}-feiras. A antiga Imprensa Oficial do Estado do Rio, em Niterói, com um parque gráfico moderníssimo, está completamente parada. O Governo está usando as oficinas da Imprensa Nacional, no Rio para edição dos Diários Oficiais. Isso sem falar no Boletim Oficial, órgão de circulação restrita onde saem as nomeações que, estranhamente, não aparecem no **Diário Oficial**. “O Boletim” foi criado no governo Chagas Freitas e mantido pelo governo do novo Estado, sob alegação de que o contrato só vai acabar dentro de seis meses.

Mais escolas, estradas vicinais para escoamento da produção, saneamento, ampliação da rede elétrica, postos de saúde e, principalmente recursos financeiros do Estado são as reivindicações que, quase diariamente, o Governador Faria Lima ouve de 64 prefeitos, em geral do Interior do Estado.

A todos o Governador promete que vai atender, mas tudo deverá ficar apenas na promessa. É que a Lei Complementar nº 14 de 1973 que criou as regiões metropolitanas é muito clara quando estabelece prioridade de recursos federais e estaduais, inclusive sob forma de financiamentos e garantia de empréstimo para os municípios da região do Grande Rio. São apenas 14 os municípios que se beneficiam da lei. Os outros — exatamente 50 — vão ter muito que esperar por recursos financeiros. E isso, a maioria dos prefeitos do Interior do Estado desconhece, naturalmente, por falta de um assessoramento técnico.

Decreto 36

Cerca de 2.500 funcionários do antigo Estado do Rio irão receber, por tempo ainda indeterminado, apenas 30 por cento de seus vencimentos, porque se nada a eles fosse pago, continuariam devendo ao Estado. O Governo Padilha fez uma reclassificação dos servidores de alguns órgãos aumentando os seus vencimentos em até 500 por cento, como foi o caso de alguns engenheiros que ganhavam Cr\$ 1.800,00 e passaram a ganhar entre Cr\$5.800,00 e Cr\$ 7 mil. Outros funcionários que tinham salários de Cr\$500,00 passaram a perceber uma gratificação mensal de Cr\$ 2.500,00, posteriormente incorporada ao salário.

O Governador Faria Lima, mediante o Decreto-lei nº 36, decidiu revogar todos os atos geradores dessas vantagens porque foram concedidas contrariando a Lei Complementar nº 20 — Lei da Fusão. Os funcionários que ganhavam Cr\$ 500,00 estão recebendo apenas Cr\$ 150,00 por mês, uma vez que estão sendo descontados Cr\$350,00 por

mês até que seja completada a devolução dos Cr\$ 2.500,00 que receberam a mais.

Sr. Presidente, não é preciso aditar outras razões para justificar minha presença nesta tribuna, preocupado com a descolorida imagem de vitalidade do novo Estado do Rio, a fim de que o Presidente Ernesto Geisel, o idealizador e principal artífice da fusão RJ-GB, promova as providências cabíveis, inclusive com a destinação de maiores recursos financeiros, a fim de que sejam superadas as dificuldades que vêm retardando ou impedindo a ação do Governo fluminense, na implantação da nova unidade federada. Isto basta!

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Com a palavra a nobre Deputada Lygia Lessa Bastos.

A SRA. LYGIA LESSA BASTOS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, antiga sócia da Cruz Vermelha Brasileira, senti-me extremamente honrada ao receber o seguinte ofício:

“Exm^a Sr^a Deputada Lygia Lessa Bastos:

O ano de 1975 foi consagrado pelas Nações Unidas à Mulher. E as cento e vinte sete sociedades nacionais da Cruz Vermelha participam das comemorações que, no corrente ano, focalizarão a personalidade feminina.

O dia 8 de maio, Dia Mundial da Cruz Vermelha, será dedicado à Mulher e a Cruz Vermelha Brasileira, comemorando essa data, chamará patricius nossas, que se destacaram nos mais variados setores, a participar das solenidades que marcarão esse dia.

Portanto, vimos convidar V. Ex^a para comparecer à sede de nossa entidade a fim de manifestarmos de público, a homenagem e o reconhecimento a que faz jus pelo que vem realizando como Educadora e personalidade líder na Política Brasileira.

A cerimônia será realizada no dia 8 de maio, quinta-feira, no auditório da Praça da Cruz Vermelha nº 10, 1^o andar.

Aguardando a confirmação de sua presença, subscrevo-me, atenciosamente,

Mavy d'Aché Assumpção Harmon

(Presidente em exercício)”

Esse amabilíssimo convite, ao qual não pude aquiescer porque nesta data o meu dever é comparecer a esta tribuna justamente para falar sobre a Cruz Vermelha, recebeu de minha parte a seguinte resposta:

“Exm^a Sr^a:

Saudações.

Em resposta ao ofício C-228 de 24 de abril do corrente ano, no qual V. Ex^a me comunica a atitude que a Cruz Vermelha Brasileira vai tomar em relação à mulher, nas solenidades a serem realizadas no 8 de maio fluente, devo informá-lo que nessa data não poderei estar presente ao local designado para as solenidades, mas que em Brasília, onde então estarei, espero ter oportunidade de enaltecer os serviços que a Cruz Vermelha tem prestado ao Brasil.

Agradeço as referências elogiosas feitas à minha pessoa e qualquer homenagem que me venha a ser prestada.

Sem mais, renovo os protestos de minha admiração e estima,

Lygia Lessa Bastos”

Sr. Presidente, a Cruz Vermelha Universal, que tantos serviços há prestado à Humanidade, tem como uma de suas finalidades básicas, a formação de servidores capazes de, em tempo de guerra ou de calamidade pública, poderem prestar assistência aos necessitados, sem distinção de raças, crenças, opiniões e atitudes, na situação em que se encontrarem. Essa idéia surgiu das observações feitas por Henri Dunant no livro “Recordações de Solferino”, onde narrava a batalha do mesmo nome, na qual ficaram mortos ou moribundos

cêrca de quarenta mil homens sem que contassem com a assistência médica adequada. Em consequência dessa publicação, lançou-se uma campanha com o objetivo de melhorar a assistência às vítimas de guerra e de formar, em cada país, sociedades que, nos anos de paz, organizassem e treinassem homens e mulheres para cuidar dos feridos quando sobreviessem guerras. Em 1863, uma conferência reuniu em Genebra 36 delegados de 16 países para pôr essa idéia em execução, sendo lançados então os princípios fundamentais da Cruz Vermelha. Foi definitivamente fundada a 8 de agosto de 1864 na conferência realizada em Genebra, da qual participaram representantes de 12 países e, através da experiência de guerra, teve seus objetivos alargados para incluir também: as vítimas da guerra naval (1907), prisioneiros de guerra (1929) e civis em tempo de guerra (1949).

A Cruz Vermelha Internacional não é útil apenas em tempo de guerra, pois durante o estado de paz também presta grandes serviços no terreno da assistência social.

Quanto à sua organização, tem no Comitê Internacional da Cruz Vermelha, composto de 25 cidadãos suíços, com sede em Genebra, seu órgão supremo. Este tem por finalidade: o reconhecimento das novas sociedades internacionais da Cruz Vermelha; a observação e o aperfeiçoamento das convenções comunitárias internacionais; a atuação como intermédio benevolente entre os governos e as sociedades em tempo de guerra internacional ou civil. Quando há guerra, o Comitê organiza centros de informação sobre prisioneiros, visita os campos de prisioneiros e procura melhorar por todos os meios a condição dos internos. Em tempo de paz, age como intermediário entre os governos e as sociedades nacionais ou outras organizações de assistência, com o objetivo de aliviar ou permitir que outros aliviem o sofrimento humano. Em matéria de política, religião ou raça, a Cruz Vermelha manifesta uma independência e uma imparcialidade absolutas, e seu órgão supremo já recebeu por duas vezes o Prêmio Nobel da Paz: em 1917 e em 1941, em reconhecimento aos grandes serviços que tem prestado à humanidade quer nos tempos de guerra, quer nos de paz.

Outro organismo de assistência social que não pode ser esquecido é a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, fundada em 1919 e com sede também em Genebra. Dedicase à assistência hospitalar, enfermagem, assistência social, assistência jurídica a refugiados e apátridas; Cruz Vermelha Juvenil, a socorros em caso de calamidades públicas e catástrofes naturais, etc... As primeiras sociedades apareceram na França, na Bélgica e na Itália e atualmente seu número remonta a cento e vinte sete. Para obter seu reconhecimento, essas sociedades devem preencher certas condições: devem ser criadas em países cujos governos tenham aderido às convenções de Genebra, devem ser reconhecidas por seus governos e atuar como auxiliares das instituições públicas de prevenção, de cuidados e de assistência. Na maioria das nações onde existe a Cruz Vermelha o símbolo usado para distingui-la é uma Cruz Vermelha em campo branco; entretanto, nos países árabes o emblema é constituído por um crescente vermelho e no Irã por um leão e um sol vermelho. A Liga das Nações é dirigida por um conselho de governadores composto de um representante de cada sociedade nacional, reunindo-se de dois em dois anos. Quando não está em sessão, o Conselho delega sua autoridade a um Comitê Executivo, composto do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho e de 12 representantes de sociedades nacionais. Seu secretariado, que se mantém informado sobre os programas de todas as sociedades nacionais, oferece sugestões para o desenvolvimento e expansão desses trabalhos e procura criar freqüentes oportunidades de contato entre os representantes das diversas organizações internacionais através de programas de visitas e conferências regionais.

A Cruz Vermelha Brasileira, uma das sociedades nacionais da Cruz Vermelha, foi criada a 5 de dezembro de 1908 e teve como seu primeiro presidente, o grande cientista Oswaldo Cruz.

A Cruz Vermelha Internacional tem prestado serviços em todas as guerras travadas depois de sua fundação; entretanto devemos salientar que maior foi sua atuação durante as duas guerras mundiais: a de 1914 a 1918 e a de 1939 a 1945.

Outros serviços prestados pela Cruz Vermelha, nas diversas nações onde ela existe, estão na atenção aos primeiros socorros e à prevenção de acidentes, no treinamento de enfermeiras, na higiene escolar, na criação de orfanatos, na manutenção de bancos de sangue, no programa de clínicas móveis para os trabalhadores rurais etc...

Diante de tudo quanto acabei de dizer deve-se concluir afirmando que o aniversário de fundação dessa Instituição deve ser comemorado com muito entusiasmo e respeito.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Viana Neto.

O SR. VIANA NETO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a esta tribuna, de muito maior uso para criticar, reivindicar e postular, venho hoje para aplaudir. Para aplaudir o Governador do meu Estado, Prof. Roberto Santos, pela lucidez administrativa demonstrada no documento em que apresentou aos baianos sua estratégia governamental. Do documento — a que modestamente S. Ex.^a chamou "Diretriz para a Ação Governamental" — deajo salientar três aspectos distintos, mas todos eles marcados pela competência e pelo espírito público do ilustre governante.

Primeiramente, enfatizo a racionalidade das prioridades, todas elas definidas à luz do cuidadoso diagnóstico sócio-econômico da Bahia, onde não se pode encobrir a extrema pobreza em que vivem as populações do interior que, em extensas regiões, não conseguem sequer ultrapassar a barreira da penúria, marcada pela renda per capita inferior a cem dólares. Mas, precisamente porque nascidas de diagnóstico realista — que não ignora a dolorosa realidade, mas não a aceita como desígnio dos deuses — as diretrizes do governo baiano não adotaram outra medida para definir as preferências governamentais que não fossem a utilidade e a repercussão social dos investimentos. Vale dizer, Sr. Presidente, que no atual Governo baiano não haverá obras de fachada, forma legal de malbaratar investimentos e recursos de regiões subdesenvolvidas; obras que poderão talvez impressionar a opinião pública menos avisada, mas que certamente não conseguirão melhorar as condições de vida do povo. Aliás, não terá sido por outro motivo que o eminente Presidente Geisel recomendou aos atuais Governadores evitarem obras de mármore e vidro, que representam um escárnio ao sofrimento do povo.

Por igual, Sr. Presidente, deajo realçar a perfeita articulação do plano de governo da Bahia com o II PND, espinha dorsal de toda a ação governamental no País, numa demonstração de que o Governador Roberto Santos está consciente de que somar esforços é o único caminho para os que não têm tempo a perder e não desejam dissipar recursos do povo.

Sr. Presidente, deajo ainda assinalar que o plano de ação do governo da Bahia busca, não apenas acionar todas as forças para promover o desenvolvimento do Estado, mas também zelar para que os frutos do progresso sejam repartidos por todas as camadas sociais, notadamente as mais humildes, preocupação constante nas Diretrizes do novo governo baiano. Para concluir, poderia afirmar que o Governador da Bahia entende ser o progresso apenas meio, e que é o homem o princípio e o fim de toda a ação governamental.

Por esses motivos, Sr. Presidente, me pareceu adequado vir à tribuna fazer coro com os meus conterrâneos nos merecidos aplausos ao Governador de nosso Estado, que, sem favor nem lisonja, começa sua administração com o pé direito, acendendo novas esperanças nos corações dos baianos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Herbert Levy.

O SR. HERBERT LEVY (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não tendo tido oportunidade de encaminhar a votação da matéria agora sob exame do Congresso, desejo tecer algumas rápidas considerações a respeito.

Sr. Presidente, é muito fácil propor benefícios, mas é preciso medir as conseqüências das medidas propostas. No caso da redução do tempo de serviço para aposentadoria, convém lembrar que o peso imposto àqueles que continuam na força ativa de trabalho é muito grande. As contribuições aos institutos teriam que ser majoradas, com prejuízo para os trabalhadores na ativa; os custos de produção seriam igualmente onerados, sacrificando o consumidor.

Sabemos que a idade para aposentadoria no Brasil não é exagerada. Conhecemos, todos nós, dezenas ou centenas de exemplos de pessoas que se aposentam ainda bastantes jovens e continuam a exercer atividade em outros setores, em outros empregos.

Não há, portanto, nenhuma necessidade evidente de se reduzir o tempo de serviço necessário para alcançar o benefício da aposentadoria.

Quero ainda lembrar que num vizinho país — o Uruguai — precisamente em virtude de sua liberalidade em matéria de aposentadoria, os seus jubilados representam um peso insuportável para a economia interna, o que impediu até hoje a nação amiga de ordenar e restabelecer sua situação econômica.

Era o que queria ponderar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Monsenhor Ferreira Lima.

O MONSENHOR FERREIRA LIMA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não poderia faltar, neste instante, com uma palavra de solidariedade ao Episcopado da Hungria, pela morte do grande mártir Cardeal Mindszenty.

O mundo inteiro acompanhou o drama da resistência dessa figura heróica da história da Igreja, desde 1948, ao impacto terrível da máquina esmagadora do bolchevismo que destrói a liberdade e sufoca a voz da verdade.

Gostaria, Sr. Presidente, de ler um trecho em que se relata o sofrimento de S. Eminência, o Cardeal Mindszenty, glória da Igreja em todos os tempos:

"Preso em 1948, foi submetido a toda sorte de humilhação. Respeitável por sua figura humana, por sua cultura e por sua dignidade de Sacerdote e Cardeal da Igreja, foi obrigado a vestir uma roupa de polichinelo, sob as gargalhadas da guarda da prisão. Depois de humilhado, ainda foi submetido miseravelmente ao ato de despir-se diante dos soldados da guarda. Depois de despido, prostrado ao chão, foi espezinhado e maltratado por toda sorte de suplicios."

Durante 25 anos o Cardeal Mindszenty esteve sob o peso de uma prisão avassalante, que destruiu todas as manifestações humanas de liberdade. Portanto, desta tribuna do Parlamento Nacional, associamo-nos ao sofrimento da Igreja do Silêncio da Hungria e solidarizamos-nos com esse grande mártir da História, o cardeal Mindszenty.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ernesto Valente.

O SR. ERNESTO VALENTE (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejando aproveitar este grato ensejo em que se acha reunido o Congresso, para decidir sobre matéria de interesse nacional, desejo registrar com especial referência, o aniversário da VARIG — Viação Aérea do Rio Grande do Sul — ontem comemorado, data em que, infelizmente, não nos foi possível usar da palavra.

A VARIG, esta grande empresa nacional, não só é motivo de orgulho para o Brasil, mas já se apresenta, no setor dos transportes aéreos, como uma das maiores empresas atuantes em todos os quadrantes do mundo. Fundada a 7 de maio de 1927 pelo pioneiro Otto Mayer, contando apenas com dois pequenos hidroaviões, através dos anos e sob o impulso e o dinamismo de Rubem Berta, a VARIG, atualmente sob a direção fecunda de Erik de Carvalho, transformou-se numa potência, com três DC-10, 16 Boeing 707, 9 Boeing 727, 9 Boeing 737, 10 Eletra-2 e 8 Avro, com capital de 222 milhões de cruzeiros. Quero, nesta oportunidade em que me congratulo com a VARIG, sobretudo com o seu Consultor Jurídico, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, um de seus fundadores, e com o nosso ex-colega Américo de Souza, hoje um dos seus diretores, atuando em Brasília, parabenizar as grandes empresas nacionais e a própria aviação brasileira, ao ensejo do transcurso do 48º aniversário daquela portentosa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jacob Carolo.

O SR. JACOB CAROLO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há poucos dias visitou esta Casa, mantendo demorado encontro com os Srs. Deputados, o Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, Luís Gonzaga Nascimento e Silva.

S. Ex.^a, sem nenhum favor, uma das mais notáveis inteligências deste País, é, também, com sua cultura multiforme e suas qualidades excepcionais de administrador, o mais indicado — entre tantos brasileiros ilustres e de igual nomeada — a gerir os assuntos da Pasta que brilhantemente ocupa, com denodado devotamento.

Todos reconhecem não ser tarefa fácil a implantação de um Ministério. O da Previdência e Assistência Social visualiza o homem não somente como o agente do desenvolvimento econômico, mas, principalmente, como o destinatário da resultante do desenvolvimento e do bem-estar, tendo em vista a imperiosa necessidade de edificação de uma sociedade "mais humana e mais harmoniosa... livre das tensões sociais e políticas", sociedade esta que, após tão importantes conquistas econômicas, não "pode proteger apenas uma parte de sua população, enquanto uma grande massa de brasileiros sobrevive quase que de esmolas", como salientou o eminente Ministro Nascimento e Silva, na Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados.

Para evitar esta dicotomia de dois "Brasis", o Ministério da Previdência e Assistência Social segue uma orientação pragmática para a qual concorrem os fatores vários que permitem uma política de assistência médica à população brasileira, atendendo às características regionais, obedecendo as tendências próprias em adequação às necessidades e peculiaridades de cada região do País.

Em muitas cidades brasileiras, contudo, em que pese a boa qualidade da assistência médica prestada à população, a inexistência de Agências do INPS obriga o contribuinte a deslocamentos para outras localidades, a fim de cumprir formalidades burocráticas que permitam usufruir dos benefícios a que tem direito como segurado do INPS.

Se o ideal de instalação de uma Agência do INPS em cada município brasileiro é de todo inviável, no momento, não há justificativa, porém, para que municípios populosos, com grande massa trabalhadora, concorrendo substancialmente para a riqueza nacional, não disponham de uma Agência.

Há muitos anos o município de Fernandópolis, no meu Estado, reclama a instalação de uma Agência do INPS, existindo desde o ano de 1968 os estudos necessários para a sua criação, instruindo um processo fundamentado em pareceres favoráveis dos órgãos do INPS em São Paulo.

Não se compreende, não se justifica, Sr. Presidente e Srs. Deputados, possa a estrutura administrativa do INPS retardar a legítima reivindicação do próspero município paulista, cuja população,

ao tempo da solicitação, já comportava o pedido. Após o início da construção da Hidrelétrica de Água Vermelha, com elevado contingente de trabalhadores, tornou-se imprescindível o atendimento da solicitação da municipalidade.

Não se conforma a população de Fernandópolis permaneça o seu pedido paralisado na Subdiretoria Regional de Planejamento, esperando ordens da Diretoria de Planejamento que, por sua vez, nada faz, aguardando para dar prosseguimento ao novo Plano de Classificação de Cargos, consoante o Decreto nº 72.912, de 10 de outubro de 1973.

Se antes de 1973 já se impunha a criação e instalação da Agência do INPS em Fernandópolis, nos últimos dois anos, a despeito da não instauração do novo Plano de Classificação de Cargos, o adensamento demográfico e as vicissitudes dos habitantes de Fernandópolis impõem com maior vigor o atendimento da pretensão solicitada.

A inexistência da Agência do INPS é causa de transtornos e de efetivo desperdício de tempo para o beneficiário, em nada concorrendo para o aperfeiçoamento da Previdência e Assistência Social, dificultando a assistência médica, com sérios prejuízos para a população.

Apelamos, pois, ao Excelentíssimo Senhor Ministro Nascimento e Silva, determine ao INPS agilizar seu mecanismo burocrático, a fim de superar as limitações existentes, atendendo ao justo anseio da população de Fernandópolis, cujo pedido insere-se na filosofia pragmática do M.P.A.S.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pacheco Chaves.

O SR. PACHECO CHAVES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quase diariamente, vemos nos jornais notícias sobre novos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação. Os grandes recursos oriundos do FGTS são, hoje, utilizados para toda espécie de investimento, exceto para a solução do gravíssimo problema habitacional brasileiro, razão de ser do BNH e dos enormes recursos que para ele foram canalizados.

Estamos diante de grave e crescente distorção. Durante muitos anos, a política habitacional estabelecida com a criação do BNH serviu de tema para a colossal publicidade com que se quis entorpecer a opinião pública neste País. Agora, esse milagre habitacional não mais é o objeto de loas por parte dos áulicos. Sobre o problema habitacional recai grande silêncio. Após erros, distorções, abusos e fracassos, que povoaram o País de enormes conjuntos residenciais abandonados ou transformados em grandes favelas, vem o silêncio. Em vez da apuração de erros e, sobretudo, abusos, quer para as necessárias punições como para as indispensáveis correções, o BNH adotou posição a mais cômoda e fácil: relega sempre mais o setor habitacional, lançando seus recursos em toda parte, na predominância de investimentos nitidamente inconvenientes, pois não lhe trarão lucros e, em numerosos casos, sequer se conseguirá o retorno do capital investido.

Evidente, Sr. Presidente, que o grave problema habitacional vai-se agravando continuamente, sob a aceleração do crescimento nacional e do vertiginoso processo de urbanização. Dados oficiais divulgados pela imprensa especializada mostram que, em 1973, foram construídas 148.066 unidades residenciais, número este que, em 1974, caiu para 76.053, numa queda superior a 50%. Não nos será difícil prever que este ano menor será, ainda, o número de novas unidades construídas, na mais enfática demonstração do desvirtuamento das finalidades do BNH. Além do desrespeito à lei, estamos diante de erro que terá consequências dramáticas a prazo curto, pois não haverá temeridade em prever que o problema habitacional alcançará, em poucos anos, proporções alarmantes, com as mais profundas repercussões sociais em todo o País.

No início da atual administração do BNH houve uma celeuma sobre erros e abusos passados. Houve, mesmo, um relatório sigiloso que, segundo noticiou a imprensa, foi entregue ao Presidente da

República. É que continuamos sujeitos a um dos mais terríveis erros surgidos no Brasil a partir de 1964: erros, distorções, fracassos, abusos e até escândalos que ocorram em qualquer setor da administração pública são mantidos ocultos, com a preocupação de que não venham a redundar em desprestígio para a Revolução. Acredito que nada atinge tanto a confiança pública quanto essa conduta lastimável, que apenas serve para proteger aqueles que desmereceram a confiança neles depositada.

É o que se dá com o BNH. Agravado o erro com aquele outro a que já nos referimos: em vez de concentrar-se na difícil e complexa solução da questão habitacional, o BNH dela se afasta e vai distribuindo seu dinheiro em tudo e por todos, como se no Brasil não houvesse ninguém sem residência. Urge, Sr. Presidente, que o Presidente da República impeça essa situação errada, recolocando o BNH dentro de suas reais finalidades: dar casa própria ao povo!

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, se palavras bastassem para medir grandezas e expressar realidades, os versos de Vera Lúcia Pereira Coelho ainda seriam poucos para definir Silva Jardim, município de meu Estado que hoje, 8 de maio, completa mais um ano de emancipação política e administrativa.

“Silva Jardim
Onde a gente tem desejos
de ser pássaro e voar, voar...
pelos bosques em flor,
e ao esplendor das palmeiras em festa,
exaltar a beleza, a vida, o amor!”

Sem dúvida, o município de Silva Jardim ainda consegue preservar a natureza, a liberdade dos pássaros, o esplendor das palmeiras e a atitude reverente do cipreste, como que em oração.

Preserva o seu povo de alma pura, gente de tradições rígidas, onde a palavra é documento e os compromissos se cumprem religiosamente.

Não lhe alcançam os arroubos do progresso que agora mais facilmente lhe vai visitar.

A BR—101 já atravessa seu território e lhe promete provisões que sem roubar-lhe a quietude, há de levar-lhe a melhores dias de progresso e afirmação.

Berço de Antonio da Silva Jardim, ilustre fluminense de tempos idos, a justiça que imperava nos atos dos Governos de Velha Província fez com que o topônimo antigo — Capivari, fosse mudado para Silva Jardim.

Outro filho ilustre de Capivari foi Alfredo Backer, que chegou ao Governo da Província.

Alguns historiadores afirmam que o imortal poeta Casimiro de Abreu também nasceu em terras de Silva Jardim, que tem fronteiras com o atual Município de Casimiro de Abreu.

Afirmam os observadores que Silva Jardim se impõe pela simplicidade de seu povo, meigo e hospitaleiro, sobretudo carinhoso para os que lá vão.

Com seus quase 20 mil habitantes, ocupa área de 956 quilômetros quadrados. O seu clima é dos mais amenos e sua água é simplesmente fabulosa.

Quero saudar o povo de Silva Jardim, no dia 8 de maio, sua festa maior.

Que continue sua trajetória de hospitalidade e progresso. Que lhe voltem os dias das riquezas do café e que seus filhos nunca percam a esperança no futuro.

O Município de Silva Jardim é exemplo da convivência do passado com o presente, onde o modernismo não espanta os princípios de moral e onde a moralidade não vacila em manter-se em face dos avanços do despudor e da ausência do respeito.

Saúdo as autoridades municipais, Prefeitos, Vereadores, Juiz de Direito, Delegado e quantos mais constituam a sociedade de Silva Jardim, sem esquecer-me dos que lavram a terra e semeiam os campos, principal atividade do município.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quando, neste Plenário, o povo brasileiro, através de seus representantes, em missão constituinte, exercendo assim o seu mais alto ato de poder, julgo da maior oportunidade solicitar a V. Ex^a para que constem dos Anais as Ordens do Dia do Exército, Marinha e Aeronáutica, alusivas ao 30º aniversário da vitória dos aliados sobre o nazi-fascismo:

“ORDEM DO DIA DO EXÉRCITO

Dia da Vitória — 8 de maio de 1945.

Após quase seis anos de lutas cruentas, consumindo milhões de vidas preciosas e recursos materiais incalculáveis, ressurgiu para o mundo, angustiado pelos horrores da guerra, a esperança de um porvir mais feliz, trazida pelas perspectivas de uma paz verdadeira e duradoura.

A vitória das forças aliadas sobre o totalitarismo representou, antes de tudo, a superioridade dos princípios liberais e democráticos sobre o desejo manifesto — de Governos inspirados pela ambição e pelo ódio — de impor aos outros povos a aceitação de suas idéias e a submissão aos seus interesses.

Todavia, para readquirir a tranquilidade e a segurança, necessárias ao trabalho sereno e construtivo, a humanidade teve de pagar um elevado preço.

Episódios como a retirada de Dunquerque, o massacre de Lidice, os bombardeios de Hiroxima e Nagasáqui, a dizimação dos etíopes, a batalha da Inglaterra, o desembarque nas praias da Normandia e a completa destruição de Berlim, entre outros, trazem-nos à lembrança momentos de dor e de desespero, que tiveram como conseqüências mais lamentáveis, além das vidas ceifadas, um impressionante saldo de mutilados e doentes mentais e uma paisagem desoladora, onde a fome, a miséria, a orfandade e o desabrigo justificavam todos os procedimentos.

Atacado em sua soberania, o Brasil, fiel às suas origens e aos princípios cultuados pela nossa gente, lançou-se na luta, contribuindo com a sua parcela de esforço para que fossem abreviados os sofrimentos de todos.

Nas gélidas encostas dos Apeninos, os corpos de nossos pracinhas assinalaram a passagem vitoriosa da Força Expedicionária Brasileira. Combatendo em céus italianos, os valerosos aviadores do 1º Grupo de Caça infligiram danos consideráveis ao inimigo mas tiveram de lamentar, em muitas de suas surtidas, a perda de companheiros diletos. A Marinha de Guerra, no cumprimento da gigantesca tarefa de patrulhamento de um litoral de 7 mil quilômetros e na escolta aos comboios de tropa e de suprimentos, viu sepultados, nas profundezas do Atlântico, muitos dos seus heróicos oficiais e praças. Famílias brasileiras cobriram-se de luto, quando os nossos navios mercantes, no transporte normal de passageiros e cargas, foram covardemente torpedados e afundados, arrastando consigo inocentes vítimas.

Apesar de tantos sacrifícios e de tantos prejuízos materiais, o exemplo da Segunda Grande Guerra parece não ter sido suficiente para desestimular os propósitos de impor, pela violência, doutrinas políticas exóticas, perturbando a vida normal e o direito de cada povo de conduzir os seus destinos.

Um outro totalitarismo, insidioso e persistente, aí está, em plena atividade, lutando, por formas diversas, para substituir os regimes ainda livres dos nossos dias, por Governos de títeres, subservientes à sua ideologia materialista e sem fronteiras.

Ao comemorarmos, nesta data, a vitória das forças aliadas, não podemos fugir à triste realidade que nos envolve: a tão sonhada paz mundial ainda é apenas uma esperança.

Em homenagem aos que se imolaram para impedir que o nazi-fascismo dominasse o mundo, reafirmamos a nossa disposição inabalável de lutar para que seja mantido o clima de ordem e de progresso em que, efetiva e invejadamente, vive e floresce o País.”

ORDEM DO DIA DA MARINHA

“Há 30 anos a guerra em solo europeu chegava ao fim, afastando da luta, pela capitulação, os nossos adversários daquele continente. Alguns meses, no entanto, ainda foram consumidos até o término total do mais sangrento conflito de todos os tempos, o que nos trouxe, em consequência, a irreparável perda do nosso cruzador Bahia e de centenas de saudosos companheiros que com ele afundaram no sagrado cumprimento de seus deveres para com a Pátria, juntando os seus nomes aos demais heróis que se sacrificaram na corveta Camaquã, no navio auxiliar Vital de Oliveira e em muitas outras unidades de nossa Marinha e da Marinha Mercante, desde o começo de nossa campanha naval em 1942.

É inegável a índole pacífica do nosso País, sempre fiel às suas tradições de paz, liberdade e respeito às demais nações, o Brasil jamais provocou ou iniciou uma guerra e nas poucas vezes em que se viu forçado a ela recorrer, o fez por ter sido agredido em sua soberania e ameaçado em sua segurança. Efetivamente, por duas vezes no presente século, ou seja, tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Mundial assim chamadas, sofremos inopinados ataques à nossa Marinha Mercante, com traiçoeiros torpedeamentos e afundamentos de numerosos navios que levaram em seu bojo para o fundo do mar centenas de bravos marujos patrióticos.

Mais do que uma compreensível e justa comemoração de vitória, rendemos, hoje, o tributo de nossa imensa gratidão aos nossos heróis que jazem nas profundezas dos oceanos ou na cripta do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra, mártires da sanha dos ambiciosos de então, que ensanguentaram o mundo numa ânsia desenfreada de poder não menor do que os ambiciosos do presente. Eles morreram em defesa da liberdade, da dignidade humana, da fé cristã e de outras religiões a que os nossos inimigos de hoje chamam de “ópio do povo”. Assim, para que a homenagem que nesta data prestamos a tão pranteados e bravos brasileiros, que deram suas vidas pela preservação daqueles caros e sagrados princípios — tenha, realmente, expressivo significado, é preciso que cerremos fileiras e assumamos o compromisso de fecharmos as nossas portas ao ardiloso e opressor comunismo internacional que, já em 1935, cravou uma primeira punhalada em nossa pátria e tentou repetir o feito, em 1964, sem sucesso graças a Deus e que, pelos acontecimentos mundiais bem recentes, não tenhamos dúvidas, não desistirá de seu perverso intento escravizador.”

ORDEM DO DIA DA AERONÁUTICA

“A história da conquista da liberdade tem no nazi-fascismo o seu mais significativo retrocesso.

Vendo na democracia “não a forma de um princípio, mas um princípio sem forma”; no parlamentarismo a anarquia constitucional e, na república, a negação da autoridade,

tentaram alterar, profundamente, valores básicos da civilização.

Ao povo alemão, com um passado autocrático, envolto na maior crise econômica que até então conhecera e descrente ante a impotência do Parlamento, não foi difícil enganar. A paz humilhante de Versalhes foi a chama capaz de incendiar o sentimento nacional e motivá-lo no sentido de restaurar, pelas armas, a dignidade nacional.

Este sonho louco de conquista teve o seu final em 8 de maio de 1945. Era o Dia da Vitória, vitória do homem e da civilização.

A Força Aérea Brasileira viveu este instante memorável na história dos povos, não sem antes conhecer e participar da dura escalada da guerra. Lá estivemos por um imperativo da consciência, lutando por princípios que, acima das nações, representam um ideal de fraternidade e justiça, incompatível com as aspirações de hegemonia que caracterizam os Estados totalitários.

Os descaminhos do pós-guerra e as distorções no campo da coexistência entre nações, em nada modificam o nosso pensar da repulsa a toda e qualquer forma de expansionismo, pouco significando a sua procedência.

Que o exemplo dos que lá estiveram em defesa de um mundo livre, inspire a todos quantos, por dever e por honra, zelam pela segurança deste país."

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Camargo.

O SR. JOSÉ CAMARGO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo, neste dia memorável em que o Congresso Nacional se reúne para votar duas propostas de Emendas à Constituição da maior importância, qual seja a redução de tempo para aposentadoria para o homem para 30 anos e da mulher para 25, e a implantação do divórcio no Brasil, fazer o registro do extraordinário feito de nosso patrício Miguel de Oliveira, que acaba de conquistar em Monte Carlo, o título mundial de médio ligeiro.

Há três anos, desta mesma tribuna, tive a felicidade de prever esta conquista, baseado no esforço desse bravo atleta com quem convivo, em Osasco, desde a época em que fui Secretário de Justiça.

Ao louvar Miguel de Oliveira, não posso deixar de lembrar o nome de Oscar Pedrosa Horta Filho, filho de nosso ex-líder, Deputado Pedrosa Horta, seu maior incentivador, responsável pelo apoio moral e material que nunca deixou faltar ao nosso novo campeão.

Brasileiro que sou, e político ligado à grande família de Osasco, cumpro o agradável dever de, fazendo este breve registro, prestar minha homenagem a tão valoroso patrício e particular amigo.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Com a palavra o Sr. Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é realmente crítico o problema da organização administrativa e judiciária no Território de Rondônia. Desde 1971 que, neste Congresso Nacional, tanto nós quanto o eminente Deputado Antônio Pontes, vimos nos batendo pela solução do grave problema. Em Rondônia, de tão crítico, este problema até agora não solucionado se transforma na fonte e origem da insegurança, grilagem de terras e criminalidade excessiva que tanto tem entravado nosso desenvolvimento.

A criminalidade de Rondônia, tantas vezes por nós denunciada desta tribuna, tem origem e força na falta de uma eficiente estrutura administrativa da Justiça no interior do Território. Urgente se faz a criação de novos municípios, comarcas e Varas, para atender aos graves problemas surgidos em Rondônia, em decorrência da ausência de tal estrutura administrativo-judiciária. As ruas do interior se transformaram em amontoados desordenados de casas, por não

contarem com autoridade administrativa local — Prefeitos — responsável pela administração das cidades que surgiram.

Verdadeiras cidades, como Vila de Rondônia, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena, até hoje não são sequer sedes de Prefeituras nem sede de Comarcas. É inconcebível, Sr. Presidente, que tenhamos cidades, em Rondônia, sem Prefeitos e sem Juizes. Daí os problemas sociais não solucionados. Daí a criminalidade impune, com a grilagem das terras. Daí a insegurança e o desordenamento em nosso crescimento urbano.

Tanto o Governo do Território quanto o Ministério do Interior vivem no mundo da lua nessa matéria, eis que não propõem, com a urgência que o problema reclama, a criação de novos Municípios e Comarcas em Rondônia, providência de caráter rotineiro nos Estados Federados. Nos Territórios o problema se transformou em mistério, dada a total incapacidade tanto do Governo do Território, que vem custando caríssimo aos cofres da Nação, em termos de manutenção de sua burocracia, quanto do Ministério do Interior, de proporem uma solução para o problema que se eterniza.

Chega-se ao disparate de a Justiça não dispor de prédio onde possa funcionar o **Forum** de Porto Velho — nossa capital. A calamidade chega a tal ponto que o Juiz precisa colocar editais nos jornais procurando prédios para alugar, a fim de instalar o **Forum**. Quando será construído um novo **Forum** para Porto Velho? O Governo do Território, ao invés de resolver os problemas da cidade e do interior, elevando-as logo à categoria de Municípios, ao contrário, está se preocupando com a criação de pólos urbanos. Como administrar as cidades do interior sem Prefeitos? Como suas populações terão Justiça sem Juiz? A presença de Juizes e Prefeitos nos pólos urbanos não é abordada na sua estruturação, que afinal nada define.

Como se vê, o Governo do Território não propôs a solução do grave problema do interior do Território em que se constitui a criação de novos Municípios e Comarcas.

Esperamos que o Sr. Presidente da República se sensibilize com o assunto. S. Ex.^a já deu provas de sua preocupação com as dificuldades que afligem o heróico povo de Rondônia. Há muito ainda por fazer, mas temos esperanças de que tudo será enfrentado e resolvido pelo Presidente Ernesto Geisel.

Passo a ler parte da exposição feita pelo Governo do Território, em seu programa de ação para o período de 1975/79, sobre a situação de nossas vilas do interior, onde se constata não haver nenhuma perspectiva de solução para os graves problemas dos núcleos populacionais — não propuseram, por exemplo, a elevação de Vila Rondônia a Município, fato simplesmente absurdo e que comprova que a administração do Território vive completamente fora da realidade:

"PROGRAMA DE PÓLOS URBANOS

4.0 — INTRODUÇÃO

O processo de colonização do INCRA ao lado da abertura da Estrada Cuiabá—Porto Velho, criou condições à formação de alguns núcleos que em pouco tempo se desenvolveram desordenadamente devido a uma grande imigração.

Este povoamento recente e explosivo verificou-se em maior evidência ao longo da BR—364, apesar de que também outros núcleos urbanos tenham recebido forte pressão populacional.

Em vista disso, sentiu-se a necessidade de ordenar este crescimento e ao mesmo tempo procurar um modelo para a administração desses núcleos em formação evitando o surgimento de problemas futuros e orientando um desenvolvimento a médio prazo. Optou-se pela seleção de núcleos que por suas características apresentam condições de se transformarem em pólos urbanos com influência regional, comandando o processo de desenvolvimento dos demais núcleos.

Portanto, diante desta política foram escolhidos, a princípio, os seguintes núcleos: Cacoal, Pimenta Bueno, Vilhena e Vila de Rondônia.

4.1 — ESTRATÉGIAS PARA UMA POLÍTICA URBANA

A estratégia, em termos de política urbana e regional, a ser adotada será em síntese, uma programação de investimentos públicos e incentivos a atividades privadas, tendo em vista:

— aproveitar o potencial que tem a região de se diferenciar espacialmente dentro da amazônia;

— fazer uso controlado da concentração de atividades — tendo em vista a viabilização de outras atividades mais dinâmicas e possibilitar um desempenho a altura dos investimentos alocados;

— diferenciar os fluxos migratórios para a aglomeração urbana e rural em áreas previamente escolhidas;

— implantação de atividades que agregam valor dos produtos da região e que possibilitam a fixação da renda pela abertura de opções de investimentos aos capitais acumulados;

— utilização da concentração de atividades e das economias de escala e externas pelo surgimento de mercados e utilização comum de equipamentos inviáveis em uma situação de dispersão populacional;

— escolha de atividades-chaves a serem implantadas nos núcleos e que possibilitem o encandeamento (para frente e para trás) de outras atividades subsidiárias ou complementares;

— criação de vínculos de interdependência entre o núcleo e sua periferia imediata, entre os núcleos e da região com a economia nacional, e

— criar uma economia regional auto-sustentável que evite a extrema dependência dos organismos públicos externos.

4.2 — PROGRAMA DE DISPÊNDIO

Tendo em vista o exposto, os Investimentos Governamentais dos núcleos selecionados deverão seguir a orientação traçada pelas administrações locais dos Polos Urbanos, visando agregar os investimentos setoriais, evitando-se assim, uma dispersão de recursos.

Portanto, no período 1975/79, deverá ser investido nestes núcleos, em equipamentos urbanos as seguintes importâncias em Cr\$ 1.000,00.

1 — Cacoal	42.941
2 — Vila de Rondônia	72.029
3 — Vila de Vilhena	23.752
4 — Vila de Pimenta Bueno	31.750
	<hr/> 170.472

Estes investimentos, estão definidos de acordo com a programação dos Pólos Urbanos, tendo em vista suas necessidades para o período, de acordo com os Quadros de Detalhamento por localidade.

Sr. Presidente, quanto à reforma da organização judiciária dos Territórios, temos conhecimento de quanto se empenhou o o eminente Desembargador Milton Sebastião Barbosa, Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Estudos foram realizados, elaboraram-se anteprojetos e tudo foi encaminhado ao Sr. Ministro da Justiça, em fevereiro, mas até hoje aquele Ministério não transformou em Mensagem a solução do assunto, conforme prescreve a Constituição.

Não se compreende, Sr. Presidente, tanta lentidão no trato de matéria tão grave e crítica, que, no caso, atinge a própria Segurança

Nacional. Em face da gravidade da situação, que permanece sem solução concreta, tomamos a liberdade de encaminhar, hoje, Telex ao Sr. Presidente da República, no qual nos reportamos ao problema nos seguintes termos:

“Destinatário: Presidente Ernesto Geisel

Endereço: Palácio do Planalto — Gabinete —
Brasília — DF

Data: 8-5-75

TEXTO

De Brasília em 8-5-75 — peço vênha Vossa Excelência para apresentar graves problemas que afligem povo Rondônia vg trata-se urgente necessidade de implantação de uma reforma judiciária para os territórios federais vg criando nessas unidades novas comarcas et varas pt Decreto-lei nº 7470/45 que trata problema está desatualizado pt Comarca Porto Velho por exemplo necessita de pelo menos três juízes pt Situação judiciária de Rondônia é tão grave que hoje nossa capital não tem sequer prédio onde se possa funcionar pt Vemos nos jornais edital subscrito pelo atual juiz procurando prédio para alugar onde se possa instalar o fórum pt Se faz urgente atendimento necessidades nossa capital edificando prédio fórum vg condizente atendimento sempre crescente movimento forense pt É também de extrema et urgente providências objetivando criar novos municípios et comarcas em Rondônia vg Cacoal vg Pimenta Bueno vg Vilhena, Vila de Rondônia vg notadamente nas vilas mencionadas pt Decreto-lei nº 411/69 atribui essa douta presidência faculdades para decretação *ex officio* criação novos municípios conforme Artigo 47 daquele diploma legal pt Vilas que mencionamos têm preenchidos requisitos exigidos na lei para serem elevadas categoria de municípios pt Somente com criação novos municípios et comarcas interior de Rondônia vg serão solucionados graves problemas sociais gerados pela insegurança que reina naquele território por falta de uma eficiente estrutura administrativa et judiciária pt Temos conhecimento que Tribunal de Justiça Distrito Federal preparou estudos objetivando reforma judiciária territórios vg estando apenas dependendo aprovação Vossa Excelência quanto conveniência da oportunidade envio mensagem respectiva ao Congresso Nacional pt Problema é realmente grave et comporta urgentes providências de caráter legislativo pt Respeitosas saudações — Deputado Jerônimo Santana.”

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Navarro Vieira.

O SR. NAVARRO VIEIRA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs, Congressistas, ocupamos hoje esta alta tribuna para trazer à Casa a dolorosa notícia do trespasse da Exmª Srª D. Amélia de Sá e deixar registrado nos nossos Anais o profundo pesar sentido em vasta região do sul de Minas Gerais, onde era ela por demais conhecida, estimada e admirada.

Após ter trilhado larga e longa vida exemplar de esposa e mãe, com seus atos profundamente pautados pelos ensinamentos do catolicismo, sempre lhe sobrando tempo para amparar os desfavorecidos da sorte, quer individualmente, quer colaborando com entidades assistenciais, veio a falecer no dia 23 próximo passado, em Guaxupé, progressista cidade mineira, berço de sua numerosa família.

A sua preocupação em estar sempre espargindo o bem tornou-se conhecida e querida de todas as classes sociais da cidade, tendo a Edilidade local outorgado-lhe o título de “1ª Cidadã Benemerita da Cidade”, láurea esta entregue em sessão festiva.

Exemplo esplêndido da mãe mineira, sabendo enfrentar todas as dificuldades companheiras de uma viuvez, não se abateu, lutando heroicamente na educação de vários filhos, nos quais soube estigmatizar suas qualidades de trabalho, honradez e religiosidade, sendo um deles o Prof. Sebastião de Sá, agraciado com o honroso título de "Comendador da Santa Sé".

Prestando, neste pronunciamento, uma homenagem à família da pranteada, com este registro à História, cremos estar representando o pensamento do povo de Guaxupé e, para valorizá-lo, transcrevemos os dizeres com os quais a *Folha do Povo* relatou o infausto acontecimento.

Amélia de Sá

"A morte de D. Amélia de Sá, ocorrida dia 23 último, enluta a cidade, pois que todas as camadas sociais sempre viram na pranteada extinta, uma das mais vigorosas expressões da família guaxupeana.

Sua longa vida foi dedicada ao bem. Mãe zelosa, nas dificuldades da viuvez soube conduzir os filhos e marcou-lhes os nomes numa linhagem de deveres éticos que, bem vivida, a todos tornou pessoas de merecimento e apreço nos meios culturais e sociais do Estado e da cidade, com relevantes serviços prestados à coletividade.

Católica, sua fidelidade à Igreja a destacou através de humilde dedicação à religião e, na década de 50, deu às instituições religiosas e ao clero colaboração das mais generosas. Fez da Caridade sua legenda de vida e aos pobrezinhos, sobretudo aos enfermos, ofereceu sempre as melhores dádivas de seu coração.

Repartiu entre as famílias de Guaxupé sua melhor afeição e respeito e em todas deixou impressiva amizade enormizada ao longo dos anos, pelo carinho que a todos dispensou e pelos préstimos com que as serviu.

Suas qualidades de grande dama foram proclamadas pelo povo, através de Resolução da Câmara Municipal, que lhe conferiu em sessão festiva, quando também foram exaltados os seus méritos por diversos deputados, o título de 1ª Cidadã Benemérita de Guaxupé.

Dona Amélia viveu no amor da família e lhe deram os filhos a ventura de uma velhice tranqüila, entre as rezas com que rendia a Deus suas graças e a paz enternecida de quem viveu num gesto largo de um abraço para acolher o desespero dos sofrendores e a esperança dos que tinham sonhos para sonhar. São seus filhos: Ana (falecida) que foi casada com o Sr. Joaquim Pereira Bastos; Elila, casada com o Sr. Tufi Sayeg; José de Sá (falecido) que foi casado com a Sra. Vanda Madeira de Sá; Carolino de Sá, casado com a Sra. Edit Pinto de Sá; Com. Sebastião de Sá, casado com a Sra. Izabel Silva de Sá; João de Sá, casado com a Sra. Silvia Matos de Sá; Joel de Sá, casado com a Sra. Mirian Freire de Sá. Deixa vários netos e bisnetos."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edgar Martins.

O SR. EDGAR MARTINS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Instituto Nacional de Previdência Social comporta em sua estrutura um organismo que nega as finalidades precípuas da instituição, posto que, atuando demoradamente na apreciação dos processos que lhe são encaminhados, torna-se um instrumento de tortura e prejuízo para inúmeros beneficiários do INPS que a ele recorrem.

Refiro-me às Câmaras de Julgamento de Recursos do INPS.

Ao longo de trinta anos, ou mais, o trabalhador brasileiro desconta sua parcela previdenciária, mês após mês, em favor do INPS,

com o que garante o seu direito a uma aposentadoria que lhe recompense o esforço de uma vida inteira consagrada ao trabalho.

Alcançado o tempo de serviço que lhe permite aposentar-se, o trabalhador busca este direito, afasta-se de seu emprego e espera a remuneração que lhe é devida pela Previdência Social, quando, então, é surpreendido pela reduzida importância que lhe é destinada como prêmio pelo esforço de trinta ou mais anos de trabalho diário.

Aí, então, surge a Câmara de Julgamento de Recursos. A ela se dirige o beneficiário. Requer sejam revistos os critérios determinantes do cálculo de seus salários-prêmio. E espera, até durante anos, sem ver a solução ao requerido.

Daí, avolumaram-se, nessas Câmaras, um sem-número de recursos, aos quais não é dada nenhuma solução, criando um clima de sofrimento e de injustiça para com o beneficiário, que muitas vezes desiste de sua pretensão.

Creio que estas irregularidades ocorrem sem conhecimento da alta direção do INPS.

Entretanto, se não sabiam do crime praticado contra o beneficiário da Previdência Social por essas Câmaras de Julgamento de Recursos, quero denunciar às autoridades do País tamanha e inconsequente medida discricionária, que consiste em protelar as decisões justas e humanas esperadas pelos grandes prejudicados da Previdência, os aposentados, que recebem proventos insignificantes, que não retribuem o esforço despendido em longos anos de serviço prestado ao País.

Esta situação calamitosa chegou ao conhecimento dos ilustres Vereadores da Câmara Municipal de São Carlos, no Estado de São Paulo, onde requerimento foi aprovado unanimemente, subscrito pelos ilustres Vereadores Jamir Leoncio Schiavone, Francisco Xavier Amaral Filho, Romualdo Pozzi, Álvaro Giongo e Rubens Massucio, no sentido de ser dada ciência desta situação a que nos referimos ao INPS e demais autoridades do País.

Recebi, acompanhando o Ofício nº 2.683, daquela Câmara Municipal, assinado pelo Vereador Dr. Emílio Fehr, o requerimento mencionado.

Quero lê-lo para conhecimento de toda a Nação.

Assim, estaremos, com os vereadores de São Carlos, abrindo condições para que sejam revistos os critérios de trabalho dessas Câmaras de Julgamentos de Recursos do INPS, órgãos que não atendem aos interesses imediatos dos aposentados e que retardam soluções que precisam merecer prioridade, no atendimento, por parte da administração da Previdência Social entre nós.

Passarei a ler o requerimento dos Vereadores de São Carlos. Antes, porém, apelo ao INPS para que ponha termo a este estado de coisas.

Eis o texto do requerimento:

"Senhor Presidente, Senhores Vereadores

REQUERIMENTO

Considerando que são inúmeros os processos de aposentadoria que se arrastam pelas diversas Câmaras de Julgamento de Recursos, do INPS, oriundos de contribuintes que não estão satisfeitos com as importâncias pelas quais foram aposentados, algumas delas com valores bem menores do que o salário mínimo vigente na região;

Considerando que essa longa espera coloca os beneficiários recorrentes em grave situação financeira, dificultando a sua sobrevivência e de seus familiares;

Considerando que é a mais flagrante injustiça que o órgão previdenciário comete contra aqueles que durante 30 ou mais anos contribuíram religiosamente, todos os meses, para os cofres do Instituto de Previdência e na hora de usufruírem das vantagens de uma aposentadoria condigna, solidária com os recursos despendidos para a sua obtenção, frustram-se e revoltam-se ao tomar conhecimento de que foram obsequia-

dos com valores aquém daquilo que esperavam e que seria lógico admitir;

Considerando que não são poucos os beneficiários nestas condições, aguardando há anos revisão dos valores das suas aposentadorias, ou pelo menos o julgamento dos recursos interpostos; que o fato não é compatível com a própria meta prioritária da redentora Revolução de 31 de Março, cujos dignos mandatários têm dado ênfase especial à solução dos problemas relacionados com o homem, porque entendem que ao melhorar as condições sócio-econômicas dos brasileiros, darão pleno desenvolvimento ao próprio país;

Considerando, finalmente, que esta preocupação é patente nos órgãos governamentais, auxiliando com uma aposentadoria todos aqueles que por questões de idade e que não estavam enquadrados em quaisquer órgãos previdenciários, até mesmo com um mínimo de 12 contribuições, enquanto que os beneficiários que passam uma existência inteira contribuindo com o Instituto, são aposentados com importâncias irrisórias;

Requeiro, após ouvido o Plenário, sejam endereçados ofícios, acompanhados de cópias deste Requerimento, ao Exmº Sr. Ministro da Previdência Social, aos Senadores e aos Deputados Federais por São Paulo, no sentido de envidarem esforços no sentido da breve solução dos casos pendentes.

Sala das Sessões, 1º de abril de 1975. — **Jamir Leônico Schiavone — Francisco Xavier Amaral Filho — Romualdo Pozzi — Dr. Álvaro Glongo — Rubens Massucio.**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Com a palavra o Sr. Deputado Cotta Barbosa.

O SR. COTTA BARBOSA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, este fim de semana, despendi-o em visitas à Zona da Mata mineira. De lá trouxe a preocupação maior daquele povo amigo, daquela gente trabalhadora: o fantasma da meningite.

Quanto lamentei assistir à partida de caravanas que saíam das cidades daquela região, notadamente de Manhuaçu e Carangola, para buscar os postos de vacinação instalados na cidade de Itaperuna no Estado do Rio de Janeiro! Entretanto, Srs. Congressistas, o que mais me contristou foi que a maioria da população pobre daquela região não tinha recursos para integrar aquelas caravanas e ficava, na solidão de seu desespero, como lá ainda está hoje, à espera de uma solução governamental.

Sabemos todos que o ápice da incidência da moléstia ocorre quando do início da estação do inverno. Poucas são as regiões de Minas Gerais, como é o caso da Zona da Mata, tão assolada pela estação do frio, especialmente a cidade de Carangola, que dista poucos quilômetros da frígida serra do Caparaó.

Não há dúvida de que as cidades referidas constituem expressivos pólos de concentração demográfica, e que a não adoção de urgentes medidas de prevenção à malsinada moléstia, trará, por certo, as mais imprevisíveis e desagradáveis consequências.

Foi lá, em Carangola, em visita que tive oportunidade de fazer a seu principal hospital, que constatei que as preocupações populares encontravam eco na opinião especializada de seus melhores médicos.

Assim é que, Srs. Congressistas, exercitando o direito da tribuna, a mim concedido pelo povo mineiro, e o dever de cidadão, apelo ao Exmº Sr. Ministro da Saúde, ao Exmº Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, bem como a seu digno Secretário da Saúde, para que adotem, com urgência, as providências necessárias à imediata vacinação preventiva do povo daquela região.

Tenho certeza de que meu pleito, pelo caráter de justiça e de urgência de que se reveste, não cairá no vazio, ao contrário, encontrará ressonância no espírito e na consciência dos homens a quem está afeito.

De nada valem os planos e os projetos de desenvolvimento, bem como as medidas salutaras do campo econômico, se a saúde do povo é negligenciada. Minas quer e precisa desenvolver-se, mas não é menos verdade que Minas Gerais só pode aceitar o desafio do progresso se tiver uma população sadia e forte para cumprir a tarefa que o futuro lhe destina.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Com a palavra o Sr. Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, durante a tramitação, no Congresso Nacional, da Emenda Constitucional que permite a adoção do divórcio no Brasil, tive a oportunidade de, através desta tribuna, levar ao conhecimento do povo brasileiro e de seus dignos representantes, Deputados e Senadores, o pensamento dos evangélicos sobre a momentosa e aflição questão. Li, para que constasse dos Anais da Câmara dos Deputados, a manifestação oficial da Igreja Metodista do Brasil, mediante pronunciamento do Bispo Almir dos Santos, do Rio de Janeiro. Na discussão da emenda, ontem, analisei o divórcio segundo o ponto de vista teológico da Igreja Presbiteriana do Brasil, escudados nas opiniões dos Pastores Benjamim Moraes, Antônio Souza Lima e Nehemias Marien, citando de passagem a opinião do Rev. Geraldo Válder Stanke, da Igreja Luterana.

Hoje, já passada a oportunidade da discussão, quando apenas aguardamos a votação da proposição, recebo do Serviço Evangélico de Informação a íntegra do estudo feito pelo Conselho Diretor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e a opinião do Rev. Antônio de Souza Lima, da Primeira Igreja Presbiteriana de Nilópolis, que desejo ler, para que também constem dos Anais do Congresso, como subsídio aos que estudam o problema e têm a alta responsabilidade de, representantes do povo, manifestar-se sobre a proposta submetida ao exame do Poder Legislativo.

“Em dezembro de 1974, o Conselho Diretor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) enviou aos pastores, conselhos paroquiais, órgãos distritais e regionais o presente Documento de Estudo, tratando da “Bênção Matrimonial aos Desquitados”.

Como os acontecimentos no País se precipitaram, o Conselho Diretor da IECLB, em sua reunião de 4 e 5 de abril, decidiu divulgá-lo mais amplamente, por entender que o Documento, mesmo não sendo uma manifestação definitiva contém subsídios que podem ajudar pessoas preocupadas com o divórcio a uma tomada de posição e, também, a uma decisão pessoal.

BÊNÇÃO MATRIMONIAL AOS DESQUITADOS

Parecer da Comissão Teológica Central da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil ao Conselho Diretor.

CONCEITO EVANGÉLICO DO MATRIMÔNIO

1. Divórcio e desquite sob a perspectiva teológica.

1. O matrimônio cristão não prevê a separação dos cônjuges. Destinado a ser indissolúvel, o matrimônio é uma união de pessoas, cuja dignidade e personalidade gozam da proteção divina e que, diante de Deus, assumiram o compromisso da fidelidade recíproca. Somente o matrimônio indissolúvel corresponde à vontade do Deus Criador. Por isso Jesus se expressa conforme Marcos (Mc) 10,2 seguintes, não só em desacordo com o divórcio mas também com o desquite. O abandono do cônjuge conflita com a máxima estabelecida por Jesus, dizendo: “O que Deus juntou, não o separe o homem” (Mc 10,9; Mateus (Mt) 19,3-9; Mt 5,31-32; Lucas (Lc) 16,18; I Coríntios (Co) 7,10-11)

A exceção prevista por Mateus (5,32 e 19,9), representa um problema à parte (vide sob o item 4). Ela não encobre o

fato de Jesus ter assumido uma posição de intolerância no que diz respeito à separação de marido e esposa. Portanto, já o desquite é um desvio do mandamento de Jesus e desrespeito à vontade de Deus. Um matrimônio cristão não pode ser contraído contando desde o início com a possibilidade de um divórcio ou de uma simples separação. As palavras da liturgia da bênção matrimonial "... até que a morte vos separe..." permanecem válidas.

2. Esta indissolubilidade do matrimônio deve ser entendida pela Igreja não como lei, mas como fruto do evangelho. Isto quer dizer: a Igreja não deve invocar a força da lei para garantir a indissolubilidade do matrimônio. Esta deve ser compreendida como consequência natural do espírito renovador e orientador de Cristo que determina o convívio dos cônjuges. O matrimônio em si, porém, pode ser destruído pelo homem que, contrariando a vontade de Deus, está em perfeitas condições de separar o que Deus juntou. Todos os meios legais são insuficientes para impedir a deterioração interna dos matrimônios e para sustar a separação gradativa. Verdadeira indissolubilidade não pode ser imposta, mas deve brotar de dentro. A indissolubilidade do matrimônio tem por premissa pessoas capacitadas ao amor e, conseqüentemente à fidelidade e responsabilidade.

Jesus promove a renovação do homem e ensina o amor. Ele fornece, assim, as condições básicas para que um matrimônio seja indissolúvel. Com a proibição do divórcio, Jesus diz de forma negativa o que exige positivamente no mandamento do amor.

3. Esta concepção implica em que a indissolubilidade do matrimônio não é a perpetuação dos laços conjugais. Embora a Igreja não possa conformar-se com a violação dos preceitos de Deus, ela deve considerar o seguinte:

a) A coação de uma lei não é um instrumento hábil para garantir o cumprimento da vontade de Deus.

b) Jesus, ao manifestar-se inconforme com o divórcio e o desquite, exige que a integridade dos matrimônios seja real e não fictícia.

c) O perdão de Deus vale também para aqueles que fracassaram no seu matrimônio.

A impossibilidade do divórcio entra em conflito com cada uma destas constatações. O divórcio é sinal de desobediência, fraqueza e culpa. Mas a negação categórica do mesmo desconsidera-se o perdão de Deus, ignora os propósitos de Jesus e, em muitos casos, conduz a matrimônios mantidos unicamente por uma coação exterior. Por isto a Igreja não deve excluir o divórcio como solução última para matrimônios destruídos.

4. Usando desta liberdade, a Igreja não se torna desobediente a seu Senhor. Ela sabe da vontade de Deus que condena a separação dos cônjuges. Mas ela sabe igualmente que esta vontade tem em vista o bem dos homens e que leis devem estar a serviço dos homens e não vice-versa (cf. Mc. 2,27).

O evangelista Mateus prevê uma exceção à proibição do divórcio: "Em caso de adultério" (Mt. 5,32 e 19,9). O apóstolo Paulo também consente com o divórcio quando um cônjuge pagão, quiser separar-se do seu consorte cristão. Neste caso a parte cristã se torna livre, inclusive para contrair novas núpcias (I Co 7,15). Estas passagens evidenciam que nem Mateus nem Paulo entendem o mandamento de Jesus com o princípio abstrato a ser seguido nega e indiscriminadamente. Eles obedecem a seu Senhor, não se atendo à letra, mas ao espírito da lei. E este espírito tem em vista o matrimônio sadio e resistente.

5. A Igreja não pode recorrer a uma lei estatal para garantir a indissolubilidade do matrimônio. Esta deve ser antes promovida pelo empenho em conservar, em consolidar os

matrimônios existentes e em conscientizar os noivos das implicações de um matrimônio cristão. A Igreja tem uma tarefa pastoral para com a família. Por isto cabe à Igreja:

a) Empenhar-se na superação das causas que destroem a ameaçam o matrimônio, sejam elas de ordem pessoal ou social, de ordem econômica ou religiosa.

b) Proclamar o evangelho de Cristo como fonte de contínua renovação e capacitação para o convívio conjugal.

6. A Igreja deve alertar o Estado para o fato de que o problema dos matrimônios em ruínas não se resolve pela simples recusa do divórcio. A recusa constitui-se em fator agravante por proporcionar os inconvenientes do concubinato. É justo, aliás, que o divórcio não seja concedido com demasiada facilidade. O dificultar do divórcio impede uma fuga leviana das responsabilidades e valoriza o compromisso assumido pelos nubentes na hora de seu enlace. No entanto, não seria a introdução criteriosa do divórcio mais benéfica para a sociedade e os matrimônios arruinados do que a negação peremptória do mesmo?

O Estado tem interesse na conservação da família. É necessário, pois, que o mesmo colabore com a Igreja na remoção dos fatores que destroem o matrimônio. Educação, um padrão de vida satisfatório, bem como outras formas de cuidado social são requisitos importantes para uma vida familiar sadia. A introdução criteriosa do divórcio, pela qual a Igreja Evangélica tem razões de optar, deve ser entendida, como medida terapêutica em situações que não oferecem melhores alternativas. A definição de tais situações requer estudo próprio. Sem dúvida alguma o divórcio é solução preferível para os casos em que a legislação atual prevê o desquite litigioso.

7. A Igreja Evangélica, admitindo o divórcio, como exceção e não como regra, deverá aceitar em princípio, uma segunda bênção matrimonial. Esta, porém, pressupõe:

a) A legislação do divórcio por parte do Estado e a regularização dos compromissos resultantes do primeiro matrimônio.

b) Uma clara consciência dos divorciados no que diz respeito à violação da vontade de Deus, da qual se tornaram culpados.

c) Responsabilidade da Igreja no anúncio do perdão de Deus e, conseqüentemente, na concessão de um novo início em nova união matrimonial, realizada em nome de Cristo. De qualquer forma, a Igreja não pode legitimar abusos.

8. A pergunta pela culpa num matrimônio fracassado é de extraordinária complexidade. Podem ter influído os já mencionados fatores de destruição, dos quais os cônjuges se tornaram vítimas. Possivelmente também terceiros possam ser responsabilizados. E, não obstante, a consideração destes fatores pode reduzir, mas jamais eliminar a culpa dos próprios cônjuges. Isto por que lhes faltou força para superar as dificuldades que, de maneira mais ou menos intensa sempre se apresentam. Respeitando-se ainda que, via de regra, a culpa cabe a ambas as partes, embora em proporções desiguais, é impossível desprezar frivolamente a infração da ordem de Deus, documentada pelo divórcio ou desquite.

9. A Igreja, baseada no Evangelho, pregará a indissolubilidade do matrimônio. Onde o evangelho exerce o seu poder, não há necessidade nem motivo para a separação dos cônjuges; cumpre-se assim a vontade de Deus. Onde um matrimônio entrar em perigo é dever da Igreja tentar a reconciliação, encorajando os cônjuges ao perdão mútuo e apelando para as suas responsabilidades, inclusive tendo em vista os filhos. O divórcio sempre é solução de emergência. Mas ele não deve ser totalmente excluído, partindo do caráter evangélico da pregação cristã. O perdão de Deus é capaz

de possibilitar um novo início, mesmo onde culpa humana tiver destruído em definitivo "o que Deus juntou". Deste perdão de Deus, que será experimentado adequadamente apenas como milagre, nascem maiores benefícios do que da retensão de culpa mediante a imposição de uma lei implacável. Nisto a Igreja deve confiar.

II. O desquite na legislação brasileira e a prática da Igreja.

1. A Constituição do Brasil escolheu o princípio do matrimônio indissolúvel, conferindo-lhe amparo legal (Art. 175, § 1). Consequentemente o Código Civil (Art. 315) reconhece a cessação da sociedade conjugal apenas em caso de:

- a) morte de um dos cônjuges,
- b) nulidade ou anulação do casamento,
- c) desquite amigável ou judicial.

O divórcio, isto é, a total extinção do vínculo matrimonial fora os casos de morte de um dos cônjuges e nulidade ou anulação do casamento, tornando livres e desimpedidos os cônjuges, podendo contrair novas núpcias, não é previsto pela lei brasileira. Na intenção do Estado, tal medida se constitui numa maneira de disciplinar a vida familiar e de salvaguardar os valores representados pela família como célula-mãe da sociedade.

2. O desquite não desonera os cônjuges do dever de fidelidade recíproca. Os feitos do desquite se resumem na:

- a) cessação da vida comum, no lar conjugal,
- b) desintegração do regime de bens entre cônjuges fazendo-se a partilha dos mesmos,
- c) cessação do direito sucessório recíproco.

O desquite é uma forma de dissolução da sociedade conjugal de efeitos limitados. Torna-se juridicamente efetiva a separação, mas permanece o vínculo matrimonial.

No mais, o processo do desquite não difere fundamentalmente do divórcio. Isto diz respeito, em primeiro lugar as duas modalidades de desquite, o amigável e o judicial. Enquanto aquele é concedido havendo um mútuo consentimento dos cônjuges, casados há mais de dois anos, este, litigioso, poderá ser decretado, quando uma parte se tiver tornado réu de grave violação do convívio conjugal e a outra parte requerer o desquite. São considerados motivos do desquite litigioso: o adultério, a tentativa de morte, a sevícia ou injúria grave, o abandono do lar conjugal durante dois anos contínuos (Art. 317 do Código Civil). As disposições relativas aos alimentos (mútua assistência dos cônjuges) e ao sustento, a guarda e educação dos filhos, são semelhantes às que vigoram em casos de divórcio.

3. Na tentativa de impedir a desintegração da família, o Estado e a Igreja perseguem objetivos comuns. Os meios para consecução destes objetivos, porém, são controvertidos, não por último entre as Igrejas das diversas denominações. A partir das premissas teológicas esboçadas acima, e a partir de considerações práticas a Igreja Evangélica não pode considerar o desquite como solução. Ele é expressão de uma situação de embaraço, decorrente do conflito entre ideal do matrimônio indissolúvel tido como princípio abstrato, e a realidade, freqüentemente em flagrante desacordo com este ideal. É ilusão pressupor que o desquite não fere o princípio da indissolubilidade do matrimônio, pois ele ratifica a separação do que Deus juntou, mantendo a união matrimonial apenas "pro forma". Evidentemente o desquite é uma concessão aos imperativos de uma realidade deplorável, e, ao mesmo tempo, uma tentativa de mediar entre esta e o ideal do matrimônio indissolúvel.

O desquite sanciona a separação, mas não abre a possibilidade de um novo matrimônio. Por isto, o desquite não faz

jus a vontade de Deus nem representa uma solução válida para os casos de emergência, provocados por imperfeição e culpa humana. A permanência do dever da fidelidade recíproca incrementa uniões matrimoniais ilícitas, nega a legitimidade aos filhos provenientes destas uniões, marginaliza os que tentam um novo início e conduz, não raro, a grandes conflitos pessoais justamente entre aqueles que não des prezam as suas responsabilidades.

4. A Igreja Evangélica poderia seguir seu caminho próprio, desconsiderando as determinações da legislação vigente e concedendo a bênção matrimonial a desquitados sempre que ela se julgue capaz de assumir para tanto a responsabilidade perante Deus. Antes de dar este passo, entretanto, é necessário conscientizar-se das implicações do mesmo:

a) Bênção matrimonial a desquitados constitui um novo matrimônio. Esta consequência é inevitável, considerando-se que na igreja não existem vários tipos de bênção matrimonial, mas um só, embora os ritos da cerimônia possam divergir. Por isto a Igreja só pode conferir bênção matrimonial, sejam os requerentes solteiros, viúvos ou divorciados. O engajamento da Igreja, de qualquer forma, implica em reconhecimento do caráter matrimonial da respectiva união. Isto, porém, significa que a Igreja, no caso de bênção matrimonial a desquitados iria considerar divórcio aquilo que aos olhos do Estado se configura apenas como desquite, encontrando-se assim Estado e Igreja em tácito conflito.

b) Bênção matrimonial a desquitados não deixa de ser uma forma de legitimação social daquelas uniões que, por lei, são impedidas. Isto acarreta o perigo do abuso por parte daqueles que estão interessados unicamente na legitimação social, sendo assim seriamente prejudicado o espírito cristão a que se condiciona a bênção matrimonial.

c) A Igreja não pode concordar com que o convívio de desquitados em nova união, aprovado por ela mediante a concessão da bênção matrimonial, venha a revestir-se, perante a lei, de tipicidade penal, configurando o delito do adultério. Ainda que este delito não possa ser apurado em processo regular, conquanto a única pessoa capaz de promover a ação penal, em consequência do desquite perdeu a titularidade da ação, permanece o antagonismo na conceituação: A Igreja qualificaria de matrimônio o que, pela lei, é delito, embora esta fuja da sanção penal.

b) O sentido da bênção matrimonial consiste basicamente no que diz o termo: os recém-casados, juntamente com a comunidade, imploram a bênção de Deus, concedida pelo ministro em sua qualidade de porta-voz do Evangelho. Esta bênção não se consegue sem que seja ouvida a ordem de Deus relativa ao matrimônio, de sorte que a proclamação da palavra de Deus tem seu lugar imprescindível no ato da bênção matrimonial. Os noivos atestam pelo comparecimento ao altar a sua disposição de aceitar o cônjuge "das mãos de Deus". Eles dão expressão à sua fé de realmente serem juntos por Deus. Esta concepção de bênção matrimonial não exclui da cerimônia a pergunta pelo consenso dos nubentes. O "sim" dos cônjuges não pode limitar-se ao ato inaugural do matrimônio, mas necessita de constante renovação e reafirmação. O "sim" dado na Igreja, é a primeira reafirmação do matrimônio a ser reiterada em formas diversas, no dia-a-dia do convívio conjugal.

c) Sob estas premissas, uma eventual bênção matrimonial a desquitados resultaria na necessidade de uma reformulação de concepção da bênção matrimonial. Pois onde a Igreja prescinde do casamento civil, ela assume funções cabíveis ao Estado, transforma a bênção matrimonial em casamento religioso e se constitui — ao menos implicitamente — numa sociedade própria dentro da sociedade.

6. Considerando todos estes fatores a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil faz bem abster-se da prática da bênção matrimonial a desquitados. Como parte integrante da sociedade, a IECLB entende ser a sua tarefa resolver o problema dos matrimônios destruídos, não unicamente para si mesma, mas juntamente com o Estado, respectivamente a sociedade. Uma eventual bênção matrimonial a desquitados não ataca o mal pela raiz, mas equivale a um paliativo numa ferida carente de tratamento mais cuidadoso. Por esta razão, a Igreja Evangélica advoga um reexame da adequação, das bases e da eficiência do desquite, indagando se não há motivos para se proceder a uma substituição do desquite pelo divórcio, nos termos acima expostos.

7. Os graves problemas pastorais, decorrentes do fato de a IECLB se abster da bênção matrimonial, a desquitados enquanto o Estado não previr o divórcio e a dureza que esta abstenção significa para muitas pessoas bem intencionadas, são evidentes. Onde a Igreja puder ter a certeza de que desquitados convivam, em nova união, no espírito da responsabilidade e sinceridade assiste-lhe o direito de ver com outros olhos esta união, que sob a perspectiva jurídica, vem a ser concubinato. Ainda que ela se veja impedida de conceder a bênção matrimonial, a Igreja pode confortar as consciências aflitas e oferecer o consolo de Deus, cujos juízos não coincidem necessariamente com os juízos humanos. É claro que em tais casos não há razões para a exclusão da comunidade nem para qualquer discriminação destes membros. Procedendo desta forma a Igreja Evangélica poderá dar-se por satisfeita apenas no momento em que estas uniões receberem a legitimação oficial perante a sociedade e a comunidade cristã. Isto, porém, significa empenho da Igreja Evangélica em que, no Direito Brasileiro, seja cedido espaço para o divórcio e um segundo casamento civil.

8. Como mensageira do evangelho a Igreja tem uma tarefa eminentemente construtiva na sociedade e no mundo. Compete à Igreja o cuidado pastoral para com a família não só em casos de naufrágio consumado. A Igreja segue os mandamentos de seu Senhor: ela procura servir aos homens com a palavra de Deus, dando aos matrimônios resistência e a indissolubilidade que eliminam a necessidade do divórcio. Da mesma forma, porém, a Igreja não pode deixar de construir onde ela se vê defrontada com os destroços que a culpa humana produziu. Construção é neste caso consessão de um novo início. A própria Igreja vive da graça de seu Senhor, do que resulta a necessidade e o dever de espalhar esta graça no seu falar e agir. Sabendo que Deus quer o bem das suas criaturas, a Igreja tem a liberdade de escolher entre várias opções a que for a mais promissora e benéfica."

5. Não por último, é também questão de conceituação da bênção matrimonial. A Igreja Evangélica não pode ver no matrimônio um sacramento (A sacramentalidade do matrimônio tem sua origem na Idade Média) nem pode entender a bênção matrimonial como ato constituinte do matrimônio. Este ato está vinculado ao mútuo consenso dos nubentes, declarado legitimado pública e juridicamente por ocasião do casamento civil. Em razão disto a Igreja Evangélica sempre fez questão fosse a cerimônia religiosa precedida do casamento oficiado pela autoridade estatal competente. O matrimônio é, em si, um assunto secular, certamente não destituído de significação religiosa, mas válido também sem a participação ativa da igreja. As consequências desta constatação podem ser resumidas como seguem:

a) As palavras de Jesus: "O que Deus juntou, não o separe o homem" se aplicam não só aos matrimônios que solicitarem a bênção divina. Deus zela pela dignidade de Sua criatura. Assim a promessa de fidelidade conjugal jamais

deixa de ser uma promessa diante de Deus. Estas palavras, aliás, não afirmam ser toda escolha de cônjuge segundo a vontade de Deus, nem possuir cada união matrimonial o beneplácito divino. Se assim fosse o homem seria exonerado da sua responsabilidade. Estas palavras de Jesus dizem que a livre decisão de um homem por uma mulher e vice-versa se transforma em compromisso perante Deus, impossível de ser prescindido sem graves consequências. Deus une, ratificando a decisão dos nubentes impondo-lhe a ordem estabelecida por ele ao enviar homem e mulher com a finalidade de se completarem. O casamento civil torna o matrimônio válido sob todos os aspectos, razão pela qual não se pode falar da bênção matrimonial em termos de um novo casamento, ou seja, do "casamento religioso."

Pastoral de Doutrina Cristã — "Divórcio — contra ou a favor"
Pastor Antonio Souza Lima, da Primeira Igreja Presbiteriana de Nilópolis.

PASTORAL Doutrina Cristã

DIVÓRCIO — Contra ou a favor?

"O que Deus ajuntou não o separe o homem. — Quem repudiar sua mulher, não sendo por causa de adultério, e casar com outra, comete adultério" — (Mat. 19:6 e 9).

Atendendo solicitação do eminente Deputado Federal, Dr. Daso Coimbra, fazemos estas considerações sobre o palpitante assunto, em pauta no Congresso Nacional: — O Divórcio.

O problema deve ser considerado à luz da Teologia Bíblica e do Direito Civil.

Basicamente, o matrimônio é instituição divina — a primeira estabelecida na Sociedade Humana, no estado de santidade do homem, antes do pecado.

Mas, pela Bíblia, sabemos que este estado não prevaleceu, sendo prejudicado pela queda do homem — ato de desobediência e transgressão da Lei de Deus. (Gen. cap. 3). A este ato damos o nome de pecado, na Teologia Bíblica.

O pecado transtornou a vida humana e até a própria Natureza. Desde então o ideal divino de santidade deixou de ser cumprido, na terra, em detrimento da vida e destino do homem que se tornou infeliz e mortal. É questão indiscutível. Realidade incontestável, embora indesejável. Nesta situação, a tese da Igreja sobre a indissolubilidade do matrimônio — contra o Divórcio — genericamente, é válida, levando em conta o estado do homem no pecado. Nesta condição o comportamento do homem transgressor — na Sociedade — passa a ser da alçada civil. Cabendo à Igreja a parte espiritual.

O Problema do Divórcio: — Jesus Cristo e Moisés

Baseados nos Estatutos Mosaicos, os fariseus interpelaram a Jesus sobre o Divórcio (em relação aos israelitas). Creio que o pronunciamento de Cristo — como não poderia deixar de ser — decidiu a questão.

Não deveria ser assim — no plano de Deus — mas o pecado o determinou.

Situar-se em outra posição é fugir à realidade o que Jesus não fez, antes, configurou-se dentro dela, como Moisés. Jesus foi um idealista realista; admitiu o princípio divino, mas, na prática, aceitou a realidade, entendendo bem a razão de Moisés, na solução do problema do matrimônio.

E Ele foi além: declarando o direito de repúdio, no caso específico do adultério (Mat. 19:9). Foi permitido como remédio humano (não divino como querem alguns superficistas) para situações mal sucedidas. Enquanto prevalecer o pecado, há necessidade de remédio para este mal. E o remédio único e

eficaz para a cura da chaga do pecado, em última análise, é Cristo, na vida do homem.

Ainda não estamos, definitivamente, nem no céu, nem no inferno; estamos na terra, lutando pela vinda do Reino de Deus, no coração do homem.

E, aqui, ninguém tem o direito de negar o remédio ao doente. O vestido roto tem de ser remendado e não jogado fora.

Portanto, o dogma eclesiástico radical, que recusa aceitar o divórcio aos infelizes, está errado. Muito errado. É um terrível mal social. É o mesmo que negar o remédio ao doente e impedir ao médico de tratá-lo (como fazem algumas seitas religiosas fanáticas...).

Ninguém deveria adoecer (princípio divino) mas adoecendo (realidade do pecado) tem de ser tratado e de tomar o remédio indicado para o mal. Há alguma dúvida?

Algumas leis não solucionam problemas oriundos de uniões conjugais estabelecidas à revelia da vontade de Deus. Não podem ser separados pelo homem, apenas, aqueles que foram unidos por Deus, conforme o preceito bíblico. E os que não são unidos por Deus? Aqui está a encruzilhada do erro dogmático clerical.

A doutrina bíblica cristã deve ser aplicada aos cristãos e fora do Cristianismo, só com o consentimento dos interessados. Imposições aos demais, infringem o livre arbítrio outorgado por Deus ao homem criado livre e responsável. Ninguém tem o direito de interferir na área da consciência pessoal, sob nenhum pretexto, a não ser o Estado, para corrigir exorbitâncias conflitantes com o direito civil, superior ao arbítrio pessoal, quando lesivo ao direito alheio e coletivo.

Evidentemente, os Estatutos Cíveis devem ser elaborados dentro deste princípio normativo da consciência humana que o próprio Criador outorgou à criatura livre e responsável.

Quem faz estas considerações é protestante e reconhece duas cousas capitais: a) que pessoalmente não carece do divórcio (estando casado há mais de 38 anos), entretanto, admite o direito de quem foi infeliz no matrimônio, de ter uma oportunidade dentro da permissão cristã, aqui, referida. b) reconhece que os protestantes menos carecem do Divórcio, por pautarem sua vida pelas normas evangélicas... mas, nem por isso são perfeitos, e por costume não embarçam, nem fazem pressões contra os órgãos legislativos do Estado que cuidam dos interesses e dos direitos civis da Sociedade.

Finalmente, estamos convencido de que a luta válida pela preservação da família é a Evangelização dos pecadores. Acreditamos num único remédio infalível, para todos os males sociais, que é Jesus Cristo entronizado no coração do homem alienado de Deus.

Reconciliado com Deus o homem tem paz consigo mesmo e viverá em boas relações com o seu semelhante. É o ensino válido da Palavra de Deus.

Antônio Souza Lima, pastor.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado A. H. Cunha Bueno.

O SR. A. H. CUNHA BUENO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o falecimento, em São Paulo, do industrial Roberto Selmi-Dei, consternou o empresariado bandeirante, onde ele era estimado pela lhanza do trato e pela visão sempre renovada com que orientava seus negócios.

Roberto Selmi-Dei nasceu em Lucca, na Itália, a 23 de março de 1904. Jovem, ainda, emigrou para o Brasil, onde passou a desenvolver múltipla atividade, graças ao entusiasmo que o impulsionava e ao caráter empreendedor que possuía.

Em 1942, ele adotou a nacionalidade brasileira. Amava o Brasil e sua gente; identificou-se com os costumes da terra que escolheu,

aceitando-lhe as leis e dedicando-se à construção de poderoso grupo empresarial. Sua maneira de trabalhar tornou-o merecedor do conceito de seus companheiros. Como empresário, foi fundador e Diretor-Presidente de organizações industriais e agropecuárias, de crédito, financiamento e investimentos. Várias instituições de beneficência receberam-lhe o apoio, entre elas, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa, a Liga das Senhoras Católicas, a Ordem dos Camilianos, a Cruz Vermelha Brasileira, a Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho, a Fundação Antonio Prudente e a Fundação de Ciências Aplicadas.

Amigo da arte e da cultura, ele sempre esteve disposto a colaborar com as entidades do gênero. Tanto que ao Museu de Arte Moderna ligou o seu nome de maneira indelével, inclusive por ter sido Diretor daquela entidade.

Conhecedor dos nossos problemas agrícolas e pecuários, inúmeras vezes foi convidado a opinar, em reuniões e debates com representantes do poder público, sobre questões pertinentes à agropecuária brasileira, em geral, e paulista, em particular.

O esforço que realizou, no sentido de reduzir divergências e promover o sentimento de solidariedade, foram reconhecidos aqui e alhures. Prova disso é que foi agraciado com a Ordem Militar e Soberana de Malta, a Grã Cruz do Mérito Rural, a Grã Cruz Imperatriz Leopoldina e a Ordem do Mérito, da República da Itália.

Recebeu, em 1961, o título de "Cidadão Paulistano", de "Cidadão Honorário de Araraquara", no Estado de São Paulo; e de "Cidadão Honorário de Nova Prata", no Rio Grande do Sul.

Ao registrar o desaparecimento de Roberto Selmi-Dei, presto reverência à memória desse grande empreendedor, na certeza de que seu trabalho terá prosseguimento pelos seus sucessores, que se orientarão pelo exemplo deixado numa vida plena de gestos de desprendimento e honradez.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Braga Ramos.

O SR. BRAGA RAMOS (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na justificação do divórcio, alguns agem como se a indissolubilidade do matrimônio fosse responsável pelos desajustamentos ocorridos, isto sim, pelo despreparo de muitos que vão ao casamento com a displicência de quem vai assumir aos compromissos de um contrato qualquer. Outros agem como se oferecer tentativa de solução à minoria dos que se desencontraram no matrimônio valesse o preço de pôr a risco a mais importante das instituições sociais, nem se sabendo, doutra parte, se o divórcio viria ajustar os desajustados ou oferecer-lhes novas oportunidades de futuros desajustamentos.

Posso aceitar, sem concordar, é claro, que os corifeus do divórcio usem estratégias, como esse de apresentar a tese como solução aos separados, ou essa outra de condicionar o divórcio a determinado tempo de separação, espécie de tempo de carência, de todo amoral, que habilitaria os candidatos a resolver, apenas na aparência, o problema do seu casamento. O que me parece inaceitável, contudo, é o envolvimento da Igreja, a deformação da sua doutrina sobre a matéria com o intuito de compatibilizar o divórcio com a consciência dos parlamentares católicos da Câmara e do Senado.

Para a Igreja Católica o matrimônio é de instituição divina. Para a Igreja Católica o matrimônio é sacramento. Para a Igreja Católica o matrimônio é indissolúvel. Seus argumentos não foram inventados por Papas, Bispos ou Sacerdotes; mas são argumentos que nem os Papas, nem os Bispos, nem os Sacerdotes podem modificar, a menos que se rasguem as Escrituras. Nelas, a condenação do divórcio é insofismável. Diz São Paulo, na Primeira Carta aos Coríntios: "Aos casados mando, não eu mas o Senhor, que a mulher não se separe do marido. E se ela estiver separada, que fique sem casar, ou que se reconcilie com seu marido. Igualmente, o marido não deixe sua esposa". Mais explícito ainda na Epístola aos Romanos: "A mulher casada está sujeita ao marido pela lei enquanto ele vi-

ver; se, porém, o marido morrer fica desobrigada da lei que a ligava ao marido. Mas, se enquanto viver o marido ela se tornar mulher de outro homem, será chamada adúltera" (7,25).

Seria ocioso repetir S. Mateus, S. Lucas, S. Marcos ou retroceder ao Antigo Testamento ou à voz do Magistério da Igreja para demonstrar que católico não pode ser divorcista. O divórcio não legitima união alguma perante Deus e não legitimando perante Deus não legitima perante o Estado, porque para nós, católicos não existe poder na terra que não proceda de Deus, segundo as palavras de Cristo respondendo a Pilatos: "nenhum poder terias sobre mim que não te fosse dado do Alto". E é exatamente essa salência de poder que impede o Estado de legislar contra aquilo que é estatuído na Lei de Deus. Se o fizer, arque com as responsabilidades, mas não pretenda afirmar que legitimou a união de descasados e que atendeu ao desejo da maioria do povo brasileiro. O casamento de divorciados continuará sendo mera solução de aparência, que a sociedade pode aceitar, sem o apoio contido das leis de Deus, de que é guardiã e interprete a Igreja Católica Apostólica Romana.

De repente, de absurdo em absurdo, aparece aqui algum iluminado querendo alterar os Dez Mandamentos, através de lei que permita o roubo, a rebeldia contra os pais, o crime contra a vida, a negação da virtude e a afirmação do mal e suas seqüelas.

Aos católicos, portanto, a tese do divórcio não pode seduzir. Conclamo a todos os parlamentares, de quaisquer credos religiosos, mas, especialmente aos que pertencem à Igreja Católica, a votar contra o divórcio, por convicção, por respeito às Escrituras e em defesa da família ameaçada. E façamos questão de pronunciar esse voto de viva voz, não acobertados pelo manto opaco do voto secreto, expediente que pode servir a pusilânimes, mas não serve a homens conscientes e responsáveis, como devemos ser os representantes do povo neste Parlamento.

Nenhum dos projetos nos servem, finalmente, porque para ser boa a lei tem de ser justa e nenhuma lei é justa se é contra a suprema lei, a Lei de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Esgotado o período de breves comunicações. (Pausa.)

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Em 8 de maio de 1975

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum do Congresso Nacional, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Itálio Coelho, pelo nobre Sr. Senador Eurico Rezende na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 7/75, que manda contar integralmente o tempo de serviço público e privado para aposentadoria. Eliminando desigualdades, estende o preceito aos funcionários em geral, dos Estados, dos Municípios, do Distrito-Federal e dos Territórios.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Petrônio Portella**, Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Será feita a substituição solicitada. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/75, que altera os artigos 101 e 102 da Constituição.

A votação, nos termos do exposto no art. 80 do Regimento Comum, será feita pelo processo nominal. Por ser a proposta de iniciativa de Senador, em cumprimento às normas do § 2º do art. 43 do Regimento Comum, a chamada começará pelo Senado Federal, do Sul para o Norte, sendo os Líderes chamados em primeiro lugar.

O Sr. Jorge Arbage — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — É referente à votação?

O Sr. Jorge Arbage — É referente à votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (Questão de ordem) — Sr. Presidente, nas últimas votações do Congresso Nacional, o Presidente de nossos trabalhos não vem distinguindo os votos das duas Casas, antes, computando-os conglobadamente, e anunciando, a seguir, os resultados obtidos.

A Constituição, no art. 48, ordena expressamente que nos casos de votação de Emenda Constitucional "a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, em duas sessões, dentro de sessenta dias", e será "havida por aprovada quando obtiver em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros de suas Casas."

Depois de conferir a esse texto a mais adequada e sábia interpretação, em obediência aos cânones de hermenêutica regedores da matéria, estabeleceu o Regimento Comum, no art. 43:

"Nas deliberações, os votos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal serão sempre computados separadamente.

§ 1º — O voto contrário de uma das Casas importará na rejeição da matéria.

§ 2º — A votação começará pela Câmara dos Deputados. Tratando-se, porém, de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei vetado, ambos de iniciativa de Senadores, a votação começará pelo Senado."

Em face da clareza meridiana dessa norma regimental, Sr. Presidente, desejo saber se a votação anunciada por Vossa Excelência será processada nos termos regimentais que acabamos de invocar, sendo computados separadamente os votos das duas Casas, começando pela apuração dos votos dos Srs. Senadores, ou se será considerada rejeitada a Proposta de Emenda Constitucional nº 4, de 1975, se contrária for a decisão daquela Casa.

Para a hipótese de ser adotado ou seguido qualquer outro processo, com embasamento no art. 131 do Regimento Comum formulo a seguinte questão de ordem: se obedecidos não forem os dispositivos regimentais e constitucionais que presidem a matéria, o Congresso Nacional estará vulnerando o art. 43 do Regimento Comum e violentando o art. 48 da Constituição da República Federativa do Brasil.

É a questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Nelson Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Com a palavra o Sr. Nelson Carneiro, para contraditar.

O Sr. Nelson Carneiro (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a letra do art. 132 do Regimento Comum é expressa: "Apresentado o recurso"...

V. Exª enviou à Comissão de Justiça do Senado uma consulta; nem sequer um recurso. O § 2º diz: "O parecer da Comissão" — esse parecer já existe; é o da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Plenário —... "fixará norma a ser apresentada pela Mesa nas hipóteses idênticas".

Enquanto o Plenário, depois da consulta ao Senado Federal, não responder em sentido contrário ao que tem sido feito, as vo-

tações, na forma regimental, devem continuar sendo feitas conjuntamente, isto é, com participação da Câmara e do Senado. É o que preceitua o art. 132, § 2º, do Regimento Comum. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Resolvo a questão de ordem, mantendo as decisões anteriores, que mandam proceder à votação em conjunto, até que sobre o assunto delibere a Comissão de Justiça e o Plenário deste Congresso. O assunto já foi várias vezes esclarecido ao Plenário. Mas, numa das últimas sessões, levantada a questão pelo Deputado Álvaro Valle, submeti-a à Comissão de Constituição e Justiça do Senado, uma vez que a decisão anterior havia sido baseada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Tão logo receba o parecer submeto-lo-ei ao Plenário para, então, saber como proceder no futuro. Hoje procederemos como vimos procedendo ultimamente.

O SR. JORGE ARBAGE (Questão de ordem.) — Sr. Presidente, respeito a decisão de V. Exª Comunico, também, que, *data venia*, recorro da decisão de V. Exª pára a Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Nelson Carneiro — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Tem a palavra V. Exª

O SR. NELSON CARNEIRO — Parece-me, *data venia* — e V. Exª decidirá com sua costumeira sabedoria — que, não sendo um requerimento enviado à Mesa para ser votado pelo Plenário, assinado por um sexto de Senadores ou um sexto de Deputados, a decisão de V. Exª é conclusiva, sob pena de se tornar desnecessário o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça. Se se tratasse de requerimento indeferido pela Presidência, V. Exª poderia recorrer para o Plenário ou para qualquer outro órgão da Casa. Mas, no caso, V. Exª decidiu questão de ordem e não indeferiu requerimento formulado por um sexto de Senadores ou de Deputados. É o que dispõe o art. 44, § 1º.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O artigo que regula o assunto é o 132.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Exª considera que é o art. 132.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Parágrafo primeiro.

O Sr. Nelson Carneiro — S. Exª considera esse artigo para remeter o requerimento à Comissão de Constituição e Justiça. Decidiu V. Exª remetê-lo, ou não, à Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — É o que S. Exª o Deputado Jorge Arbage pediu.

O Sr. Nelson Carneiro — Que fosse remetido à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Estou encaminhando-o à decisão do Plenário.

O Sr. Laerte Vieira — Sr. Presidente, pela ordem, para esclarecimento da questão, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — V. Exª tem a palavra.

O SR. LAERTE VIEIRA (Sem revisão do orador) — A questão de ordem, depois de contestada, recebe decisão presidencial, que é irrevogável, segundo texto do art. 132 do Regimento. Apenas quando se relaciona com matéria constitucional, permite-se apresentação de recurso, que não terá efeito suspensivo e será remetido à Comissão de Constituição e Justiça. De modo que o único recurso possível é este. A decisão presidencial é irrecorrível, em norma. Quando se trata de matéria constitucional, admite recurso. O recurso não tem efeito suspensivo. A apreciação do recurso depende de parecer da Comissão. Como V. Exª anunciou que na Comissão existe um recurso para

ser apreciado, não pode agora o Plenário se adiantar à decisão do parecer da própria Comissão, decidindo a matéria antes que sobre ela opine o órgão técnico. Parece-me claro o texto regimental.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Aceito a argumentação do nobre Líder. Desde que o assunto já está na Comissão de Justiça, e trata-se agora de questão regimental, portanto irrecorrível, nos termos do art. 132 do Regimento Comum, vou proceder à votação, como das vezes anteriores.

O Sr. Benedito Ferreira — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A questão já está decidida.

O Sr. Benedito Ferreira — Mas V. Exª submete-a ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Não vou mais submetê-la ao Plenário.

O Sr. Jorge Arbage — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — É sobre o mesmo assunto?

O Sr. Jorge Arbage — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Agora V. Exª não mais poderá fazê-lo, porque a questão já está decidida pela Presidência.

O Sr. Jorge Arbage — Quero apenas dizer a V. Exª que mantenho o recurso para a Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está bem, mas, como expliquei, da decisão não cabe recurso.

Em votação a proposta de Emenda nº 3/75. Vai-se proceder à chamada dos Srs. Senadores, do Sul para o Norte.

Devo esclarecer, a pedido de alguns Srs. Congressistas, que estamos votando a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 1975, que trata de aposentadoria; a referente ao divórcio será votada depois desta sessão.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES

Líder da ARENA, Petrônio Portella.

Altevir Leal — José Guimard — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Fausto Castelo Branco — Helvídio Nunes — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondin — Milton Cabral — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Eurico Rezende — Gustavo Capanema — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Mattos Leão — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra — João Calmon.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Líder do MDB, Franco Montoro.

Evandro Carneiro — Mauro Benevides — Agenor Maria — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Dirceu Cardoso — Amaral Peixoto — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Orestes Quêrcia — Lázaro Barbosa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Paulo Brossard.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Vai-se proceder à chamada dos Srs. Deputados. Solicito aos Srs. Congressistas a fineza de ocuparem seus lugares para facilitar a chamada. Solicito o

comparecimento dos Srs. Deputados Odulfo Domingues e Henrique Alves a fim de procederem à chamada.

Procede-se à chamada

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. DEPUTADOS

Líder da ARENA — José Alves.

Acre

Nosser Almeida — ARENA.

Amazonas

Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jorge Arbage — ARENA; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Ney Lopes — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Maurício Leite — ARENA; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Monsenhor Ferreira Lima — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Valério Rodrigues — ARENA.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; Theobaldo Barbosa — ARENA.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves

— ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Odulpho Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Henrique Pretti — ARENA; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Célio Borja — ARENA; Darcílio Ayres — ARENA; Dasso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Hydekêl Freitas — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — ARENA; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Sinval Boaventura — ARENA.

São Paulo

A. H. Cunha Bueno — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Diogo Nomura — ARENA; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Pedro — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Sylvio Venturolli — ARENA.

Goiás

Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Flávio Giovini — ARENA; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Norton Macêdo — ARENA; Santos Filho — ARENA.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Henrique Córdova — ARENA; João Linhares — ARENA; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alexandre Machado — ARENA; Arlindo Kunzler — ARENA; Célio Marques Fernandes —

ARENA; Cid Furtado — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Lauro Leitão — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Vasco Amaro — ARENA.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS

Líder do MDB — Laerte Vieira,

Acre

Nabor Júnior — MDB; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB.

Pará

Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB.

Piauí

Celso Barros — MDB.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Figueiredo Correia — MDB; Paes de Andrade — MDB.

Rio Grande do Norte

Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB.

Paraíba

Humberto Lucena — MDB; Janduhy Carneiro — MDB; Marccondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB.

Pernambuco

Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Jarbas Vasconcelos — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

José Costa — MDB; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

José Carlos Teixeira — MDB.

Bahia

Antonio José — MDB; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Noide Cerqueira — MDB.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Mário Moreira — MDB.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Daniel Silva — MDB; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José

Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lysâneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Genival Tourinho — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Juarez Batista — MDB; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Padre Nobre — MDB; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Ailton Sandoval — MDB; Ailton Soares — MDB; Ahti Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Dias Menezes — MDB; Edgar Martins — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Guaçu Piteri — MDB; João Arruda — MDB; Joaqui Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Iturival Nascimento — MDB; Juarez Bernardes — MDB.

Mato Grosso

Walter de Castro — MDB.

Paraná

Alencar Furtado — MDB; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Belinati — MDB; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Nelson Maculan — MDB; Olivir Gabardo — MDB; Oswaldo Buskei — MDB; Pedro Lauro — MDB; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Jaison Barreto — MDB; José Thomé — MDB; Luiz Henrique — MDB; Valmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Carlos Santos — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Votaram sim, 169 Srs. Congressistas; Não, 209 Srs. Congressistas. Não atingindo, por-

tanto, o **quorum** constitucional exigido para aprovação da proposta, é a matéria considerada rejeitada e vai ao arquivo.

É a seguinte a proposta rejeitada

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, de 1975

Artigo Único. O item III e o parágrafo único do art. 101; a alínea **a** do item I; e o item II do art. 102 da Constituição da República Federativa do Brasil, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 101.

I —

II —

III — voluntariamente, após trinta anos de serviço.

Parágrafo único. No caso do item III, o prazo é de vinte e cinco anos para as mulheres.

Art. 102.

I —

a) contar trinta anos de serviço, se do sexo masculino, ou vinte e cinco anos de serviço, se do feminino;

b)

II — proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta anos de serviço, salvo o disposto no parágrafo único do art. 101."

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Pelos nobres Srs. Deputados Airon Rios, Ney Lopes, Ernesto Valente, A. H. Cunha Bueno e Lygia Lessa Bastos, foram encaminhadas à Mesa declarações de voto que serão publicadas.

São as seguintes as declarações de voto encaminhadas à Mesa:

É A SEGUINTE A DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. DEPUTADO AIRON RIOS:

Repete-se, agora, o que sucedeu com o restabelecimento da remuneração dos vereadores brasileiros. Tinha-se conhecimento de que o Governo Federal, na legislatura passada, desenvolvia sérios e pacientes estudos com a finalidade de reinstituir os subsídios da vereança.

De maneira oportunista, lamentavelmente, determinados setores minoritários da Oposição resolveram por em cheque mate o Governo e o seu sistema partidário majoritário, de sustentação política, no Parlamento. E, assim sendo, apresentou-se uma proposição, apressadamente e com indisfarçáveis propósitos eminentemente políticos, provocando, naturalmente, uma retração do Executivo e da sua estrutura partidária.

Em verdade, não se pode conceber que as Minorias governem. E, muitas vezes, pretendam fazer figura com o chapéu alheio.

Este ano, concluídos os estudos e fixada a posição da Maioria, no Parlamento, e do Governo Federal, tranqüilamente os vereadores brasileiros tornaram a fazer jús à percepção de seus subsídios.

Infelizmente, no caso da aposentadoria dos servidores públicos do país, reedita-se o mesmo procedimento. E por igual coincidência, na oportunidade em que se tem conhecimento encontrar-se o Governo da União entregue aos mais sérios e cautelosos estudos desse importante problema nacional. Não se deveria tornar o assunto intempestivo pelo aqodamento, na espécie, muito cômodo para quem não tem o encargo, os ônus e a responsabilidade das despesas burocráticas nacionais. E das providências para promover a respectiva receita, sem sobrecarregar a bolsa do povo brasileiro, com a majoração de tributos.

A nossa declaração de voto não é pessimista nem tem sabor de alegoria. Inspira-se no pragmatismo político que encontra ressonância no otimismo realístico do artigo 103, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Ali está estabelecido que, "Lei complementar, de iniciativa exclusiva do Presidente da República, indicará quais exceções às re-

gras estabelecidas, quanto ao tempo e natureza de serviço, para aposentadoria, reforma, transferência para inatividade e disponibilidade". Está muito claro que esse texto não pretende ser uma disposição inócua, no corpo da Lei Maior.

Também, aguardamos, assim, ansiosamente que os novos tetos de aposentadoria, em futuro não longínquo, venham a ser adotados pelo Governo da Revolução, cuja tônica social ninguém lhe pode ofuscar, mesmo episodicamente.

Por isso o nosso voto é contrário, no momento. Mas, não esquecer, igualmente, que em relação ao salário mínimo dos trabalhadores, o Governo do notável Presidente Ernesto Geisel já adotou as soluções que todos nós perseguíamos.

É A SEGUINTE A DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. DEPUTADO NEY LOPES:

A defesa da aposentadoria para a mulher aos vinte e cinco anos e homem aos trinta anos constitui tese que sempre defendi ao longo de minha vida pública. Entendo ser da maior Justiça, num país em desenvolvimento como o Brasil, serem criados mecanismos, os quais permitam ao homem e mulher que trabalham, usufruírem benefícios previdenciários ainda na faixa da vida útil.

No ano em curso, internacionalmente consagrado à mulher, não existiria oportunidade melhor para institucionalização da aposentadoria aos vinte e cinco anos. Reconheço, todavia, que a tese ora defendida não se limita apenas a uma simples regra jurídica. Ela tem repercussões amplas e profundas no organismo econômico da Nação. De nada adiantaria o sistema previdenciário assegurar um direito — legítimo e incontestável como este —, para depois ser obrigado a não saldar as prestações sagradas da aposentadoria obtida.

Ressalte-se, por oportuno, o esforço e a boa vontade que estão sendo demonstrados pelo Eminente Presidente Ernesto Geisel, visando universalizar a Previdência Social deste país. Ultimamente, várias conquistas e avanços podem ser alinhados, demonstrando **quantum satis** as verdadeiras intenções governamentais. Vejam-se: a transferência do ônus do salário maternidade para a Previdência, eliminando um dos mais acentuados aspectos de discriminação da mulher no mercado de trabalho; contagem recíproca do tempo de serviço trabalhista e estatutário, para efeitos de aposentadoria; eliminação da taxa de 5% cobrada sobre as pensões e montepios de humildes beneficiários; garantia do direito à percepção de aposentadoria integral para os que atinjam 35 (para os homens) e 30 (para as mulheres) anos de serviço que continuem trabalhando em outros empregos; extensão do seguro de acidente do trabalho ao homem do campo; aposentadoria para os maiores de 70 anos e inválidos; aposentadoria para o trabalhador rural.

Reconheço que o aperfeiçoamento da Previdência implica em desembolso. E isto efetivamente vem ocorrendo, pois a orientação oficial é universalizá-la, isto é, atingir as camadas mais pobres da população.

Isto posto, embora seja defensor intransigente da aposentadoria de 25 anos para a mulher, compreendendo que, por razões unicamente financeiras, a Previdência Social brasileira não poderá suportar este pesado ônus, no momento. A lei só tem sentido quando aplicada. Seria demagogia aprovar uma lei sem possibilidade de eficácia.

Daí porque, voto pela inoportunidade da Emenda Constitucional, ressaltando o meu apoio e adesão ao mérito da proposição, a qual, todavia, caracteriza-se como inoportuna no instante presente, o que não invalida que, em breves tempos, ela se torne viável e mereça o merecido apoio deste Plenário.

É A SEGUINTE A DECLARAÇÃO DE VOTO DO DEPUTADO ERNESTO VALENTE:

Em obediência à orientação partidária, voto contrariamente à Emenda Constitucional, tendo em conta que a concessão da aposentadoria ao servidor público envolve problemas financeiros de

vulto, a serem suportados pelo Tesouro, demandando estudos profundos e seguros, sobretudo, quando se empenha o Governo no combate sem tréguas à inflação, sem prejuízo das taxas de desenvolvimento econômico, que estão sendo alcançadas.

Estou certo de que a importante matéria continuará a merecer estudos acurados por parte dos órgãos técnicos e especializados da Administração, de maneira a poder dotar o País com uma legislação de aposentadoria, sábia, justa, equilibrada, social e economicamente adaptada às condições financeiras da Nação, e refletindo as aspirações da patriótica e valorosa classe dos servidores públicos.

É A SEGUINTE A DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. DEPUTADO A. H. CUNHA BUENO:

Manifesto meu voto contrário à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 3, de 1975, obediente à orientação de meu Partido.

Propõe referida iniciativa seja reduzido o tempo de serviço, para efeito da aposentadoria voluntária, do servidor do sexo feminino de 30 para 25 anos; e do servidor do sexo masculino de 35 para 30 anos.

Embora vote contra, Sr. Presidente, desejo ressaltar que à proposição assiste certa procedência. Seu não acolhimento por parte da ARENA se fundamenta em situação emergencial. Alcançado o patamar de desenvolvimento mais expressivo, quando as arcas governamentais estiverem dispondo de recursos em maior escala, aí, possivelmente, emenda Constitucional, com o mesmo objetivo, alcançará, os votos necessários que lhe determinarão a inclusão no contexto constitucional.

Vários exemplos, poderíamos aqui fornecer, para demonstrar porque aceito a idéia. Mas somente para ilustrar lembro-me neste momento, Sr. Presidente com carinho todo especial, dos professores primários. Em mais de uma dezena de Estados — consoante preceito expresso nas respectivas Constituições — por certo período gozam do direito de se aposentarem com 25 anos de serviço.

É que sempre lhes foi reconhecido — além da nobreza e indispensabilidade da função de formadores de caráter e edificadores do conhecimento na frente infantil — o sacrifício que lhes impõe o exercício da profissão.

O magistério pelo que exige de quem o exerce em esforço mental e atualização permanente de novos conhecimentos e novas técnicas para transmiti-las em dia não muito remoto terá tempo de serviço de seus titulares longamente reduzido.

Com as ressalvas apontadas Sr. Presidente, é esta a manifestação de meu voto contrário à proposta de Emenda Constitucional em votação.

É A SEGUINTE A DECLARAÇÃO DE VOTO DA SRª DEPUTADA LYGIA LESSA BASTOS:

Tenho a declarar que votei contra a Emenda Constitucional nº 3, de 1975, por imposição da maioria de minha bancada que considerou a questão fechada.

Em toda a minha longa carreira política, defendi a tese esposada na referida Emenda, sendo autora, no meu Estado, das leis que reduziram os limites da aposentadoria, para as mulheres e que vigoraram até 1969.

Continuarei lutando, pessoalmente, pelo restabelecimento desses dispositivos legais.

Conforme é do conhecimento público, tive oportunidade de tratar desse assunto, com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, quando com ele estive, no dia 9 de abril do corrente ano:

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Convoco sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos, para votação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4 e 5, de 1975.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 25 minutos.)

ATA DA 57ª SESSÃO CONJUNTA, EM 8 DE MAIO DE 1975

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 16 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Altevir Leal — José Guimard — Evandro Carreira — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrólio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Veira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz

Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Paraná

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barros — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Uliisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraná

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Monsenhor Ferreira Lima — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Thales Ramalho — MDB; Valério Rodrigues — ARENA.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulpho Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekél Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysâneas Maciel — MDB; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

A. H. Cunha Bueno — ARENA; Adalberto Camargo — MDB; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Francisato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Blotta Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Ivahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca

— MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Valmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nadyr Rossetti — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 347 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

O Sr. Benjamim Farah — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Parlamento está vivendo hoje um dos seus grandes dias, tal o interesse que os Congressistas evidenciam em torno das emendas hoje apreciadas e, também, pela presença do povo que acredita no Congresso.

Acabamos de votar a Emenda nº 3, de 1975, que visa à redução do tempo de serviço para a aposentadoria dos servidores e a diferença foi apenas de 40 votos, somados os votos das duas Casas, Câmara e Senado. Não considero isso uma derrota, foi apenas uma batalha e esta luta vai continuar.

Entretanto, Sr. Presidente, quero cumprimentar a minha querida Bancada, o MDB, que esteve presente ao lado do funcionalismo e, também, quero saudar a Aliança Renovadora Nacional, que gostaria de votar, que desejou votar, mas, comprimida, pressionada por forças diversas, não pôde apoiar a emenda. Pela tribuna passaram diversos Deputados declarando que votavam contra, pressionados pela bancada.

Sr. Presidente, por uma questão de justiça, quero defender aqui agora o honrado Presidente da República. Um Sr. Deputado declarou que Sua Excelência o Senhor Presidente Ernesto Geisel ficou irritado com a minha emenda. Peço licença para discordar. Toda a imprensa deu essa notícia. Por certo foi uma entrevista sigilosa, e foi divulgado, repito, que o Senhor Presidente da República havia se irritado. Em bem da verdade, não acredito nessa informação.

O Senhor Presidente da República é um homem equilibrado, sereno, e não se irrita diante de um problema dessa natureza; não se irritaria diante de nenhum problema, da maior gravidade, por isso que Sua Excelência é um estadista preparado para governar o Brasil.

Lembro-me do aforisma de São Bernardo: "Se és santo, ora; se és sábio, ensina; se és prudente, governa".

O homem que aí está dirigindo a Nação, o honrado Presidente Ernesto Geisel, é prudente, preparado e patriota. Portanto quero, em bem da verdade, defendê-lo contra esta imagem, que não é a de Sua Excelência, trazida para a imprensa. E mais uma vez quero reafirmar a minha confiança na instituição a que tenho a honra de pertencer.

Os servidores, como todo o povo, podem confiar neste Congresso; este Congresso é sensível aos superiores interesses da nacionalidade; este Congresso é sensível a todos os grandes problemas de interesse da nossa Pátria, porque o que nos anima é pensar e lutar por um Brasil grande, forte, desenvolvido: um Brasil feliz. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4 e 5, de 1975—CN, que modificam a redação do § 1º do art. 175 da Constituição, que dispõe sobre a indissolubilidade do casamento, tendo,

Parecer, sob nº 43, de 1975—CN, da Comissão Mista, favorável à proposta de Emenda Constitucional nº 5, de 1975; contrário à de nº 4, de 1975, e às Emendas apresentadas de nºs 1 e 2.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1, DE 1975—CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional

O abaixo firmado, no exercício da Liderança da ARENA, vem, com fundamento nos arts. 49, § 4º e 5º, do Regimento Comum, em vigor, requerer preferência para a emenda nº 2, de caráter substitutiva e de autoria do Deputado Airon Rios.

A iniciativa da Liderança não compromete sua posição, em relação ao mérito, pois a questão foi posta em aberto, perante a Bancada do Partido.

Dai porque com o presente requerimento abre-se mais ainda o poder de opção dos Congressistas.

Sala de Sessões, 8 de maio de 1975. — **Alípio de Carvalho**, Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Em consequência, vai-se passar à votação da Emenda nº 2, substitutiva, de autoria do Sr. Deputado Airon Rios e outros Srs. Deputados.

Nos termos do art. 49 do Regimento Comum, poderão usar da palavra, para encaminhar a votação, 4 Srs. Senadores e 4 Srs. Deputados, sendo facultado a cada orador o tempo de 5 minutos, no máximo.

Concedo a palavra ao Senador Mauro Benevides, primeiro orador inscrito.

O SR. MAURO BENEVIDES (Pela ordem) — Sr. Presidente, comunico a V. Exª que me acho inscrito para o encaminhamento da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/75.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (Pela ordem.) — Sr. Presidente, estou inscrito para encaminhar a votação da Emenda nº 5.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O Sr. Rubem Dourado — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Rubem Dourado.

O SR. RUBEM DOURADO (Pela ordem.) — Sr. Presidente, estou inscrito para encaminhar a votação. Como são três os encaminhamentos, peço a V. Exª, face a desistência de alguns oradores inscritos, que considere válida a minha inscrição. Encaminharei, se V. Exª assim entender, qualquer uma das três, desde que possa falar como autor de uma delas. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Rubem Dourado, para encaminhamento de votação.

O SR. RUBEM DOURADO (Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sendo o Brasil um dos cinco países do mundo ocidental que não aceitam a solução do divórcio, porque não aprovada, eis que, neste momento histórico para a Nação brasileira, três emendas à Constituição são aqui apresentadas: a Emenda de nº 4, da autoria desta Casa e que tive a honra de assinar, em primeiro lugar, com apoio de 140 Srs. Deputados; a Emenda de nº 5, do Senado, tem como signatário o eminente Senador Nelson Carneiro; e esta Subemenda de nº 2 é de autoria do eminente Deputado Airon Rios.

Devo dizer a V. Exª que, quanto ao mérito, Sr. Presidente, esta Casa já está absolutamente esclarecida e todos os seus membros já têm, a esta altura, a sua posição definida.

Resta-nos, Sr. Presidente, o entendimento de que existem sobre a mesa, em mãos de V. Exª, dois requerimentos que serão subme-

tidos e que pedem, oportunamente, a votação secreta para as Emendas nº 4 e 5, com apoio de 130 Srs. Deputados e dos Srs. Senadores, encabeçados pelo eminente Líder Nelson Carneiro.

Certamente, como esta é a minha única oportunidade de falar, desejo dizer que o requerimento sobre a votação eu o fiz baseado no artigo 44:

"As votações poderão ser realizadas pelo processo simbólico, nominal e secreto."

"Parágrafo único. As votações serão feitas pelo processo simbólico, salvo nos casos em que seja exigido **quorum** especial, que é o caso da Emenda — ou deliberação do Plenário, mediante requerimento de Líder ou de 1/6 de Senadores ou de Deputados."

Há, sobre a mesa, cerca de 160 assinaturas, ou seja, praticamente, 40% dos Srs. Senadores e Srs. Deputados.

Requerendo a V. Exª que considere a possibilidade de uma votação secreta, porque essa votação estará de pleno acordo com a consciência de cada um, com a manifestação do Chefe da Nação, que recomendou tratar-se de questão aberta, pois é questão de consciência; e, Sr. Presidente, como a votação secreta reflete unicamente o sentimento de cada um, e tratando-se de matéria tão complexa, devo dizer a V. Exª que sustento essa tese desde o início, quando ela foi levantada. Tive o apoio de Deputados das duas bancadas. Repito que não há, absolutamente, Sr. Presidente, qualquer caráter partidário, tanto que o eminente Senador Nelson Carneiro e eu demos apoio à preferência solicitada pelo eminente Deputado Airon Rios.

O art. 80 do Regimento Comum determina que a votação de emendas constitucionais deverá ser nominal, o que não impede que essas votações nominais sejam nominais e secretas. É a regra geral. Este Plenário será sempre soberano para decidir quanto à forma. O único caso, Sr. Presidente, em que a Constituição Federal fala em votação nominal, não explicando se secreta ou não, é para a eleição do Presidente da República, no art. 43. Fora isso, é o Regimento Comum das duas Casas e, para tanto, aqui está reunido o Congresso Nacional, com prerrogativas para deliberar quanto ao feito.

Repito e reassinlo o que disse ontem, no encaminhamento e na discussão: a Nação brasileira, os casais ilegítimos, aqueles chamados de segunda família ilegítima, com filhos naturais, com filhos ilegítimos, estão todos voltados para este Congresso Nacional, na certeza de que, nesta data histórica para todos nós, sairá uma solução humana que venha a atender a uma grande parte da população brasileira.

Sr. Presidente, baseamo-nos no Direito Comparado, no Direito que rege todas as nações civilizadas do mundo, inclusive aquele Portugal que nos colonizou, a Itália, a Alemanha Ocidental, a França, berço sagrado do Direito Universal.

Assim sendo, reafirmo que os requerimentos para votação secreta têm amparo no Regimento Comum da Casa e, lembro, também, que nesta primeira votação da Emenda do Deputado Airon Rios, a votação será nominal e a descoberto, porque não houve requerimento em contrário. Se não houvesse o requerimento, seria de acordo com o art. 80. Em havendo o requerimento, Sr. Presidente, poderá ser de acordo com o art. 44, parágrafo único.

Acrescentamos, ainda, que o fato de a votação ser nominal não impede que ela seja secreta: ela pode ser secreta e nominal. Apenas considerando que, sendo matéria de relevante importância, Sr. Presidente, não poderia ser votação simbólica; mas a votação nominal também poderá ser secreta.

E aproveito esta oportunidade, encerrando, para reafirmar que os requerimentos para votação secreta, devem merecer, mais uma vez, o apoio da Maioria desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES (Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Para contraditar o que na prática é uma questão de ordem, levantada pelo Deputado Rubem Dourado. É uma questão de ordem que tem implicações na votação que irá se processar. De forma que eu levanto esta questão de ordem, Sr. Presidente, sobre esta votação a que teremos de proceder.

A fusão proposta pelo Deputado Rubem Dourado, a fusão dos artigos do Regimento é prejudicial, uma vez que ela destrói o texto expresso do Regimento Comum. S. Ex^a faz, na sua praticamente questão de ordem levantada, uma confusão, porque se votação nominal e votação secreta se equivalessem, o Regimento Comum não trataria de forma destacada o que seja uma votação simbólica, votação nominal e votação secreta.

Então, para contraditar esta questão é que eu trago o impedimento de que o art. 80 é bastante claro, bastante expresso, quanto à Constituição. A emenda constitucional tem um capítulo e um rito especial.

O procedimento, aqui tentado, de uma votação secreta da emenda constitucional, é inusitado, sem qualquer precedente, perigoso, sem qualquer fundamento legal. Ele fulmina o texto expresso do Regimento. Esta a questão que submeto a V. Ex^a, para sustentar o impedimento imposto pelo Regimento Comum, que é expresso e claro em votação de emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Não há nenhum requerimento, sobre a mesa, a respeito desse assunto que estamos votando. Se vier à Mesa, aprecia-lo-emos no momento oportuno.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Alípio de Carvalho.

O SR. ALÍPIO DE CARVALHO — Sr. Presidente, desisto da palavra e solicito a V. Ex^a que a mesma seja concedida ao nobre Deputado Airon Rios.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Airon Rios.

O Sr. Airon Rios — Sr. Presidente, estava supondo que, como autor da emenda que tem preferência sufragada pelo Plenário, viesse a ser, realmente, o último a utilizar da palavra. Se esta colocação obtiver apoio do Regimento, eu a deixo sobre a Mesa para, com suas luzes e clarividência, dar a decisão. Se não, obedecerei à decisão da Mesa, para então fazer meu encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Não havendo objeção dos oradores inscritos, V. Ex^a poderá falar no final.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire.

O SR. MARCOS FREIRE (Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Muito se tem dito, nestes últimos dias, a favor e contra o divórcio. Os que a ele se contrapõem têm invocado, não raro, a figura da mulher como se não fosse ela quem sofresse, hoje, a maior sujeição da sociedade matrimonial dos nossos dias, sobretudo quando em casamentos desavindos; tem-se alegado, por vezes, a situação dos filhos, como se já não fossem eles as grandes vítimas dos lares atualmente desajustados; tem-se invocado a própria posição dos homens, como se a eles se impusesse igual obediência à conduta retilínea que o corpo social exige da mulher; tem-se falado, por fim, na respeitabilidade da família, para combater o divórcio, como se ela tivesse algum sentido, quando desaparece a compreensão e o entendimento entre os cônjuges.

Falou-se, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, nos aspectos morais, jurídicos, sociais e religiosos do casamento. É preciso ter-se presente, entretanto, que não menos importante é o lado humano do matrimônio; mais que sacramento, mais que contrato civil, o casamento é amor: quando um acaba, o outro acaba também.

É fácil defender a sujeição do casal à perenidade dos laços matrimoniais, ainda que eles sejam desastrosos e até mesmo já se encontrem destruídos.

O Direito, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todos nós o sabemos, existe para disciplinar os fatos sociais. Ai do povo cujas leis ficam a reboque dos acontecimentos sociais! Contrapor-se ao divórcio é querer ignorar uma realidade social que nos cerca: a de casais que se separam e que constituem novas uniões, que formam novas famílias, famílias à margem da lei.

Ninguém pode condená-los por assim fazerem, e sim aos legisladores, porque ainda não tiveram o alcance e a sensibilidade de legitimar essas famílias. Talvez todos os que aqui estão tenham amigos ou parentes nesta situação. Será, então, tartufismo, hipocrisia, falsidade recebê-los em suas casas e negar-lhes agora amparo jurídico à constituição destes novos lares.

Os homens ainda arrostando com maior facilidade este problema, mas a mulher casada sofre maiores percalços: quando separada do esposo, procura outras chances de felicidade que não tenha encontrado no casamento primitivo. Seus filhos serão sempre pessoas marcadas, pois o simples endosso social a estas uniões pós-matrimoniais não lhes tira o estigma da ilegitimidade.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, votaremos, pois, pelo divórcio e o faremos não contra a família; o faremos em nome da família; em nome da mulher e em nome dos filhos. A lei não deve considerar indissolúveis laços onde existem apenas indiferença ou desconhecimento, ódio ou incompreensão. A lei só tem que amparar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, e legitimar as uniões em que impera o amor. É a isso que se propõe a presente emenda do divórcio. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estava eu inscrito desde a sessão matutina de ontem para discutir as duas propostas de emenda constitucional: a de nº 4, de autoria, do Deputado Rubem Dourado; e a de nº 5, de autoria do nobre Senador Nelson Carneiro, bem assim as duas emendas apresentadas às aludidas propostas: a de nº 2, a cuja votação se vai agora proceder, de autoria do nobre Deputado Airon Rios; e a de nº 1, de autoria do meu eminente companheiro de Partido, Senador Lázaro Barboza.

Entretanto, o aviltado número de oradores não permitiu que a Mesa assegurasse, nem a mim nem a mais de dez Parlamentares, igualmente inscritos, a oportunidade de debater essa matéria, para a qual convergem, neste instante, as vistas atentas da opinião pública brasileira.

Por isso vejo-me obrigado a utilizar o espaço de tempo, reconhecidamente exíguo, do encaminhamento de votação, para deixar marcada nos Anais da Casa a minha posição, já sobejamente conhecida, como indissolubilista, contrário, portanto, ao acolhimento das duas propostas de emenda constitucional e às duas emendas anteriormente referidas.

Ao inscrever-me na sessão de ontem, para discutir as propostas e as emendas, o que desejava, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, era comentar as Mensagens que foram encaminhadas de todos os recantos do País, à Comissão Mista, por mim presidida e incumbida de dar parecer às duas propostas de emenda constitucional e às duas emendas. Estas mensagens e estas manifestações tinham as mais variadas procedências. Eram manifestações de associações civis, de entidades religiosas, de altos dignatários da Igreja, como o venerando Cardeal Mota eram, enfim, pessoas de todas as categorias sociais que desejavam externar os seus respectivos pontos de vista em torno da iniciativa do Deputado Rubem Dourado, do Senador Nelson Carneiro, do Deputado Airon Rios e do Senador Lázaro Barboza.

Vindo, hoje, a esta tribuna, dentro, portanto, dos escassos minutos que me são assegurados pelo Regimento, eu teria que afirmar, com apego rigoroso à verdade, que grande parte dessas manifestações era exatamente contrária ao acolhimento de qualquer alteração do § 1º do art. 175 da nossa Carta Magna.

Não poderia, evidentemente, Srs. Congressistas, relacionar mesmo todas essas manifestações, mas me senti no dever de, pelo menos, comentar os pronunciamentos de Casas Legislativas, de Assembléias e de Câmaras Municipais que não se omitiram diante desta questão que vem, realmente, sensibilizando a opinião pública brasileira. E se esta, Srs. Congressistas, é uma Casa que abriga a cúpula política do País, eu me sentiria realmente na obrigação de trazer a este debate a manifestação das bases políticas daquelas que estão mais diretamente vinculadas à comunidade que representamos.

Se é certo que algumas Câmaras Municipais, como a Câmara Municipal de Salvador, a Câmara Municipal de Igarassu, em Pernambuco, a Câmara Municipal de Cruzeiro, no Estado de São Paulo; se é verdade que essas Casas se manifestaram a favor da alteração constitucional, teria que ressaltar, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que a grande, a expressiva, a ponderabilíssima maioria dessas Câmaras Municipais se manifestou contrariamente ao acolhimento de quaisquer das propostas e das emendas a elas pertinentes.

Quero, portanto, deixar neste meu pronunciamento esse dado obtido nas bases políticas; deixar aqui este dado para o exame percutiente, detido daqueles que, como, nós, integram a cúpula política do País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, era esta a informação que desejava transmitir, como Presidente da Comissão Mista, externando, aqui, o meu ponto de vista contrário ao acolhimento das duas propostas e das emendas que lhe foram apresentadas. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (Para encaminhar a votação.) (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Senador Nelson Carneiro, com a sua inteligência, tem honrado o povo baiano, e levado a sua imagem para o Rio de Janeiro, a Capital política deste País. Com o seu projeto de lei, tornou-se nome nacional, dando uma demonstração de que está atualizado ao enfrentar o problema social brasileiro, e por esta razão, nesta oportunidade, nesta sessão memorável do Congresso Nacional, queremos deixar aqui expressa a nossa homenagem a esse homem público.

Apresentamos, nesta legislatura, um projeto de lei também polêmico como este, que tenta legalizar o aborto neste País. E o fizemos na certeza de estarmos procurando soluções legais para a situação social que o País atravessa. De nada nos interessam termos leis que não são cumpridas, leis que existem apenas nos códigos e nos decretos, mas que a evolução social não mais quer, não mais usa e não mais implica.

Assim, foram os mesmos propósitos que nos levaram à apresentação desse projeto. E o que nos deixa, na oportunidade, um pouco preocupados, é verificar, por exemplo, a Igreja, à qual pertencemos, tomar parte ativa na discussão de projeto de lei com tramitação no Congresso. Os Srs. Congressistas podem imaginar se passássemos aqui a examinar as leis, ou as normas que determinam a escolha do Papa, ou que determinam a escolha de bispos, de arcebispos, ou de qualquer outro membro de qualquer tipo de religião?

É preciso que haja uma separação constante entre a Igreja e o Estado para que cada um cumpra o seu dever, para que cada um possa exercer a sua função, defendendo o ponto de vista e defendendo as condições sociais que o País atravessa. Tudo na discussão que se verifica é luta pelo termo dissolução. Briga-se porque a Constituição diz que o casamento é indissolúvel. Por que se estabelecer

que o casamento é indissolúvel? O casamento é indissolúvel para manter a família. E eu pergunto aos Srs. Congressistas: por acaso, o desquite, que é aceito por todos; o desquite que é usado como lei; esse desquite mantêm a indissolubilidade da família?

Aí está a pergunta que deixo aqui para os Srs. Congressistas, porque o que se quer é fazer continuar esta palavra da Constituição, dizendo que o casamento é indissolúvel, quando as famílias aí estão com dificuldade de se formar, com dificuldade de se reajustar porque estão carcomidas, estão sendo destruídas através do desquite. Por que manter essa situação de fato, que está contra todos, os princípios e todas as leis sociais?

É preciso que nós, legisladores, tenhamos a coragem e a firmeza de enfrentar os problemas de acordo com a época e de acordo como eles se apresentam.

Nessas condições, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não havendo tempo para fazer uma exposição jurídica em torno do assunto, quero deixar, aqui, sobretudo em favor dos desquitados, a minha palavra de solidariedade para que eles possam, no dia de amanhã, reorganizar as suas famílias, viver e se apresentar...

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) (Fazendo soar a campainha) — O tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. JOÃO MENEZES — ...diante dos filhos, diante dos parentes como uma família legal, uma família justa, uma família razoável.

Aqui fica minha homenagem, o meu voto a favor desse projeto de divórcio; é uma homenagem que presto à mulher no Ano Internacional da Mulher. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Geraldo Freire.

O SR. GERALDO FREIRE (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Certo estadista inglês, que já foi citado aqui noutra ocasião, afirmativa que tinha ouvido muitos discursos capazes até de mudar a sua opinião; nenhum deles, porém, jamais fora capaz de mudar o seu voto.

Então, agora, a matéria está amplamente discutida e não pretenderei, neste rápido encaminhamento de votação, modificar a opinião sequer, quanto mais o voto de quem quer que seja. Eu não iria encaminhar o assunto, mas fomos surpreendidos por uma deliberação das veneráveis lideranças que entrou em pauta em matéria que não havíamos discutido. É por isso que aqui estou, Sr. Presidente, para dizer que todos os argumentos que usamos contra a emenda Nelson Carneiro usaremos com mais rigor contra a emenda Airon Rios porque o que ela diz é isso: "O casamento é dissolúvel na forma da lei". Então, de vez por todas essa emenda estabelece o divórcio; nem sequer o divórcio usucapião, como o Senador Nelson Carneiro que concede sete anos de separação para que o casal possa conseguir o divórcio. Ela institui o divórcio imediatamente.

Então, todos os companheiros que já têm a sua posição formada — respeito-os todos — têm também o seu voto já definido. Espero que nós, a descoberto, perante o Brasil, perante as nossas consciências, repudieemos tudo aquilo que tenta desfazer a indissolubilidade do matrimônio. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas: Por que votar contra a dissolução do vínculo matrimonial?

Porque somos a favor da família, no seu sentido amplo, voltada para os filhos, para a sociedade, conseqüentemente, para a Pátria.

Porque sabemos que a escola, a faculdade, instrui, prepara o doutor, mas só o lar, a família formada com base nos ensinamentos do Cristo educa, forja e prepara o indivíduo.

Aliás, as confusões intentadas, diuturnamente, a fim de confundir os menos atentos, são no sentido de transformar a deseducação e a corrupção em forma de cultura de um povo. Assim, tentam levar muitos a confundir instrução em educação, quando sabemos todos ser uma tentativa grosseira, vez que instruir é induzir ao aprendizado do que nos circunda, ou seja, o conhecimento das coisas exteriores. O educar é a educação, o despertar no indivíduo no seu interior, aquilo que, intrinsecamente, temos em nós: a consciência, ou melhor dizendo, a partícula divina ou semelhança com o Todo Poderoso.

Dai por que assistimos ontem, nesta mesma tribuna, a inteligências, homens do mais alto nível de instrução, porque não tiveram despertados em si a sua semelhança com Deus, ou porque generosos, mas desprevenidos, atentando contra a existência da família; defendendo a dissolução do vínculo do matrimônio.

Intitulando-se cristãos e bem intencionados, mas esquecidos de que a "fê sem obras é morta", ou de que a caridade deve começar em nosso lar, para então podermos estendê-la aos outros nossos semelhantes, alguns chegaram até, em verdadeiro desespero de causa, como querendo dizer que tudo está perdido, que a família cristã é um fracasso total. Que devemos a perpetuação da espécie não à família mas, sim, ao sexo livre. E mais, Sr. Presidente, e muito mais: num desespero, que foge totalmente à razão, fruto de uma indução organizadíssima através de um muito bem montado esquema de informações distorcidas, negando validade a todo e qualquer tipo de estatísticas oficiais, chegou-se a dizer — e o que é pior — a repetir que oitenta, em cada cem crianças nascidas na Cidade do Rio de Janeiro, vinham sendo registradas como filhos naturais ou adulterinos, e isto para justificar o divórcio.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — (Fazendo soar a campainha) — Lembro ao nobre orador que o tempo de S. Ex^a está esgotado.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Estou ultimando, Sr. Presidente.

Num crescendo espantoso, na medida em que nós os indissolubilistas — com números e provas irrefutáveis — mostrávamos a falência e a imprestabilidade dos argumentos favoráveis ao divórcio, provando ser o mesmo um fator de desagregação social (neste ponto já não podemos conceder-lhes o benefício da dúvida calcada na boa fê partiram para as descabidas injúrias, a ponto de se querer rotular a grande e honrada família carioca como totalmente prostituída. Impiedosa e suspeitamente deblateraram, furiosos, contra a TFP (Tradição, Família e Propriedade), como se esta instituição pretendesse, ao defender a família, as nossas mais caras tradições e a propriedade, atentasse contra a legislação vigente. Injuriam a TFP, como se os seus jovens agissem na calada da noite, a exemplo do terrorismo comunista, fazendo propaganda subversiva, pixando muros e fachadas de propriedades particulares e públicas, na tentativa de nos destruir.

Mas não, não e não, Srs. Congressistas. Sabemos — sabemos muito bem — porque fazem, o que realizam e o que significa a ação dos humildes e respeitáveis jovens da TFP; sabemos que este punhado de "bravos da fê" é o protesto atuante, constante e mais que legítimo dos que não aceitam — passiva e silenciosamente — o estupro comunista, a destruição sub-reptícia ou ostensiva da fê cristã, enfim das nossas tradições.

Por tudo isto, votemos a favor da família; votemos a favor dos filhos, das grandes vítimas do egoísmo divorcista; votemos a favor da Pátria e do Evangelho; votemos a favor da honra ao compromisso firmado; votemos no sentido de que as futuras gerações, amparadas pelo amor dos pais, tenham compromissos com a família e, conseqüentemente, com a nossa extremada Pátria. Votemos a favor do Brasil, dizendo "não" às emendas divorcistas. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Airon Rios.

O SR. AIRON RIOS (Para encaminhar a votação sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Devo, inicialmente — e estou praticamente afônico — dizer aos meus companheiros do Congresso Nacional que palmilhamos caminhos praticamente idênticos, eu e o eminente Senador Nelson Carneiro. E vou mais além, por um dever intelectual e moral: se a minha emenda vier a ser rejeitada não implicará absolutamente, em prejuízo regimental para a votação da emenda Nelson Carneiro.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, parece que estou ouvindo aquelas palavras trágicas de suplicio que diziam assim: "Saulo, Saulo, por que me persegues"?

Era Cristo que se dirigia àquele que, depois, se transformaria no Apóstolo Paulo.

Parece, também, que ouvi nas madrugadas as vozes dos lares destroçados pelo desquite, esse injurioso neologismo que o Brasil criou para manter na imoralidade os casais que não conseguiram manter-se felizes, porque o amor desapareceu, mas que o Congresso, desatualizado, entendeu de manter até hoje.

Devemos partir para a solução direta, sem rodeios, que é a solução do divórcio: "O casamento é dissolúvel na forma da lei".

É assim que pensa, por exemplo, o Padre Nobre, que apresentava, há pouco, projeto criando todo um elenco na lei civil, na lei comum, para a permissibilidade da separação dos casais. Desquite, em sentido restrito, é o próprio divórcio, mas desquite não dá a oportunidade que a lei confere nos demais países do mundo, da recriação das famílias, e deixa na orfandade moral os cônjuges e os filhos no submundo do tratamento odioso e discriminatório.

Recordo-me também, Sr. Presidente, que aqueles que se apegam aos textos dos Evangelhos os deveriam ler mais vagarosamente, pois poderiam encontrar em São Matheus a permissibilidade do divórcio e da separação, no caso de fornicção. Verifico, em São Paulo, na sua pregação, ele permitindo também a dissolução dos casais quando um cristão estivesse casado com um não cristão.

Mas me tocam sobretudo, as palavras de Monsenhor Kellerh que dirigiu, durante mais de seis anos, o Tribunal Canônico do Divórcio, em Nova York, no seu grito de angústia, dizendo ao mundo, àquele país civilizado, que a posição da sua Igreja era irrealística, diante dos fatos sociais, que eram as dissoluções marcadas pela sociedade. Por isso, Sr. Presidente, a minha emenda, que, ontem, aqui, não recebeu nenhuma objeção, que foi substitutiva na própria Comissão Mista, agora se apresenta como se fosse uma maneira surpreendente de pô-la em votação.

O Regimento Comum é claro quanto ao seu caráter de preferência. Ninguém foi surpreendido. É uma expressão criada à última hora, lançada à face do Congresso Nacional, para impressioná-lo. Não poderíamos surpreender-nos, nós que temos a Ordem do Dia à mão diariamente como a matéria-prima do nosso trabalho. Assim é de esperar, confio, que diga "sim" o Congresso Nacional, sem distinção de Partidos, diante da voz que vem de toda a sociedade brasileira, de enquetes feitas no País inteiro, onde a mulher brasileira, em quase 80%, e os homens estão querendo o divórcio. E ele não seria norma imperativa; do divórcio, aproximar-se-iam, apenas, aqueles que dele precisassem para reinaugurar uma nova vida, uma nova sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) (Fazendo soar a campainha). O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. AIRON RIOS — E o Congresso Nacional, friamente, olhando para o Brasil, fique em dia com o mundo e com a família brasileira. **(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Petrônio Portella, Líder da ARENA, para encaminhar a votação.

O SR. PETRÔNIO PORTELLA — **(Para encaminhar a votação)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao encaminhar a votação,

devo esclarecer a este Plenário, na qualidade de Presidente da ARENA e como Líder da Maioria no Senado, que o Governo e o Partido deliberaram considerar a questão aberta. **(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)**

Em razão disso, Sr. Presidente, cabe-me adiantar que o voto que, dentro em pouco, proferirei, quando chamado por V. Exª, terá sentido estritamente pessoal. **(Muito bem! Palmas)**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ulysses Guimarães, como Presidente Nacional do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES (Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O problema do divórcio não é questão programática do Movimento Democrático Brasileiro. Não consta; portanto, do documento máximo do nosso Partido.

Por conseguinte, Sr. Presidente, venho como Presidente Nacional do Partido informar a V. Exª e à Casa que a votação é aberta. **(Muito bem! Palmas prolongadas.)** O assunto estará entregue à consciência e à decisão de cada parlamentar.

Afirmo, também, Sr. Presidente, que o voto que deverei dar terá significação estritamente pessoal, não como Presidente do MDB, mas como parlamentar. **(Muito bem! Muito Bem! Palmas prolongadas.)**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A votação será feita pelo processo nominal.

Por ser a Emenda nº 2, substitutiva, de iniciativa de Deputado, em cumprimento à norma do § 2º do art. 43 do Regimento Comum, a chamada começará pela Câmara dos Deputados, de Norte para Sul, sendo os Líderes chamados em primeiro lugar.

Em votação a Emenda.

Solicito o comparecimento dos Srs. Deputados Odulfo Domingues e Henrique Eduardo Alves a fim de procederem à chamada. **(Pausa.)**

Vai-se proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(Procede-se a chamada.)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM NÃO OS SRS. DEPUTADOS:

José Bonifácio — Líder da ARENA

Laerte Vieira — Líder do MDB

Acre

Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Jorge Arbage — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

João Castelo — ARENA.

Piauí

Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Furtado Leite — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Teotônio Neto — ARENA.

Pernambuco

Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Monsenhor Ferreira Lima — ARENA.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; José Alves — ARENA.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA.

Espírito Santo

Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Ário Theodoro — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Hydekél Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Moreira Franco — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Machado — ARENA; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

A. H. Cunha Bueno — ARENA; Athié Coury — MDB; Blotta Júnior — ARENA; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Israel Dias-Novae — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Pedro — ARENA; José Camargo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB.

Goiás

Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Nunes Rocha — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA.

Paraná

Agostinho Rodrigues — ARENA; Antônio Annibelli — MDB; Ari Kiffuri — ARENA; Braga Ramos ARENA; Cleversson Teixeira — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM SIM OS SRS. DEPUTADOS:

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Mário Frota — MDB.

Pará

Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Gomes da Silva — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB.

Rio Grande do Norte

Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Petrônio Figueiredo — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Ricardo

Fiuzza — ARENA; Thales Ramalho — MDB; Valério Rodrigues — ARENA.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansção — MDB.

Sergipe

Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Antonio José — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; Noide Cerqueira — MDB; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alberto Lavinias — MDB; Amaral Netto — ARENA; Brígido Tinoco — MDB; Daso Coimbra — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Moura — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Oswaldo Lima — MDB; Rubem Dourado — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Juarez Batista — MDB; Manoel de Almeida — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Ailton Sandoval — MDB; Ailton Soares — MDB; Antonio Morimoto — ARENA; Aurélio Campos — MDB; Cantídio Sampaio — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Guaçu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; João Arruda — MDB; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Yasur — ~~Minas Ger~~ MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB.

Mato Grosso

Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antonio Belinati — MDB; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama —

MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Luiz Henrique — MDB; Pedro Colin — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Harry Sauer — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Nadyr Rossetti — MDB; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Vai-se proceder à chamada dos Srs. Senadores.

(Procede-se à chamada)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM NÃO OS SRS. SENADORES:

Petrônio Portella — Líder da ARENA

Franco Montoro — Líder do MDB

Altevir Leal — José Lindoso — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Henrique de La Rocque — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Arnon de Mello — Augusto Franco — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Gustavo Capanema — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Tarso Dutra

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM SIM OS SRS. SENADORES:

Evandro Carreira — Alexandre Costa — Agenor Maria — Jessé Freire — Marcos Freire — Wilson Campos — Luiz Cavalcante — Gilvan Rocha — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Orestes Quêrcia — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Leite Chaves — Otair Becker.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Encerrada a votação.

Votaram Sim 197 Srs. Congressistas; e Não 183.

Não havendo sido alcançado o "quorum" necessário à sua aprovação, a emenda é considerada rejeitada.

É a seguinte a emenda rejeitada

EMENDA Nº 2

Dá nova redação ao § 1º do art. 175 "O casamento é dissolúvel na forma da lei".

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5/75, de autoria do nobre Senador Nelson Carneiro, que recebeu parecer favorável da Comissão Mista.

Nos termos do art. 49 do Regimento Comum, poderão usar da palavra, para encaminhar a votação, quatro Srs. Deputados e 4 Srs. Senadores, sendo facultado a cada orador falar pelo prazo máximo de 5 minutos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Estou ocupando a tribuna para, apenas, dar notícia ao Congresso da deliberação ontem tomada pelo Instituto dos Advogados do Brasil que, depois de um longo debate, concluiu contra as emendas divorcistas, ora em tramitação no Congresso Nacional.

Entre outros motivos, foi dito que:

"muitos divorciados, sobretudo as mulheres, não casam, embora possam casar, porque não acham casamento, especialmente as mais velhas, mais pobres, mais feias e infamadas pelo marido; outras casam já levando para o segundo casamento o germe divorcista ou a suspeição das causas da separação anterior, além dos problemas dos filhos; outras, casando, não têm a paz interior diante de Deus e da consciência, ante os quais o segundo casamento não vale, nem tranquilidade pela concorrência de pessoas mais jovens, no balcão do divórcio".

"O homem — segundo o parecer vitorioso no Instituto dos Advogados do Brasil — sobretudo se tiver dinheiro, encontrará novos amores e fará novas vítimas. Mas a divorciada envelhecida, viúva de dois ou três homens vivos, qual o homem que a procura para esposa, havendo tantas jovens e prendadas?"

Sr. Presidente, essa é a deliberação do Instituto dos Advogados do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, velho parlamentar, sem ser um parlamentar velho, ontem me solidarizei com as homenagens que foram prestadas, aqui, ao Monsenhor Arruda Câmara.

Já tenho ouvido, principalmente no início das legislaturas, a repetição não diria sedição, em homenagem ao talento do nobre Senador Nelson Carneiro, mas a repetição de todos os argumentos. E como não posso me prolongar na tribuna, dada a escassez de tempo, só quero pedir a V. Exª, Sr. Presidente, que determine a publicação de algumas respostas dadas pelo então Deputado Monsenhor Arruda Câmara ao Senador Nelson Carneiro. Se não houvesse desrespeito de minha parte ao eminente Senador, meu colega, chegaria a dizer que o único interessado em que a emenda do divórcio não passe é justamente o nobre Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, porque esta é a sua bandeira eleitoral; este será sempre o argumento que terá que ser reptido. E isso, Sr. Presidente, embora válido para o nobre Senador, já é uma repetição a que já me acostumei mas com a qual não concordo.

Votando contra a emenda do brilhante e culto Senador Nelson Carneiro, vou pedir a V. Exª, para que o pesquisador e o cientista político que a isto se dispuser possa analisar os debates, pois a não ser os Deputados e Senadores novos que agora têm acesso a esta Legislatra não vêem que o eminente Senador Nelson Carneiro repetiu os argumentos. E como o Deputado Arruda Câmara não existe

mais, esta é uma homenagem de um antidivorcista àquele que foi campeoníssimo na batalha em defesa da família brasileira.

Vou encaminhar a V. Ex^a, Sr. Presidente, o discurso que constitui a resposta ao nobre Senador Nelson Carneiro.

Era o que tinha a dizer (**Muito bem! Palmas**).

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. VASCONCELOS TORRES EM SEU DISCURSO:

**EMENDA CONSTITUCIONAL CARDOSO DE MIRANDA
SESSÃO DE 3 DE AGOSTO DE 1954**

O SR. ARRUDA CÂMARA:

(Como Líder de Partido.) Sr. Presidente e Srs. Deputados, até enfim o nobre colega, Sr. Nelson Carneiro, encontrou um companheiro ou concorrente em suas investidas tendentes a introduzir o divórcio na legislação brasileira. E devo dizer que o debate progrediu mesmo um pouco sob o aspecto ético. Antes, o duelo verbal se travava entre um índio de Pernambuco e um simpático e trigueiro representante da Bahia. Agora, ingressara na ARENA um representante da nobreza fluminense, para enriquecer, com seus conhecimentos, esses prêmios jurídicos e intelectuais que têm realmente levado aos nossos Anais discursos e estudos memoráveis e úteis a posteridade, sob todos os aspectos.

A verdade, porém, é que o Sr. Cardoso de Miranda ingressou mal no debate, aproveitando idéia que já andara pelas cogitações do Sr. Nelson Carneiro, posteriormente abandonada, de vez que S. Ex^a tem preferido encarar o problema do divórcio do ponto de vista geral, para todos os brasileiros. Sob esse ângulo da questão, S. Ex^a, o Sr. Nelson Carneiro, é lógico, embora em erro, porque, se o divórcio fosse coisa boa, se-lo-ia para todos os brasileiros e, sendo uma coisa má, como efetivamente é, não deve ser concedido ou atribuído a nenhum brasileiro ou a nenhum grupo de brasileiros.

O Sr. Cardoso de Miranda, porém, começa afirmando que "sua tese representa um paradoxo aparente." É que S. Ex^a, "como católico", se propõe a introduzir o divórcio no Brasil.

De feito, a doutrina católica não se compadece com o divórcio. O paradoxo é, pois, real.

Nenhum católico pode ser divorcista. A doutrina da Igreja, desde os primeiros séculos, foi no sentido da estabilidade e da indissolubilidade do vínculo, mas, de maneira dogmática e definitiva, foi fixada nos Concílios de Florença e de Trento.

No primeiro, é exposta da seguinte forma:

"A causa eficiente do matrimônio é regularmente o mútuo consentimento expresso por palavras de presença. Mas se assinala triplice benefício do matrimônio. O primeiro é a prole que se há de receber e educar para o culto de Deus. O segundo é a fidelidade que um cônjuge deve guardar ao outro. O terceiro é a indissolubilidade do matrimônio, por significar a união indivisível de Cristo e da Igreja. Mas, ainda quando por causa de fornicção seja lícito fazer separação do leito, não é, sem embargo, permitido contrair outro matrimônio, por isso que o vínculo do casamento legitimamente contraído é perpétuo."

As palavras deste Concílio canonizam os dizeres de Santo Agostinho, 5.9, do *Gênesis*, c. 1: *Bonum quod habent nutide tripartitum est: in fide attenditur ne praeter vinculum conjugale cum altero vel altera concubetur; in prole, ut amanter suscipiatur, benigne nutratur, religiose educetur in sacramento ut conjugium non separatur, et dimissus aut demissa nec causa prolis alteri conjungatur."*

Posteriormente, o Concílio de Trento, para solucionar as controvérsias com a reforma protestante, definiu a matéria, depois de consignar que o matrimônio é um verdadeiro sacramento e que quem negar esta verdade sejam anátema. No Cânome V diz:

"Se alguém disser que por causa de heresia, ou dos aborrecimentos da vida em comum (isto é, serviços, maus tratos,

etc.), ou do afastamento de um cônjuge, o casamento pode ser dissolvido, seja anátema."

E no Cânone VII:

"Se alguém disser que a Igreja erra quando ensinou ou ensina que, segundo a *evangelica e apostolica doutrina*, não pode ser dissolvido o matrimônio, por causa de adultério de um dos cônjuges e que nenhum dos cônjuges, nem mesmo inocente, pode contrair novo casamento, vivendo ainda o outro cônjuge, que comete adultério o que abandonando a adúltera, casa com outra, e aquela que abandonando o adúltero, casar com outro, *seja anátema*". No corpo da doutrina da sessão XXIV, já o Concílio Tridentino expusera a doutrina consubstanciada nos cânones supracitados, quando ensinou:

"O primeiro pai do gênero humano proclamou sob o influxo do Espírito Santo o vínculo perpétuo e indissolúvel do matrimônio, quando disse: *Eis aqui o osso dos meus ossos, a carne da minha carne; pelo que largará o homem seu pai e sua mãe e se ligará à sua mulher e serão dois numa só carne* (*Gênesis 2-23, Efes. 5-31*).

"Cristo ensinou mais claramente que, por este vínculo, se unem e se enlaçam somente dois, quando referindo aquelas últimas palavras, como proferidas por Deus, disse: *dessarte já não são dois mas uma só carne* (*Math 19:6*) e imediatamente confirmou a estabilidade do vínculo, antes por Adão pronunciada, com estas palavras: *Portanto o que Deus uniu não o separe o homem* (*Math. 19-16; Marcos 10-9*).

"O próprio Cristo, instituidor e aperfeiçoador dos veneráveis sacramentos, mereceu pela sua paixão a graça que havia de aperfeiçoar aquele amor natural, de confirmar a unidade indissolúvel e de santificar os cônjuges. O que significou o apóstolo S. Paulo, quando disse: *Homens, amai vossas esposas, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela* (*Efes. 5-25*), e logo acrescentou: *Este sacramento é grande, eu o digo, em Cristo e na Igreja* (*f. 5-32*)".

E, mais ainda: Considerando a questão sob o aspecto meramente natural, adiantaram alguns que o casamento, como contrato ou instituição natural, podia ser dissolvido e essa doutrina foi condenada por Pio IX, Syllabus, na Proposição 67, segundo a qual "o vínculo do matrimônio não é indissolúvel pelo direito natural e em vários casos o divórcio propriamente dito pode ser sancionado pela autoridade civil".

O Código do Direito Canônico estatui no Cânone 1.118: "O matrimônio válido rato e consumado não pode ser dissolvido por nenhum poder humano e por nenhuma causa, a não ser pela morte". *Matrimonium validum ratum et consummatum nulla humana potestate nullaque causa, praeterquam morte, dissolvi potest.*

E alhures, no Cânone 3.314, estabelece:

"Todos os apóstatas da fé e todos e cada um dos herejes ou cismáticos: 1º — incorrem *ipso-facto* em excomunhão."

§ 2º — Esta excomunhão é reservada de modo especial à Santa Sé."

Assim, é inútil e escusado insistir na tese de que o católico, como católico, possa defender o divórcio. Não é possível conciliar a doutrina católica com a divorcista, tida pela Igreja como heresia.

Mas o Deputado Cardoso de Miranda procura contornar a questão, dizendo que invoca em seu apoio o precedente introduzido em Portugal, com a Concordata de 1940. Segundo aquele diploma, celebrado e assinado pelo Governo de Portugal e pela Santa Sé, foi declarado que aqueles que celebrassem casamento religioso, católico, deviam renunciar à faculdade do divórcio, permitido na lei civil, isto é, ficou o divórcio praticamente restrito aos que celebrassem o casamento meramente civil. Engana-se, entretanto, o Sr. Deputado Cardoso de Miranda, quando estabelece paralelo entre as duas situações. Na verdade, o que houve, em Portugal, foi um progresso contra o divórcio, introduzido em 1910, sem a menor restrição, universalmente, para todo o País, para todas as crenças, para todas as seitas. Em se fazendo a Concordata, o divórcio foi supresso para todos aqueles que realizavam o casamento religioso, oficialmente reconhecido pelo Estado.

Assim, enquanto o divórcio era permitido a 7 milhões de portugueses, praticamente ficou permitido a 1 milhão ou menos de membros da comunidade lusitana. Aqui, é o contrário, observar-se-ia uma capitulação: ainda não existe o divórcio, nossa Carta Magna estabelece que a família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e está sob a proteção do Estado, e abrir-se-ia uma brecha, para concordar com a introdução do divórcio.

Por isso, pode enganar-se S. Excelência, pois a Igreja jamais assinaria tal Concordata. Se fosse para restringir o divórcio, como se fez em Portugal, a Igreja poderia concordar com o progresso em favor da indissolubilidade; mas, com a introdução do divórcio, conquista da doutrina dissolvente sobre a indissolubilidade, a Igreja não poderia concordar de forma alguma.

Aliás S. Ex^a, depois de citar o exemplo de Portugal, assevera que não pode a mesma coisa estar certa em Portugal e errada no Brasil". Não achamos que a solução esteja certa em Portugal; achamos que Portugal adotou o *mínima de malis* — o menor dos males.

Seria preferível que o divórcio, concedido a sete milhões de portugueses, fosse restrito a menos de um milhão do que continuar a situação vigente desde 1910. Lá, portanto, se adotou o menor dos males e não se pode dizer que esteja certo, que seja a tese ideal. Esta seria a da indissolubilidade geral como no Brasil.

Não é admissível, porém, que, existindo a possibilidade de escolha entre o bem e o mal, assim consideramos o divórcio, não é possível aceitar a transigência sob nenhum aspecto.

Mas vale ainda notar que na doutrina do Sr. Cardoso de Miranda, estabelecendo a qualidade de tratamento a brasileiros da mesma situação — católicos e não católicos — se cria uma discriminação que não se compadece absolutamente com o espírito e a tradição jurídica do Brasil, nem com a sistemática da Constituição Republicana de 1946.

Que resultaria daí, dessa introdução do divórcio, numa primeira etapa, em relação aos brasileiros, a quem não fosse atribuído esse privilégio ou essa faculdade? Em nome de quem o Parlamento poderia negar a esses brasileiros a concessão do divórcio, se concedido aos demais?

É evidente que, vencida essa primeira etapa, o divórcio seria posteriormente estendido a todos os brasileiros. Por outro lado, assumiria, ainda, o Sr. Cardoso de Miranda com a sua doutrina, gravíssima responsabilidade, qual a de estabelecer um convite, um incentivo permanente dos que tivessem em mente um possível divórcio no futuro, a mudança de mulher — e a burguesia é tão sensível a essas mudanças — fizessem só o casamento civil, porque este seria dissolúvel, e, mais tarde, estaria aberta a porta. Dir-se-á que a doutrina católica, viola isso, mas conhecemos, na prática, a quanto chegam as fraquezas humanas, os interesses humanos, as comodidades humanas.

Precisamos legislar para homens, não para anjos, não para santos, porque vivemos na realidade, num mundo de pecadores. Esta é a verdade.

E ainda mais, o que se verifica, Senhores Deputados, é que o divórcio — e é a experiência universal, jamais se circunscreveu aos casos estritamente ditos de remédio — é uma praga, uma epidemia, uma espécie de cólera *morbis* que se estende pelas leis, pelo rompimento dos diques da jurisprudência e da prática. "*La seule possibilité de changement y provoque*". A simples possibilidade de mudança provoca a mudança.

É o que se vê, como demonstrarei daqui a pouco, na França, na Bélgica, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha, no Uruguai, no próprio Portugal, na Venezuela. Em todos esses países, onde se iniciou o divórcio, ele foi crescendo sempre em curva ascendente, até atingir a cifras astronômicas.

O Sr. Flores da Cunha — Apenas em alguns dos Estados Unidos, Senhor Deputado.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Registre-se a ressalva do nobre Deputado Flores da Cunha, porque, de fato pelas leis estaduais, nem

em todos os Estados da América do Norte ele existe. Na França, Planiol um dos príncipes do Direito francês, outrora divorcista, confessa que se criou ali a indústria do divórcio. Surgiram encarregados de propagá-lo, de proporcionar todas as facilidades para realizá-lo, de forma que se tornou uma verdadeira indústria, e, diz ele, que na introdução do divórcio ao amor livre é um passo. Hoje, na França, se fabricam até cartas de injúrias graves, adrede preparadas para conseguir o divórcio e se fingem adultérios que nunca existiram, verdadeira vergonha para a sociedade francesa, visando o divórcio.

Vêm, portanto, o Sr. Deputado Cardoso de Miranda e a Câmara que não há lei que restrinja os casos de divórcio àqueles "em que deveria servir de remédio". E nenhuma terapêutica, pode ser adotada, quando, em vez de sanar os casos de enfermidades, multiplica o número dos doentes. Uma casa de saúde, uma Secretaria de Saúde, um Ministério de Saúde que adotasse terapêutica tendente a aumentar os casos de enfermidades, de forma astronômica, poderia escrever em sua porta: "este estabelecimento entrou em falência ..."

O Sr. Teixeira Gueiros — Lamento duas coisas: primeiro, ter de interromper V. Ex^a e segundo; estar quase afônico para lhe dar o meu aparte. V. Ex^a está debatendo um tema antigo e de grande importância social. Já encarou o aspecto religioso que o mesmo comporta e dentro do mesmo pouco tenho a discutir com V. Ex^a, porque em verdade, em tese, sou antivorcista. Acho que V. Ex^a com a Igreja, está defendendo tese coerente com o sistema adotado pela mesma, mas a atitude se choca com os fatos ocorrentes diariamente, nas sociedades humanas. Diante disso, entendia que os legisladores e sociólogos deveriam estudar uma fórmula para conciliar as situações terríveis, perigosas, que se criam e que a nossa legislação tem procurado corrigir com o desquite, mas o que faz em pura perda. O desquite traz mais prejuízos do que o divórcio.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Não! Vou demonstrar a V. Ex^a que não.

O Sr. Teixeira Gueiros — O desquite cria duas famílias uma legal abandonada e outra ilegal teúda e manteúda, na casa daquele que abandona a primeira família. De modo que sugiro apenas isso: as conjunturas humanas e sociais são de tal maneira, na época moderna, na evolução do direito, que se faz preciso atender às necessidades humanas, rumando para um sentido, para uma situação que se ponha cobro ou se minore essas situações terríveis que conhecemos. Há poucos dias, em aparte ao Deputado Cardoso de Miranda, sustentei, mais ou menos, essa mesma tese — o antivorcista. Mas, lembrei a S. Ex^a que, no texto do Evangelho, encontramos episódios, passagens, em que Jesus Cristo permite o divórcio. Isso já vinha de Moisés; e, pela legislação antiga dada a sensibilidade dos nossos corações, permita-se o divórcio. Mas adiante, noutro episódio, quando discutia com adversários Moisés dizia não admitir o divórcio, a não ser nos casos do adultério. Logo, no pensamento de Nosso Senhor Jesus Cristo, há possibilidade de abrir uma vasa para esses casos terríveis, inconciliáveis, especialmente quando se trata do fenômeno do adultério. Então, eu entendia que o projeto Cardoso de Miranda viria atender, pelo menos criar essa situação nova, a título de experiência, dentro da legislação brasileira, para se fazer face a esses diversos casos. Sei que V. Ex^a está contra. Teoricamente, sou contra, mas acho que se deve criar um sistema novo, no Brasil.

O SR. ARRUDA CÂMARA — V. Ex^a vai me permitir uma interrogação: como bom pastor evangélico, V. Ex^a admite o divórcio fora dos casos de adultério?

O Sr. Teixeira Gueiros — Só nos casos de adultérios.

O SR. ARRUDA CÂMARA — No projeto do Deputado Cardoso de Miranda, os males sociais a que V. Ex^a se refere são muito mais extensos do que a exceção do adultério, que eu não posso admitir na doutrina evangélica. Irei dar as razões por que não aceito a hermenêutica protestante neste particular. O remédio de V. Ex^as seria um remédio parcial no início, que depois iria muito além dos seus

objetivos, violando aquele outro princípio que V. Ex^{as}. sustentam, de que a Bíblia é a única regra de fé. Porque se a Bíblia é a única regra de fé, V. Ex^{as} não pode admitir o divórcio senão nos casos em que aceita ser ele permitido. Mas, na doutrina Cardoso de Miranda e na de quantos propugnam o divórcio, ninguém jamais se limitou a esses casos. Inicialmente, restringe-se ao caso do adultério; depois, estende-se aos de incompatibilidade de gênios, injúrias graves, maus tratos e outros casos não previstos na hipótese protestante de V. Ex^{as}. Mas o que vou demonstrar é que os males do divórcio são muito maiores, em extensão, em profundidade, em raio de ação, do que aqueles resultantes da indissolubilidade.

O Sr. Teixeira Gueiros — Num de seus discursos, o Deputado Nelson Carneiro disse dessa tribuna que o divórcio não era menos moral ou imoral do que o desquite. E a razão — provou S. Ex^a por A mais B, se me lembro bem das suas palavras — é a seguinte: no divórcio, dado o desvinculamento da situação jurídica, o cidadão constitui outra família; convola novas núpcias e ampara essa família.

O SR. ARRUDA CÂMARA — O engano de V. Ex^a está justamente nisso ...

O Sr. Teixeira Gueiros — Ao passo que no desquite não se pode fazer isso.

O SR. ARRUDA CÂMARA — ... o engano de V. Ex^a, repito, está nisso, em pensar que a um casamento mal sucedido se segue, trazido pelo divórcio, numa bandeja de prata: um casamento feliz.

O Sr. Teixeira Gueiros — Pode trazer e não trazer ...

O SR. ARRUDA CÂMARA — Pode trazer, porém o mais das vezes não traz.

O Sr. Teixeira Gueiros — ... pode trazer e pode não trazer, como o casamento original pode ser um bem e pode ser um mal. Quando é um mal, dissolve-se.

O SR. ARRUDA CÂMARA — V. Ex^a sabe que, no Brasil, se dissolvem, em média, anualmente, mil lares pelo desquite?

O Sr. Teixeira Gueiros — É o abuso da instituição.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Sabe quantos se dissolvem em Portugal anualmente, numa quinquagésima parte de nossa população, que é ali divorciável? Mais de mil lares. Sabe quantos lares estão-se dissolvendo na França, na Inglaterra, na Alemanha? Cinquenta e sete mil, quarenta e cinco mil, quarenta mil, anualmente. Sabe quantos se dissolvem na América do Norte? De quinhentos a seiscentos mil lares, anualmente.

V. Ex^a pensa que essas mulheres usadas, "queimadas", como diz a revista *Saturday Evening Post*, encontram todas matrimônio? As mais das vezes não encontram, porque ninguém vai deixar de casar com uma donzela prendada, rica, para casar com uma divorciada, sobretudo se saiu infamada no processo pelo seu marido.

Assim, em vez de termos, como no Brasil, mil esposas viúvas de maridos vivos, iríamos ter, como na França, cinquenta e sete mil viúvas de maridos vivos; quinhentos ou 600 mil, como nos Estados Unidos da América; vinte e quatro mil, como na Iugoslávia; quarenta e cinco mil, como na Inglaterra.

V. Ex^a há de me dizer: algumas dessas, porém, encontram novos casamentos. Suponhamos que 50% o consigam. Qual o mal maior: o abandono de 250 mil esposas nos Estados Unidos, de 10 mil na Iugoslávia, ou o de mil no Brasil? Vamos, ainda, ao número das crianças, dos filhos ...

O Sr. Teixeira Gueiros — Não vim ao microfone dialogar com V. Ex^a, mas apenas dar um aparte, para salientar que V. Ex^a discute uma tese difícil ...

O SR. ARRUDA CÂMARA — Complexa, não há dúvida.

O Sr. Teixeira Gueiros — ... e que reconheço delicada. Dei o meu ponto de vista, mas em matéria de convicção, cada uma fica sempre com a sua. Respeito muito os escrúpulos de V. Ex^a, e entendo que se, por acaso, alguma vez na vida, a legislação brasileira tolerar, aceitar o divórcio, deve ser em casos especialíssimos e restringindo

muito, para não se criarem situações de ainda maiores perigos que os atuais. Antes de terminar meu aparte, devo dizer a V. Ex^a que sem mesmo o desvinculamento do divórcio há os casamentos infelizes por aí afora, os grandes abandonos, aqui no Brasil. V. Ex^a não trouxe as estatísticas das famílias e das esposas abandonadas.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Mas são abusos não amparados pela lei, não favorecidos pela lei. Existem esses abusos à margem da lei, contra a lei, não favorecidos nem estimulados pela lei.

O Sr. Teixeira Gueiros — V. Ex^a, emérito sociólogo, e quantos se interessam pelo assunto devem procurar a regra ou o remédio para corrigir essas situações. Entendo ser este o problema crucial: procurar para a legislação brasileira um remédio que minore essa situação.

O SR. ARRUDA CÂMARA — O remédio do divórcio, já demonstrei a V. Ex^a, é o pior possível. Nesta parte fico com Esmeraldino Bandeira: ao naufrágio total da sociedade temos de preferir os naufrágios individuais de alguns cônjuges que não tiveram a oportunidade, ou por imprudência, ou por pouca sorte, de ser felizes no seu casamento. Não podemos aceitar a concepção individualista, a concepção liberal burguesa de que o casamento é feito para vantagem dos cônjuges, para gozo pessoal dos cônjuges; de que as potências da vida foram feitas para uso e satisfação individual dos cônjuges. Não! A multiplicação da espécie, o bem-estar coletivo da família, o da sociedade, da Pátria, se sobrepõem aos individuais; e, por isso, é mister que alguns se sacrifiquem para que toda a sociedade não pereça e não seja abalada em seus alicerces.

Mas, como argumentava eu, com uma média de cinco filhos para um lar, em mil lares teremos cinco mil crianças afetadas pelas separações. O que vemos na América do Norte? De dois a três milhões de crianças anualmente abaladas pelos quinhentos a seiscentos mil divórcios. Na França, mesmo baixando-se esse nível para duas ou três crianças por lar, são cerca de cento e cinquenta mil crianças anualmente atingidas pelos efeitos do divórcio. No Brasil seriam 5.000 apenas?

E se examinarmos, por exemplo, os números de separações, verificaremos imediatamente que no Brasil não houve progresso no número de desquites e de separações. O recenseamento de 1940 dava o número de 67.183 separados, desquitados e divorciados no estrangeiro, sobre uma população de 40 milhões; e o recenseamento de 1950 apresenta-nos o número de 40.164 separados, desquitados e divorciados no estrangeiro, sobre 52 milhões de habitantes. De modo que, enquanto a população desquitada, separada, isto é, de lares desfeitos, se elevava a dois milésimos sobre a população e a 5 milésimos sobre o número de casados; no último recenseamento já baixava para 3 milésimos sobre o número de casados e a um milésimo sobre o da população.

Agora, sabe o meu nobre colega Deputado Teixeira Gueiros a quanto monta o número de separados e divorciados, na América do Norte? A um décimo da população, não a um milésimo, como entre nós; é uma décima parte da população, isto é, são doze milhões de homens e mulheres divorciados, separados; são 6 milhões de lares arruinados, segundo as últimas estatísticas apresentadas pela revista *Saturday Evening Post* que nos indica também a percentagem de 53% da criminalidade infantil atribuída, a filhos de pessoas divorciadas. Vê, portanto, V. Ex^a que o divórcio não corrige, nem sana os males que tanto assustam o Sr. Cardoso de Miranda. O que se verifica, nos países onde o divórcio é introduzido, é que cresce o número de dissoluções de lares pelo progresso desse mesmo divórcio.

É fácil de ver as estatísticas, ...

O Sr. Aureliano Leite — Na França, qual é a percentagem?

O SR. ARRUDA CÂMARA — ... e encontrar, por exemplo, na Alemanha, em 1904, 9.152 divórcios, em 1930 40.722; nos Estados Unidos, que foram de 12.236 na introdução, em 1886, ascenderam, em 1946, a 620.000 divórcios; na França, que na instituição, em 1884, o número foi de 1.657, subiu, em 1924, a 20.074, e em 1947 a 57.500

divórcios; no Uruguai, que foi de 1 em 1907, subiu a 1.720 em 1941; assim na Venezuela, que foi, em 1938, de 350, em 1947 já se elevava a 827.

É, assim, uma espécie daquela palavra bíblica, "um abismo chama outro abismo", e por esses desfiladeiros de dissolução dos lares é como dizia Planiol, muito pequenina é a diferença que vai entre o divórcio e o amor livre.

Não é só. Demonstrei, nos discursos que proferi nesta Casa, que o divórcio diminui a natalidade. A criança é indesejável nos lares que se podem dissolver amanhã, — o que provei, também, com estatísticas. O índice de natalidade, com o divórcio desceu, na Alemanha, sobre mil habitantes, de 40,9 a 14,7; na França, de 31,1 a 16,1; na Inglaterra, de 34,4 a 14,8; nos Estados Unidos, de 6,43 a 2 filhos por família.

Demonstrei ainda que o divórcio degrada o casamento, transformando-o, de instituição sólida, sadia, séria e respeitável, num contrato provisório que Proudhon chamava de verdadeiro contrato de concubinato, em que os casados são noivos e em que numa festa um cidadão casado ou uma senhora casada podem tratar à vontade com dama ou o cavalheiro que quiser, respectivamente, porque não há estabilidade na união e o cônjuge chamado à ordem pode dizer: — Não, amanhã me divorcio e hoje mesmo me considero noivo de Fulano ou de Cicrana.

E vamos encontrar em relação à mulher o divórcio transformando-a de rainha do lar, de anjo da guarda dos filhos, numa vil mercadoria que se conserva enquanto bem servir, enquanto não envelhecer, enquanto não aparecer uma paixão mais sedutora, dada a fraqueza, a inconstância humana que nós bem conhecemos. E o cidadão que criou sua filhinha como pupila dos seus olhos, educando-a, dando-lhe todo o seu carinho, a entrega ao galã que aparecer, para que a leve por dias, meses, pelo tempo que quiser, e depois a devolva sem virgindade, sem beleza, sem os dotes naturais, envelhecida, como flor murcha que se atira à beira da estrada da vida...

O Sr. Teixeira Gueiros — V. Ex^a está expendendo conceitos elevados e nobres e eu me levantei para bater palmas.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Teixeira Gueiros — A atitude que venho tomando é para mostrar que há uma falha a sanar. V. Ex^a, entretanto, repito, debate uma tese delicada, a que merece consideração dos responsáveis pela orientação deste país especialmente na vida pública, coletiva, e ainda na vida doméstica. V. Ex^a merece, digo mais uma vez, os meus aplausos. Lamento que num certo ponto eu seja liberal e aceite, contra o que V. Ex^a sustenta, a dissolubilidade do vínculo matrimonial em alguns casos especialmente o adultério. V. Ex^a discute uma tese oportuna no Brasil, onde o número de famílias dissolvidas pelo desquite talvez seja igual ao europeu, que Vossa Excelência citou.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Demonstrei com estatística exatamente o contrário. Disse que as separações estão diminuindo. A não ser na Capital Federal, em Porto Alegre e em São Paulo, em todas as partes o desquite tem caído. Posso assegurar que dois mil e oitocentos Municípios do Brasil cerca de três quartos desses Municípios vêem passar anos e anos seguidos, sem que haja um só desquite no foro.

O Sr. Teixeira Gueiros — A nossa população é pequena em relação à europa. Daí os casos serem menores.

O SR. ARRUDA CÂMARA — A nossa população é maior que a da França. Enquanto a França tem 57.000 separações por ano, o Brasil tem 1.000, com uma população maior. A nossa população é quase um terço da população da América do Norte. Enquanto temos 1.000 separações pelo desquite, na América do Norte se verificam 400, 500 ou 600 mil separações por ano com o divórcio. Vê V. Ex^a que os males de alhures são muito maiores que os daqui.

O Sr. Teixeira Gueiros — Há um fator econômico em tudo isto. É que os processos de desquite no foro brasileiro custam dinheiro. Esta a razão de casais não irem ao foro concluir as ações de desquite.

O SR. ARRUDA CÂMARA — O argumento de V. Ex^a não procede, porque nos números que citei estão incluídos os casais separados sem desquite, os separados à margem da lei.

Sob o ponto de vista econômico, como poderiam sustentar várias famílias, com o divórcio, quando 70% dos brasileiros mal podem sustentar uma? Resultaria uma legião de mulheres e filhos no abandono.

O Sr. Teixeira Gueiros — Como já disse, não quero dialogar com V. Ex^a o que seria indelicado de minha parte.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Vou mais adiante. Alega o Sr. Cardoso de Miranda e, talvez V. Ex^a também, que o divórcio evitaria adultérios. Vou mostrar a V. Ex^a, com estatísticas que, na França, Bélgica e demais países onde existe o divórcio, o número de adultérios aumentou após o divórcio.

Na França se verifica verdadeiro esquema matemático em que a curva ascendente mostra o crescendo de adultérios. De 90, em 1886, subiram a 3.000 em 1910. Na Bélgica, observamos a mesma coisa. No ano de 1875, a estatística apontava 152 adultérios; em 1900 esse número passou a 675, em 1904 a 719; e, em 1907, a 1.101.

Vê, portanto, V. Ex^a que o divórcio não evita, não sana os males dos adultérios. Muitas vezes, até, o adultério é aceito, procurado como pretexto porque não se encontra outro meio de fazer o divórcio fora dele. É o que citava, há pouco, no trecho de Planiol, confessando que na França se verifica isso em larga escala.

E não é só. O número de espúrios aumenta com o divórcio. Vejam Vossas Excelências na França o coeficiente de ilegítimos que, em 76 e 85, era de 7,7 depois subiu a 8, a 9 e a 10 com o divórcio. Na Bélgica, sobre mil subiu de 15,7 para 20. No Uruguai, que era de 26,65, com o divórcio o coeficiente passou a ser de 29,21. Verificou-se o contrário nos países onde não há divórcio. Na Espanha, varia entre 4 e 5 décimos a 4. Na Itália, desce de 7 a 4,7. Na Irlanda há 2,5 a 2,3.

Assim, longe de ser o divórcio um fator de moralização, constitui fomento e incentivo para o aumento do número de adultérios e até de bastardos.

Tem-se dito que o divórcio evita infelicidades, como, por exemplo: a loucura, o suicídio, a prostituição. Demonstrei exatamente o contrário, com estatística. Em Wurtemberg os casos de loucura eram:

Casados	283
Solteiros	460
Viúvos	726
Divorciados	2.994

Sobre o mesmo número de habitantes, isto é, proporcionalmente:

Casados	6,3
Solteiros	10,3
Viúvos	16,1
Divorciados	67,3

O Sr. Aureliano Leite — Vossa Excelência está argumentando admiravelmente. Existe no Brasil, realmente, uma corrupção que ninguém pode negar. Mas, com o divórcio essa corrupção será astronômicamente maior.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Ainda no Estado da Califórnia: Suicídios:

Casados	610
Solteiros	690
Viúvos	1.200
Divorciados	1.840

O SR. PRESIDENTE — Atenção! Está findo o tempo de V. Ex^a

O SR. ARRUDA CÂMARA — Terminarei já, Sr. Presidente.

Suíça (sobre 100 mil pessoas):
Casos de loucura:

Casados	141
Divorciados	1.501
Encarcerados:	
Casados	84
Divorciados	1.029
Suicídios:	
Casados e solteiros	50
Divorciados	312
Prússia, sobre um milhão de mulheres:	
Suicídios:	
Casadas	61
Divorciadas	384
Homens:	
Casados	286
Divorciados	2.894
Suicídios na França, em 1905, sobre 100 mil:	
Viúvos	57
Divorciados	237

A menos que se admita que essas misérias sejam sintomas de felicidade, vê-se que o divórcio aumentou todos esses índices de infelicidade.

Uma estatística de Viena, feita em vários anos, apresenta o seguinte quadro sobre o meretrício:

Divorciadas	78%
Solteiras	27%
Casadas e viúvas	5%

Vê-se, portanto, que, longe de ser fator de moralidade ou de felicidade, o divórcio é fator de imoralidade e de verdadeira degradação e ruína social e mesmo individual.

Lamento não poder descer hoje à controvérsia com o meu nobre colega Teixeira Gueiros, sobre o tema de São Mateus. Não disponho de tempo. Fa-lo-ei na primeira oportunidade.

Adianto, porém, que é inadmissível a doutrina protestante. A cláusula "a não ser por adultério", só pode ser interpretada, como manda a boa hermenêutica, à luz dos textos mais claros. Ora, estes em S. Marcos 10-2 a 12; S. Lucas, 16-18; S. Paulo, I Cor. 7-10; Efésios 5-25; Romanos 7-2 proclamam a indissolubilidade absoluta do vínculo, com a remissão ao que vigorou no princípio e à exceção aberta por Moisés, "por causa da dureza dos corações dos hebreus", exceção revogada por Jesus Cristo.

Aliás, o próprio S. Mateus liquida a questão no Cap. V, verso 31:

"Também foi dito: — 'Quem abandonar sua mulher, dê-lhe carta de repúdio'. Eu, porém, vos digo: que todo aquele que, a não ser por causa de adultério, abandonar a sua mulher, a faz ser adúltera, e aquele que tomar a repudiada, adúltera."

Evidentemente se trata de separação de corpos, não de divórcio.

Quero concluir, proclamando que não têm razão os profetas da ruína quando dizem que a família brasileira está em dissolução. Existe nas capitais um pouco, ou mesmo, digamos, muita desordem moral, que é comum nos grandes centros, onde há o cosmopolitismo, onde a imprensa se desenfrenou, onde a literatura obscena prolifera e cresce a cada dia. Mas, quem conhece o nosso interior, nossas cidades, nossos campos, tem por força de confessar, Srs. Deputados, que a família brasileira ainda é um santuário, em comparação com as famílias das nações onde vige o divórcio.

O Sr. Flores da Cunha — Poucos países podem, como o Brasil, apresentar a organização da família tão respeitável e tão feliz nas

suas conseqüências. O Brasil não tem necessidade de introduzir essa inovação nos seus costumes e na sua legislação. Pode-se que, com a evolução, daqui a 40 ou 50 anos, o divórcio venha a se impor, mas, até lá, vamos manter a nossa organização.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Sr. Presidente, vou concluir com um texto de Rui Barbosa, citando a "História da Sociedade Francesa. Durante a Revolução e o Diretório" dos Goncourts. É um trecho muito curto que vale a pena ser conhecido pela Casa. Depois, citarei outros trechos que são dignos de nota. Transcreverei, portanto, no meu discurso, extrato de Rui Barbosa, em que cita aqueles historiadores:

"A França já não é mais que um vasto lugar de prostituição.

Estabeleceste em França um mercado de carne humana!" — brada Delville na tribuna nacional. Toda idéia de moralidade conjugal desaparece do ânimo da nação; e, ao passo que os hospitais regorgitam, que no ano V, só no departamento do Sena, se eleva a quatro mil o número de enjeitados, e a quarenta e quatro mil nos mais departamentos, o Conselho dos Quinhentos examina a petição de um sujeito, que, viúvo de duas irmãs, quer esposar-lhes a mãe."

Sr. Presidente, existem males na indissolubilidade do casamento, mas são muito menores do que aqueles que existem onde há o divórcio.

O desquite, está para o divórcio como a gripe está para o "cholera morbus" e a peste indiana. Se já temos a gripe, se já temos o tifo, por que iríamos introduzir a peste indiana ou o "cholera morbus", males muito maiores?

Tratemos de um vasto trabalho de educação para o casamento, de uma vasta obra de saneamento moral, nas escolas, na imprensa, no rádio, nas igrejas, para que se faça bom casamento. Para que os jovens se casem com reflexão, com preparação, sem precipitação, sem paixões, sem interesses, sem entusiasmos momentâneos, para que o casamento seja verdadeiramente, dignamente preparado — e nós corrigiremos pelo menos 50% dos males atuais e das atuais dissoluções dos lares. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

SESSÃO DE 4 DE JULHO DE 1954

O SR. ARRUDA CÂMARA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos últimos momentos da Hora do Expediente de ontem, quando discutia eu o divórcio, tive oportunidade de demonstrar, com estatísticas e testemunhos valiosos, que este instituto, longe de corrigir os males de ordem moral e social daqueles países em que foi introduzido, muito ao contrário, agravou extraordinariamente esses males, aumentando-os em todos os seus setores. Seja no do número de dissolução de lares, seja no da degradação da instituição matrimonial, convertendo-a num contrato provisório; seja no rebaixamento da mulher, que passa — no dizer de Afrânio Peixoto — a ser mulher-brinquedo, mulher-manequim de vestidos e máquina de prazeres, em vez de continuar a ser a rainha do lar seja em relação ao aumento de adultérios verificados em processos nos tribunais desses vários países, ao aumento de filhos espúrios e à curva sempre ascendente de suicídios, de casos de loucura, de prostituição, de criminalidade infantil e demais chagas sociais, que ocorreram em todas as Nações onde o divórcio foi adotado.

Quanto à França, vou invocar, para juntar aos dados estatísticos, os testemunhos de grandes autoridades conhecidas no campo jurídico — Planiol, e Collin e Capitant — figuras que nenhum bacharel em direito ignora e que se apresentam perante o mundo como autoridades insuspeitas, mesmo porque não são figuras chegadas aos meios católicos.

Diz Planiol, por exemplo:

"A prática não esperou as desejadas reformas legislativas para realizar uma expansão do divórcio. O legislador crera não permitir o

divórcio senão por motivos expressamente delimitados; mas por uma interpretação abusiva de "injúria grave", os tribunais acabaram aceitando um número quase infinito de causas. Além disso, os magistrados complacentemente proporcionaram divórcios por consentimento mútuo, com simples simulação de causa legal; a prática do divórcio desse tipo se generalizou nas grandes cidades. Simula-se o abandono do domicílio conjugal... Se preciso, simula-se mesmo o adultério, ou, mais simplesmente, combina-se a expedição de uma carta injuriosa cujos termos são adrede preparados. Chegou-se a fundar agências para facilitar esses rompimentos: prospera a indústria do divórcio.

O resultado foi uma progressão, a bem dizer constante, da quantidade dos divórcios. Os autores da lei supunham que após uma liquidação do passado, o número se estabilizaria. A previsão foi totalmente desmentida.

E a progressão é tanto mais alarmante, quanto os números da nupcialidade pouco têm variado. (Páginas 399 e 400)..."

É impossível não reconhecer o gravíssimo (*três graves*) perigo que ameaça a família francesa.

A superioridade do matrimônio sobre a união livre está na estabilidade do matrimônio: se esse, porém, não passa de uma união temporária, que se pode partir à vontade, a diferença fica sendo só de palavras.

É rápido o pendor que leva a livre prática do divórcio à devassidão (*débauche*): a experiência foi feita sob a Revolução de 1789.

Durkeim, depois de estudar a progressão dos suicídios paralela à dos divórcios, concluiu, com toda justiça, que o casamento tem uma influência salutar, dando aos indivíduos certa estabilidade moral. Acrescenta: na medida em que seu vínculo for tornado frágil, ele deixa de ser um freio que modere os desejos, e, moderando-os, os aplaque.

O mais sério perigo, todavia, está na desordem introduzida na família pela perspectiva do divórcio fácil. A possibilidade do divórcio incita ao adultério, envenena as inevitáveis discórdias conjugais, e constitui obstáculo à reconciliação. Sem ela, muitos casais permaneceriam, senão plenamente unidos, ao menos bastante resignados, para assegurar um lar aos filhos. Com o divórcio fácil, esses casais chegam logo à idéia da rutura, e daí a concretizá-la, é um passo. E por outro lado essa possibilidade leva às uniões irrefletidas, ao casamento de experiência (página 401, *Traité Pratique de Droit Civil Français*, vol II, ed. 1928).

E não é só. No "*Traité Élémentaire de Droit Civil*", volume I, página 387, diz ainda o mesmo Planiol:

"A separação dos corpos seria um mal menor, mas não permite novas núpcias.

Há, portanto, pelo-divórcio, a destruição do casamento, no interesse individual dos esposos. O valor social da instituição se subordina aos perigos dessa destruição.

Se o divórcio fosse um remédio excepcional, para as situações trágicas, seria um mal pequeno. A desgraça é que a prática do divórcio se generaliza. Embora a lei procure limitar suas causas, elas são inumeráveis. Termina-se por considerar o divórcio como solução normal do casamento, ensaio ou experiência. O sacramento perde sua força e a instituição da família vai desmoronada.

O número de divórcios subiu numa progressão constante. Em 1886: 2.950; em 1938: 24.318.

A França não é o único país a sofrer com o divórcio. Mas, para uma nação católica, o crescimento do número de divórcios é notável.

Em tal matéria o exemplo é contagioso. Cada divórcio chama outros divórcios. Por outro lado a possibilidade do divórcio, prevista, autoriza casamentos irrefletidos."

Conclusões semelhantes, Senhores Deputados, são as expendidas por *Colin et Capitant*, que dizem:

"COURS ELEMENTAIRE DE DROIT CIVIL FRANÇAIS"
— (PARIS, 5ª Edição):

"É fora de dúvida que o legislador (ano da lei Naquet que restabeleceu o divórcio na França, abolido em 1816, quando foi revogado nesse ponto o Código Napoleônico, de 1804), o legislador de 1884, quis, mais ainda do que o de 1804, fazer do divórcio um remédio excepcional, parcimoniosamente dispensado aos consórcios infelizes, por tribunais meticolosos (página 197).

A estatística mostra que a partir de 1884, o número de decisões judiciais de divórcio cresceu muito.

Esses algarismos desmentem, positivamente, as previsões do legislador de 1884. E parecem corroborar, de certo modo, a asserção de M. Glasson e Jules Simon, de que a introdução do divórcio leva fatalmente ao seu abuso...

Aliás, sob outros aspectos, os resultados esperados em 84 falharam. Acreditava-se, então, que o divórcio, abrindo aos cônjuges desavindos perspectiva de união melhor, suprimiria o adultério, reduziria a quantidade de crimes passionais, bem como das ligações ilegítimas e dos filhos naturais. Ora, qual dessas esperanças se confirmou?

A proporção dos nascimentos ilegítimos não mostra tendência a cair. O número de crimes passionais parece ter aumentado com o divórcio. E o mesmo quanto aos suicídios...

Em todos os países onde o divórcio se pratica, as curvas de divórcio e de suicídios seguem marcha paralela (páginas 198-199).

Os partidários do divórcio têm repetido que a concepção do matrimônio como contrato civil conduz por força, à possibilidade da rutura do vínculo, pelo consenso dos esposos — como em todos os contratos. Esquecem que o matrimônio é um contrato excepcional, onde, segundo observação de Portalis, a sociedade é também parte.

Não é contestável que a estabilidade do lar realiza as condições mais favoráveis à educação dos filhos. E é essa, das finalidades do casamento, a que deve merecer mais solicitude ao legislador (pág. 202).

Não há uniões sem divergências. Muitos casais, que no tempo do casamento indissolúvel superavam discórdias passageiras, e chegavam afinal a uma solução razoável, teriam naufragado no divórcio se ele existisse. Atualmente muita quizília conjugal se envenena, que todavia sob o regime anterior se teria pacificado (pág. 203).

Mas, Sr. Presidente, se da França passamos à Inglaterra, encontramos em 1857 Gladstone, o grande estadista, afirmando no Parlamento Inglês que "com carvão e não com giz se havia de escrever na história da Inglaterra, o dia em que se introduzisse o divórcio na legislação daquele País". Vinte e um anos mais tarde já ele subia à tribuna para provar que "suas previsões e argumentos estavam plenamente confirmados pelos efeitos perniciosos e deletérios do divórcio na sociedade inglesa".

David Hume assinala que "o divórcio é o infortúnio dos pobres e a depravação dos ricos".

Recentemente quando se propôs o aumento das causas do divórcio na Inglaterra, contra ele se insurgiu a Igreja Anglicana.

O arcebispo de York, declarou, em seu discurso presidencial à Congregação de York, que não haverá leis que façam a Igreja mudar de atitude. Uma comissão real foi nomeada recentemente pelo governo britânico para estudar as leis britânicas sobre o divórcio, com vistas a facilitar o processo. O arcebispo Cyril F. Carbert declarou que o divórcio converteu-se numa "fácil escapatória" que ameaça a "saúde social e moral da nação". Opôs-se ao trabalho na comissão real, porque ele é apoiado "principalmente por aqueles que advogam o aumento do número de causas de divórcio". "Creio que as causas para divórcio já são tantas que nada deve ser feito para aumentá-las".

Na América do Norte, a revista *Motion Pictures* de Hollywood procurou ouvir três grandes luminares do catolicismo, do judaísmo e do protestantismo, sob a seguinte epígrafe: "Que pensa sua Igreja acerca do divórcio?"

Foi consultado no meio católico um grande pensador Fulton Sheen; entre os judeus o rabino Doutor Sidney Goldstein, entre os

protestantes Harry Emerson Fosdick, considerado o maior exegeta protestante na América do Norte.

Fulton Sheen asseverou que o divórcio ali é o adultério e um desastre pior que Hiroshima. Depois de muitas considerações, diz ele:

"Este é o motivo básico dos lares cheios de ruína ou arruinados da América, os quais, se nossos olhos espirituais virem, revelam um desastre e uma ruína mil vezes piores que as casas arruinadas em Nagasaki e Hiroshima".

O rabino Goldstein declarou que "o divórcio, na América do Norte, é a desintegração da nossa vida social", e o demonstra em considerações que teve oportunidade de juntar a um dos meus discursos anteriores, em 1951.

Afinal, o exegeta protestante chama o instituto, na América do Norte, de "exibição de promiscuidade sexual" e afirma:

"A desintegração da vida da família nos Estados Unidos, conforme ressalta das estatísticas de divórcio, é um dos maiores perigos que esta nação enfrenta. Falamos de nós como a nação mais poderosa do mundo, mas não somos os primeiros a ter falado deste modo, para depois ruírem, por decadência moral interna. A nossa nação será mais facilmente arruinada por esta, do que por um inimigo externo, e não há lugar onde a decadência moral ataque de modo mais direto e mais fatal os centros criadores de uma sadia vida nacional, do que no lar.

"Todo cidadão compenetrado, em suas horas de bom senso, está preocupado com ele. É iminente uma reação contra essa exibição de promiscuidade sexual, essa glorificação positiva do adultério, esta leviana zombaria do amor, "para melhor ou pior, para mais rico ou mais pobre, em doença ou saúde, até que a morte os separe", e esta destruição da infância a qual é consequência inevitável.

A bomba atômica é um verdadeiro perigo, mas algo me diz que sobrevivermos a este perigo. Se essa nação for aos ventos, creio que não será porque alguma outra nação nos atacou, mas, porque vendemos a nossa herança, desertamos dos melhores elementos da nossa herança espiritual, esquecemos que este mundo tem a lei moral tão certa quanto tem a lei física, e porque deixamos que a família, centro criador de toda boa vida social, se despedace nos rochedos. Deus nos livre de tal".

Vejamos, de maneira, rápida, na América do Norte, o editorial da revista *Life*, um dos maiores periódicos dos Estados Unidos, que tem cerca de 20 milhões de leitores, revista insuspeita, porque dirigida por protestantes. Assim se manifesta sobre o divórcio e a situação da família, naquele país, em artigo intitulado:

"Na civilização ocidental, a família está seriamente ameaçada e necessitada de auxílio moral e material."

"Há fortes indícios de que a instituição da família, não somente nos Estados Unidos como em toda a civilização ocidental, está em crise. Embora vejam alguns nessa crise maior motivo para alarme do que outros, é indiscutível que certas estatísticas são de fato dolorosas. Hoje em dia, por exemplo, de cada três casamentos americanos, um termina em divórcio."

Assistimos atualmente a uma *orgia divorcista* intercontinental. O campeão absoluto são os Estados Unidos, onde metade dos casamentos urbanos naufragam, aproximando-se assim do "record" assinalado pelos adeptos do "amor livre bolchevista" antes da reforma da família levada a efeito na Rússia em 1936. A amorabilidade de tal situação não é menos extraordinária que as estatísticas. Conforme disse com muita propriedade o Dr. Holmes, "quando uma atriz de Hollywood recebe um quarto marido, que nela encontra sua quinta mulher... isso tem tanta relação com o casamento como a prostituição com a castidade".

Os bons protestantes, talvez mais que os bons católicos, têm a oportunidade e o dever de restaurar a *validade periclitante* do contrato matrimonial. Os católicos têm a sua *posição alicerçada na sua antiga ortodoxia*. Seria para desejar que o vigoroso movimento neo-ortodoxo protestante consagrasse um cuidadoso estudo à tarefa de formular uma doutrina, visando ao *fortalecimento da instituição da família, na época atual e na crise atual*".

Sr. Presidente, deixo as reflexões desses grandes juristas e pensadores à consideração dos legisladores brasileiros. Elas são, por si, tão eloquentes, tão desinteressadas e tão insuspeitas, quanto os números das estatísticas, das quais trouxe apenas alguns exemplos ontem ao conhecimento desta Casa. E assim encerro o debate neste setor.

Todavia, durante os discursos do Sr. Cardoso de Miranda e, mesmo, ontem em aparte, o ilustre colega Teixeira Gueiros fez três asserções, das quais duas merecem contestação completa e uma explicação para perfeito entendimento. Numa delas, S. Ex.^a insinua que a doutrina dos Padres da Igreja, a doutrina patristica, admitiu a dissolubilidade do casamento. O historiador protestante alemão Loning, insuspeito, afirma:

"Nos três primeiros séculos, não se encontra nenhum testemunho de que a Igreja já tenha considerado conforme a escritura o recasamento de um cônjuge separado em vida do outro."

E, realmente, se nos ocuparmos ligeiramente com os pronunciamentos dos Padres e doutores da Igreja, veremos que são unânimes, mesmo no caso de adultério, no sentido da indissolubilidade absoluta do casamento.

No "Pastor", de Hermas, escritor do 2º século, que ainda pertence ao ciclo dos padres apostólicos, lê-se a solução do caso de S. Mateus: "Que fará, Senhor, o marido, se a mulher permanecer impenitente no adultério? Deixe-a, e o homem fique só; e se, despedida a mulher, casar com outra, também ele adultera. São Justino, mártir, a. 150: "Quem casa com uma repudiada por outro comete adultério... como também os que, em virtude da lei humana, celebram duplo matrimônio, são pecadores aos olhos do nosso Mestre. Clemente (150-211-16), um dos primeiros luminares da célebre escola de Alexandria lembra como, segundo a Escritura, "é adultério unir-se em matrimônio enquanto vive o outro dos separados." Origens (185-254), o mais ilustre dos seus discípulos: "Como é adúltera a esposa, ainda que pareça casada com outro, vivendo o primeiro, assim também o homem, que aparentemente esposou uma repudiada, de fato não casou mas perpetrou um adultério. É o que ensinou o nosso Salvador". Tertuliano frisa a oposição entre a nova moral e a corrupção corrente: os pagãos, "ainda quando não repudiam, cometem adultério; a nós ainda quando repudiamos, não é permitido casar".

"No Oriente S. Basílio e S. Chrysostomo, no Ocidente S. Agostinho, S. Jerônimo, S. Ambrósio frisam o contraste entre as tolerâncias legais e as exigências absolutas do cristianismo. Uma ou outra citação apenas. S. João Chrysostomo, depois de comentar a doutrina de S. Paulo; conclui: "Nem me cites leis feitas por estranhos que mandam dar libelo de repúdio e separar. No grande dia não te julgará Deus por essas leis, mas pelas que Ele estatui." S. Ambrósio: "Deixas a tua mulher como que por direito, sem crime, e julgas que assim te é lícito, porque não o proíbe a lei humana; proíbe-o, porém, a divina. Teme a Deus, tu que comprazes aos homens. Ouvi a lei do Senhor a quem obedecem também os que fazem as leis: *quae Deus conjunxit homo non separet*." Com mais energia S. Jerônimo: "Uma é a lei dos Césares, outra a de Cristo; uma cousa prescreve Papiniano, outra Paulo... Entre nós o que às mulheres não é permitido, tão pouco aos homens se permite... Cortando cerce todo e qualquer pretexto, o Apóstolo definiu com a maior clareza, que, em vida do marido, é adúltera a mulher que com outro se casar."

Assim, são uniformes os pronunciamentos dos Padres da Igreja nos primeiros séculos, interpretações e testemunhos que se prolongaram depois, através da Idade Média e foram consolidados, definitivamente, pelos doutores da Igreja, principalmente pelo grande luminar Santo Thomaz de Aquino, que fixou a razão de ser da

estabilidade, da indissolubilidade do casamento por ser ele a imagem da união de Cristo com a Igreja, união indissolúvel e da união hipostática, indivisível.

A segunda afirmação do meu ilustre e nobre colega, Professor Teixeira Gueiros, é de referência ao Velho Testamento, em que Moisés, no Deuteronômio 24, versículos 1 a 4, permitiu a concessão do libelo de repúdio. Moisés, na verdade, não introduziu o divórcio. Encontro-o como abuso, de fato, e, para evitar maiores males e atender à dureza do coração dos hebreus, obstinados, resolveu legalizar o divórcio. Segundo alguns autores, aquela permissão de Moisés é, apenas, uma lei de caráter político, que não declara lícito, em consciência, aquilo que deve ou pode ser feito, mas tão somente permite, na ordem política determinado instituto, tolera-o sem que ele fique sujeito à sanção penal. Outros, a meu ver mais acertadamente, entendem que Moisés, como legado divino, podia estabelecer exceções à lei natural dos preceitos secundários da chamada II Táboa, porque, como V. Ex^{as} sabem, e não há mal em repetir para um esquema, a lei natural consta, como foi depois gravada na pedra por Deus, de duas táboas. Numa delas, estão os preceitos que regulam as relações do homem com Deus, preceitos que não podem sofrer exceções. Os mandamentos da segunda táboa regulam as relações dos homens entre si e a marcha para seu destino eterno. Destes, alguns preceitos são considerados de primeira categoria. Por exemplo, os que se referem à vida do homem: não matarás. Exceções ou dispensas só podem ser concedidas por Deus, e em casos singularíssimos, determinadamente a um caso particular, por um fim superior, como por exemplo quando Deus determinou a Abraão imolasse Isaac. E os chamados preceitos secundários ou de segunda categoria, entre os quais estaria a indissolubilidade do vínculo. Aqui as exceções atingem grupos sociais e nesse sentido é que Moisés permitiu o divórcio ou a concessão do libelo de repúdio. Mas é bem de ver que esse estado de coisas não era visto por Deus, mesmo no Velho Testamento, com complacência. E o que se lê no profeta Malaquias, Capítulo II Versículo 14:

"O Senhor é testemunha entre ti e a esposa da tua juventude que desprezaste..."

Tomai cuidado e não sejais perverso com a esposa da vossa juventude: eu odeio o que repudia, diz o Senhor Deus de Israel". (II, 14-16.) Na Mischia, no tratado Gittin, 10. b, alguns rabinos chegaram a dizer: "O altar chora sobre aquele que repudia a sua mulher."

De modo que, assim, está explicada a situação do povo hebreu e a exceção que foi estabelecida por Moisés — Quando os fariseus interrogaram Nosso Senhor sobre se era lícito abandonar a mulher por qualquer causa, Ele perguntou o que era que estava escrito na lei. E, em seguida, repetiu o que está no Gênesis:

"Deixará o homem seu pai e sua mãe, unir-se-á a sua esposa e serão os dois numa só carne".

E assim, já não são dois, mas uma só carne." Quando os fariseus replicaram: então porque Moisés mandou dar o libelo do repúdio? Nosso Senhor obtemperou que no início não foi assim, isto é, o casamento o era considerado absolutamente indissolúvel; posteriormente Moisés, dada a dureza do coração dos hebreus, permitiu o repúdio, mas Ele, Jesus, estabeleceu, dora em diante, uma nova ordem. Assim rezam os textos do Novo Testamento.

A Casa vai perdoar-me esta digressão escriturística que a poucos interessa. De maneira geral, em um Parlamento político de juristas, em Nação onde a Igreja é separada do Estado, tenho evitado, sistematicamente, debater o assunto do divórcio sob o aspecto religioso.

O Sr. Teixeira Gueiros — O assunto que V. Ex^a discute é fundamental e deve interessar aos homens públicos, especialmente aos legisladores. V. Ex^a está bem situado na questão, está tratando de um tema de larga relevância, de grande significação. Vou continuar com o aparte, releve-me V. Ex^a

O SR. ARRUDA CÂMARA — Com muito prazer.

O Sr. Teixeira Gueiros — Quero apenas lembrar que tenho dado apartes a V. Ex^a como dei ao Deputado Cardoso de Miranda. Não quero, entretanto, que ninguém me compreenda mal. Estou com V. Ex^a em tese, sou pelo antídívórcio e a seqüência de fatos que V. Ex^a acaba de referir, do Velho Testamento e, agora, do Novo, vem mostrar como houve a exceção. Quero que me situem dentro dessa exceção, quer dizer aceito o antídívórcio, acho que se deve abrir exceção para os casos irremediáveis, especialmente aqueles que Moisés tolerou e que Cristo placitou quando se referiu ao adultério.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Todavia, Senhores Deputados, quando este debate é trazido a campo, sou obrigado a acompanhá-lo, para que a doutrina da Igreja não fique sem defesa cabal em todos os setores.

Não posso, Sr. Presidente, concordar com a exceção a que se refere o nobre colega Teixeira Gueiros, porque, embora ela fosse introduzida no Velho Testamento, aberrava da instituição inicial feita por Deus.

"Ab initio, no princípio, não era assim". O casamento era tido como a união de um com uma só, absolutamente indissolúvel, e se Moisés introduziu esta exceção, foi por causa da dureza dos corações dos homens. No Novo Testamento, porém, face às luzes novas do cristianismo, aos efúvios da graça e aos merecimentos infinitos do sangue de Cristo, à perfeição do Evangelho, já não devia mais perdurar essa dureza de corações, e, por isso, de acordo com a hermenêutica da Igreja Católica, essa exceção foi total e textualmente abolida.

O Sr. Teixeira Gueiros — Acho, ainda assim, que o rumo seguido por V. Ex^a não é exato, porque a dureza dos corações, a que Nosso Senhor se refere quanto a Moisés, e o estado da queda do homem, é o homem na sua maldade, na sua fraqueza levado a enveredar, por esse caminho. A situação existiu no Velho Testamento, no Novo e persiste na sociedade hodierna.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Não permanece, nobre colega. V. Ex^a não ignora o espírito do povo hebreu, povo de coração tão duro que, enquanto Moisés, depois de tantas prédicas e prodígios, se retirou para receber as Táboas da Lei, aquele povo construiu um bezerro de ouro, e, quando Moisés voltou, estava ele prostrado aos pés do bezerro, adorando-o, como se fosse um verdadeiro Deus!

Ora, no Novo Testamento não há mais isso. O nobre colega sabe que a orientação, à luz do Novo Testamento, embora permanecesse esse estado de fraqueza humana, é muito diferente.

Haveria uma única dificuldade na interpretação do Capítulo 19 de S. Mateus, onde o Senhor diz:

"Moisés vos permitiu o repúdio, por causa da dureza dos vossos corações, mas de princípio não foi assim. Ora, eu vos digo que todo aquele que repudiar sua mulher, a não ser por causa de adultério, e casar com outra, comete adultério; e o que se casar com a repudiada, também comete adultério".

Na verdade, o texto oferece certa obscuridade; mas é princípio rudimentar de hermenêutica que os textos mais obscuros devem ser entendidos à luz dos textos claros.

Os textos referentes à indissolubilidade do casamento em São Marcos, São Lucas e São Paulo, são terminantes pela indissolubilidade absoluta. Gladstone já acentuava:

"As palavras dos três evangelistas condenam o segundo casamento da mulher divorciada, e o condenam universalmente, em termos que não admitem gramaticalmente outra construção".

Vejamos os textos.

1º, São Marcos:

"E chegando os fariseus, lhe perguntaram, tentando-o: É lícito ao marido repudiar sua mulher? Mas ele lhes respondeu: — Que vos ordenou Moisés? Responderam: Moisés permitiu escrever o libelo de repúdio e abandonar. Respondeu-lhes Jesus, dizendo: — Pela dureza dos vossos corações, ele vos escreveu este mandamento. Porém, des-

de o princípio da criação Deus os fez macho e fêmea. Por causa disso, deixará o homem seu pai e sua mãe e se unirá à mulher e serão dois numa só carne. Assim eles já não são dois, mas uma só carne; o que Deus, pois, uniu, não separe o homem. E em casa os seus discípulos o interrogaram sobre o mesmo assunto. E lhes disse (Jesus): — Todo aquele que abandonar sua mulher e casar com outra comete adultério contra sua primeira mulher. E se a mulher repudiar seu marido e se casar com outro, comete adultério". (*Marcos*, 10-2 a 12).

O texto é de uma clareza meridiana, insofismável. A unidade e a indissolubilidade do casamento são afirmadas de modo tão absoluto e universal, que não há lugar para restrições, nem privilégio para qualquer dos cônjuges. Acresce ainda que os fariseus interrogaram a Jesus, tentando-o, por duas razões: a primeira é que, estando Jesus na Peréia, sujeita a Herodes Antipas, divorciado e adúltero, buscavam intrigar Jesus junto a ele, pela resposta antidivorcista; a segunda que, se Jesus permitisse o divórcio, cairia em contradição, porque o negou em outras vezes (*Mateus*, 5-32); e se negasse o divórcio ficaria situado contra Moisés, odiado pelo povo em face da lei mosaica.

2º S. Lucas:

"Todo aquele que largar sua mulher e casar com outra comete adultério; o que esposar a abandonada pelo marido comete adultério" (*Lucas*, 16-18).

3º S. Paulo, Apóstolo infalível, inspirado pelo E. Santo, doutor na Lei hebraica, é, sem dúvida, o melhor intérprete da doutrina de Cristo e dos Evangelhos. Que diz o Apóstolo das gentes?

Aos Romanos, 7-2: "A mulher que está sujeita ao marido, ligada está à lei; mas, se morrer o marido, fica livre da lei do marido; portanto, se, vivendo o marido, se achar com outro homem, *será considerada adúltera; mas se morrer o marido*, fica livre da lei do marido, de modo que não é adúltera, se estiver com outro marido" (*1 Cor.* 7-39).

I aos Coríntios, 7-10: "Mas aos casados, mando, não eu, mas o Senhor, que a mulher não se separe do marido; e se ela se separar, *fique sem casar*, ou se reconcilie com o seu marido. E que o marido não deixe a sua mulher".

Efésios — 5-25: "Maridos, amais as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja... Por isso o homem deixará o seu pai e sua mãe, e se unirá à sua mulher e são dois em uma só carne. É grande este sacramento. Eu o digo, em Cristo e na Igreja".

Resumindo, S. Paulo ensina: 1º) que essa lei é divina, *manda o Senhor*; 2º) que em geral, não se devem os cônjuges separar; 3º) que, havendo justo motivo de separação (S. Mateus apontou o adultério), aos separados não assiste o direito a *novas núpcias*, mas a alternativa de reconciliação ou de continência; 4º) que só a *morte* de um cônjuge quebra o vínculo do matrimônio, dando *direito a novo casamento*; 5º) compara a união dos cônjuges à de Cristo com a Igreja, que é *indissolúvel*.

Agora, vejamos a doutrina de S. Mateus, c. 19.

"A doutrina de Jesus em S. Mateus estabelece: 1º) que "o marido e a mulher são dois em uma só carne; já não são dois, mas um só corpo"; 2º) que essa união é tão perfeita e indivisível, como a paternidade e a filiação; "deixará seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher, sendo com ela uma só carne; 3º) que essa união é de preceito divino; *não separe o homem o que Deus uniu*; 4º) concorda em que "Moisés concedeu, excepcionalmente, o divórcio, por causa da dureza de coração dos judeus, mas ensina que no *princípio não foi assim*". O texto, porém, só se pode explicar como significado o desquite ou a separação dos corpos, 1º) porque Jesus ensina que, se Moisés permitiu o divórcio, foi por uma exceção, devido à dureza dos corações dos hebreus. Ele, porém, vem trazer uma lei mais perfeita; 2º) *no início não foi assim*, isto é, não era permitido o divórcio; 3º) que o vínculo do matrimônio é perfeito, absoluto, *já não são dois, mas uma só carne*; 4º) é tão firme e estável essa união feita por Deus, que o homem não deve ousar separar; 5º) tanto é adúltero o que deixa a mulher e casa com outra, como o que casa com a repudiada, (ou com *qualquer*

repudiada, no texto grego); 6º) a doutrina absoluta, universal, clara em S. Marcos, Lucas e Paulo não admite exceção alguma, donde, no dizer de Holtzmann (protestante), a interpretação divorcista altera todo o ensinamento de Cristo" e "é arbitrária", como sustentam os protestantes Weiss e Keil; 7º) só em face da doutrina indissolubilista, se explicam o apelo dos fariseus para a doutrina mosaica e o espanto dos Apóstolos, achando que "assim, não valia a pena casar..."

O Sr. Teixeira Gueiros — Não percebi bem aquele trecho em que V. Exª faz referência aos protestantes. Os protestantes...

O SR. ARRUDA CÂMARA — Variam.

O Sr. Teixeira Gueiros — ... não sustentam senão a tese do antídívórcio. Mas o permitem, em casos excepcionais, e é o que V. Exª tem justificado através da digressão histórica e erudita que tem feito. É exatamente o que nos impressiona — a desigualdade, a desordem social causada pelo fenômeno. Quer dizer: nós, protestantes, mantemos o antídívórcio, mas queremos possibilitar, nos casos excepcionais, como o do adultério e outros, a facilidade de se desvincularem aqueles que não podem mais coabitar por circunstâncias como esta: O ser humano, ou constitui família nova, ou vai viver uma vida de deboche, que é mais imoral, mais perigosa, mais anti-social e condenável do que a própria vida do divorciado. Assim, a atitude de que os protestantes tomam é esta:...

O SR. ARRUDA CÂMARA — Alguns protestantes.

O Sr. Teixeira Gueiros — ... Mantemos, como V. Exª sabe, o direito de divergir nas coisas secundárias. Já dizia Santo Agostinho, como acentua Faguet, que é o direito de divergir que torna os homens unidos. Eles se unem pelo direito de sociedade de divergirem uns dos outros. Em questão de dogma, os protestantes são acordes, pois todos os dogmas do Cristianismo, da existência de Deus, da Trindade, da Divindade de N.S. Jesus Cristo, do Céu e do Inferno, são dogmas que todas as correntes protestantes aceitam, especialmente as grandes divisões históricas do protestantismo. Há poucos dias, um nosso colega leu dessa tribuna manifesto da Confederação Evangélica do Brasil, em que situa exatamente esta questão, mantendo a idéia do antídívórcio, mas esclarece, como estou esclarecendo, segundo penso, a possibilidade do desvinculamento para aqueles que não podem coabitar mais devido a adultério. Quero apenas que V. Exª compreenda que, em tese, estou com V. Exª, defendendo, como cristão, a mesma tese que o cristianismo sancionou — a indissolubilidade do casamento, mas permitindo, em circunstâncias anormais da vida humana, como fizeram certas legislações católicas, como a França e outros países, o divórcio. V. Exª terá consigo aquela monografia da Confederação Evangélica do Brasil. Em certo tópico sobre o divórcio V. Exª encontrará estas mesmas razões mais bem expostas do que nesta digressão rápida que estou fazendo agora.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Respeito, mas combato os argumentos de V. Exª, que são, apenas, de ordem sentimental, pois que, realmente, o divórcio, ao invés de ser remédio para esses casos dolorosos, multiplica a infelicidade. Não é possível circunscrevê-lo aos casos que V. Exª preconiza.

Em segundo lugar, estou demonstrando que a Igreja não pode concordar com a doutrina que admite, naquela cláusula de São Mateus, *nisi ob fornicationem*, exceção permitida para o divórcio, mas interpreto-a no sentido do desquite, em face do contexto.

Interpretando o texto, diz o Cardeal Belarmino:

"Duas coisas ensina o Senhor: uma com restrição, que ao homem que abandona a esposa se imputa o adultério a que expõe a esposa, a não ser que, por adultério, ela dê causa ao abandono; sem restrição ensina que todo o que receber divorciada adúltera."

Ai desaparece toda possibilidade de equívoco ou de sofisma, porque o que o texto realmente diz é isto: quem casa com repudiada,

seja por que motivo fôr, adultera. Logo, o casamento não se dissolve nem mesmo nesta hipótese. É o que dizia Santo Agostinho:

"A mulher não pode ser esposa do segundo marido sem deixar de ser do primeiro. Deixa de ser do primeiro se ele morrer; não, *se adulterar*. Licitamente, pois, se abandona a mulher, por causa do adultério, mas nunca se quebrará o vínculo, mesmo que jamais se reconcilie com o marido; quebrar-se-á, porém, o vínculo, se morrer o marido".

Donde, a proposição em São Mateus pode exprimir-se assim: "Quem abandonar sua esposa o que não é lícito senão por causa de adultério, e casar com outra, é adúltero. Como se alguém dissesse: 'Todo aquele que bater no seu filho, a não ser por falta grave, e o matar, será punido', onde é evidente que a cláusula 'a não ser por falta grave' só pode referir-se à primeira parte.

P. Franca interpreta o texto assim:

"O marido que repudiar a sua mulher sem causa, peca, é responsável moralmente pelas faltas que ela poderá vir a cometer: *facit eam moechari*; no caso, porém, de adultério, é lícita a separação; o marido não deverá responder pelos desmandos de quem já havia quebrado a fidelidade conjugal. Num e noutro caso, o vínculo perdura; os esposos não readquirem a sua liberdade; o homem se casar com outra, comete adultério e o que se casar com a repudiada também adultera".

É o que Nosso Senhor exprimia já, no Capítulo V, São Mateus, 31 em diante:

"Também se disse: qualquer que deixar sua mulher dê-lhe carta de repúdio. Eu porém, vos digo que todo aquele que repudiar a sua mulher, salvo caso de infidelidade, a faz ser adúltera"...

isto é, tornar-se responsável pelos seus pecados,

"... e aquele que tomar a repudiada adultera".

De onde o texto só se pode interpretar no sentido da separação dos corpos, não como permissão de divórcio.

Alguns, autores, inclusive protestantes liberais como Harnack, sentindo a dificuldade do texto, preferiram considerar essa cláusula espúria — *a nisi ob fornicationem* — porque ela não só falta nos outros autores sagrados que tratam da matéria, como também não consta em alguns códices. Outros seguem a interpretação do P. Bon-sirvent, de que *zenut*, termo correspondente a adultério, significa "união proibida". Então o texto poderia ser interpretado assim:

"Eu porém vos digo que todo aquele que repudiar a sua mulher, a não ser por estar ilegítimamente unido a ela, e casar com outra, comete adultério e o que se casa com uma repudiada, comete adultério".

"Por último. Ainda como uma hipótese: talvez Jesus quisesse por antecipação referir-se ao futuro privilégio paulino.

A palavra *fornicação* em inúmeros lugares significa idolatria ou infidelidade: Ex. 34:13; Deut. 31:16; Os. 1-2 e 2-4; Ezeq. 16-26 e 23-5, etc. S. Agostinho chama a *infidelidade* — *fornicatio spiritus*, em oposição à *fornicatio carnis*, pecados carniais. Ora, a obstinação na infidelidade, levando à recusa de coabitar, à *contumelia Creatoris*, é que dá lugar ao privilégio paulino, em favor da fé do cônjuge convertido ao catolicismo".

Nesta hipótese que formulo, por último, como uma interpretação livre, Cristo teria tão-somente anunciado o futuro privilégio paulino, exceção, que São Paulo mais tarde promulgou numa de suas epístolas aos Coríntios, como um privilégio em favor da fé do cônjuge convertido e que todas as igrejas cristãs admitem, respeitado, e citado no Direito Canônico.

Assim, Sr. Presidente, terminando esta longa explanação, agradeço aos nobres colegas a atenção e o acatamento que me dispensaram.

O Sr. Teixeira Gueiros — V. Ex^a fez uma preleção longa, edificante e erudita.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Agradeço também a atenção e o apreço com que me honrou o nobre colega e amigo Teixeira Gueiros, ilustre pernambucano, representante aqui do Estado do Pará.

Espero que esta exposição mais doutrinária e religiosa do que propriamente jurídica, possa dar frutos e deixar nos espíritos um lastro de ensinamentos contra o divórcio, e de defesa da estabilidade do matrimônio, uma das sagradas tradições e um dos flôres mais respeitáveis dos nossos antepassados, um dos capítulos mais belos do nosso direito de família, que devemos guardar com carinho e de defender com ardor nos prêlios do Parlamento, da tribuna, da imprensa e do rádio. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lysâneas Maciel.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaríamos de manifestar a nossa estranheza pela colocação feita por alguns parlamentares a respeito do problema.

Sr. Presidente, na insânia que, muitas vezes, invade este País, a propósito de apreciações de vários problemas que interessam à nacionalidade, pretendeu-se até colocar a questão do divórcio como se fora matéria de interesse forâneo e, até, de alto interesse para o problema da subversão e do comunismo neste País.

Vejam V. Ex^{as}, a que ponto chega essa insânia e essa deformação, quando não se pode, sequer, apreciar um problema que não tem nada a ver com a Segurança Nacional, e transformá-lo como se fora de interesse dessa mesma Segurança Nacional.

Encheram os corredores desta Casa, Sr. Presidente, de uma conhecida organização direitista, de uma conhecida organização que não se sabe porque, até hoje, se tolera, neste País, face aos seus propósitos inequivocamente fascistas e, sobretudo, propósitos que já deveriam ter sido, estes sim, condenados por uma verdadeira lei de Segurança Nacional que olhasse para os altos interesses do País.

Sr. Presidente, felizmente a Mesa tomou providências no sentido de retirar deste Plenário elementos que estavam procurando fotografar parlamentares que estavam lutando não pela destruição da família, mas que estavam lutando pela sua preservação e, talvez, Sr. Presidente, por colocar um pouco de sinceridade e menos de hipocrisia na votação que vai se seguir.

Vejam V. Ex^{as} que se invocaram, aqui, até os textos evangélicos para justificar a condenação ao divórcio. Mas, a rigor, nenhum Congressista pôde invocar o texto bíblico, sem pensar, Sr. Presidente, que a Bíblia admite o divórcio em dois casos. Não há porque nesta altura invocar, até deturpando, o texto sagrado, para dizer que a Escritura Sagrada é contra o divórcio.

Há outro aspecto para o qual nós, Congressistas, precisamos atentar: se nos despiremos de nossas conveniências eleitorais, se nos despiremos de nossas conveniências políticas, verificaremos que há duas perspectivas teológicas para a apreciação do problema familiar: uma, é o julgamento dos erros humanos através da perspectiva do pecado e através da perspectiva da lei, e outra perspectiva é o julgamento dos erros cometidos pelos cônjuges, através da perspectiva da graça.

Recordo-me de que, certa feita, fui falar na Penitenciária de Bangu, no Rio de Janeiro, e cheguei atrasado. Era um culto evangélico. Quando cheguei, um presbítero me disse: "V. Ex^a não pode se assentar do lado esquerdo, porque ali estão os perdidos. V. Ex^a tem que sentar do lado direito". Como se nós, Sr. Presidente, Srs. Congress-

sistas, tivéssemos a condição de julgar os nossos semelhantes pelas tempestades e pelos erros que passaram em suas vidas.

Perspectiva de lei, Sr. Presidente, e perspectiva de graça. Não temos o direito, e nem a Bíblia nos assegura esse direito de julgar os nossos semelhantes.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) (Fazendo soar a campainha.) — Lembro ao nobre Deputado estar esgotado o tempo de que dispunha.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL — Vou terminar, Sr. Presidente.

Não temos o direito de julgar os casais que cometeram erros. Não temos o direito de condenar esses casais se a própria lei básica, a lei magna para todos nós cristãos, as páginas das Sagradas Escrituras assegura-nos o direito de uma segunda chance; assegura-nos o direito de não julgá-los, segundo a perspectiva da lei que é fria, e o espírito, segundo o apóstolo São Paulo, é que vivifica essa mesma lei.

De certa forma, Sr. Presidente, eu gostaria de trazer apenas este ângulo particular. Vamos julgar e apreciar o divórcio sob a perspectiva da graça, lembrando que o ser humano tem o direito de errar, e de ter uma nuvem em sua existência porque, na realidade, a religião é a favor, não é contra o casamento. Nós não somos favoráveis à amputação de um braço gangrenado ou à amputação de uma perna — a não ser que aquela gangrena comece a tomar conta de todo o corpo e, desta maneira, venha a eliminar toda uma existência. Perspectiva de graça é o que se pede na apreciação do problema do divórcio, repugnando-se a perspectiva da lei, que nos dá pretensão de que somos infalíveis, que não erramos, pretensão realmente hipócrita e que não encontra respaldo nas Sagradas Escrituras.

(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira.

O SR. OSIRES TEIXEIRA (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Casado há 18 anos, com 4 filhos, sou homem feliz. A felicidade que tenho, e muitos aqui a têm, não é fruto de texto constitucional que estabelece a indissolubilidade do matrimônio. Ela nasceu e é fruto do amor, do amor construído de vida a dois, do amor construído no amor perpetuado nos filhos. Só o amor faz a felicidade. Não a lei.

E eu não poderia e nem seria justo para comigo mesmo se permitisse que essa minha felicidade se tornasse, diríamos assim, tão egoísta, a ponto de impedir que irmãos meus, homens e mulheres espalhados por todos os cantos deste País, que não tiveram a sorte que eu tive, não possam ter outra chance, impedindo-os de ser felizes como eu, o Senhor, o Senhor e tantos outros aqui o são.

Na verdade, a indissolubilidade do casamento, inscrito na Constituição brasileira, é uma das excrescências a que poucos países no mundo civilizado de hoje se dão o luxo de ter. Ela representa, sem dúvida nenhuma, os resquícios da influência do Clero na legislação brasileira do passado. É uma verdade que precisa e deve ser dita aos presentes.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Igreja sempre influenciou na legislação brasileira, e está agora, mais uma vez, tentando influir na decisão deste Congresso, e tentando influir de forma contrária ao que preceituam as próprias Escrituras Sagradas.

Quando procurado pelos publicanos, Cristo, respondendo à indagação de se era ou não justo pagar tributo a César, Cristo, na sua divina sabedoria, pegando um níquel e vendo no anverso a efígie de César disse: "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus."

Isso estabelece, perfeitamente, a diferenciação entre o que deve estabelecer a lei e o que prescreve e deve servir de base aos preceitos de ordem religiosa.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ouvi muita gente falar, desta tribuna, em defesa da família; mas, que família, se ela já está

destruída pelo desquite? Ouvi muita gente falar na defesa dos filhos; que felicidade de filhos se não podem contar à noite, com o pai e não podem contar, à noite, com a mãe, e sentem a presença da mãe vivendo ilegalmente. Af, sim, o desquite leva ilegalmente e imoralmente à vida com terceiros. E, como disse há pouco um nobre representante, de cujo nome não me lembro, de casais que são recebidos por nós, que vivem ilegalmente uns com os outros, enquanto nós, os homens que os representamos, não temos a coragem de possibilitar-lhes a legalização de uma situação de fato.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) (Fazendo soar a campainha.) — Lembro V. Exª de que o seu tempo está esgotado.

O SR. OSIRES TEIXEIRA — À vista, Sr. Presidente, do pequeno tempo que me resta, pediria a V. Exª que considerasse como parte integrante do meu pronunciamento o conceito evangélico do matrimônio expedido pela Confissão Luterana no Brasil, que faz análise de profundidade e conclui por que deve a Igreja criar as condições para que os casamentos sejam felizes. Desejo salientar um dos textos, que diz:

"5. A Igreja não pode recorrer a uma lei estatal para garantir a indissolubilidade do matrimônio. Esta deve ser antes promovida pelo empenho em conservar, em consolidar os matrimônios existentes e em conscientizar os noivos das implicações de um matrimônio cristão."

Concluo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dizendo que o desquite, sim, é um engodo; o desquite, sim, é uma farsa, porque ele mantém uma união ilícita. Ele, sim, é antifamília; o desquite, sim, é antiamor; o desquite é, sobretudo e acima de tudo, antifelicidade, que é o bem supremo do homem. E é através da Emenda Nelson Carneiro que se busca levar a milhares de homens e mulheres, no Brasil inteiro, a oportunidade de encontrarem a felicidade conjugal. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OSIRES TEIXEIRA EM SEU DISCURSO:

CONCEITO EVANGÉLICO DO MATRIMÔNIO

1. Divórcio e desquite sob a perspectiva teológica.

1. O matrimônio cristão não prevê a separação dos cônjuges. Destinado a ser indissolúvel, o matrimônio é uma união de pessoas, ou já dignidade e personalidade gozam da proteção divina e que, diante de Deus, assumiram o compromisso da fidelidade recíproca. Somente o matrimônio indissolúvel corresponde à vontade do Deus Criador. Por isso Jesus se expressa conforme Marcos (Mc) 10,2 seguintes, não só em desacordo com o divórcio mas também com o desquite. O abandono do cônjuge conflita com a máxima estabelecida por Jesus, dizendo: "O que Deus juntou, não o separe o homem" (Mc 10, 9; Mateus (Mt) 19, 3-9; Mt 5, 31-32; Lucas (Lc) 16, 18; I Coríntios (Co) 7, 10-11).

A exceção prevista por Mateus (5, 32 e 19,9), representa um problema à parte (vide sob o item 4). Ela não encobre o fato de Jesus ter assumido uma posição de intolerância no que diz respeito à separação de marido e esposa. Portanto, já o desquite é um desvio do mandamento de Jesus e desrespeito à vontade de Deus. Um matrimônio cristão não pode ser contraído contando desde o início com a possibilidade de um divórcio ou de uma simples separação. As palavras da liturgia da bênção matrimonial "... até que a morte vos separe..." permanecem válidas.

2. Esta indissolubilidade do matrimônio deve ser entendida pela Igreja não como lei, mas como fruto do evangelho. Isto quer dizer: A Igreja não deve invocar a força da lei para garantir a indissolubilidade do matrimônio. Esta deve ser compreendida como consequência natural do Espírito renovador e orientador de Cristo que determina o convívio dos cônjuges. O matrimônio em si, porém, pode ser destruído pelo homem que, contrariando a vontade de Deus, está em perfeitas condições de separar o que Deus juntou.

Todos os meios legais são ineficientes para impedir a deterioração interna dos matrimônios e para sustar a separação gradativa. Verdadeira indissolubilidade não pode ser imposta, mas deve brotar de dentro. A indissolubilidade do matrimônio tem por premissa pessoas capacitadas ao amor e, conseqüentemente à fidelidade e responsabilidade.

Jesus promove a renovação do homem e ensina o amor. Ele fornece assim, as condições básicas para que um matrimônio seja indissolúvel. Com a proibição do divórcio Jesus diz de forma negativa o que exige positivamente no mandamento do amor.

3. Esta concepção implica em que a indissolubilidade do matrimônio não é a perpetuação dos laços conjugais. Embora a Igreja não possa conformar-se com a violação dos preceitos de Deus, ela deve considerar o seguinte:

a) A coação de uma lei não é um instrumento hábil para garantir o cumprimento da vontade de Deus.

b) Jesus, ao manifestar-se inconforme com o divórcio e o desquite, exige que a integridade dos matrimônios seja real e não fictícia.

c) O perdão de Deus vale também para aqueles que fracassaram no seu matrimônio.

A impossibilidade do divórcio entra em conflito com cada uma destas constatações. O divórcio é sinal de desobediência, fraqueza e culpa. Mas a negação categórica do mesmo desconsidera o perdão de Deus, ignora os propósitos de Jesus e, em muitos casos, conduz à matrimônios mantidos unicamente por uma coação exterior. Por isto a Igreja não deve excluir o divórcio como solução última para matrimônios destruídos.

4. Usando desta liberdade, a Igreja não se torna desobediente à seu Senhor. Ela sabe da vontade de Deus que condena a separação dos cônjuges. Mas ela sabe igualmente que esta vontade tem em vista o bem dos homens e que leis devem estar a serviço dos homens e não vice-versa (cf. Mc. 2.27).

O evangelista Mateus prevê uma exceção à proibição do divórcio: "Em caso de adultério" (Mt. 5,32 e 19,9). O apóstolo Paulo também consente com o divórcio quando um cônjuge pagão, quiser separar-se do seu consorte cristão. Neste caso a parte cristã se torna livre, inclusive para contrair novas núpcias (I Co 7,15). Estas passagens evidenciam que nem Mateus nem Paulo entendem o mandamento de Jesus, com o princípio abstrato a ser seguido ega e indiscriminadamente. Eles obedecem a seu Senhor, não se atendo à letra, mas ao espírito da lei. E este espírito tem em vista o matrimônio sadio e resistente.

5. A Igreja não pode recorrer a uma lei estatal para garantir a indissolubilidade do matrimônio. Esta deve ser antes promovida pelo empenho em conservar, em consolidar os matrimônios existentes e em conscientizar os noivos das implicações de um matrimônio cristão. A Igreja tem uma tarefa pastoral para com a família. Por isto cabe à Igreja:

a) Empenhar-se na superação das causas que destroem e ameaçam o matrimônio, sejam elas de ordem pessoal ou social, de ordem econômica ou religiosa.

b) Proclamar o evangelho de Cristo como fonte de contínua renovação e capacitação para o convívio conjugal.

6. A Igreja deve alertar o Estado para o fato de que o problema dos matrimônios em ruínas não se resolve pela simples recusa do divórcio. A recusa constitui-se em fator agravante por proporcionar os inconvenientes do concubinato. É justo, aliás, que o divórcio não seja concedido com demasiada facilidade. O dificultar do divórcio impede uma fuga leviana das responsabilidades e valoriza o compromisso assumido pelos nubentes na hora do seu enlace. No entanto, não seria a introdução criteriosa do divórcio mais benéfica para a sociedade e os matrimônios arruinados do que a negação peremptória do mesmo?

O Estado tem interesse na conservação da família. É necessário, pois, que o mesmo colabore com a Igreja na remoção dos fatores que destroem o matrimônio. Educação, um padrão de vida satisfatório,

bem como outras formas de cuidado social são requisitos importantes para uma vida familiar sadia. A introdução criteriosa do divórcio, pela qual a Igreja Evangélica tem razões de optar, deve ser entendida, como medida terapêutica em situações que não oferecem melhores alternativas. A definição de tais situações requer estudo próprio. Sem dúvida alguma o divórcio é solução preferível para os casos em que a legislação atual prevê o desquite litigioso.

7. A Igreja Evangélica, admitindo o divórcio, como exceção e não como regra, deverá aceitar em princípio, uma segunda bênção matrimonial. Esta, porém, pressupõe:

a) A legislação do divórcio por parte do Estado e a regularização dos compromissos resultantes do primeiro matrimônio.

b) Uma clara consciência dos divorciados no que diz respeito à violação da vontade de Deus, da qual se tornaram culpados.

c) Responsabilidade da Igreja no anúncio do perdão de Deus e, conseqüentemente, na concessão de um novo início em nova união matrimonial, realizada em nome de Cristo. De qualquer forma, a Igreja não pode legitimar abusos.

8. A pergunta pela culpa num matrimônio fracassado é de extraordinária complexidade. Podem ter influido os já mencionados fatores de destruição, dos quais os cônjuges se tornaram vítimas. Possivelmente também terceiros possam ser responsabilizados. E, não obstante, a consideração destes fatores pode reduzir, mas jamais eliminar a culpa dos próprios cônjuges. Isto por que lhe faltou força para superar as dificuldades que, de maneira mais ou menos intensa sempre se apresentam. Respeitando-se ainda que, via de regra, a culpa cabe a ambas as partes, embora em proporções desiguais, é impossível desprezar frivolamente a infração da ordem de Deus, documentada pelo divórcio ou desquite.

9. A Igreja, baseada no Evangelho, pregará a indissolubilidade do matrimônio. Onde o Evangelho exerce o seu poder, não há necessidade nem motivo para a separação dos cônjuges; cumpre-se assim a vontade de Deus. Onde um matrimônio entrar em perigo é dever da Igreja tentar a reconciliação, encorajando os cônjuges ao perdão mútuo e apelando para as suas responsabilidades, inclusive tendo em vista os filhos. O divórcio sempre é solução de emergência. Mas ele não deve ser totalmente excluído, partindo do caráter evangélico da pregação cristã. O perdão de Deus é capaz de possibilitar um novo início, mesmo onde culpa humana tiver destruído em definitivo "o que Deus juntou". Deste perdão de Deus, que será experimentado adequadamente apenas como milagre, nascem maiores benefícios do que da retensão de culpa mediante a imposição de uma lei implacável. Nisto a Igreja deve confiar.

II. O desquite na Legislação brasileira e a prática da Igreja.

1. A Constituição do Brasil escolheu o princípio do matrimônio indissolúvel, conferindo-lhe amparo legal (Art. 175, § 1). Conseqüentemente o Código Civil (Art. 315) reconhece a cessação da sociedade conjugal apenas em caso de:

- a) morte de um dos cônjuges;
- b) nulidade ou anulação do casamento;
- c) desquite amigável ou judicial.

O divórcio, isto é, a total extinção do vínculo matrimonial, fora os casos de morte de um dos cônjuges e nulidade ou anulação do casamento, tornando livres e desimpedidos os cônjuges, podendo contrair novas núpcias, não é previsto pela lei brasileira. Na intenção do Estado, tal medida se constitui numa maneira de disciplinar a vida familiar e de salvaguardar os valores representados pela família como célula-mãe da sociedade.

2. O desquite não desonera os cônjuges do dever de fidelidade recíproca. Os efeitos do desquite se resumem na:

- a) cessação da vida comum, no lar conjugal;
- b) desintegração do regime de bens entre cônjuges fazendo-se a partilha dos mesmos;
- c) cessação do direito sucessório recíproco.

O desquite é uma forma de dissolução da sociedade conjugal de direitos limitados. Torna-se juridicamente efetiva a separação, mas permanece o vínculo matrimonial.

No mais, o processo do desquite não difere fundamentalmente do divórcio. Isto diz respeito, em primeiro lugar, as duas modalidades do desquite, o amigável e o judicial. Enquanto aquele é concedido havendo um mútuo consentimento dos cônjuges, casados há mais de dois anos, este, litigioso, poderá ser decretado, quando uma parte se tiver tornado réu de grave violação do convívio conjugal e a outra parte requerer o desquite. São considerados motivos do desquite litigioso: o adultério, a tentativa de morte, a sevícia ou injúria grave, o abandono do lar conjugal durante dois anos contínuos (Art. 317 do Código Civil). As disposições relativas ao alimentos (mútua assistência dos cônjuges) e ao sustento, a guarda e educação dos filhos, são semelhantes às que vigoram em casos de divórcio.

3. Na tentativa de impedir a desintegração da família, o Estado e a Igreja perseguem objetivos comuns. Os meios para consecução destes objetivos, porém, são contróvertidos, não por último entre as Igrejas das diversas denominações. A partir das premissas teológicas esboçadas acima, e a partir de considerações práticas a Igreja Evangélica não pode considerar o desquite como solução. Ele é expressão de uma situação de embaraço, decorrente do conflito entre ideal do matrimônio indissolúvel tido como princípio abstrato, e a realidade, freqüentemente em flagrante desacordo com este ideal. É ilusão pressupor que o desquite não fere o princípio da indissolubilidade do matrimônio, pois ele ratifica a separação do que Deus juntou, mantendo a união matrimonial apenas "pro forma". Evidentemente o desquite é uma concessão aos imperativos de uma realidade deplorável, e, ao mesmo tempo, uma tentativa de mediar entre esta e o ideal do matrimônio indissolúvel.

O desquite sanciona a separação, mas não abre a possibilidade de um novo matrimônio. Por isto, o desquite não faz jus a vontade de Deus nem representa uma solução válida para os casos de emergência, provocados por imperfeição e culpa humana. A permanência do dever da fidelidade recíproca incrementa uniões matrimoniais ilícitas, nega a legitimidade aos filhos provenientes destas uniões, marginaliza os que tentam um novo início e conduz, não raro, a grandes conflitos pessoais justamente entre aqueles que não desprezam as suas responsabilidades.

4. A Igreja Evangélica poderia seguir seu caminho próprio, desconsiderando as determinações da legislação vigente e concedendo a bênção matrimonial a desquitados sempre que ela se julgue capaz de assumir para tanto a responsabilidade perante Deus. Antes de dar este passo, entretanto, é necessário conscientizar-se das implicações do mesmo:

a) Bênção matrimonial a desquitados constitui um novo matrimônio. Esta consequência é inevitável, considerando-se que na igreja não existem vários tipos de bênção matrimonial, mas um só, embora os ritos da cerimônia possam divergir. Por isto a Igreja só pode conferir bênção matrimonial, sejam os requerentes solteiros, viúvos ou divorciados. O engajamento da Igreja, de qualquer forma, implica em reconhecimento do caráter matrimonial da respectiva união. Isto, porém, significa que a Igreja, no caso de bênção matrimonial a desquitados, iria considerar divórcio aquilo que aos olhos do Estado se configura apenas como desquite, encontrando-se assim Estado e Igreja em tácito conflito.

b) Bênção matrimonial a desquitados não deixa de ser uma forma de legitimação social daquelas uniões que, por lei, são impedidas. Isto acarreta o perigo de abuso por parte daqueles que estão interessados unicamente na legitimação social, sendo assim seriamente prejudicado o espírito cristão a que se condiciona a bênção matrimonial.

c) A Igreja não pode concordar com o convívio de desquitados em nova união, aprovado por ela mediante a concessão da bênção matrimonial, venha a revestir-se, perante a lei, de tipicidade penal, configurando o delito do adultério. Ainda que este delito não possa

ser apurado em processo regular, conquanto a única pessoa capaz de promover a ação penal, em consequência do desquite perdeu a titularidade da ação, permanece o antagonismo na conceituação: A Igreja qualificaria de matrimônio o que, pela lei, é delito, embora esta fuja da sanção penal.

5. Não por último, é também questão de conceituação da bênção matrimonial. A Igreja Evangélica não pode ver no matrimônio um sacramento (A sacramentalidade do matrimônio tem sua origem na Idade Média) nem pode entender a bênção matrimonial como ato constituinte do matrimônio. Este ato está vinculado ao mútuo consenso dos nubentes, declarado legitimado pública e juridicamente por ocasião do casamento civil. Em razão disto a Igreja Evangélica sempre fez questão fosse a cerimônia religiosa precedida do casamento oficiado pela autoridade estatal competente. O matrimônio é, em si, um assunto secular, certamente não destituído de significação religiosa, mas válido também sem a participação ativa da igreja. As consequências desta constatação podem ser resumidas como seguem:

a) As palavras de Jesus: "O que Deus juntou, não o separe o homem" se aplicam não só aos matrimônios que solicitarem a bênção divina. Deus zela pela dignidade de Sua Criatura. Assim a promessa de fidelidade conjugal jamais deixa de ser uma promessa diante de Deus. Estas palavras, aliás, não afirmam ser toda escolha de cônjuge segundo a vontade de Deus, nem possuir cada união matrimonial o beneplácito divino. Se assim fosse o homem seria exonerado da sua responsabilidade. Estas palavras de Jesus dizem que a livre decisão de um homem por uma mulher e vice-versa se transforma em compromisso perante Deus, impossível de ser prescindido sem graves consequências. Deus une, ratificando a decisão dos nubentes impondo-lhes a ordem estabelecida por Ele ao enviar homem e mulher com a finalidade de se completarem. O casamento civil torna o matrimônio válido sob todos os aspectos, razão pela qual não se pode falar da bênção matrimonial em termos de um novo casamento, ou seja, do "casamento religioso."

b) O sentido da bênção matrimonial consiste basicamente no que diz o termo: os recém-casados, juntamente com a comunidade, imploram a bênção de Deus, concedida pelo ministro em sua qualidade de porta-voz do Evangelho. Esta bênção não se consegue sem que seja ouvida a ordem de Deus relativa ao matrimônio, de sorte que a proclamação da palavra de Deus tem seu lugar imprescindível no ato da bênção matrimonial. Os noivos atestam pelo comparecimento ao altar a sua disposição de aceitar o cônjuge "das mãos de Deus". Eles dão expressão à sua fé de realmente serem juntados por Deus. Esta concepção de bênção matrimonial não exclui da cerimônia a pergunta pelo consenso dos nubentes. O "sim" dos cônjuges não pode limitar-se ao ato inaugural do matrimônio, mas necessita de constante renovação e reafirmação. O "sim" dado na Igreja, é a primeira reafirmação do matrimônio a ser reiterada em formas diversas, no dia-a-dia do convívio conjugal.

c) Sob estas premissas, uma eventual bênção matrimonial a desquitados resultaria na necessidade de uma reformulação da concepção da bênção matrimonial. Pois onde a Igreja prescinde do casamento civil, ela assume funções cabíveis ao Estado, transforma a bênção matrimonial em casamento religioso e se constitui — ao menos implicitamente — numa sociedade própria dentro da sociedade.

6. Considerando todos estes fatores a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil faz bem em abster-se da prática da bênção matrimonial a desquitados. Como parte integrante da sociedade, a IECLB entende ser a sua tarefa resolver o problema dos matrimônios destruídos, não unicamente para si mesma, mas juntamente com o Estado, respectivamente a sociedade. Uma eventual bênção matrimonial a desquitados não ataca o mal pela raiz, mas equivale a um paliativo numa ferida carente de tratamento mais cuidadoso. Por esta razão, a Igreja Evangélica advoga um reexame da adequação, das bases e da eficiência do desquite, indagando se

não há motivos para se proceder a uma substituição do desquite pelo divórcio, nos termos acima expostos.

7. Os graves problemas pastorais, decorrentes do fato de a IECLB se abster da bênção matrimonial a desquitados enquanto o Estado não previr o divórcio e a dureza que esta abstenção significa para muitas pessoas bem intencionadas, são evidentes. Onde a Igreja puder ter a certeza de que desquitados convivam, em nova união, no espírito da responsabilidade e sinceridade assiste-lhe o direito de ver com outros olhos esta união, que sob a perspectiva jurídica, vem a ser concubinato. Ainda que ela se veja impedida de conceder a bênção matrimonial, a Igreja pode confortar as consciências aflitas e oferecer o consolo de Deus, cujos juízos não coincidem necessariamente com os juízos humanos. É claro que em tais casos não há razões para a exclusão da comunidade nem para qualquer discriminação destes membros. Procedendo desta forma a Igreja Evangélica poderá dar-se por satisfeita apenas no momento em que estas uniões receberem a legitimação oficial perante a sociedade e a comunidade cristã. Isto, porém, significa empenho da Igreja Evangélica em que, no Direito Brasileiro, seja cedido espaço para o divórcio e um segundo casamento civil.

8. Como mensageira do evangelho a Igreja tem uma tarefa eminentemente construtiva na sociedade e no mundo. Compete à Igreja o cuidado pastoral para com a família não só em casos de naufrágio consumado. A Igreja segue os mandamentos de seu Senhor: ela procura servir aos homens com a palavra de Deus, dando aos matrimônios resistência e a indissolubilidade que eliminam a necessidade do divórcio. Da mesma forma, porém, a Igreja não pode deixar de construir onde ela se vê defrontada com os destroços que a culpa humana produziu. Construção é neste caso concessão de um novo início. A própria Igreja vive da graça de seu Senhor, do que resulta a necessidade e o dever de espalhar esta graça no seu falar e agir. Sabendo que Deus quer o bem das suas criaturas, a Igreja tem a liberdade de escolher entre várias opções a que for a mais promissora e benéfica.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cid Furtado.

O SR. CID FURTADO (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Neste instante, cem milhões de brasileiros estão voltados para o Congresso Nacional, como se a Nação inteira se transformasse, de repente, num plenário de oito milhões e meio de quilômetros quadrados.

São crianças, são jovens, são adultos — homens e mulheres — aguardando, com a mais viva emoção, o nosso veredicto. Do Roraima ao Chui, da ponta do Seixas à serra de Contamana, cem milhões de brasileiros, confiam em que Deputados e Senadores continuem protegendo a Família brasileira. Ocupassem nossos eleitores estas poltronas, e fôssemos nós para as galerias, que destino dariam eles à Emenda Nelson Carneiro? Esta deve ser a primeira indagação à nossa consciência de congressistas.

O poder de representar é algo que transcende à vontade pessoal do mandatário. Ao revés, não seríamos dignos da procuração passada no cartório cívico das urnas.

Pelo número incontável de mensagens recebidas — ofícios, cartas, telegramas, telefonemas — pela quantidade incalculável de protestos contra a emenda divorcista, é fácil concluir que o povo brasileiro não se conforma com a dissolução do vínculo matrimonial.

Insinuar que tais mensagens, tão numerosas e veementes, sejam frutos de pressões estranhas, é deslembrar a origem histórica de nossa gente, à qual estamos vinculados pelo mesmo sangue e pelos mesmos sentimentos. Sangue e sentimentos plasmam o caráter da nacionalidade. E tão profundo é esse caráter, que ninguém, em tempo algum, poderá jogá-lo por terra.

Livres são os parlamentares de votar, não só pela inerência da função, mas, sobretudo, no presente caso, pela ampla abertura das liberdades políticas.

É uma liberdade que vamos usar *cum timore et tremore*, isto é, com temor e tremor, pela alta responsabilidade de que se reveste a nossa opção.

O que vamos julgar não é o custo de vida, não é um novo dispositivo do Imposto de Renda, não é a construção de uma rodovia. Tudo isso é importante, sem dúvida, mas, acima das questões econômico-financeiras, sobrepassam os interesses diretos da pessoa humana. Na Proposta ora em pauta, o que está em jogo é o próprio homem.

"Acreditamos no homem — no dizer de eminente sociólogo brasileiro — por causa do seu poder de transcendência". O homem é, em si mesmo, uma transcendência infatigável. Supera obstáculos, conquista valores, evolui individual e coletivamente, porque se transcende em cada passo.

A humanidade tem sofrido muito, tem padecido toda sorte de violências, mas não se entrega. Quando parece agonizar, está-se preparando para levantar-se mais amadurecida e mais criadora.

Há uma crise no mundo inteiro: crise do poder, da economia, dos costumes e, naturalmente, da Família. E o Brasil, parte que é do mundo, não poderia fugir à exceção. Também entre nós a Família sofre seus revezes, suas agonias. Existem crepúsculos onde deveria haver auroras. Nós sabemos disso e sofremos com isso.

Mas seria o divórcio a solução para os desajustes? A esta indagação, outra indagação se contrapõe: o divórcio resolve, porventura, os dramas domésticos nos países que o adotaram?

Admitir o divórcio para eliminar sofrimentos morais seria o mesmo que admitir a Eutanásia para eliminar sofrimentos físicos.

Ao sociólogo, ao religioso, ao civilista, ao legislador sobretudo, cabe atender mais para as causas, e menos para os efeitos.

Ninguém é contra ninguém. Nem tampouco as agremiações político-partidárias fazem do assunto uma bandeira.

A nós, nos interessa apenas ir às raízes do mal e extirpá-las.

Já existe a iniciativa de uma Comissão de Família, que se incumbirá de estudar o assunto em profundidade; já existem em perspectiva, da parte de vários parlamentares, de ambas as casas do Congresso Nacional, projetos que pretendem introduzir substancial alteração no Código Civil.

Uma coisa é certa: urge nos aparelhemos de uma instrumentação capaz de socorrer as uniões combatidas. Não é trabalho para um só homem, para um só Governo, para uma só legislatura, nem talvez para uma só geração. Mas é trabalho que deve ser iniciado com a devida urgência e desassombro.

Não seria o caso, por exemplo, de criarmos o Ministério da Família, a exemplo da Alemanha e outros países? Exemplo dos mais dignificantes pelos magníficos resultados já obtidos!

Deputados e Senadores, estamos reunidos, sob a proteção de Deus. Neste cenáculo, ergamos os olhos para o Infinito e, com o coração humilde, roguemos em silêncio:

— Senhor, queremos acertar! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Machado.

O SR. JOSÉ MACHADO (Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há dez, quinze ou vinte anos, tive a honra e a ventura de participar, no auditório de uma emissora de rádio, em Belo Horizonte, de interessante e elucidativo debate sobre o divórcio com o eminente Senador Nelson Carneiro: S. Ex.^a, por sua urbanidade, por sua cultura, por suas qualidades inatas, deve merecer desta Casa todo o respeito. Por isso mesmo, permito-me compará-lo a um grande vulto da República — o saudoso Deputado Raul Pilla. Assim como o Deputado Raul Pilla estava para o Parlamentarismo, o Senador Nelson Carneiro está para o divórcio. Todavia, Sr. Presidente, as mesmas razões, os mesmos fundamentos de ordem econômica, de ordem sociológica, de ordem jurídica e, sobretudo, por razões de Estado que nos levavam, naquele encontro com o Senador, há quinze

anos, a dialogar sobre o divórcio, estão fortalecidos, agora, de forma mais vibrante, mais convincente para orientar o nosso comportamento, a nossa linha, o nosso convencimento em defesa da indissolubilidade do casamento. **(Muito bem!)**

O que é certo, o que precisa ser dito nesta Casa, no pouco tempo de que dispomos, é que estamos caminhando para uma votação — por que não dizer? — de conteúdo muito mais emocional do que propriamente nos detendo para a formação de uma lei que melhor possa servir a este País.

Devemos buscar uma lei que faça menos mal à sociedade, que faça menos mal ao País, que faça menos mal à família. Uma lei que seja mais justa...

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Lembro ao nobre orador que o tempo de que dispunha está esgotado.

O SR. JOSÉ MACHADO — ... porque, obviamente, Sr. Presidente, entre o divórcio e o desquite — que nós não defendemos — vemos que este é um mal que cresce em progressão aritmética, ao passo que aquele é um mal maior, que cresce em proporção geométrica.

Este Congresso Nacional deve-se deter, deve ter a consciência voltada para o voto que irá proferir dentro em pouco, decidindo sobre o que menos mal faremos à família brasileira: mantendo a indissolubilidade do casamento ou acabando com essa indissolubilidade.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero conchamar a consciência de cada Senador, a consciência de cada Deputado, para que não se deixem orientar e votar por questões pessoais e individuais, mas tenham sempre em mente a orientação que deve dirigir os trabalhos desta Casa: a votação de projeto nesta Casa, Sr. Presidente, qual seja aquela que se busque, que se procure alcançar, de uma forma ou de outra, através de uma lei melhor, menos mal; e a indissolubilidade, Sr. Presidente, é, por todas as razões já aqui arroladas, muito menos mal do que o divórcio. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao Deputado Padre Nobre.

O SR. PADRE NOBRE (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas:

A minha determinação de votar contra o divórcio, em qualquer hipótese, já é conhecida de toda a Casa e notória em todo o País.

Presto homenagem à fadiga de todos os meus colegas, abstendo-me de falar e só pedindo a Deus que ilumine a consciência de cada um.

Muito obrigado. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Lázaro Barboza.

O SR. LÁZARO BARBOZA (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quando o eminente Senador Nelson Carneiro apresentou o seu projeto alterando a Constituição para se permitir o divórcio dos casais desquitados há mais de cinco anos ou separados há mais de sete, apresentamos também um substitutivo, pedindo que se fizesse um plebiscito sobre a matéria. As correntes — já dizíamos na justificativa — eram inconciliáveis, e o próprio povo, que iria sofrer os efeitos benéficos ou maléficos do divórcio, deveria decidir sobre a matéria. A nossa proposição caiu na Comissão Mista encarregada de analisá-la e discuti-la.

Há alguns instantes, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quando votávamos a emenda, cuja votação se encerrou há pouco, tive a oportunidade de pronunciar-me contra. Mas aqui estou, nesta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para dizer ao Congresso e à Nação que votarei favoravelmente à propositura do eminente Senador Nelson Carneiro. E por que votaria favorável à propositura de S. Ex? Porque ela teve a cautela de não abrir as comportas, ameaçando

criar um problema maior para a família brasileira, é porque a Emenda Nelson Carneiro, longe de criar um problema para a família, vem resolver um problema de famílias que já não existem, permitindo que, sobre os escombros daquela família que, à falta de amor, não teve condições para prosseguir enfrentando a vida, se possa erguer outra em bases sólidas.

Sou, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, católico, apostólico romano, casado e muito bem casado, graças a Deus, mas o legislador não pode ficar insensível à desgraça que bate à porta de milhares e milhares de brasileiros, de milhões de brasileiros filhos naturais porque os seus pais não têm condição de se casar legitimamente.

O divórcio não é um bem, é um mal; mas é um veneno menos letal do que o desquite e, assim, votei há pouco contra o substitutivo do Deputado Airon Rios e vou votar a favor da Emenda Nelson Carneiro.

Tenho certeza de que muitos dos Srs. Congressistas que rejeitaram o substitutivo há pouco votado, votarão a favor da emenda que permitirá o divórcio após cinco anos da sentença de desquite ou de sete anos de separação de fato.

Eram essas palavras, Sr. Presidente, que queríamos nesta tarde proferir, conchamando os Srs. Congressistas a votarem a favor da emenda Nelson Carneiro, porque longe de estarmos distantes e surdos ao clamor da família brasileira estaremos procurando ampará-la e soerguê-la cada vez mais.

Muito obrigado. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO — (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É inegável que a família brasileira passa por transformações profundas que exigem modificações, também profundas, em nossa legislação civil, Nosso Código, elaborado no século passado, estabelecendo prazos prescricionais reduzidos, cria condições que exigem renovação em nossa legislação familiar. Há uma consciência nacional clara a esse respeito. Homens de todas as tendências reconhecem a necessidade destas modificações.

Quero mencionar dois ou três homens que representam o pensamento político e social do Brasil: Gilberto Freire, que reclama uma solução brasileira para o problema da família brasileira; Alceu Amoroso Lima que, em artigos da maior seriedade, da maior seriedade, aponta a necessidade de soluções para a família brasileira e, mais do que a autoridade individual de alguns, um documento da maior significação, elaborado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, reconhece, na parte fundamental que a família, no seu contexto contemporâneo, exige atenção e modificações fundamentais. E entre os pontos destacados no documento consta o seguinte: "É preciso levar em consideração a evolução pela qual passa a instituição familiar e, bem assim, os novos valores que surgem."

Há, portanto, o reconhecimento de que é necessária uma revisão a respeito. Mas essa revisão, Sr. Presidente, há de ser feita pelo exame da nossa legislação civil, pela introdução de modificações que levem em conta esses novos valores e essa nossa nova realidade, através de um contexto, de um complexo de normas que defendam a família brasileira. Exatamente por isso, nossa posição pessoal — e falo não como líder, porque, nesta qualidade, declarei que a questão está em aberto, mas falo com a minha convicção pessoal, com a sensibilidade que tenho para com os problemas que este Congresso enfrenta — é de que a grande necessidade do Brasil, neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — O tempo de V. Ex^a já está esgotado.

O SR. FRANCO MONTORO — A grande necessidade do Brasil, neste momento, Sr. Presidente, é obter a normalização democrática, a distensão política, o reconhecimento dos direitos fundamentais

da pessoa humana. Esta obra de normalização política tinha ao seu lado e tem ao seu lado, na frente daqueles que estão lutando pela normalização da nossa vida pública, exatamente, o episcopado brasileiro.

A colocação, neste momento, em que o grande problema brasileiro é o da normalização política, de um tema como este que nos divide, que divide as grandes forças que estavam unidas, para chegar à grande conclusão da normalização democrática no Brasil, não é obra patriótica.

Neste sentido é o apelo que aqui foi feito para que se constitua uma comissão que, realmente, examine o problema do ponto de vista técnico, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista social. Uma emenda Constitucional não pode estabelecer uma casuística como esta que aqui vai ser introduzida. Trata-se, apenas, de um pequeno remendo, para resolver alguns casos, mas deixa em aberto inúmeros outros da maior seriedade e da maior gravidade.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Peço a V. Exª que encerre as suas considerações.

O SR. FRANCO MONTORO — Concluo, Sr. Presidente, reafirmando que, como líder, o MDB declarou a questão em aberto, porque estão divididos os membros da bancada, mas, pessoalmente, como patriota e brasileiro, declaro que não é este momento de dividir aqueles que estão unidos pela grande causa da normalização democrática de nossa Terra! **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, último orador inscrito. **(Palmas prolongadas.)**

O SR. NELSON CARNEIRO (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o nobre Relator, vencido na Comissão Mista, colocou o problema nestes termos: "ou a família, ou o divórcio". Quero advertir o engano em que laborou S. Exª. O Chefe da família brasileira, exemplar chefe de família, o Presidente Ernesto Geisel abriu a questão, quer dizer, Sua Excelência não compreendeu, como primeiro magistrado do País, que o divórcio importasse na destruição da família, sob pena de estar faltando a seus deveres de Chefe da Nação Brasileira! **(Muito bem! Palmas.)** Portanto, o dilema é falso e quem o diz é a sua Igreja, a Igreja Luterana, de que Sua Excelência é fiel. Diz o seguinte, num manifesto, distribuído, sob o título Divórcio:

"Procedendo desta forma, a Igreja Evangélica poderá dar-se por satisfeita apenas no momento em que essas uniões receberem a legitimação oficial, perante a sociedade e a comunidade cristã. Isto, porém, significa empenho da Igreja Evangélica, em que no Direito Brasileiro, seja cedido espaço para o divórcio e um segundo casamento civil." Ai está, Senhores.

Quero também agradecer às Lideranças da ARENA e do MDB pela compreensão que tiveram. Ainda há pouco, a ARENA fechava questão na emenda anterior votada pelo Congresso. Neste momento, abre a questão; quase que diz aos seus companheiros: "Votem a favor da Emenda Nelson Carneiro". Assim fazendo, Senhores, estaremos defendendo a família. Desde 1942 — e aqui trago o volume 1º dos livros de Filadelfo de Azevedo — o Supremo Tribunal, nos divórcios entre brasileiros e estrangeiros, confirma sentenças de tribunais estrangeiros. Em 1942, ele confirmou a sentença do Tribunal Suíço, mas dispunha: A sentença é válida para o autor, o qual, suíço, tem o seu domicílio na Suíça; ao contrário, a ré, residente no Brasil, por esta sentença, fica somente desquitada, porque embora ela continue a ter os direitos de cidadã suíça, é considerada brasileira e, no Brasil, o divórcio não existe. De modo que, para a brasileira, o desquite; para o estrangeiro, o divórcio. Isso homologado pelo mais alto tribunal do País, em sucessivas decisões, de que esta de 1942 é a pioneira.

Também, Senhores, falo em nome do Brasil. **(Muito bem!)** Peço a V. Exªs que meditem como a família brasileira é representada no ex-

terior. Se os diplomatas que a representam sempre conduzem as suas esposas. Sim, muitas vezes, são as companheiras que dividem com os diplomatas as funções de representar o Brasil no estrangeiro, numa situação de constrangimento, de vergonha, de tristeza para o nosso nome, para a nossa Terra. **(Palmas!)**

E o fato chegou a tal extremo, Senhores, que o Governo, agora, já não manda mais, nas Mensagens ao Senado, o estado civil do candidato a embaixador. Silencia, porque não quer expor a família desse embaixador à notícia de que ele vive maritalmente com outra mulher, que é a embaixatriz, que é a representante do Brasil.

Também, Sr. Presidente, quero dizer, que aqui defendo aquilo...

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) (Fazendo soar a campainha.) — O tempo de V. Exª está esgotado.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, vou concluir. V. Exª me permitirá apenas um minuto.

Aqui defendo, Sr. Presidente, a família que o Padre Álvaro Negromonte, que o Padre D. Estevão Bitencourt diz que é simples concubinato. Os católicos casados só no civil são considerados pela Igreja como em vida de concubinato. E, quando eu dizia ao Padre Álvaro Negromonte que alguns sacerdotes católicos assim entendiam, ele me respondia: "O Sr. Nelson Carneiro injuria o Clero Brasileiro, ao afirmar que para muitos ilustres sacerdotes o casamento civil é mero concubinato. Não! O "casamento" civil é mero concubinato para todos os sacerdotes, como para todos os católicos que não sejam apenas de nome. "É esse concubinato, senhores, que não pode ser indissolúvel ou é o sacramento? Aqui está a palavra da Igreja, dos Franciscanos, no seu volume "Vozes", ao invés da célebre frase, aqui está: "Divórcio" — "Não una o homem o que Deus separou".

Finalmente, Sr. Presidente, quero dizer que Portugal acaba de adotar o divórcio para os católicos. A informação, a justificação é que isso foi imposto pelo estado político daquele país, pela revolução ali imperante. Pois, Senhores, o Congresso Brasileiro, por 197 a 183, acaba de declarar que é a favor do divórcio, contra a indissolubilidade. Portanto, a pressão não é do Governo Português, não é das forças políticas do Governo brasileiro, a pressão é da opinião pública representada pela maioria neste Congresso.

Finalmente, quero concluir dizendo que se enganou muito o nobre Senador Vasconcelos Torres. Este não é o motivo que conduz a minha vida. Não luto pelo divórcio por mim, nem pelo meu semelhante; luto pela família inteira, por todos que necessitam do divórcio, por todos que vivem na ilegitimidade, pelos filhos sem pais e pelas mulheres sem maridos. **(Palmas.)**

O Sr. Vasconcelos Torres — Reitero o que disse.

O SR. NELSON CARNEIRO — Eu luto, Senhores, para que possam voltar à Igreja Católica aqueles católicos que, embora desquitados, vivem com outra mulher ou com outro homem, e por isso perderam direito ao sacramento.

O Sr. Vasconcelos Torres — Reafirmo o que disse.

O SR. NELSON CARNEIRO — É por isso que, Sr. Presidente, eu luto, não por nós, eu luto pelos nossos filhos, nossas esposas, pelas esposas e filhos de todos os homens dignos deste País. **(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)**

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A votação será feita pelo processo nominal.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 2, DE 1975-CN

Sr. Presidente,

Requeremos a V. Exª seja votada, em escrutínio secreto, a Proposta de Emenda Constitucional nº 5, de 1975.

Pelo artigo 44 do Regimento Comum, ao referir-se às "Modalidades de Votação", "as votações poderão ser realizadas pelos processos simbólicos, nominal e secreto".

O parágrafo primeiro deste artigo faz regra legal à votação simbólica, mas admite que "mediante requerimento de Líder ou de 1/6 de Senadores ou Deputados," a matéria seja submetida à outra modalidade de votação, mesmo naqueles casos em que seja exigido *quorum* ou deliberação do plenário.

O artigo 80 do mesmo Regimento Comum diz que, ao tratar do processo de votação de Emenda Constitucional, "os votos serão tomados pelo processo nominal". Assim, a requerimento de Líder ou de 1/6 de Senadores ou de Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional nº 6, que exige *quorum* especial, pode ser votada por outra modalidade.

Outrossim, essa interpretação tem sido entendida uniformemente por esta Presidência, desde 1969, no que diz respeito à votação do veto, que também exige *quorum* especial para sua votação e aprovação, mas inúmeras vezes foi votado simbolicamente, sempre que, nesse sentido, acordam as Lideranças da Maioria e da Minoria. O artigo 107 do Regimento Comum exige, entretanto, votação pública, ou seja votação nominal, para que se apure o *quorum* ali fixado.

Ocorre que, no caso do veto, a votação pública é imposta expressamente pelo artigo 59, § 3º, da Constituição, enquanto a Carta de 1969, ao dispor sobre emendas constitucionais, apenas determina que a proposta somente será "havida por aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos de suas Casas" (art. 48).

A votação secreta, permitida pela Constituição, o é também pela letra regimental, desde que se dê ao parágrafo único do art. 44 (que se refere às modalidades de votação, quando há *quorum* prefixado) a interpretação de incluir também o processo de votação, referido, como norma, no art. 80, revogável sempre a pedido de Líder ou de 1/6 de Senadores ou de Deputados e aprovação do Plenário, já que se trata de requerimento e não de questão de ordem.

É certo que as Emendas Constitucionais vêm sendo votadas pelo processo nominal, mas por jamais haver sido requerida a votação secreta, fosse por um Líder ou 1/6 de Senadores ou de Deputados.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1975. — Nelson Carneiro — Lázaro Barboza — Leite Chaves — Mattos Leão — Itamar Franco — Gilvan Rocha — Mendes Canale — Agenor Maria — Amaral Peixoto — Domicio Gondim — Marcos Freire.

O Sr. José Alves — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Relativo à questão da votação?

O Sr. José Alves — Relativo ao processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES (Pela ordem) (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estranho que esse requerimento esteja ainda sendo lido em pleno curso de uma votação, quando o seu fundamento principal não existe, porque a Câmara dos Deputados e o Senado Federal acabam de votar a matéria. Se a matéria que acabamos de votar sobre o divórcio tivesse sido aprovada, não existiria sequer qualquer emenda, qualquer assunto referente à matéria. De modo que não tem apoio regimental trazer-se à discussão requerimento nesta hora, porque o art. 80 do Regimento Comum é expresso, é específico. Trata de emendas à Constituição, e não é possível, então, derrogar-se o texto constitucional pelos fundamentos existentes nesse requerimento, principalmente diante do seguinte fato: o Congresso Nacional já votou abertamente, nominalmente, sobre a matéria. Mudar-se, em plena votação, as regras do jogo é, sinceramente, um comportamento que o Congresso só pode estranhar. (Palmas.)

De forma que, com apoio no art. 80, do Regimento Comum, solicitamos que a votação prossiga como foi iniciada, porque se trata de matéria absolutamente semelhante. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Nelson Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (Pela ordem.) — Sr. Presidente, apenas para dizer a V. Exª que esse requerimento foi apresentado antes de iniciada a votação. Regimentalmente, ele deveria ser examinado, mas eu, que o assinei em primeiro lugar, submeto-me à decisão de V. Exª porque estou certo de que os nobres Deputados e Senadores que acabam de votar, tão corajosamente, a favor da família brasileira, não mudarão o seu voto se esse voto for secreto ou a descoberto. (Palmas.)

O Sr. José Costa — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Costa.

O SR. JOSÉ COSTA (Pela ordem.) — Pontes de Miranda, comentando a respeito de processo de votação, diz que o "eleitor vota secreto, mas o eleito vota a descoberto".

Quero votar a favor do divórcio, a descoberto. (Palmas.) E invoco contra a inconstitucionalidade do voto secreto o disposto no § 3º do art. 33 da Constituição, que exige que o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — V. Exª está falando em questão de ordem ou declaração de voto?

O SR. JOSÉ COSTA — Sr. Presidente, é uma questão de ordem levantada, que diz respeito ao processo de votação.

O § 3º do art. 33, da Constituição, diz o seguinte:

"O pagamento da parte variável do subsídio corresponderá ao comparecimento efetivo do congressista e à participação nas votações."

E como se suberá se o Congressista votou, se o voto é secreto? Isto é o que diz Pontes de Miranda.

O Sr. Rubem Dourado — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Não se pode mais contraditar. O Regimento não o permite.

Responderei à questão de ordem.

O requerimento visa à votação secreta da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1975.

Examinaremos o assunto de maneira objetiva.

A Constituição Federal, em seu artigo 47, dispõe:

"Art. 47. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I — de membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II — do Presidente da República."

E o art. 48 determina:

"Art. 48. Em qualquer dos casos do artigo anterior, itens I e II, a proposta será discutida e votada em reunião do Congresso Nacional, em duas sessões, dentro de sessenta dias, a contar da sua apresentação ou recebimento, e havida por aprovada quando obtiver, em ambas as votações, dois terços dos votos dos membros de suas Casas."

Verifica-se, da leitura dos artigos indicados, que a Constituição não determinou, na espécie, o caráter secreto, ostensivo ou nominal da votação, e isso, a nosso ver, pela óbvia razão de que não se compreenderia fosse uma Constituição alterada, mesmo em parte, como no caso de emendas, em votação secreta. (Palmas.)

Realmente, se há uma lei que deve ser, em qualquer fase de sua tramitação, abertamente discutida e votada, essa é a lei básica — a Constituição, pois ela é a expressão maior da vontade nacional e tudo que a ela se referir deve-se tornar, de imediato, do total conhecimento do povo.

A afirmação de um parlamentar sobre tema que diga respeito à organização política fundamental do seu País, interessando o destino das próprias Instituições, não poderia jamais ser secreta. (**Muito bem!**)

Assim, a Constituição deixou ao Congresso, ou às duas Câmaras que a compõem, conforme o caso, a elaboração dos respectivos Regimentos, onde assuntos, como o em pauta, fossem disciplinados. Em consequência, tratando-se de matéria da competência do Congresso Nacional, toda a sua tramitação legislativa há de obedecer ao processo indicado pelo seu Regimento Comum. Este, no Capítulo III — “Das Matérias Legislativas”, Sessão I — “Da Proposta de Emenda à Constituição”, estabeleceu, no art. 80:

“Os votos serão tomados pelo processo nominal.”

Ora, se como manda esse art. 80, a votação de emenda constitucional deve ser nominal, não há como proceder-se a outra interpretação, que poderia ser tentada por via do art. 151 do mesmo Regimento — *in verbis*, :

“Nos casos omissos neste Regimento, aplicar-se-ão as disposições do Regimento do Senado e, se este ainda for omissos, as do da Câmara dos Deputados.”

Acontece, no entanto, que o Regimento Comum não é omissos; antes, é taxativo e, ao prescrever a votação nominal, ao mesmo tempo que excluiu do processo as votações simbólica e secreta, obrigou o parlamentar a uma tomada de posição, a uma definição de princípios, a uma clara atitude política.

O Regimento Comum, parece-nos, foi sábio no instituir para a hipótese o processo da votação nominal, porque dá ao parlamentar ensejo daquela afirmação que o coloca acima de possíveis insinuações.

Tudo isso considerado, não podemos fugir ao ponto de vista de que, salvo se com desrespeito a letra expressa do Regimento Comum, a votação de emendas constitucionais há de ser nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Magalhães Pinto**) — Vai-se passar à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1975.

Em cumprimento à norma do art. 43, a chamada começará pelo Senado Federal, do Sul para o Norte, sendo os Líderes chamados em primeiro lugar.

Em votação à Proposta de Emenda à Constituição nº 5, sem prejuízo da Emenda apresentada, de nº 1.

(**Procede-se à chamada.**)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM “NÃO” OS SRS. SENADORES:

Petrônio Portella — Líder da ARENA
Franco Montoro — Líder do MDB

Altevir Leal — José Lindoso — Jarbas Passarinho — Henrique de La Rocque — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Augusto Franco — Lourival Baptista — Ruy Santos — Eurico Rezende — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Gustavo Capanema — Benedito Ferreira — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM “SIM” OS SRS. SENADORES:

— Evandro Carreira — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Alexandre Costa — Agenor Maria — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Wilson Campos —

Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Heitor Dias — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Orestes Quêrcia — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (**Magalhães Pinto**) — Solicito o comparecimento dos nobres Deputados Odulfo Domingues e Henrique Eduardo Alves a fim de procederem à chamada na Câmara dos Deputados. (**Pausa.**)

Os Líderes votarão em primeiro lugar.

(**Procede-se à chamada**)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM “NÃO” OS SRS. DEPUTADOS:

José Bonifácio — Líder da ARENA
Laerte Vieira — Líder do MDB

Acre

Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Rafael Faraco — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Jorge Arbage — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

João Castelo — ARENA;

Piauí

Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Furtado Leite — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Pedro Lucena — MDB.

Paraíba

Humberto Lucena — MDB; Teotônio Neto — ARENA.

Pernambuco

Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Monsenhor Ferreira Lima — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; José Alves — ARENA.

Sergipe

Celso Carvatho — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Odufo Domingues — ARENA; Vasco Neto — ARENA.

Espírito Santo

Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Célio Borja — ARENA; Darcílio Ayres — ARENA; Hydekel Freitas — ARENA; José Haddad — ARENA; José Sally — ARENA; Luiz Braz — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Machado — ARENA; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira da Gama — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

A.H. Cunha Bueno — ARENA; Athiê Coury — MDB; Blotta Junior — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Ibahir Garcia — ARENA; Pedro Carolo — ARENA; João Pedro — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA.

Golás

Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Antônio Annibelli — MDB; Ari Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleversson Teixeira — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Nereu Guidi — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Jairo Brum — MDB; José Mandelli — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Gomes da Silva — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Pães de Andrade — MDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Janduhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Petrônio Figueiredo — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Thales Ramalho — MDB; Valério Rodrigues — ARENA.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Antônio José — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Durval — ARENA; Noide Cerqueira — MDB; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alberto Lavinias — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Amaral Netto — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Daniel Silva — MDB; Daso Coimbra — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Moura —

MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Lysâneas Maciel — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Oswaldo Lima — MDB; Rubem Dourado — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Juarez Batista — MDB; Manoel de Almeida — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Paulino Cicero — ARENA; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Tarcísio Delgado — MDB

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Aurelio Campos — MDB; Cantídio Sampaio — ARENA; Dias Menezes — MDB; Edgar Martins — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Guaçu Piteri — MDB; João Arruda — MDB; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Ode-mir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturulli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Iturival Nascimento — MDB.

Mato Grosso

Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Alencar Furtado — MDB; Antonio Belinati — MDB; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; José Thomé — MDB; Luiz Henrique — MDB; Valmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Harry Sauer — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequet — MDB; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Nadyr Rosseti — MDB; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Votaram "SIM" 222 Srs. Congressistas; e "NÃO" 145.

Não havendo, portanto, atingido o *quorum* constitucional indispensável à sua aprovação, é considerada rejeitada a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1975.

É a seguinte a proposta de emenda à Constituição considerada rejeitada

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, de 1975

Dá nova redação ao art. 175, § 1º, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

As Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 49 da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, promulgam a seguinte emenda:

Artigo único. O parágrafo primeiro do artigo cento e setenta e cinco da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O casamento somente pode ser dissolvido após cinco anos de separação legal ou sete de separação de fato, sem que tenha havido reconciliação do casal."

O Sr. Rubem Dourado — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Rubem Dourado.

O SR. RUBEM DOURADO (Pela ordem) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Proposta de Emenda à Constituição nº 4/75, recebeu apoio da Câmara dos Deputados — e tive o privilégio de subcrevê-la em primeiro lugar, — será votada, certamente, em outra oportunidade, mas com as mesmas possibilidades com que vimos, neste momento, o Congresso Nacional, em sua maioria pelo menos simples, aceitar o divórcio.

Fico, assim, Sr. Presidente, na certeza de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 4/75, será votada na próxima semana.

Muito obrigado a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Comunico ao Plenário que convocarei uma sessão conjunta, na próxima semana, para votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de acordo com o desejo do autor de por estar esgotado o tempo regimental da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As declarações de voto enviadas à Mesa serão publicadas.

São as seguintes as declarações de voto enviadas à Mesa:

DECLARAÇÃO DE VOTO

A abordagem do problema do divórcio convém seja feita com a inversão do enfoque até agora utilizado.

A indagação — Porque o divórcio no Brasil? — deve ser antecedida de outra — Porque não o divórcio até hoje no Brasil? Seria a família brasileira diferente daquela de quase todos os povos, ou todo o casamento seria aqui tão bem sucedido, que dispensava a dissolução? Seriam tão diferentes as nossas condições sociais e econômicas, seríamos tão adiantados ou tão atrasados, que podíamos evitar o divórcio?

No século passado e nas primeiras décadas deste, o Brasil recebia, nos campos filosófico e religioso, poderosa influência de duas correntes — a Igreja Católica e o Positivismo. Embora conflitantes, e disputando a conquista de vastas áreas da opinião, uma da outra, ambas se conciliavam, no entanto, em raros pontos, um dos quais era o combate ao divórcio. Nesse particular, era convergente a ação da Igreja Católica e do Positivismo. Ao tempo do Império, a Igreja

Católica era a oficial do Estado, e os dois, Igreja e Estado, estavam ligados. Como é dogma católico a indissolubilidade do casamento, o casamento ficaria, por isso, fora de questão.

Proclamada a República, é sabida a influência que o Positivismo exercia sobre as novas instituições, bem como a adesão que essa filosofia e a religião correspondente obtiveram de juristas do final do século XIX e dos anos que se lhe seguiram. O Governo Provisório poderia ter decretado o divórcio, mas não o fez, como não o viriam a fazer mais tarde, na elaboração do Código Civil, o jurista Clovis Bevilacqua e o Congresso Nacional. É que em todos, Governo Provisório da República, Clovis Bevilacqua e Congresso Nacional, era enorme o prestígio e a força do Positivismo.

Essa a razão de não ter sido instituído o divórcio no País. Não foi convicção resultante do estudo aprofundado das condições da sociedade brasileira ou de imperativos de ordem científica. A opinião que se emitia a propósito de divórcio era sempre preconceituosa — o autor partia de suas convicções filosóficas ou religiosas para, então, chegar ao problema da indissolubilidade do matrimônio. Assim, Rui Barbosa e Clovis Bevilacqua, dois de nossos maiores juristas, eram, no combate ao divórcio, prisioneiros do seu tempo e limitados, em seus vãos de criação científica, pela filosofia e religião que professavam.

Não havia razões de ordem local que desaconselhassem ou condenassem o divórcio no País. A família brasileira, com os seus problemas, dificuldades, virtudes, defeitos, males, era semelhante à família de qualquer nação civilizada. Se o divórcio existia na França, Estados Unidos, México, Uruguai, Inglaterra, Alemanha, Venezuela, e em quase todos os países, isso não importava em estabelecer diferença de condições sociais do Brasil e do resto do mundo.

Tratava-se tão só de problema decorrente de contingência filosófica e religiosa, que influiu em nações extremamente ligadas à Religião católica ou ao Positivismo, assim como a Argentina, a Itália, Colômbia, Espanha e Irlanda católica.

Vê-se, pois que, então, o ponto do debate sobre o divórcio não estava na sociologia, no direito, mas na filosofia ou na teologia. Era-se contrário ou favorável ao divórcio segundo a posição que se assumia diante da Filosofia e da Religião. Se a Inglaterra era divorcista, devia essa condição a ter sua própria Igreja, nascida exatamente da questão provocada pelo novo casamento de Henrique VIII.

Nenhuma importância tem, portanto, a inexistência do divórcio no País, quanto a aspectos culturais do problema. A ausência do divórcio em nossa estrutura jurídica nunca significou repulsa da opinião pública nacional, condenação pela consciência do País, desapareço pela sua aplicação nos desajustes matrimoniais.

Ao contrário disso, sem embargo do frontal combate da Igreja Católica e do Positivismo, o divórcio obteve sempre nos Congressos Jurídicos o favor da opinião da maioria.

Isso, quanto à implantação do instituto do divórcio em nosso direito positivo. Quanto à existência do divórcio em nossos costumes, a *latere* da lei, mas tolerado pela sociedade, aceito sem nenhuma manifestação, é fato incontroverso, que ninguém pode desmentir ou ocultar.

Há muitos anos que a Nação verifica o crescente número de famílias constituídas por uniões de fato, ao arrepio da lei, porque as pessoas não são casadas entre si, mas uma delas ou as duas têm laços matrimoniais com terceiro... A própria legislação brasileira veio sendo alterada aos poucos para atender a essa situação, e a figura do concubinato, que tinha tintas de amoralismo, de ilicitude e de execração, passou a ceder lugar ao "companheirismo", com a criação do "companheiro" e da "companheira", que substituem, nessas uniões, as expressões "marido" e "mulher".

Ora, isso está levando a Nação a uma posição de hipocrisia, que é uma das formas mais lamentáveis de degradação de um povo — simular uma situação moral, vestir-se de falsos pudores e falsos princípios, que não têm condições para confronto com a realidade.

Se os "casais" de companheiros são aceitos, normalmente, em todas as categorias da sociedade, porque não levar para o direito positivo o instituto do divórcio, este que já é largamente praticado contra a lei?

É evidente que há certos atos que, embora disseminada a sua prática, a lei não deve com eles acumpliciar-se ou admiti-los, porque a sua condenação significa um padrão de cultura do povo, representa um magistério do direito. É o que ocorre, por exemplo, com o aborto. Todos sabem que ele é praticado no País, mas ninguém admite publicamente que dele se utilizou ou é capaz de se utilizar, porque há, em nossa cultura, repugnância pelo ato, que, além de condenado pela lei, é repudiado pela alma do povo e porque é ofensivo do princípio máximo da inviolabilidade do direito à vida.

Não é esse, porém, o caso do divórcio. Aqui, a lei é frontalmente contestada pela sociedade, que não mais estabelece diferença entre a família constituída pelo casamento e aquela nascida de simples uniões. A inexistência do divórcio na lei não se incorporou em nossos costumes, de modo a tornar este País um ilha no mundo, em que todos os casamentos teriam sucesso, não se dissolveriam e os cônjuges, sem exceção, só teriam motivos para louvar e render graças à sua perfeita felicidade conjugal.

Se a indissolubilidade assim se tivesse encartado na vida nacional, então seria caso de repensar repetidas vezes sobre a conveniência da adoção do divórcio. Mesmo porque, onde buscar razões para esse instituto, se ele fosse repudiado pela consciência nacional?

Não é, todavia, o que acontece no País.

O casamento já traz consigo o germe da dissolução, pela dificuldade de conciliar temperamentos, caracteres e hábitos tão diferentes entre os cônjuges. Demais, no curso do matrimônio, criam-se situações de incompatibilidade, às vezes invencíveis. Para aquela dificuldade inicial, há o costume existente em todos os povos de uma preliminar convivência, que antecede, em muito ou pouco tempo, o próprio casamento, e pela qual se possibilita o conhecimento recíproco dos nubentes ou, pelo menos, a remoção ou mudança de alguns hábitos. Às dificuldades próprias do casamento, junta-se a vocação poligâmica do homem, a provocar o seu afastamento do leito conjugal para aventuras que ferem o princípio da fidelidade entre os esposos.

Esses problemas, inerentes ao casamento, agravaram-se com a emancipação da mulher, verificada em quase todos os países neste final do século XX. A mulher está hoje sujeita às mesmas seduções do homem, submetida a angústias provocadas pela procura de recursos para a subsistência, está também se afastando do lar pelo exercício de atividades de ordem econômica ou cultural. Em muitos casos, o lar deixou de ser a sede da família, o local onde se firmam a segurança e a estabilidade da família, para ser um simples lugar de encontro, onde às vezes se avistam os cônjuges e estes os próprios filhos.

Tudo isso concorre para a instabilidade da família, agravado pela tolerância do divórcio de fato, para o qual, pela sua própria natureza de instituto a *latere* da lei, não há limites, não há condições, não há freios.

Ora, se essa situação está contribuindo para a falta de estabilidade da família, há de se reconhecer que a instituição do divórcio, ao revés de servir de estímulo para tal instabilidade, vai servir de paradeiro a abusos e, por isso, concorrer para a manutenção do vínculo conjugal.

É que o divórcio, que se apregoa para o País, não é ilimitado, incondicionado, sujeito só ao arbítrio dos cônjuges desavindos. Prevê-se, para a sua concessão, entre outras condições que a lei deverá estabelecer, a prévia separação judicial por mais de cinco anos ou a separação de fato por mais de sete anos, o que é período suficiente para refrear alguns impulsivos ou levianos que pretendem transformar o casamento em experiência.

Certo é que a estabilidade da família constitui fundamento para a grandeza de uma nação. Sobre ela repousam a própria estabilidade

emocional dos que a integram, a educação dos filhos, o aprimoramento dos costumes e a manutenção de um teor de moralidade compatível com a dignidade do ser humano.

Cumprir preservar essa estabilidade no interesse do País e de nosso povo, ao qual ela ajudará a dar felicidade. Essa felicidade do povo e essa grandeza da Nação são o objetivo e a preocupação dos legisladores. Não se está, no exercício de mandato, para truncar o destino de uma Nação, falsear a vocação de um povo, afrontar o unseio de grandes áreas de opinião pública.

O divórcio corresponde ao estágio de nossa civilização e com a situação de igualdade jurídica a que chegou a mulher brasileira, preparada para a competição econômica. Já estávamos há muito amadurecidos para ele, tanto que o praticamos largamente fora da disciplina jurídica. Adotando-o, só vamos acolher na realidade social um fenômeno, que está a exigir os lineamentos da lei para ser subtraído do contornos indecisos próprios dos costumes.

De resto, nem seria preciso atingir-se determinado estágio de civilização para a implantação do divórcio — este é praticado não só em países adiantados como nos atrasados, a sua história é a do próprio casamento, pois remonta à mais longínqua antiguidade. Já os juristas romanos não entendiam o divórcio senão como uma consequência da cessação da vontade efetiva e contínua de permanecerem os cônjuges unidos pelo matrimônio — divórcio vem de *divortium*, *divertere*, isto é, separar-se, andar em caminhos diferentes.

Embora tivesse solenidades sacras e obedecesse a rituais de fundo religioso, o casamento mantinha-se com o simples caráter do encontro de duas vontades e nada mais era que um contrato. A Igreja Católica é que elevou o casamento à condição de sacramento e, por isso, indissolúvel.

Todavia, decorridos tantos séculos, quantas nações não têm o divórcio e permanecem fiéis ao casamento como sacramento? Espanha, Irlanda, Andorra, Argentina, Brasil, Colômbia e Paraguai, são os países que ainda mantêm a indissolubilidade do casamento. Em uma centena e meia de nações, é muito reduzido assim o número daquelas que ainda não regularam em lei o divórcio.

Os inconvenientes que se apontam com relação ao divórcio, atribuindo-se-lhe consequências que vão desde o rabaixamento da moralidade à instabilidade do casamento, à frouxidão dos laços familiares, à má formação dos filhos, ao surto de delinquência juvenil, são, na verdade, corolários da vida moderna e encontram sua causa na competição, na necessidade de afirmação do homem, na sociedade de consumo. O divórcio, ao revés de ser causa desses males, é, como eles, resultante desses desequilíbrios de uma sociedade em mudança. O divórcio não é instituto atual, mas muito antigo e, no entanto, o recrudescimento da delinquência juvenil é apontado como fato contemporâneo, bem como os demais inconvenientes que a ele são imputados só em nossos dias é que assumiram proporções impressionantes. Por que antes o divórcio não gerava esses males todos? É porque, evidentemente, não há entre eles relação de causa e efeito.

A estabilidade do casamento e, assim, da família, não está a depender da indissolubilidade do vínculo. Ela depende da própria estabilidade emocional e da educação dos cônjuges, que devem estar preparados para o casamento. É claro que, nos termos de nossa legislação projetada, não serão possíveis os exageros verificados em alguns Estados da nação norte-americana, nem o exemplo de artistas prolifera nas classes afastadas da vida exótica que eles levam. O divórcio depende da lei que o regula e do padrão moral de vida que os cônjuges adotam. Se estes tendem para o amor livre, para a promiscuidade, para o excêntrico, não é o divórcio que os leva a isso, mas o seu próprio temperamento e caráter.

Diz-se que o casamento sobre ser um ato é um estado, isto é, não é só o contrato instituidor da família, mas o estado de comunidade familiar que ele institui. Se no primeiro aspecto poderia ser solúvel, não o seria no segundo, porque a família é permanente, não se rescin-

de, e dessa permanência é que resulta a sua estabilidade em termos gerais.

Há, no entanto, erro de abordagem do problema. A inexistência do divórcio só impede que o cônjuge contraia novas núpcias, embora não possa obstar a que ele realize novas uniões assemelhadas ao casamento. O rompimento do casamento e a dissolução da família constituída pelo matrimônio antecedem o divórcio, são dele a causa. Ou a indissolubilidade só existe porque o cônjuge não casa novamente, embora o matrimônio esteja desfeito, os filhos divididos, os bens separados, os cônjuges desavindos?

Então, essa indissolubilidade é só de ordem religiosa, isto é, corresponde a um preceito, a um dogma religioso, mas não a um princípio jurídico, nem se concilia com o mundo fático.

Que vale manter íntegro um vínculo, se tudo quanto o cerca ou dele depende ou a ele correspondia não mais existe, soçobrou com a ruína do casamento? Por que manter intangível o laço de união entre dois seres, que já estão desunidos e às vezes se odeiam, e que nada mais têm em comum, nem ideais, nem afeição, nem bens, nem interesses, nem filhos, nem lar? A que título salvar a indissolubilidade, se esta passa a ser mera ficção e nada mais representa senão ruínas daquilo que foi um matrimônio? Da instituição da família não se pode mais falar; quando ela já se desfez e nada mais a pode salvar ou ressuscitar.

O divórcio deve ser abordado no mundo dos fatos sociais e jurídicos, e nesse universo ele representa a solução, embora deficiente, que o homem encontrou para o insucesso do casamento. — Senador Accioly Filho.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Sei que minha posição quanto ao divórcio tem sido objeto de curiosidade, face a confissão de fé religiosa que sempre proclamo, membro da comunidade evangélica, crente em Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

Não raro era eu consultado sobre a opinião dos protestantes: se contra ou a favor do divórcio.

Posso dizer que os evangélicos brasileiros também chamados de protestantes, livres como são para pensarem independentemente de uma opinião dirigida, em sua maioria, são favoráveis ao divórcio, se adotado dentro dos critérios bíblicos, havendo na comunidade os que são contra, face o perigo do mal uso da legislação sobre o assunto.

Não há, pois, para os evangélicos, nenhum constrangimento para ser ou a favor ou contra o divórcio. Vale, no caso, o entendimento pessoal, a análise do problema e o alcance do mesmo.

Procurei inteirar-me da média de opinião dos líderes evangélicos sobre o assunto.

Não estou adstrito a estas opiniões. Elas ajudaram-me a decidir pela adoção da medida legal que ampare a dissolubilidade.

Sem questionar problemas teológicos, quero esclarecer que para a Igreja Evangélica o ato religioso do matrimônio não tem status de Sacramento. A teologia protestante — calvinista, luterana ou arminiana, entende que são dois os Sacramentos: a Eucaristia, também chamado de Santa Ceia do Senhor e o Batismo com água.

O ato religioso do matrimônio manifesta o desejo dos nubentes em receberem bênçãos sobre o lar que constituem e o Ministro celebrante intercede diante de Deus, ao tempo que instrui e exorta os noivos quanto a dignidade da vida que passam a viver.

Este o conceito protestante, bem diferente do católico romano.

Por isso para os evangélicos não há conflitos de consciência. Há opiniões pessoais, livres e respeitadas.

Mas há limites a serem observados. E a Bíblia, Palavra de Deus, única regra de fé e prática de todas as Igrejas Protestantes, estabelece aqueles limites, que vêm desde os tempos do maior legislador de Israel, Moisés, a quem o Senhor Deus confiou o Decálogo.

E Moisés estabeleceu a concessão do divórcio caso o matrimônio fosse maculado pelo comportamento indecente de um dos cônjuges. Em outras palavras só o adultério justifica o divórcio.

Esta mesma compreensão nós encontramos em Jesus Cristo, conforme registrado em Mateus 19 de 3 a 12.

Acompanhando os preceitos evangélicos, somos pelo divórcio, nos termos e limites exarados pelo Senhor Jesus.

O que Deus juntou não o separe o homem, a não ser pelo comportamento indecente, pela traição à instituição do casamento, fato que ocorre pela prática do adultério. E, neste caso, um espaço de tempo grande, de separação sem reconciliação, fere o princípio evangélico.

Por outro lado, há contratos civis de casamento que nunca foram ou serão ditados pela vontade divina. Não se pode submeter a um jugo desta natureza aos que confessam terem errado na decisão primeira. O Estado não pode ser mais forte que a razão daqueles que decidem por eles mesmos.

Se, "aos que Deus juntou" o homem não pode separar, livres deste axioma estão aqueles que se juntaram forçados por circunstâncias estranhas à vontade de Deus.

Definida a posição bíblica, esta se fortalece nas palavras do Próprio Senhor Deus, ao formar a mulher: "não é bom que o homem esteja só".

Se "não é bom que o homem esteja só" não cabe ao Estado impedir-lhe que esteja legalmente completado com sua "adjutora", companheira, auxiliadora, sendo injusto o Estado que o obrigue a completar-se pela via da ilegalidade e da marginalização. Nós temos tido um Estado, neste sentido, bastante injusto.

Com as ressalvas devidas, mormente por estabelecer critérios que não acompanham os princípios bíblicos e por manter um prazo de carência que pode sugerir um período de ilegalidade na vida de muitos homens e mulheres, votamos pela aprovação, com restrições, a Proposta de Emenda à Constituição de nº 5, de 1975, de autoria do ilustre Senador Nelson Carneiro.

Entretanto cremos que os membros do Parlamento Nacional precisam firmar princípios e deliberar também no sentido de amparar, proteger e corrigir, na sociedade, a família e todos os problemas que lhe causam instabilidade, desde que estas medidas estejam no âmbito dos poderes públicos, pois sabemos da existência de fatores subjetivos, íntimos, indezessáveis, que aniquilam a família, independentemente dos favores que a seu benefício sejam despendidos pelo Estado e pela Igreja. — Deputado **Daso Coimbra**, ARENA — Rio de Janeiro.

DECLARAÇÃO DE VOTO

A minha emenda substitutiva foi honrada com os votos do Senador Nelson Carneiro e Deputado Rubem Dourado.

Sucede que ambos são autores de Propostas de Emendas Constitucionais, bastante assemelhadas, instituindo o divórcio, e mantendo o desquite. Inclusive, esse último instituto passa a ser a causa daquele.

É aí que discordo frontalmente das referidas Propostas.

Porque, em verdade, o divórcio haverá de ser sucedâneo do desquite e jamais o seu sócio.

Porém, não tenho forças afetivas que superem as minhas considerações. Eles estiveram comigo, votando.

Agora, cabe-me a retribuição. Assim, digo *sim*.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1975. — Deputado **Airon Rios**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Declaro haver votado contra as Propostas de Emendas à Constituição números 04 e 05, de 1975, que modificam a redação do § 1º do art. 175 da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a indissolubilidade do casamento, pelas razões que se seguem:

1) Motivos fortes de minha formação, sempre voltados para os altos compromissos com os princípios basilares da Família, fonte inspiradora do prestígio da nossa Sociedade, me impedem de qualquer manifestação favorável à dissolução do vínculo do

casamento que, não é apenas um contrato firmado entre o homem e a mulher, antes é uma Instituição firmada através dos séculos, na defesa de nosso maior patrimônio moral e social, base primordial do conceito de Pátria;

2) Ademais, vale assinalar, que a maior vítima da dissolução do casamento será a mulher; por isso considero dever irrecusável, colocar-me ao seu lado, votando pela rejeição das Emendas;

3) Acrescendo, considerar o fato de ser o divórcio uma arma da burguesia, na defesa de interesses materiais contrariados; a classe proletária viverá à sua margem e é nosso dever de honra defender. Não desejo apoiar o egoísmo que não poderá ultrapassar a grandeza divina do Casamento.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1975. — Deputado **José Sally**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Mesmo acreditando que o matrimônio é um sacramento, não posso, contudo, impor minha crença aos outros.

Não quero o divórcio para mim, mas não tenho o direito de impedir a sua aprovação, em favor dos que precisam resolver as suas próprias situações.

Não é o divórcio que degrada e enfraquece a família. Outros fatores têm concorrido para isso...

Admitindo o divórcio e o desejando, não posso, entretanto, votar favoravelmente à emenda constitucional, de autoria do nobre Senador Nelson Carneiro.

A meu ver, *data venia*, a sua proposição não atende ao problema, porque tornaria o cônjuge inocente entregue ao arbítrio inapelável do cônjuge culpado, além de abrir margem para um número sem fim de divórcios futuros.

Admito o divórcio como um ato de declaração de vontade dos cônjuges, isto é, diante do juiz, na hora da celebração do casamento, declarem-se o fazem com dissolubilidade ou indissolubilidade do vínculo, com divórcio ou sem divórcio.

Assim como existe liberdade de escolha no regime de bens, poderá haver, igualmente, liberdade de escolha no regime do vínculo conjugal, por parte dos nubentes, no ato do seu casamento.

Este é o divórcio que defendo e pelo qual lutarei, para ver implantado no Brasil.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1975. — Deputado **Antonio Geraldo Guedes**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Por ter tido meu nome ligado, em diversas publicações (sem que para tanto às vezes nem me tenha manifestado), ora às correntes "divorcistas", ora às "antidivorcistas" do Congresso, tenho pacientemente respondido, às interpelações constantes, como uma informação curial, beirando ao óbvio: "Não estamos votando, em tom de plebiscito, o divórcio no Brasil. Estamos votando, em termos regimentais, propostas de emenda à Constituição, modificativas do texto do § 1º do art. 175".

Meu voto é contrário à emenda nº 5, de autoria do eminente Senador Nelson Carneiro, pelas mesmas razões que seu ilustre autor apresenta para convencer a aprová-la.

Em sua laboriosa e curta Justificação, reconhece S. Exª desde logo que a lei não é boa, argumentando:

"... a lei deve resultar do consenso da maioria, e no caso, a iniciativa teria de alcançar o **quorum** especial de dois terços do total de senadores e deputados, para lograr a pretendida supressão do aludido parágrafo (refere-se ao § 1º do artigo 175 da Carta Magna de 1969) ... O legislador prudente, em conjunturas como a presente, há de recolher, previamente, média de opinião dos votantes, e sugerir a lei possível (*sic*), ainda que, a seu ver, não seja, por acaso, a lei ideal."

E de fato, não o é. Desmerece até as tentativas anteriores do denodado lutador da causa divorcista, que por tantas vezes investiu contra o que sempre chamou de "a abominação do desquite".

Já na Justificação do seu Projeto nº 1.569, de 1960, regulando novas causas de nulidade do casamento civil, apelava, à procura de:

"... iniciativas em favor de uma solução mais justa e melhor para os dissídios conjugais irremediáveis e que, no Brasil, terminaram nessa imensa desgraça do desquite, que afinal a ninguém serve, nem aos cônjuges, nem aos filhos, nem à família, nem à sociedade, nem à Pátria, nem a Deus."

E, mais à frente, acrescentava estatísticas que fulminam a sua intenção de hoje:

"As estatísticas falam eloqüentemente por si. Mostram que, no Brasil, o número de desquites aumentam numa porcentagem bem maior que o de casamentos." Em São Paulo, de 1967 a 1973, o número de desquites passou de 2.331 para 4.457, enquanto o de casamentos aumentou de 32.998 para 49.772, o que indica que estes últimos tiveram uma porcentagem de aumento de 43 por cento e os desquites, de 80 por cento."

Tudo, assim, que S. Ex^a ativou, contra o desquite, aqui subsiste e se reforça, porque pretende eleger o desquite (separação legal) após 5 anos, como "a porta aberta do fim definitivo". Era fim, passa a ser meio, mas não ganha novas virtudes com isso. Muito menos pode ser aceita a "separação de fato, sem que tenha havido a reconciliação do casal", que contraria, pela liberdade do texto, pela consagração do abandono do lar e da família, o que o nobre autor dizia em 1960, na aludida Justificação.

"Ao declarar a nulidade de um casamento, deve o Estado, como soem fazer os juizes católicos, tomar todas as cautelas, para que não se acamaradem os litigantes, com o condenável propósito de obter a invalidade de uniões constituídas sem qualquer vício (Idem).

Assim, se estamos todos de acordo em que se faça uma lei brasileira, "estudada e cautelosa", para usar as expressões do próprio Senador, não podemos, por isso, estar de acordo com a emenda, que nem é estudada nem cautelosa, e que nem sequer faz justiça à própria longa e respeitável luta com que Nelson Carneiro, como Deputado ou Senador, marcou, no Congresso Nacional, indelevelmente, seu talento, cultura e capacidade de trabalho.

A emenda contempla o passado, para resolver situações estabelecidas e definidas: e para um país de 67% de jovens até 25 anos acena com um futuro nebuloso, marcado pela égide da necessidade do abandono do lar, da mulher (ou do marido), e dos filhos, como condição básica para dissolver o seu casamento.

O projeto, dessa forma, colima apenas atender aos casos atuais, prepara apenas a "legalização do concubinato".

Chegamos a esse voto pelo exame sereno e preocupado do assunto, pela busca de "melhor posição para julgar e decidir". Como assinalou Dom Cândido Padim, cuja autoridade decorre, aqui, de uma insuspeição paradoxal, mercê de tantas atitudes excepcionais "... com a consciência tranqüila de quem assume lucidamente a defesa da integridade e da sanidade da família".

Não nos moveu pressão, nem moção ou comoção, a não ser as próprias poderosas razões de "coerência com nossas convicções" a que alude comunicado do Secretariado Nacional de Cursilhos de Cristandade do Brasil, quais sejam a de respeito à obra de Cristo e ao Evangelho; a de respeito à Pátria "construída orgânica e basicamente sobre a família e de respeito à mesma família, que é "instituição básica da sociedade e seu suporte precioso".

Não se diga por isso que encaramos o assunto como problema religioso, mas por estarmos convencidos de que essa convicção se funda em razões de natureza sociológica e de coerência histórica.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1975. — Deputado **Blotta Junior**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Como Cristão dou o meu voto favorável à Emenda Nelson Carneiro, que recebeu nesta Casa o nº 5, obedecendo as palavras do Se-

nhor dos Senhores, Jesus Cristo, que respondendo aos fariseus que lhe perguntaram, procurando testá-lo, o seguinte:

"É lícito ao marido repudiar a sua mulher por qualquer motivo? Então respondeu Ele: — Não tendes lido que o Criador desde o princípio os fez homem e mulher, e que disse: por esta causa deixará o homem pai e mãe, e se unirá a sua mulher tornando-se os dois uma só carne? De modo que já não são mais dois, porém uma só carne. Portanto o que Deus juntou não o separe o homem. Replicaram-lhe: — Porque então mandou Moisés dar carta de divórcio e repudiar? Respondeu-lhes Jesus: — Por causa da dureza do vosso coração é que Moisés vos permitiu repudiar vossas mulheres; entretanto, não foi assim desde o princípio. Eu porém vos digo: Quem repudiar sua mulher, não sendo causa do adultério, e casar com outra, comete adultério."

Cristo esclarece que a causa motivante é o adultério, neste caso deve-se conceder o divórcio. O divórcio antes de ser um malefício é um remédio para a dureza dos corações dos homens, é a interpretação do próprio Senhor Jesus Cristo. O Divórcio é bíblico, não na amplitude maledicente dos fariseus, ou seja, por qualquer motivo, mas nos limites permitidos pela interpretação de Cristo e no espírito da lei de Moisés.

É do próprio Senhor Deus a afirmação do Gênesis, de não ser bom ao homem estar só. E não há solidão maior que a vivida na companhia de alguém que não se une ao outro pelo amor, mas que dele se separa pelo ódio, pela prática da indecência e do pecado, pelos maus tratos físicos e morais, pela ausência de afeição.

O divórcio nunca será para os que são unidos em Deus e por Deus, pois Deus é Amor, e a ausência de Amor é a ausência de Deus. O Divórcio, na modalidade apresentada pela Emenda Nelson Carneiro é o bom remédio para lares já desfeitos e a Bíblia ainda afirma: "Os são não precisam de Médicos, mas sim os doentes". E no Brasil, segundo as estatísticas oficiais, temos mais de 2 milhões de casais que precisam deste remédio.

Por esta razão, Senhores Congressistas, o meu voto é SIM.

Um SIM pelas famílias que precisam se legalizar, um SIM pelos filhos que precisam ver suas mães ao lado de verdadeiros e legais maridos, um SIM pela normalização de 2 milhões de casais.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1975. — Deputado **Edgar Martins, MDB** — São Paulo.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ao votar contra a emenda do eminente Senador Nelson Carneiro, propondo a instituição do divórcio no Brasil, desejo justificar meu procedimento.

De formação eminentemente cristã, crendo firmemente no primado da Família como núcleo fundamental de uma grande Nação, indicou-me a consciência, com base nesses princípios, o voto contra a implantação do divórcio como o que melhor consulta, neste momento, aos mais altos interesses do País. Por outro lado, conhecendo profundamente aqueles que me outorgaram o mandato de Deputado Federal, tenho a mais absoluta certeza de que, ao votar contra a emenda constitucional votei exatamente como votaria cada um dos meus eleitores, se a eles fosse facultada a honra de votar nesta Casa. Agi, repito, como legítimo procurador de milhares de brasileiros, cuja formação cristã, respeito à família e às próprias convicções religiosas, não admitem a dissolubilidade do matrimônio.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente. — Deputado **Antônio Annibelli**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto pela rejeição da Emenda Nelson Carneiro, mas devo declarar, desta tribuna e, portanto, de público, porque o faço.

O casamento não resulta de um contrato comum. É muito mais que isso. É a base da família e esta é o fundamento da sociedade e a pedra angular das Nações. Deve, ser, portanto, indissolúvel, embora certo número de pessoas que integram o conjunto social sofra

dramas os mais terríveis em razão da impossibilidade de vida em comum com as que se ligaram pelo casamento.

A emenda Nelson Carneiro, ao prever a concessão do divórcio aos desquitados há cinco ou mais anos, estabelece odiosa discriminação contra os que têm menor tempo de desquite.

O direito canônico e nossas leis civis prevêm a anulação do casamento em determinados casos, os quais serão ampliados com a aprovação do projeto de autoria do eminente Deputado Padre Nobre.

O que se anula perde toda a eficácia. Voltam, assim, à condição de solteiros os que tiveram seu casamento anulado.

E a situação dos filhos? Claro está que serão sempre filhos legítimos, como os do novo casamento, se houver, do mesmo modo que sucederia se adotado o divórcio no País.

Voto contra a emenda Nelson Carneiro, em defesa da indissolubilidade do casamento, por considerá-lo indispensável à defesa da sociedade e sagrado, por resultar de inspiração divina.

Apresentarei, contudo, projeto que, realista, permita a anulação do casamento quando a separação dos cônjuges, via desquite, se efetivar por mais de um ano, fixando, de forma clara, a reconquista da condição de solteiro por parte dos antigos cônjuges; a clara legitimidade dos filhos; as obrigações dos pais para com eles; o instituto da pensão alimentícia, evitados, a um só tempo, a exploração e o abandono e reconhecido o direito a novo casamento.

Estou, ao fazê-lo, certo de que minha atitude corresponde aos sentimentos e aos anseios da expressiva maioria do povo brasileiro que embora se manifeste em defesa dos sagrados princípios conservadores da família está ao mesmo tempo inconformado com a sorte dos que carregam, indefinidamente, o estigma resultante do famigerado instituto do desquite.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1975. — Deputado **Siqueira Campos**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Reúne-se o Congresso Nacional para decidir sobre a instituição do divórcio no Brasil.

Inexoravelmente, isto acontecerá, nesta tentativa ou em outras que com certeza virão, se esta frustrar-se.

Debates elevados aqui se travaram. Os Congressistas todos, fomos procurados, pressionados, submetidos a tentativas de coação até pela esdrúxula, histórica e extremista sociedade dita em favor da "Tradição, Família e Propriedade".

Ao lado disto, aqui e em nossos Estados, mantivemos contactos superiores e respeitosos com representantes de todos os credos.

Mas haverá sempre que prevalecer a imposição de nossa consciência.

Se não quisermos abdicar de nossas funções legislativas, se quisermos dar cumprimento ao nosso mandato, se quisermos ser fiéis aos anseios populares, se quisermos encontrar soluções para os milhares de casais que infortunadamente não encontraram a felicidade na sua vida conjugal, se quisermos implantar uma política social que ofereça maior estabilidade, devemos quebrar o tabu e riscar das nossas leis a indissolubilidade do vínculo conjugal.

Permaneçam no direito confessional as suas regras relativas a impedimentos e celebração, bem como relativas às relações pessoais dos cônjuges, no tocante ao vínculo. Mas quando os nubentes não tenham religião, ou prefiram a ela não se submeterem, ou pertençam a religiões mais abertas à realidade social, permita-se-lhes seguir as leis civis, riscada a indissolubilidade do casamento.

A Igreja Católica não considera o matrimônio conforme as leis civis, ao qual ela pejorativamente denomina de "contrato civil de casamento". Reputa aos casados apenas na ordem civil como concubinos. No entanto, obstina-se em não reconhecer a este contrato a possibilidade de distrato. Profano ou não, deseja manter a indissolubilidade deste vínculo.

Não se pretende com o divórcio enfraquecer o casamento. Não se trata de decretar a falência do casamento. Impõe-se mesmo reduzir as formalidades preliminares e atenuar os impedimentos matrimoniais. É constrangedor ver-se nas estatísticas a elevada porcentagem de casamentos apenas religiosos e das chamadas uniões livres, que nenhum efeito produzem na ordem civil. O divórcio não é causa de desagregamento conjugal. É consequência. É preciso identificar e combater as origens da crise familiar. Buscá-las em outros planos do relacionamento conjugal. Porque no Brasil a crise conjugal existe e se aprofunda, sem que haja o divórcio. O divórcio talvez não seja uma solução perfeita, mas é melhor do que o imoral desquite.

Não se pode ouvir, sem certo constrangimento, os comentários de que a sociedade brasileira não está preparada para o divórcio. Não se pode admitir que uma sociedade que serve de exemplo ao mundo por haver superado a discriminação racial e o preconceito religioso, que aboliu a pena de morte da legislação penal comum, que demonstra seu respeito aos costumes e à família, punindo a sedução, o adultério e a bigamia, não seja capaz de utilizar racionalmente um instrumento que visa a restabelecer o equilíbrio na família.

O divórcio possibilita ao menos a reconstrução da família dentro de um novo lar honrado pelo casamento, onde se possam acolher os precedentes filhos de cada cônjuge e onde nasçam filhos legítimos. Ao passo que, com o desquite, os filhos encontrarão o seu novo lar organizado como concubinato, donde provirão também os novos filhos ilegítimos.

Mas, sobretudo, o desquite é injusto porque fere, com maior rigor, a mulher inocente. A esposa, infiel dentro do casamento, não tem dificuldade maior em acomodar-se noutra situação, fora do casamento. Mas a esposa injuriada, seviciada, humilhada, traída, abandonada, a mulher que foi levada ao desquite para salvar-se a si mesma, aos filhos e à instituição familiar, que há de esperar, no futuro, da estúpida legislação indissolubilista? Essa esposa virtuosa, por ter sido virtuosa, não será mais esposa. Essa mãe exemplar, por ter sido exemplar, não poderá ter novos filhos.

No divórcio, a mulher divorciada poderá recasar-se legalmente. Será esposa. Não se lhe imporá a cruz dos pecados do marido. E terá a proteção que a lei assegura à esposa, na hora do amparo e da viuvez. E, se não a impede de passar voluntariamente de mão em mão, também não a empurra para essa desventura (**NELSON CARNEIRO**).

E os filhos? Os filhos de desquitados, antes do desquite, e os filhos dos divorciados, antes do divórcio, são filhos legítimos.

Os filhos de divorciados, depois do divórcio e do segundo casamento de seu pai ou de sua mãe, são filhos legítimos. Os filhos de desquitados, nascidos de uma segunda união, são filhos ilegítimos.

O homem que casa com uma divorciada é seu marido. O homem que partilha o leito com uma desquitada é seu amante. Os filhos sabem disso, e muitos sofrem por isso (**NELSON CARNEIRO**).

O que a Igreja Católica condena não é o divórcio, mas o segundo casamento. Aos olhos da Igreja, como diante da atual lei civil, os desquitados que procuram formar um novo lar são adúlteros e vivem em concubinato. A Igreja deseja deles uma conduta de renúncia total à satisfação das necessidades e aspirações indissolúvelmente ligadas a seu sexo. Sobre contrariar a formação fisiológica do homem e da mulher, a continência representa, em especial para a desquitada inocente, uma grave injustiça. Porque terá ela de carregar as culpas do marido? Por que será ela que se imporá uma renúncia a prazeres que se habituou, ao destino de dar-se a alguém a quem estima? Até aos padres tem se tornado difícil renunciar à vida sexual. Recentemente o Papa Paulo VI chorava ao ter de despachar tantos pedidos de dispensa, para que novos eclesiásticos contraissem casamento. Com o divórcio, ao menos perante a sociedade, a mulher não mais passará por adúltera ou concubina. E a missão dos legisladores é encontrar solução para os problemas temporais. Atrair ao redil da lei também a família que se constituiu à margem da lei. O relacionamento

humano não cabe dentro das limitações de um Código. Nada mais ultrapassado de que o preceito constitucional de que a família é constituída pelo casamento. A família é constituída pelo amor aos filhos, pela assistência mútua, pela fidelidade recíproca. A família se constitui dentro da lei, se possível; fora da lei, se necessário. E a esta família o Estado deve a sua proteção. E melhor ainda fará se puder dar-lhes as bênçãos da lei em segundas núpcias, legitimando os filhos havidos desta união.

E o divórcio que se pretende implantar no Brasil não é o divórcio fácil, aquele em que marido e mulher possam levantar-se, pela manhã, do tálamo legal, unidos um a outro, pelo vínculo do casamento, e à noite do mesmo dia um e outro possam se recolher à cama, casados a outra mulher e outro marido. Não se trata de impor um regime onde se mude tão tranquilamente de esposo, como se variasse de cenas em uma comédia. Não é o divórcio suíço à discrição dos juizes, nem o divórcio americano por mútuo consenso, nem o divórcio alemão com o seu numeroso rol de causas determinadas.

A emenda constitucional que o Congresso Nacional está votando é criteriosa, é cautelosa, é tímida, até.

Feitas estas considerações, quero deixar claro que respeito todos os credos, mas não posso aceitar a indébita intromissão de qualquer deles em assuntos da competência privativa do Congresso Nacional.

Não podemos, nem devemos, aceitar argumentos medievais, inadequados aos novos tempos. Apenas 5 países, entre todos os que compõem a Organização das Nações Unidas, não adotam o divórcio em sua legislação. E quais são eles? A Irlanda, do radicalismo religioso; o Paraguai; a conturbada e indecisa Argentina; a Espanha de Franco e da *Opus Dei*. E o Brasil...

Por isto e por todas as razões já expostas, o nosso voto, que não se submete a pressões, é soberanamente favorável à Emenda Constitucional nº 5, de 1975.

Congresso Nacional, em 08 de maio de 1975. — Deputado Norton Macedo.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto contra a emenda nº 5, de autoria do nobre e ilustre Senador Nelson Carneiro, como o farei contra a emenda de autoria do eminente Deputado Rubem Dourado, por entendê-las contrárias aos melhores princípios do Direito e aos próprios fins que procuram alcançar.

Não posso aceitar a convivência, e até em íntima dependência, de duas figuras que a nosso ver se negam, se contrapõem, eis que a fórmula imaginada para se introduzir o divórcio no Brasil a condiciona precisamente ao que foi a sua maior causa, o desquite.

Inadmissível a convivência espúria e incestuosa do desquite e divórcio.

Se o desquite é dado como o nascedouro de futuras uniões ilegítimas, resultando daí as proles marcadas pelo mesmo estigma, males esses que seriam eliminados com o divórcio, como erigir este mesmo maléfico elemento como requisito para o divórcio?

Exigir que os cônjuges desquitados fiquem 5 ou mais anos proibidos de formar novo lar sob o amparo da legitimidade, ou que permaneçam sete anos separados, não ajudará em nada a solucionar as frustrações dos desditosos cônjuges.

Absurdo ainda inserir na Constituição requisitos que melhor fariam na legislação ordinária, que mais facilmente pode ser alterada, harmonizada às relações sociais.

Por fim, cumpre ressaltar que a indissolubilidade do vínculo matrimonial absoluto não passa de uma ficção, pois que o próprio Código Civil Brasileiro, ao admitir e prever causas de anulação de casamento — e por motivos alguns inspirados em velhos tabus, hoje renegados pela sociedade — nada mais está fazendo que quebrar o citado vínculo, existindo assim a sua indissolubilidade somente na convicção religiosa.

Plenário da Câmara dos Deputados, 8 de maio de 1975. — Deputado João Linhares.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente

Senhores Congressistas

Vive a Casa hoje um de seus mais significativos momentos, quando terá a oportunidade de votar uma matéria que considero de grande relevância e interesse popular, esta que diz respeito a instituição ou não do divórcio no Brasil.

Dentro da linha que tracei no discurso de minha estréia nesta Câmara, aqui estou para cumprir aquelas diretrizes consubstanciadas sinteticamente no desejo de sempre me manifestar em todos os problemas que julgar de grande importância. Entendo não ser só um dever mas uma obrigação definir o parlamentar a sua posição a favor ou contra matérias que interessem a coletividade que representa.

Assim, diante de tão momentoso assunto, como evangélico e cristão aqui me encontro para definir minha posição depois de ter consultado aqueles que represento e de ter recebido inúmeras mensagens, umas a favor e outras contra o mesmo. Neste meu posicionamento consubstancio aspectos religiosos, sociais e jurídicos que envolvem minha vida particular e profissional.

Inicialmente, quero como integrante da comunidade evangélica do Paraná, salientar alguns aspectos do pronunciamento oficial da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, que em seu documento liberado ao público, declara sua posição favorável ao divórcio, depois de afirmar entre outras coisas o seguinte:

"Destinado a ser indissolúvel, o matrimônio é uma união de pessoas, que diante de Deus, assumiram o compromisso de fidelidade recíproca. Por isso o matrimônio cristão não prevê a separação dos cônjuges. Esta indissolubilidade do matrimônio deve ser entendida pela Igreja não como lei, mas como fruto do Evangelho".

No entanto afirma adiante:

"Deve-se admitir o divórcio que representa um sinal de desobediência, fraqueza e culpa. A negação categórica do divórcio desconsidera o perdão de Deus, ignora os propósitos de Jesus e, em muitos casos, conduz a matrimônios mantidos unicamente por uma coação exterior. Por isso a Igreja não deve excluir o divórcio como solução última para matrimônios destruídos. A recusa constitui-se em fator agravante por proporcionar os inconvenientes do concubinato".

Assim indaga a Igreja:

"Não seria, portanto, a introdução criteriosa do divórcio mais benéfica para a sociedade e os matrimônios arruinados do que a negação peremptória do mesmo?"

A seguir, como membro da Igreja Adventista do 7º Dia, quero ler neste instante a opinião abalizada de dois líderes denominacionais que analisam pormenorizadamente o problema em debate sob artigo intitulado: **SOB QUE CONDIÇÕES PODE O CASAMENTO CONTINUAR INDISSOLÚVEL?** Estes líderes são os Pastores Orlando Gomes de Pinho e Italo Manzoli.

Dizem eles:

"A separação de casais, por esta ou aquela razão, é milenar. Nenhuma lei ou sentimento religioso tem evitado. E os que se separaram não estão pensando em leis para o fazerem. Isto não é de hoje; mesmo antes de haver legislação civil, quando os nubentes apenas se consorciavam no religioso, as separações eram comuns.

Hoje, face ao crescente número de desquites e separações sem registro legal, verificados em todas as classes sociais, mesmo entre a elite, e tendo em vista a lei da indissolubilidade matrimonial, estabeleceu-se um antagonismo flagrante entre a legislação e o estado social. A lei, no caso, tem sido freio de compostura exterior imposta à razão, mas que é frágil na contensão de situações que a evolução social enfrenta hoje.

Discute-se, às vezes, a lei sobre indissolubilidade, sob ponto de vista religioso. "Perante o Estado — dizia Rui Barbosa — a existência da família é um fato social, não um fenômeno religioso".

Ruy foi ardoroso defensor da instituição do casamento civil em nosso País, quando apenas existia o ato religioso. Na oportunidade a oposição era tremenda, por motivos religiosos, que tal coisa viesse a existir no Brasil. Julgava-se que o ato civil produziria desgaste ao religioso. De um modo geral, foi no século dezanove que o casamento civil foi estabelecido na maioria dos países. A Argentina o adotou a 1º de dezembro de 1889; no Brasil, foi por Decreto-lei de 24 de janeiro de 1890, logo após a Proclamação da República, o que não deixa de ser significativo. Segundo a História, o casamento civil "foi iniciado pela Revolução Francesa para secularizar o matrimônio...", tornando-o "um ato frio e burocrático".

No entanto, o ato religioso não perdeu suas virtudes e o seu lugar no conceito dos fiéis. Até hoje, o ato religioso é o que mais empolga; é o mais emocionante e afetivo. Nele os nubentes têm oportunidade de conscientizarem-se de ser o casamento uma instituição divina e, assim, seus votos de recíproca aceitação são formulados como na presença de Deus, perante Quem ficam comprometidos a manterem a unidade e indissolubilidade enquanto ambos viverem.

Mais tarde veio a lei de desquite, cuja instituição evidenciava uma necessidade. A inconveniência do desquite é que não trouxe solução. Apenas, na briga, a determinação de que cada um fica com o que lhe pertence de direito, devolvendo ela ao esposo o nome que dele recebera. A lei do desquite é uma espécie de punição aos nubentes pela quebra do vínculo, o que também atinge a parte inocente. É como se ela — a lei — dissesse: "Desfaço, mas não casam de novo, bem feito!"

A impressão é de que a lei do desquite resultou pior, porque os desquitados procuram a continuidade matrimonial de qualquer forma, já que o País não lhes faculta, em suas leis, outra alternativa. Em certo sentido a lei do desquite cerceia a liberdade de escolha, o que não se pode dizer da lei do divórcio; esta dá liberdade, dentro do prescrito, favorecendo o cônjuge inocente e estendendo ao culpado uma nova oportunidade.

Dizer-se que a lei da indissolubilidade é proteção para a família cristã não tem sentido, pois não tolhe a liberdade que está ao alcance dos cônjuges de tomarem decisões em contrário, como tem acontecido. A lei apenas estabelece um princípio, o seguiu-lo está na dependência única e exclusiva dos nubentes.

O princípio da lei do divórcio instituída por Moisés e referida por Jesus Cristo, era para atender desvirtuamentos do comportamento. Quando Jesus foi inquirido porque Moisés mandou dar carta de divórcio, respondeu: "Moisés, por causa da dureza dos vossos corações vos permitiu repudiar vossas mulheres; mas ao princípio não foi assim". (São Mateus, 19:8)

Ora, se naquele tempo, imune ainda do complexo aspecto social de hoje, Jesus viu na lei mosaica do divórcio uma derivação do ideal de Deus, motivada para atender a uma situação criada pela "dureza de coração", que diria Ele hoje?

A essa lei mosaica Jesus acrescentou uma restrição: "Eu vos digo, porém, que qualquer que repudiar sua mulher, não sendo por causa da prostituição, e casar com outra, comete adultério; e o que casar com a repudiada também comete adultério". (Ibidem, verso 9). A parte ofendida podia então contrair novas núpcias. E quanto à parte culpada?

As leis do divórcio não têm hoje as restrições apresentadas por Jesus. Mas o cristão, seja qual for a sua Igreja, não deve apenas pensar em termos de lei, de códigos humanos, pois em qualquer campo de suas atividades ele é responsável perante Deus por sua conduta, com muito mais acréscimo quando também se casa pelo religioso. O casamento no religioso denota que foi aceito o princípio bíblico da indissolubilidade do vínculo.

Há uma observação de São Paulo que explica porque os que se casam no religioso também quebram o vínculo. Disse ele: "sabe, porém, isto: que nos últimos dias sobrevirão tempos trabalhosos. Porque haverá homens... mais amigos dos deleites do que amigos de Deus, tendo aparência de piedade, mas negando a eficácia dela". (Segunda Carta a Timóteo, cap. 3, versos 1, 4 e 5)

Esse é o ponto que, como religiosos, deve-se considerar. O sentido piedoso no homem moderno está ausente em muitos atos da sua vida diária. A facilidade com que são transgredidos mandamentos da Lei de Deus, mencionados até zombeteiramente em programas públicos, abre caminho para a quebra de compromissos outros, inclusive os do vínculo matrimonial. São raros os noivos que perante o altar pensam no compromisso que estão assumindo perante Deus. Para estes o ato é uma simples exigência social. Mas mesmo entre os que o encaram como um ato sério, assumido perante Deus, tem havido quebra de vínculo. E por que? Alguém falhou ou ambos falharam. É consequência da falibilidade da natureza humana. É o caso da "dureza de corações", o que enfoca os diversos aspectos que influenciam decisões.

Então, para atender a estes casos, dos que erraram ou falharam em suas relações matrimoniais; para que tenham nova oportunidade e não fiquem marginalizados na sociedade em que vivem, a lei do divórcio é uma necessidade, hoje mais urgente que há alguns anos passados, face ao número crescente de desajustes.

Não cremos que a integridade da família cristã venha a ser afetada com a lei do divórcio, no sentido de diminuir-lhe os sentimentos religiosos ou de estimular separações. Os sentimentos e atitudes não estão na subordinação de leis para atuarem. A lei do divórcio viria apenas possibilitar a moralização dos desajustes; os estados de fato de hoje, teriam o amparo legalizador da lei amanhã, tornando-se de direito, sem restrições sociais e sem dramas de consciência.

Ao legislador não interessa — por que não é o caso — o reflexo espiritual que uma lei possa ter, desde que não fira direitos humanos e a liberdade de consciências; de modo que a lei do divórcio, adotada em muitos países tão religiosos como o nosso, é uma imposição da época, reclamada pelos fatos, e que — no caso de nosso País — beneficiaria milhares de casais sem amparo conjugal em nossas leis e não tolhe aos que se separam o direito de decidir escolher.

Na defesa da instituição do casamento civil no Brasil, disse Rui Barbosa: **Pari passu** com esse melhoramento social, insta conosco a necessidade imperiosíssima do casamento civil. Ocioso é desfiar os princípios de justiça e moralidade que impõe hoje a todos os povos essa instituição".

Que diria ele hoje, na defesa do divórcio?

A lei do divórcio é um toque de alerta, notadamente para os que são religiosos, para que não troquem alianças perante o altar com tanta pressa e facilidade. Se se levar em consideração a Deus, no que diz respeito ao que Lhe pertence, as possibilidades da indissolubilidade do vínculo são menores, sejam quais forem as leis civis.

Destas valiosas opiniões se deduz claramente: o divórcio deve ser concedido conforme orienta a Bíblia, e ainda mais especificamente, no caso do adultério.

Sabemos inagavelmente que o divórcio nada mais é de que uma solução para o desvirtuamento do ideal, que seria a sua condição de indissolubilidade, admitido divinamente pelo próprio Filho de Deus, como uma necessidade para os casos de fato. E, a orientação divina é sábia. Se um homem pode errar Deus não erra. Por isso fico com esta orientação clara e evidente. Não posso entender como um adúltero ou adúltera, um imoral, possa ser mantido na orientação da família, pela lei e com o respaldo da Igreja. Isto é uma desumanidade, isto é uma aberração, isto é um absurdo injustificável. Incluo ainda, dentre aqueles que a lei deve afastar peremptoriamente do lar: os toxicomanos, os homossexuais, os ébrios inveterados. Como manter o vínculo indissolúvel para casos desta natureza que se avulnam e crescem assustadoramente em nossos dias?

Recebi do Bispo de Campos, D. Antonio de Castro Mayer sua "Carta Pastoral" Pelo Casamento Indissolúvel, na qual dentre muitos absurdos, faz saliência em sua página 30 letra d) ao Concílio de Trento: o Cãnon 7º, nestes termos:

"O outro Canon do Concílio de Trento que versa sobre o assunto de que nos ocupamos nesta Pastoral é o 7º. Nele se declara anátema quem ousa afirmar que a Igreja errou ou errou, quando ensinou e ensina, de acordo aliás com a doutrina evangélica e apostólica, que o vínculo conjugal não se pode dissolver pelo adultério de um dos cônjuges, e que, portanto, comete adultério mesmo o cônjuge inocente que se unir a outra pessoa".

Ora, Senhores Congressistas, repetimos, com que moral um adúltero contumaz poderá dar conselhos e orientar os filhos? Como querer obrigar uma pobre mulher, diríamos uma pobre vítima a assistir passivamente a infidelidade do companheiro e vice-versa? Onde estão tão absurdo preceito nos evangelhos?

Isto não existe. Parece bem contrário o preceito bíblico constante das sagradas escrituras, que expressam claramente:

"Eu porém, vos digo: (Jesus falando)

Quem repudiar sua mulher, não sendo por causa do adultério, e casar com outra, comete adultério" São Mateus 19:9 e 5:32.

Concluindo, Senhores Congressistas, firmo minha posição como evangélico, advogado, professor e parlamentar.

O divórcio é uma necessidade cristã para a solução das situações de fato existentes no País e aquelas que venham a surgir, como uma nova oportunidade para as vítimas das anomalias irreversíveis que afetam o lar. Tão-somente nestas hipóteses pode e deve ele ser admitido. O divórcio, ser concedido indiscriminadamente, simplesmente pelo desejo abusivo da troca de marido ou esposa, com base em fatos banais, não deve e não pode ser permitido sob pena, aí sim, de se dissolver totalmente a família e anarquizar-se a sociedade conforme se verifica em outros países que adotam tais critérios.

Também ao nosso ver, o problema dos filhos precisa ser convenientemente tratado na lei, afim de que recebam eles a educação e orientação segura para a vida, pois não podem ficar abandonados ou relegados ao esquecimento, sob pena de se avolumarem os marginais da sociedade.

Este é o ponto de vista bíblico e social a que me atenho com toda a cautela e realidade.

Quando a emenda embora ela substitua os critérios biblicamente permissíveis ao divórcio, sem entrar nas verdadeiras razões e no mérito da separação havida, prazo de sete anos, creio que na prática seja o tempo suficiente e necessário para as tentativas de reconciliações em qualquer hipótese.

Era o que tinha a dizer. — Deputado Igo Losso.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Somos pela adoção do divórcio, porque reputamos a indissolubilidade do casamento um instituto ultrapassado. É reminiscência religiosa que não tem mais lugar no mundo moderno, tanto que a quase unanimidade das nações a derrogaram. A legislação atinente ao matrimônio não pode ignorar a possibilidade de erros, porque não são deuses, mas seres humanos os que se casam. Quem aceita o desquite não pode aduzir argumentos válidos para recusar o divórcio. A única diferença entre ambos está em que, no primeiro, é proibido novo casamento, obstruindo espécie de cativeiro que só a morte alforria. Se a família constitui o alicerce da pátria, a felicidade conjugal condiciona a própria existência da família. Nada significam vínculos meramente formais, diante de uma realidade que se desenvolve e agiganta, como se não passassem eles de lírica ficção. Dia a dia cresce o número de famílias que se constituem à margem de nossa superada estrutura jurídica, tão solidamente estruturais que

encontram nas próprias leis civis disposições acauteladoras dos interesses de seus membros. Os próprios antivorcistas abrem as portas de seus lares aos casais assim constituídos. É hora de legitimar uma realidade que clama por solução justa e humana. O divórcio é o remédio. Se não vier hoje, não tardará a vir. Os delegados do povo terão um dia que sancionar-lhe a vontade majoritária, expressa fartamente em eloquentes e modernas estatísticas.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1975. — Deputados **Cantídio Sampaio — Manoel de Almeida — Antonio Morimoto.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assinei a Proposta de Emenda à Constituição nº 4/75, de iniciativa do nobre Deputado Rubem Dourado, a título de apoio, reservando-me para apreciar o seu mérito, por ocasião da sua discussão e votação, no Plenário do Congresso Nacional.

É que não quis deixar de contribuir para completar o **quorum** qualificado indispensável à tramitação, no Congresso, de matéria tão importante, do ponto de vista social.

De um modo geral, a notícia sobre esta Proposta de Emenda Constitucional é a de que ela dispõe sobre a instituição do divórcio no Brasil.

Na verdade, porém, o que se lê é o seguinte:

"O § 1º do art. 175, da Constituição da República Federativa do Brasil passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º — O casamento é indissolúvel, exceto nos casos de separação dos cônjuges por mais de cinco anos ou após dois anos do desquite."

Por sua vez, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5/75, do Senador Nelson Carneiro e outros, estabelece:

"O § 1º do art. 175, da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O casamento somente pode ser dissolvido após cinco anos de separação legal ou sete de separação de fato, sem que tenha havido reconciliação do casal."

Evidentemente, em ambas as proposições, manteve-se a indissolubilidade do vínculo, como regra geral, abrindo-se exceção apenas para casos de separação legal, por desquite, ou de separação de fato, divergindo as duas propostas apenas quando ao tempo de separação do casal, como pressuposto essencial para a dissolução do casamento.

Eu sou dos que pensam também que a questão é de direito civil, não cabendo, na discussão do assunto, conotações de natureza religiosa ou partidária. Acho que não se pode, em sã consciência, confundir o casamento civil com o sacramento do matrimônio, que constitui um ato de fé e, portanto, um problema de consciência. Não podemos, a meu ver, salvo melhor juízo, incluir na legislação civil uma norma religiosa que passaria a obrigar a todos, católicos e não católicos — até aos agnósticos — dentro da sociedade. Assim, no plano constitucional, creio que a solução há que ser dada no campo do direito civil, já que o Estado e a Igreja são separados, agindo, cada um, dentro da esfera de sua jurisdição. Ora, no particular do casamento civil, não há como se solucionar os desajustes conjugais, a não ser pelo divórcio. Mas, o divórcio que é um remédio extremo, só deve ser admitido em casos previamente fixados, em lei de caráter rígido e, por isso mesmo, em Lei Complementar.

Pelo que, uma Emenda de divórcio tem que ser clara e direta, dizendo "o casamento poderá ser desfeito pelo divórcio, na conformidade de Lei Complementar". Então, a lei estabeleceria as hipóteses em que ambos os cônjuges ou um deles poderia requerer a dissolução do casamento civil. Justamente como ocorre, no momento, com o desquite. Só que este é uma instituição que não resolve o problema da infelicidade conjugal. E os mais sacrificados com o desquite, no Brasil, são a mulher e os filhos, pois, socialmente, o homem desquitado, embora não o seja, é recebido, hoje, de um modo geral, em todos os ambientes como se fosse solteiro.

Mas não o que está nas duas Propostas de Emenda à Constituição que ora se discute e vota no Congresso Nacional. Há quem diga que é um primeiro passo para o divórcio. Mas, *data venia*, em matéria de direito de família, não se pode facilitar, sob pena da deterioração do ambiente social.

Mesmo não se tratando de Emendas divorcistas, eu não teria dúvidas em apoiar as proposições Rubem Dourado e Nelson Carneiro, se elas se limitassem a amparar os desquitados. Entretanto, vão muito além. Concedem o divórcio aos separados de fato, há mais de cinco (5) ou há mais de sete (7) anos. Ora, no desquite, há uma motivação preestabelecida; há um processo, homologado pela Justiça. Na separação de fato, não. Por que esses cônjuges não se separam pelo desquite? Por conveniência? Por preconceito? Então, não há de ser, agora, pelo divórcio que se deve socorrer a situação dos que se encontram separados de fato, sem se saber sequer quais as razões que os levaram a assumir tal atitude. Creio que é ir longe de mais.

Por isso, votarei contra a aprovação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 4 e 5/75, esperando que, em outra oportunidade, possamos ser chamados a opinar, nessa matéria, sobre uma proposição elaborada segundo melhores critérios de técnica jurídica e legislativa.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1975. — **Humberto Lucena**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Sr. Presidente,

Antes de ler o texto do voto por mim entregue, por escrito, à Mesa da Comissão Mista, incumbida do Estudo prévio da Emenda Constitucional que vamos votar, quero esclarecer o seguinte: na qualidade de católica, apostólica, romana, não posso deixar de admitir como indissolúvel o casamento religioso porque este é um sacramento da mesma natureza do batismo e do sacerdócio.

No tempo em que o Estado era unido à Igreja, o casamento realizado nesta representava, assim como o batismo, um ato cível, porque nessa época não havia registro especial para esses atos que eram praticados somente pela Igreja.

Indiscutivelmente, então o casamento civil era também indissolúvel, porque era um ato religioso.

É estranho que a Igreja hoje queira considerar indissolúvel o casamento civil, porque este já não é mais um ato puramente religioso.

O que mais admira é que ela admita, sem protesto, que um indivíduo possa mudar o nome próprio recebido no batismo, que também é um ato religioso indissolúvel.

Mais espantoso ainda é que ela não proteste veementemente, no cartório civil contra os casamentos dos ex-padres, que no ato de receber o sacramento do sacerdócio adotaram definitivamente o celibato.

Dito isto, Sr. Presidente, quero acrescentar o texto da justificação do meu voto perante a Comissão Mista incumbida do Estudo da Emenda Constitucional nº 04 e 05/75. — **Lygia Lessa Bastos**.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 4 E 5/75

"Modificam a redação do § 1º do art. 175 da Constituição da República Federativa do Brasil, que dispõe sobre a indissolubilidade do casamento."

Justificação de Voto

Voto contra o parecer do Relator da matéria, parecer este, contrário às emendas que visam à instituição do divórcio no País.

Mesmo sendo católica, considero que o legislador não pode deixar de levar em conta dois aspectos fundamentais à questão. Em primeiro lugar, que nem toda a população brasileira professa o mesmo credo religioso, não devendo, pois, a lei civil ser regida por princípios doutrinários, esquecendo a realidade social presente — de percentagem altamente expressiva e que vem introduzindo, de há muito, tantas tensões na estrutura familiar. E, por outro lado, que esta

realidade, oriunda de casamentos mal-sucedidos, encontra em nossa legislação atual uma solução que não me parece satisfatória, por condenar aqueles que não foram felizes, ou à solidão, ou a uma situação altamente degradante, de concubinato face à sociedade.

Não creio que o divórcio, conforme alguns vêm apregoando, venha a significar o fim da instituição familiar. Um simples dispositivo legal não irá transformar em infeliz um casamento feliz, ao passo que dará àqueles que não tiveram a ventura de acertar — respeitado um prazo, que me parece razoável, para que possam, maduramente e levando em conta suas próprias convicções religiosas, chegar a esta conclusão — a oportunidade de recomeçar, que não deve ser negada a nenhum ser humano.

Além do mais é preciso considerar que não posso concordar não só com as conclusões como com certas considerações feitas pelo Sr. Relator. Por exemplo, S. Exª afirma, na primeira parte do seu parecer, que o Congresso Nacional está sofrendo o impacto da verdade mecanizada com a verdade eterna e imutável.

Ora, ao justificar minha posição afirmei que a verdade está em toda a parte, mas não está toda em parte alguma. Consequentemente, não posso concordar com a afirmativa de que existe uma verdade imutável. Quanto à verdade eterna só no terreno religioso e espiritual, mesmo porque o homem vive num mundo material e nós legislamos para criaturas humanas investidas no Direito Civil e Político, e não simplesmente para almas humanas.

Já na parte do parecer intitulado "Apreciação dos Argumentos Divorcistas" S. Exª afirma que a "essência dos seres é intocável".

Essa assertiva reafirma que S. Exª está se referindo ao casamento como sacramento e não como instituição civil.

Realmente, no tempo do Brasil Império, a própria Constituição Federal considerava o casamento e o nascimento como atos religiosos, tanto assim que não existia registro civil, nem de casamento, nem de nascimento. A primeira Constituição Federal Republicana conservou muitos preceitos da anterior e daí, mesmo depois de criado o Registro Civil para Casamentos, adveio esse mau hábito de se continuar a dizer que o casamento é indissolúvel. Por quê? Simplesmente devido à conservação de dispositivos constitucionais monárquicos.

Voto contra o parecer e a favor da Emenda Constitucional nº 5.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1975. — Deputada **Lygia Lessa Bastos**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Senhor Presidente,

Chamado a nos pronunciar sobre o Projeto de Emenda à Carta Magna, que objetiva a implantação do Divórcio no Brasil, devemos nos manifestar contrário à medida e nos manifestar com veemência, conforme as circunstâncias exigem, sem medo e sem paixão.

Não nos abalaremos a analisar o mérito de qualquer proposição que seja apresentada a respeito. O que nos preocupa, agora, não é o fato de que sejam ou não aprovadas as Emendas divorcistas. Não nos incorporaremos às facções pró ou contra. O que desejamos é protestar, insurgindo-nos contra o debate de um assunto de importância tão secundária, entre tantos e tão relevantes, que deveriam absorver o tempo, a inteligência e o talento dos representantes do povo brasileiro.

Divórcio não é causa: é efeito. E a missão dos homens públicos, fiéis aos seus deveres e às exigências globais do Brasil, é atingir as causas, buscar "O Fundo do Poço".

Não desconhecemos que existe uma parcela da população adulta do País interessada numa medida divorcista. Há, entretanto, inúmeras reivindicações setoriais dos brasileiros, que constituem causas de graves problemas nacionais, como, por exemplo, o ensino deficiente, as elevadas taxas de juros, a controvertida correção monetária, a inflação de custos, as elevadas tarifas de energia, que proporcionaram a uma das suas distribuidoras privadas um lucro líquido de 943 milhões de cruzeiros, no ano de 1974, a crise crônica do

setor agrícola, os elevados preços dos insumos básicos para a agropecuária, a expropriação à indústria farmacêutica Nacional, a falta de estímulo eficaz à pesquisa, o atraso da tecnologia brasileira e uma série de problemas causa e não efeito.

Citamos, ainda, a inferiorização do potencial militar defensivo brasileiro em relação ao quadro Latino-Americano, gerado pelo nosso atraso tecnológico, pelas distorções de prioridades estabelecidas pelos que planejaram o nosso processo desenvolvimentista.

E tais reivindicações de base não são debatidas, no Congresso, com igual vigor e interesse.

A missão que recebemos, como a maioria dos nossos pares, de ambos os partidos, foi bastante clara. Jamais o resultado eleitoral de 15 de novembro último nos perturbou. As exigências populares impõem prioridades definidas, muitas das quais já apresentadas no II PND.

Respeitamos, nesse episódio, a posição do eminente Senador Nelson Carneiro, que tem dedicado à sua brilhante carreira parlamentar à causa do divórcio. Tem ele recebido do nobre povo carioca em mandatos sucessivos, ao longo de vinte anos, a incumbência de pugnar pela bandeira, que tem sido a razão da sua obra política. É natural, portanto, que ele continue na sua pugna com tenacidade sempre renovada. Querer, porém, fazer do divórcio tema de primeira ordem, acima das prioridades reclamadas com tanta objetividade e clareza pelo povo brasileiro, de maneira inequívoca, é, para nós, um erro.

O que nos preocupa, atualmente, não é a matéria do divórcio, mas a apresentação deste tema e o conseqüente debate pelo Congresso Nacional e pela Nação, no momento atual.

Os que emprestam os seus esforços e preocupações ao sucesso da Emenda divorcista talvez se esqueçam de que estão tentando solucionar as conseqüências de uma das grandes tragédias do nosso tempo, que é a destruição acelerada da Instituição da Família.

Os fundamentos morais e espirituais da Instituição da Família estão progressivamente diluindo, através da massificação do vício. Processa-se o envenenamento das multidões, que se vêm desviadas e mistificadas pela engrenagem da Comunicação moderna, a serviço de interesses amorais e subalternos:

Corromper o povo pelos olhos, pelos ouvidos, pela boca e por todos os sentidos é a ordem dos que desejam destruir nossa sociedade e atingir suas inaceitáveis metas.

Manter a juventude alienada, desengajada, inculta e imbecilizada é a determinação dos grupos apátridas que dominam, aqui, no mundo dito civilizado, os meios de comunicação.

Ensina-se a delinquir, a trair, a destruir, de maneira perversa e organizada. Os valores fundamentais do Cristianismo que nos deram tudo o que sabemos e construímos, para nos assemelhar a Deus, estão ameaçados, perigosamente. A nossa família é agredida e insultada, diariamente. Os nossos filhos estão expostos a mais abjeta Campanha Publicitária, que invade os nossos lares nos programas importados, à custa de "Royalties" elevados.

A propagação do ódio é a tarefa diária dos arquitetos do caos.

O que era privado do Público dos Teatros da elite endinheirada hoje é disseminado através dos poderosos veículos de comunicação em massa.

Famílias Cristãs Brasileiras, assistiram, estupefatas, recentemente, cenas das mais sórdidas, transmitidas a mais de 40 milhões de pessoas, pela televisão, onde personagens embriagadas representavam uma sociedade decomposta pela devassidão e pelo vício. Importante revista brasileira publicou reportagem sobre bordéis de luxo, como matéria paga, indigna de entrar numa casa de família.

Seria até ocioso continuar enumerando os exemplos de corrupção coletiva que tem estimulado, neste e em outros países ocidentais, a desagregação da família e da sociedade cristã.

A censura no Brasil, que tem sido tão severa não só quanto à Imprensa falada, escrita e televisada, no que diz respeito a matérias políticas, é, contudo, bastante generosa em relação à propaganda generalizada da delinquência, do despudor e da libertinagem, através de todos os meios de divulgação usados coletivamente. Até símbolos religiosos tem sido achincalhados em atos e diversões públicas, em contraste com o tradicional respeito da nossa gente pelas coisas sagradas.

A permissividade tem sido não apenas usada, mas até estimulada, talvez como sangradouro ou válvula de escape, numa atitude contraditória e imperdoável diante dos seus graves deveres para com o primado da ordem e os interesses nacionais.

Infelizmente a História Moderna tem mostrado que, nas coletividades empobrecidas pela crise econômica, a instituição da família foi o último elo da resistência à anarquia. Depois, como certamente sempre desejam os interesses apátridas, ávidos do poder, virá a bolchevização e a tirania de grupos, de castas e de indivíduos.

É preciso, de todas as formas, não se descuidar da proteção à família brasileira. Aqueles que têm afirmado que o povo brasileiro é imaturo e despreparado para praticar a democracia na sua plenitude deveriam averiguar se o mesmo povo, principalmente o que está espalhado em regiões longínquas, está preparado para ser constantemente agredido e doutrinado pelos temas ousados que os instrumentos de comunicação em massa fazem em chegar a todos, indistintamente. Estarão preparados para entender a propagação da violência dos filmes importados? Estarão preparados para entender a libertinagem que algumas novelas dissimulam? Estarão, na sua ingenuidade edificante, preparados para compreender o protesto dos viciados, dos toxicômanos e delinquentes, transformados em heróis incontestáveis da chamada sociedade de consumo? A tão decantada e prometida missão educativa da televisão e da imprensa, em geral, não tem passado de tese para discursos, entrevistas, e editoriais. A verdade é que a delinquência, a corrupção e a subversão, hoje, estão bem mais ampliadas e perigosas do que no passado. Dirão alguns, entre sapientes e fatalistas: mas o mundo todo está assim. É claro que o mundo todo está assim, mas cada um tem o dever de defender-se, da mesma maneira que, durante uma epidemia, se recorre à imunização obrigatória e total.

Temos que agir nas causas, sem contemplações e sem literatura.

Veja-se, por exemplo, o grande povo americano, cuja vida se deteriora e cujos princípios liberais se encontram em perigo: acabam de depor um presidente, para se manifestarem contra o amoralismo e a degradação dos costumes políticos, enquanto grande parte da sua juventude, saturada do vício e da corrupção, oferecidos pela engrenagem dominadora dos meios de comunicação, aliena-se de tudo, na busca de Cristo, do orientalismo e de concepções esotéricas as mais variadas.

Nos países onde os comunistas aproveitaram-se da ruína econômica, moral e social, para ocupar o poder e instituíram regimes tirânicos, souberam preservar a organização da família, que é a base de qualquer organização maior, sob qualquer regime.

Queiram ou não queiram os que tentam aniquilar as bases morais da família cristã, por ação direta ou por omissão, o povo brasileiro reagirá a tempo e sobreviverá.

E se nos faltar a integridade dos governos, a solidariedade dos homens públicos, a proteção do povo armado, teremos, certamente, a resistência da mulher brasileira. Serão as mães, que, em 1964, corajosamente, levantaram-se contra o regime que, fatalmente, nos conduziria ao caos, serão as donas-de-casa que irão despertar as consciências entorpecidas e nos salvar do declive da decadência. Ante a ameaça da dissolução fatal dos valores nacionais estarão elas na vanguarda da defesa das nossas fontes de fé. E não pereceremos ante a maré enchente da corrupção coletiva. Quem melhor tem resistido à inoperância dos maus governos, à falácia das estatísticas oficiais e à incompetência dos tecnocratas insensíveis à dura realidade da vida nacional?

É para a mulher brasileira que nos devemos voltar, conclamando-a a lutar contra a invasão dos seus lares pelos tentáculos da publicidade apátrida e anticristã, que está corroendo, miseravelmente, os nossos alicerces morais e espirituais, que está corrompendo a juventude, na forma mais vil e sórdida, na mais infame invasão, no mais audacioso desafio aos evangelhos, que eternizaram a sentença de cristo: "não escandalizai os pequeninos".

Queremos outros ensinamentos.

Queremos outras técnicas, para transformar em bons profissionais os que hoje se alienam, em virtude da má utilização de um dos mais fantásticos instrumentos do mundo moderno — o sistema de telecomunicações.

Que palpitem novas visões de um mundo não deteriorada pelos apelos à delinquência e à maldade.

As forças armadas têm consciência de que mais eficaz que a repressão ao crime é a eliminação das causas que o impulsionam.

Educar, sistematicamente, nossa juventude para impedir o desvio fatal e perigoso, nem que seja preciso gastar as nossas últimas divisas e empregar as nossas maiores energias, é meta prioritária que se impõe. Não há outra alternativa.

Gostaríamos que esta casa estivesse hoje se ocupando, com todo o seu vigor patriótico e com seu reconhecido talento, do problema do ensino no Brasil e no empreendimento, imediato, de uma revolução educacional, cujo maior capital é o homem e o homem jovem, que estamos desperdiçando e sacrificando, imperdoavelmente.

Gostaríamos que aqui estivessemos fundando os alicerces de uma revolução tecnológica, para criar a instrumentação adequada que nos levará a sair dos planos para os projetos essenciais, que nos levarão a ser uma verdadeira potência.

Gostaríamos que estivessemos meditando e debatendo a denúncia do novo Governador de São Paulo sobre os elevados e vergonhosos índices de mortalidade infantil, na região tida como a mais desenvolvida do País.

Gostaríamos que estivessemos examinando a manifestação do atual Governador do Rio Grande do Sul sobre as condições da agricultura no Brasil, ao afirmar que "um grande país não é aquele que exporta bastante, mas aquele cujo povo tem capacidade de consumir a sua produção", adiantando que "se a demanda interna dos produtos agrícolas e manufaturados não aumenta é porque boa parte da população não tem condições de consumir".

Gostaríamos que estivessemos debatendo a perda de até 40% das nossas safras agrícolas, por deterioração de alimentos, num país subnutrido e faminto, campeão das endemias e da mortalidade infantil.

Gostaríamos que estivessemos investigando os fundamentos da denúncia do Presidente da Federação Agrícola do Rio Grande do Sul quando afirmou perante o Encontro Regional da Agropecuária, no fim do último mês, que "a população rural, representando cerca de 50% da população brasileira, está empobrecida e sem poder aquisitivo para participar, significativamente, do mercado de consumo de manufaturados. Em decorrência, bens de utilidade, produzidos por um parque industrial subsidiado pela Agricultura são colocados no mercado externo, com novos subsídios. Este é um paradoxo que deve ser corrigido com urgência".

Gostaríamos que estivessemos examinando os altos índices de nosso endividamento externo e dos nossos gastos presentes e futuros com importação de combustível, que atingirá, neste ano, à assombrosa cifra de oito bilhões de dólares.

Gostaríamos que estivessemos compenetrados da grave realidade da produção de aço no Brasil, uma vez que temos um dos mais baixos índices de consumo do mundo, que não atinge a cem quilos *per capita*, considerando-se, ainda, que estamos atrasados em sete anos para alcançar a expansão exigida, ou seja, os 42 milhões de toneladas em 1985. Como não temos carvão, nem nos animamos a realizar uma pesquisa sistemática e profícua, além de termos sofrido

um revés na expectativa de um acordo favorável com a Colômbia, enfrentaremos despesas com a expansão siderúrgica para atender às nossas necessidades mínimas até 1980, no valor de cerca de dois bilhões de dólares anuais.

Gostaríamos que estivessemos nos informando de que estamos importando 36% de alumínio, 60% de amianto, 68% de cobre, 35% de chumbo, 97% de enxofre, 100% de níquel metálico, 77% de zinco, 44% de fertilizantes fosfáticos, 100% de fertilizantes potássicos, 60% de fertilizantes nitrogenados.

Para que o II PND não passe de mais um plano, de um anseio, entre os muitos que nos tem sido apresentados, é preciso que os diversos Ministérios fixem com mais clareza os seus objetivos, através de um projeto coordenado integralmente.

Não devemos ficar extasiados diante dos índices de elevação do PNB, confeccionados em herméticos gabinetes, nem devemos nos impressionar com estatísticas mirabolantes, que a dura realidade do dia-a-dia desmascara, sem contestações.

Urge elaborar um projeto e executá-lo, com firmeza e decisão. Temos que mobilizar os recursos internos, desperdiçados em planos de interesse secundário, como, por exemplo, no setor habitacional. Veja-se como no setor dos transportes a realidade está nos mostrando que a já iniciada ferrovia do aço tem maior prioridade que obras como a Transamazônica e a ponte Rio-Niterói.

Poderíamos citar, ainda, a imperiosa necessidade do aparelhamento do porto de São Sebastião e dos sistemas de transporte em massa, em nossas principais cidades.

É preciso atentar para outros problemas: o preço de um trator, com implementos essenciais, custa aproximadamente cem mil cruzeiros, isto é, o preço de um automóvel de luxo e o agricultor precisa esperar para poder adquiri-lo.

O subsídio ao fertilizante atendeu, antes de tudo, ao produtor, ao industrial, porque o consumidor agrícola está asfixiado pela elevação de tudo e submetido a um rigoroso controle de preços.

Os produtores de leite, do Vale do Paraíba, de Minas e de Goiás estão impossibilitados de reduzir os custos, através da mecanização, porque não dispõem de eletrificação rural, que não têm passado de promessas vagas.

Enfim, o Brasil empobrecido, enfermo, extenuado, espoliado, desrespeitado e insultado pelos arquitetos do caos e do retrocesso, terá dos seus Representantes Legislativos um novo presente, uma dádiva inesperada que não o tornará nem mais saudável, nem mais próspero, nem mais seguro e nem mais tranquilo: o Divórcio.

O Brasil inteiro continuará clamando pela promessa dos seus maiores. Há, porém, acima dos desvios dos Governantes e dos políticos, um vislumbre de esperança e de crença em nosso destino de potência, num mundo reerguido e insubmisso.

Voltamos a apelar para a mulher brasileira. Divorciada ou não. Feliz ou infeliz. Terá ela a missão maior de reeducar o Brasil. Dela dependemos para alcançar outros métodos de proteção à vida, sem os quais pereceremos. Dela poderíamos dizer, como Giovanni Papini, na sua "Carta aos Homens do Papa Celestino VI" — sede, também, até o limite das vossas forças, redentoras dos povos, colaboradoras de Deus, nossas aliadas na guerra iminente do amor contra o terror. Sereis, finalmente, na verdade, o que os poetas sonharam: madonas angelizantes que resplandecerão sobre a floresta das feras para sempre humanizadas".

Por todas essas razões, nosso voto é contrário à Emenda Constitucional, ora apresentada para apreciação do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1975. — Deputado **Faria Lima**.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 20 horas e 30 minutos.)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Legislação Atualizada

Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3807/60) com redação atualizada.

Comparação com os textos anteriores. Notas explicativas e remissivas.

Jurisprudência administrativa.

Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Regulamento da Previdência Social.

Regimento do INPS.

Edição: agosto de 1974 — 318 páginas

PREÇO: CR\$ 20,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

REFORMA ADMINISTRATIVA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

DECRETO-LEI Nº 200/67 — redação atualizada

- **Legislação citada**
- **Legislação alteradora**
- **Legislação correlata**

Edição — setembro de 1974

420 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de **REEMBOLSO POSTAL**.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

VOLUME COM 328 PÁGINAS — PREÇO: CR\$ 15,00

CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 - BRASÍLIA - DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

**HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR
Nº 7, DE 7-9-70**

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de reembolso postal.

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 15,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL E COMPLEMENTAR

EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nºs 1 A 3

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 17

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 96

LEIS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 12

CONTENDO LEGISLAÇÃO CITADA E SINOPSE

2 SUPLEMENTOS

ATOS COMPLEMENTARES Nºs 97 a 99
LEIS COMPLEMENTARES Nºs 13 a 20

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

(Obra elaborada e revisada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal)

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

PREÇO: 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

PREÇO: CR\$ 35,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

Edição: agosto de 1974

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de **reembolso postal**.

CÓDIGO PENAL

QUADRO COMPARATIVO

**O NOVO CÓDIGO PENAL
(DECRETO-LEI Nº 1004/69, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 6016/73)
COMPARADO AO CÓDIGO PENAL DE 1940.**

Notas

**Alterações do Código Penal de 1940
Legislação correlata
Texto original do Decreto-lei nº 1004/69**

**Exposição de Motivos do Código Penal de 1940
Exposição de Motivos do Código Penal de 1969
Exposição de Motivos do Projeto que deu origem à Lei nº 6016/73**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: CR\$ 25,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de **reembolso postal.**

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50